

MÁRCIA REGINA CASSANHO DE OLIVEIRA

**IMIGRAÇÃO SÍRIO-LIBANESA EM CAMPO GRANDE
E O CLUBE LIBANÊS**

DOURADOS - 2010

MÁRCIA REGINA CASSANHO DE OLIVEIRA

**IMIGRAÇÃO SÍRIO-LIBANESA EM CAMPO GRANDE
E O CLUBE LIBANÊS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidade*

Orientação: **Prof. Dr. Carlos Martins Junior**

DOURADOS - 2010

325.2569109817
O48i

Oliveira, Márcia Regina Cassanho
Imigração Sírio-Libanesa em Campo Grande e o Clube
Libanês. / Márcia Regina Cassanho de Oliveira. – Dourados,
MS: UFGD, 2010.
216f.

Orientador Prof. Dr. Carlos Martins Junior
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade
Federal da Grande Dourados.

1. Imigrantes – Mato Grosso - História. 2. Sírios –
Brasil - História. 3. Libaneses - Brasil - História. I. Título.

MÁRCIA REGINA CASSANHO DE OLIVEIRA

**IMIGRAÇÃO SÍRIO-LIBANESA EM CAMPO GRANDE
E O CLUBE LIBANÊS.**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFMG

Aprovada em _____ de agosto de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Carlos Martins Junior (Dr., UFGD) _____

2º Examinador e Co-orientador:

Jérri Roberto Marin (Dr., UFGD) _____

3º Examinador:

Ana Paula Squinelo (Dra., UFGD) _____

À memória de meu pai, Adauto de Oliveira, por tudo de bom que ele representa na minha vida.

Aos meus filhos, Gabriel e Giovanna Liz, amores e razão da minha existência.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento ao Professor Carlos Martins Junior.

Expresso a minha mais profunda gratidão àquele que me acompanhou na fase final de escrita da pesquisa, Professor Doutor Jéri Roberto Marin, meu co-orientador, minha eterna admiração.

Agradeço ainda:

A Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por ter ouvido as minhas preces.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na figura de seu ex-Reitor, Professor Manoel Catarino Paes Però, ilustre figura, autoridade a quem particularmente admiro e reverencio por não ter medido esforços para me auxiliar em todos os momentos de minha vida; a ele, minha eterna gratidão e reconhecimento.

À Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Professora Doutora Célia Maria de Oliveira e toda a sua equipe, por terem facilitado meu afastamento para essa capacitação.

Ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados, na figura de seu corpo de docentes do mais alto nível, competência, seriedade e compromisso institucional.

À FUNDECT – Fundação de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado de Mato Grosso do Sul, pela concessão da bolsa no Programa da FUNDECT.

Aos queridos professores, Doutores Ana Paula Squinelo e Prof. Jéri Roberto Marin, pelo incentivo e estímulo.

À minha analista, Ednéia Cerciari, que sempre me incentivou e me apoiou nas minhas “invenções de moda”.

Ao Ivanilton Moreira Mantovani - “Papito”, meu marido, pelo apoio, compreensão e companheirismo.

À minha mãe, Virgínia Casaño de Oliveira, descendente de imigrantes espanhóis, mulher de fibra e garra.

A todos os meus companheiros de Mestrado, especialmente ao Fabiano, Divino, Claudinha, Patrícia, Grazi, Mirian e Camila.

A toda comunidade sírio-libanesa de Campo Grande, sem a qual este trabalho não seria possível, especialmente a Nelson Trad, Abdalla Sleiman Georges, Loris Buanain, Lourdes Abdalla, Ale Neiman e Eid Toufic Anbar, pelas entrevistas concedidas e as fotografias cedidas.

À Diretoria do Clube Libanês e especialmente aos seus funcionários Fleury e Jane, que com tão boa vontade me atenderam, fornecendo às fontes oficiais necessárias a realização das pesquisas.

À Profa. Maria Stela Bomfim, que, com sua serenidade e competência, me acompanhou nos momentos cruciais, lendo e corrigindo esta dissertação, trabalhos e artigos.

À Biblioteconomista Ana Rosa Trajano de França, pela boa vontade em me fornecer as fontes de arquivos particulares, tão bem organizados e sistematizados por ela.

A imigração é um “fato social completo” que envolve e permite o cruzamento das ciências sociais como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas: história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e, até mesmo, das ciências cognitivas: antropologia, em suas diversas formas (social, cultural, política, econômica, jurídica etc.), lingüística e sociolingüística, ciência política etc.

Abdelmalek Sayad

RESUMO

Este estudo tem como objetivo verificar, no processo sócio-cultural e econômico, a adaptação do grupo de imigrantes sírio-libaneses na Cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A pesquisa teve como ponto de partida um registro no Cartório Santos Pereira, do ano de 1906, que documenta o nascimento de uma filha da primeira família libanesa. O estudo é uma tentativa de se compreenderem as principais transformações sociais, culturais e econômicas vividas pelas gerações desses imigrantes, no período de 1906 a 2009. Procurou-se perceber os processos de integração, a transmissão de usos e costumes, os padrões de hospitalidade e de integração à nova nacionalidade e os diálogos culturais decorrentes da imigração. Isso implicou a investigação, no ambiente complexo e múltiplo coabitado por culturas distintas, do grau de acolhimento e de abertura proporcionado na recepção a esses imigrantes, a partir da fundação do Clube Libanês de Campo Grande - na época, ainda estado de Mato Grosso, em 1951. Para isso, foi relevante conhecer o contexto histórico e social que provocou a emigração. Trata-se de uma pesquisa fundamentalmente documental, em registros de cartórios e em atas e documentos do Clube Libanês. Paralelamente, esta pesquisa foi instrumentalizada por entrevistas a imigrantes árabes e descendentes deles, cuja contribuição, por meio de depoimentos e narrativas, constituiu-se de extrema importância para a consecução deste trabalho. Pôde-se constatar que a realidade de todo imigrante é marcada por encontros e desencontros. Os resultados da pesquisa apontam alterações que foram introduzidas no decorrer do tempo em função de vários fatores, dentre eles, o contato com os padrões brasileiros; a diferença do ritmo de vida no ocidente, em relação ao oriente; as distâncias geográficas e a disponibilidade do tempo. Além disso, o estilo de vida e os valores se alteraram ao longo do tempo, tornando-os híbridos. Os imigrantes árabes são, ao mesmo tempo, brasileiros e sírio-libaneses. Contudo, ainda que inseridos na sociedade brasileira, os árabes mantiveram e reforçaram a consciência de grupo através da família, da igreja, do Clube Libanês com seus rituais e festividades sociais e festas étnicas, além de manterem a publicação de jornais e revistas especializadas.

Palavras-Chaves: Imigração, Sírios-Libaneses, Clube Libanês, Híbridações.

ABSTRACT

This study had as aim to verify, in the economic and social cultural process, the adaptation of the immigrant Syrian-Lebanese group in the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul State. The research had its starting point in the Register Office Santos Pereira, from the year of 1906, that the birth documents of a daughter of the first Lebanese family. The study is an attempt to understand the main social, cultural and economic transformations, lived by generations of these immigrants, in the period of 1906 to 2009. It had tried to notice the processes of integration, the transmission of uses and standard costumes of hospitality and the integration to the new nationality and the cultural dialogues resulted from the immigration. It implied in investigating, in the multiple and complex environment, cohabitated by distinct cultures, the degree of welcoming and openness, provided in the reception to these immigrants, since the foundation of Clube Libanês of Campo Grande – at that time, still Mato Grosso State in 1951. So that, it was relevant to know the historical and social context that provoked the emigration. It is a question of a documental fundamentally research, in the Register Offices in minutes and documents of Clube Libanês. At the same time, this research was exploited by interviews to arab immigrants and their decendents, such contribution, through evidences and narratives, it constituted of extreme importance to the achieving this work. It had noticed that the reality of the entire immigrant is marked by meetings and not meetings. The results of the research point alterations that have been introduced during the time in function of several factors, among them, the contact with the Brazilian standards; the different West life rhythm with reference to the East; the geographic distances and the available time. Furthermore, the life style and the values had changed along the time, becoming hybrid. The arab immigrants are, at the same time Brazilians and Syrian-Lebanese. However, even that inserted in the Brazilian society, the arabic people kept and reforced the conscience of the group through the family, the church, the Clube Libanês with their rituals and social festivities and ethnic parties besides keeping the publishings of newspapers and specialized magazines.

Key Words: Immigration, Syrian-Lebanese, Clube Libanês, Hybridations.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa do Líbano e da Síria	35
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração de Nossa Senhora no Líbano e do Cristo Redentor no Rio de Janeiro/Brasil	25
Figura 2 - Imagens das várias fases da vida de Naim Dibo.....	67
Figura 3 - Suplemento comemorativo ao transcurso da Data Magna do Líbano.....	81
Figura 4 - Dados sobre a presença de libaneses na política relacionados com a entrada deles no país.....	90
Figura 5 - Certificado de Sócio Proprietário de Assef Buainaim.....	116
Figura 6 - Conjunto de fotos do carnaval no Clube Libanês de Campo Grande, em 1967...	150
Figura 7 - Fotos do carnaval do Clube Libanês de Campo Grande – 1967.....	151
Figura 8 - Fotos de jovens que se apresentaram para participar do carnaval do Clube – 1973	155
Figura 9 - Fotos de jovens que se apresentaram para participar do carnaval do Clube – 1973	156
Figura 10 - Fotos de jovens que se apresentaram para participar do carnaval do Clube – 1973	157
Figura 11 - Carta de renúncia ao cargo de 1º Tesoureiro, do Sr. Ibrahim Khalil Zaher.....	171

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Casamento de Assef Buanain e Chafica Fatuche Buanain.....	47
Fotografia 2 - Família Buanain.....	48
Fotografia 3 - Matriz da Farmácia São Bento, localizada em Campo Grande, entre as ruas 14 de Julho e Cândido Mariano.....	48
Fotografia 4 - Mascate, de Marc Ferrez – 1899.....	60
Fotografia 5 - Família Zahran.....	78
Fotografia 6 - Deputados Estaduais Youssif Domingos e Marquinhos Trad.....	89
Fotografia 7 - Casamento de Loris Buainaim.....	93
Fotografia 8 - Júlia Maksoud e seu esposo José Mafus Maksoud.....	95
Fotografia 9 - Festividade de Comemoração à independência do Líbano.....	123
Fotografia 10 - Uma das sessões cívicas em homenagem ao Líbano na data de sua independência.....	124
Fotografia 11 - Panorâmica do palco do Clube Libanês	125
Fotografia 12 - Placa de bronze com os nomes que compuseram as duas diretorias responsáveis pela construção e posterior reforma do clube	143
Fotografia 13 - Miss Vilma Borges, representante do Clube Libanês. Miss Campo Grande, Miss Mato Grosso e finalista do Concurso a Miss Brasil, 1970.....	153
Fotografia 14 - Governador do Estado de Mato Grosso, Pedro Pedrossian, com o Cônsul do Líbano, Assaf Trad.....	153
Fotografia 15 - Inauguração do Monumento a José Antonio Pereira, em Campo Grande, ofertado pela coletividade libanesa.....	159
Fotografia 16 - Casamento de Omar Barbosa Cury e Maysa Moreira Coelho, realizado no Clube Libanês em 14/12/1979.....	161
Fotografia 17 - Imagem de uma festa de casamento no Clube	161
Fotografia 18 - Casamento de Otávio Pereira Caldas e Márcia Moreira Coelho, realizado no Clube Libanês em 24/07/1981.....	162
Fotografia 19 - Foto do Brasão do Clube, criado no ano de 1984.....	163
Fotografias 20 e 21 - Bailes da Terceira Idade – março de 2009.....	172

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Dados oficiais da Imigração no Brasil, por nacionalidade, compreendendo os períodos de: 1884-1893 a 1924-1933..... 26
- Quadro 2** - Dados oficiais da Imigração no Brasil, por nacionalidade, nos períodos decenais: 1884-1893 a 1924-1933..... 26
- Quadro 3** - Dados oficiais sobre a imigração, segundo a nacionalidade, de 1884 a 1939. 27

SUMÁRIO

Lista de mapas	9
Lista de figuras	9
Lista de fotografias	10
Lista de quadros.....	11
Introdução.....	13
Capítulo 1	
MIGRAÇÕES ÁRABES.....	25
1.1 Antecedentes históricos	28
1.2 Motivações da diáspora.....	32
1.3 O movimento emigratório dos sírios e libaneses.....	44
1.4 O Brasil como destino.....	45
1.5 Imigração árabe em Mato Grosso.....	54
Capítulo 2	
IMIGRANTES SÍRIOS E LIBANESES: IDENTIDADES E INTERCÂMBIOS CULTURAIS.....	60
2.1 O trabalho de mascate: início de vida de imigrantes sírios e libaneses em Campo Grande.....	62
2.2 De mascates a profissionais liberais e/ou políticos	75
2.3 O papel da mulher árabe no processo imigratório.....	92
2.4 O jogo das identidades.....	97
Capítulo 3	
O CLUBE LIBANÊS.....	103
3.1. A fundação de clubes árabes no Brasil.....	103
3.2 A criação, construção e realização do Clube Libanês de Campo Grande	107
3.2.1 Destaques no Livro de Atas nº 2.....	110
3.2.2 As comemorações: carnaval, festas juninas e festas de celebração da independência do Líbano.....	122
3.2.3 Destaques no Livro de Atas nº 3.....	145
3.2.4 Destaques no Livro de Atas nº 4.....	151
3.2.5 Destaques no Livro de Atas nº 5.....	163
3.3 Rupturas internas	165
3.4 O Clube no século XXI	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180
APÊNDICES	186

INTRODUÇÃO

Não existe a menor dúvida de que sempre chamou a atenção do brasileiro – de modo específico do habitante de Campo Grande/MS – a presença e influência marcantes de sírios e libaneses, nomeadamente na área do comércio, na criação de hospitais, templos religiosos e associações agremiativas. Não há como satisfazer as curiosidades sobre esse fato, nem como entender essa realidade, conhecer esses povos e a razão por que aqui chegaram, a não ser pela História e pela pesquisa. Melhores resultados serão conseguidos se esses dois caminhos estiverem conjugados.

Este trabalho apresenta um estudo sobre os pontos determinantes das trajetórias sociais percorridas pelos imigrantes sírios e libaneses¹, e seus descendentes, a partir dos anos cinquenta do século passado, mais precisamente no ano de 1951, quando um grupo de imigrantes libaneses fundou um “Clube Libanês” na cidade de Campo Grande, uma entidade que, de acordo com os estatutos, caracteriza-se como “beneficente-social-cultural-desportiva”. Esse clube foi palco de grandes reuniões festivas que agregavam não só as famílias árabes, mas, também, membros da sociedade campograndense. Eram encontros políticos, civis, religiosos e militares em que ocorreram intensas negociações e renegociações identitárias que resultaram na fixação dessa etnia na cidade. Contudo, os Livros de Atas registram ocorrências de rupturas internas e desentendimentos.

Tenta-se, por este estudo, compreender as principais transformações sociais, culturais e econômicas vivenciadas pelas gerações desses imigrantes sírios e libaneses em Campo Grande, respeitando-se o conteúdo das fontes disponibilizadas, neste caso, bibliografia, documentos oficiais do Clube Libanês, entrevistas, jornais e fotografias.

A imigração continua sendo um tema muito atual, por envolver aspectos culturais, econômicos e sociais. Na década de 1930, a postura nacionalista de Getúlio Vargas e os efeitos da crise de 1929 acarretaram medidas restritivas à imigração, entre as quais o estabelecimento, pela Constituição de 1934, de uma quota anual de 2% do total de imigrantes provenientes de cada nação nos 50 anos anteriores. Além disso, priorizou-se, então, o ingresso de agricultores. Essas determinações prejudicaram a imigração síria e libanesa por se dirigirem, sobretudo, para as cidades e por se dedicarem ao comércio.

¹ Os imigrantes originários tanto da Síria, quanto do Líbano, foram em princípio identificados como turcos; depois como sírios e, finalmente, quando da efetivação da independência do Líbano em 1943, passou a prevalecer a distinção entre sírios e libaneses.

Dentre os movimentos que adquiriram maior visibilidade a partir dos anos 60 do século passado, está o dos imigrantes. As experiências de povos e grupos culturais que passam a viver em territórios que diferem dos de suas raízes, já não é somente uma questão de alternativa de sobrevivência, mas uma questão teórica por envolver elementos de identificação e exclusão ou até mesmo de marginalização, dependendo das condições de cada elemento societário.

Segundo Truzzi (2009), os sírios e libaneses que chegavam ao Brasil eram, em sua maioria, cristãos (cerca de 85%), sobretudo maronitas, mas também ortodoxos, melquitas e católicos, homens e solteiros, agricultores que trabalhavam em pequenas propriedades familiares. Ao contrário de outros grupos étnicos, majoritariamente italianos, portugueses, espanhóis e japoneses que se deslocaram ao Brasil, não se beneficiaram das passagens subsidiadas pelo Governo Brasileiro, mas emigraram por conta própria, assumindo os riscos, arcando com todas as despesas da viagem.

A travessia correspondia ao deslocamento de suas aldeias de origem até um porto do Mediterrâneo (Alexandria, no Egito; Gênova, na Itália; ou Marselha, na França) de onde embarcavam para o Brasil. Cerca de 90% dos sírios e libaneses que entravam no país desembarcavam nos portos de Santos e Rio de Janeiro.

Dessa forma, o imigrante e sua família eram os responsáveis pelo custeio da longa viagem transoceânica, muitas vezes realizada por etapas, uma estratégia que assegurava compromissos assumidos pelos migrantes com os que ficaram em sua terra natal. Essa circunstância, desde logo, conferia um papel muito mais ativo ao fluxo de informações, dinheiro e pessoas do que a uma imigração subsidiada.

No que diz respeito à ocupação, a mascateação foi a atividade inicial dominante entre os imigrantes, os quais, em sua maioria, tinham a intenção de acumular algum capital e retornar aos países de origem. Embora fixados, geralmente, nos núcleos urbanos, grandes ou pequenos, sírios e libaneses costumavam circular pelo meio rural do Brasil, cuja população, muito mais numerosa que a das cidades, constituía um significativo contingente de consumidores. Nesse reduto, os mascates distribuíam os mais variados produtos, atendendo às necessidades dos moradores, levando às fazendas e aos povoados as novidades que surgiam no comércio dos grandes centros. Criadores do chamado “comércio popular”, os mascates bem-sucedidos, depois de algum tempo, abriam uma loja, geralmente no ramo de tecidos e armarinho. O crescimento do negócio atraía parentes e conterrâneos, alimentando o fluxo

migratório. Do varejo, sírios e libaneses partiram para o comércio atacadista e, posteriormente, para a indústria têxtil.

Como se poderá acompanhar, daqui para frente, este trabalho se estrutura em três capítulos: o primeiro apresenta um panorama geral da imigração árabe para o Brasil, contextualiza, dentro do período estudado, o Líbano, o Brasil, Mato Grosso e Campo Grande. No período analisado, a economia e a sociedade brasileira sofreram transformações muito aceleradas e as frações urbanas de grupos de imigrantes e descendentes, certamente, tiveram parte nesse processo. Desde o início de sua história, Campo Grande formou-se de vários grupos étnicos que aqui viviam e interagiam. Etnias originalmente muito diferentes tiveram de conviver lado a lado, forjando relações de classes, culturas e sociabilidades que se hibridizaram.

O recurso à imigração foi o tema central de debate na sociedade brasileira, na medida em que se agravava a crise do sistema escravocrata ao longo da segunda metade do século XIX. Essa alternativa também foi pensada pelas classes dominantes das antigas províncias do Brasil e veio a se constituir numa resposta mais efetiva à questão da substituição da mão-de-obra.

Com a proclamação da República e a promulgação da primeira Constituição no novo regime, em 1891, a colonização e a imigração, que durante o Império eram atribuições do governo central, passaram a ser atribuições dos governos estaduais. Na prática, porém, essa descentralização de competências não acarretou nenhuma mudança significativa no panorama da última década do regime monárquico, uma vez que apenas São Paulo, o estado mais rico da federação, reunia condições financeiras para manter um forte ritmo migratório.

Entre 1884 e 1939, entraram, no Brasil, cerca de 4.160.000 imigrantes, dos quais 34% eram italianos e 29% portugueses. A grande maioria dirigiu-se para os estados do sul e São Paulo. Os sírios e libaneses eram o sexto grupo mais numeroso, cerca de cem mil pessoas, desse total, incluía-se um pequeno contingente de palestinos. O decênio 1904-1913 foi o que registrou o maior volume dessa corrente migratória: mais de 45.803 indivíduos. Nos decênios 1914-1923 e 1924-1933, os números registrados foram bem mais modestos, sendo contabilizados, respectivamente, 20.400 e 24.491 imigrantes. É pertinente apontar que essas pessoas iniciaram o processo migratório tendo os Estados Unidos como objetivo final.

Todavia, as circunstâncias da viagem ou a impossibilidade de conseguirem o visto de entrada os levou, na maioria das vezes, em direção à América do Sul, particularmente à Argentina e ao Brasil. Além do mais, na época, o Brasil era conhecido por seu *boom*

econômico, o *boom* da borracha, o qual lhe concedeu, desde a década de 1890, um destino privilegiado.

No segundo capítulo, “Imigrantes sírios e libaneses: identidades e intercâmbios culturais”, apresenta-se uma análise do mundo do trabalho como espaço fecundo para a realização de trocas culturais, o papel das mulheres sírio-libanesas no processo migratório, as uniões entre os imigrantes e a sociedade campograndense, bem como a fixação deles na cidade, primeiramente através do comércio e, posteriormente, como profissionais liberais e políticos. Além disso, analisam-se, também, os mecanismos de adaptação e de resistência dos imigrantes sírios e libaneses, bem como o processo de inserção desse grupo de imigrantes em Campo Grande com enfoque principal nas relações de trabalho. Busca-se, dessa forma, observar as estratégias de inserção social e discutir o mito do mascate empreendedor.

Da análise realizada sobre essa etnia, é possível observar que, conquanto os costumes, a cultura e a tradição dos libaneses, ao chegarem a Campo Grande, fossem tão diversos, hoje, esse povo tem em comum o fato de terem rearticulado coletivamente valores, interesses e objetivos, o que lhes permitiu reelaborar e negociar suas identidades.

O trabalho pretende realizar uma análise específica da inserção da colônia sírio-libanesa em Campo Grande, ressaltando-se os marcos de um processo do qual resultou, na sua expressão, uma reinvenção de identidades a partir da experiência étnica interna do grupo, assim como de seu contato com a população Campograndense e com contingentes imigrantes de outras etnias.

A análise específica permite uma melhor avaliação de certas atividades comerciais, consideradas de pouca expressão - caso típico da chamada “mascateação”. Ela surge como um trampolim eficaz na escalada social no Brasil, utilizado em seqüência por várias etnias: italianos, inicialmente, dando lugar aos sírios e libaneses já na virada do século XIX; estes, por sua vez, seguem no rumo da ascensão social, abrindo espaços aos judeus-russos e poloneses, a partir da década de vinte.

O terceiro capítulo apresenta o “Clube Libanês”, da sua criação aos dias de hoje; descreve sua importância, os eventos que sempre abrigou, o intercâmbio com outros clubes, além de abordar sobre os conteúdos encontrados em atas e documentos estudados para a pesquisa. Apresenta-se, nesse capítulo, o que foi coletado nas fontes oficiais do Clube, principalmente em suas atas, entrevistas e fotografias; procura-se descrever como se processou o cotidiano desses imigrantes a partir da criação de um clube, que foi não só para eles, como para toda a sociedade campograndense, nas décadas de 1960 e 1970, um local de

importantes acontecimentos sociais e políticos.

Como se poderá notar, nos trechos transcritos dos documentos do clube, respeitou-se e preservou-se a grafia empregada na época, bem como alguns termos que caracterizam o linguajar daquele tempo e expressões características dos libaneses.

Tendo em vista o desconhecimento de um trabalho específico sobre o estudo da imigração árabe em Mato Grosso do Sul, pesquisado a partir de seus clubes associativos, e, pelo fato de esses clubes serem característica marcante das aldeias sírias e libanesas como forma de perpetuação de sua identidade cultural, mesmo com a ocorrência de diversas mudanças de seus padrões culturais, optou-se por estudar este assunto. Ainda que inseridos na sociedade brasileira, os árabes reforçaram a consciência de grupo através da família, da igreja, de seus rituais e festividades sociais e eclesiásticas, de clubes particulares que promovem festas étnicas, além de manterem a publicação de jornais e revistas especializadas.

A maior quantidade de publicações sobre a história da imigração dos povos árabes se encontra nos Estados Unidos, país que recebeu o maior número de árabes, cerca de dois milhões entre os anos de 1875 e 1940. Entre os países latinos da América, destacam-se, pelo número de árabes recebidos, o Brasil, em primeiro lugar, e a Argentina, em segundo.

Nunes (2000) afirma que as primeiras publicações sobre a imigração árabe, nos Estados Unidos, foram realizadas por imigrantes pioneiros e, na sua maioria, constituem relatos da história da terra natal, com o objetivo de enaltecerem seu passado glorioso. Posteriormente, surgiram trabalhos acadêmicos, propriamente ditos, que focalizavam, principalmente, os problemas ligados ao processo de assimilação cultural vivido por esse grupo, na sociedade receptora, com certa predominância de estudos de caráter regional.

No Brasil, as obras existentes sobre a imigração árabe são escassas e, à semelhança do que ocorreu nos Estados Unidos, foram inicialmente escritas por migrantes pioneiros, que de forma memorialista apresentavam relatos sobre a bravura dos sírios e libaneses que vieram para o país.

O interesse pelo estudo científico da imigração árabe no Brasil surge a partir de 1955, com o brasilianista Knowlton (1961), que fez uma análise demográfica da mobilidade social e espacial dos imigrantes árabes em São Paulo. Posteriormente, foram desenvolvidas dissertações de mestrado e teses de doutoramento sobre o assunto. Destaca-se, entre elas, a de Truzzi (1997), que investiga as principais determinantes das trajetórias sociais mais comuns percorridas pelos imigrantes árabes em São Paulo.

Em Mato Grosso do Sul, não se tomou conhecimento de pesquisas que tenham registrado a história de imigrantes árabes, com o enfoque que se pretende discutir neste trabalho. Oliveira (2001), cuja tese foi defendida na Universidade de São Paulo (USP), pesquisou sobre a participação, na política, dos imigrantes sírio-libaneses na cidade de Campo Grande, e Souza (2007), mestre pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), estudou a imigração de sírios e libaneses no sul do antigo estado de Mato Grosso, mais especificamente o caso de Dourados (1914-1960); contudo, ainda é pouco, frente à projeção política, econômica e cultural que esse grupo étnico alcançou no Estado. Esta pesquisa pretende diminuir essa lacuna, porém, outras pesquisas são necessárias, devido à abrangência e relevância da temática e do aspecto histórico da imigração árabe.

Este estudo traz uma abordagem referente ao aspecto da sociabilidade entre os imigrantes árabes, do convívio entre os elementos dos grupos entre si e, também, da relação com a população local.

No que tange às abordagens teóricas e metodológicas da história, apropriou-se das reflexões de diversos autores que, com relação à questão da imigração no Brasil, tratam-na de duas formas distintas: os europeus e asiáticos, que vieram para cá de forma subsidiada pelo Governo Brasileiro, indo trabalhar nas fazendas, e os árabes, que vieram por conta de suas famílias para tentar ter sucesso econômico e retornar à sua terra natal. Essas visões distintas das duas modalidades de imigração não podem ser encaradas como instrumentos limitadores para que não se venha a fazer uso de uma amplitude limitada de idéias. Quando o pesquisador sustenta seu tema com autores cujas visões e perspectivas são diversas, há que resguardar as diferenças mais latentes. Relativamente a essa questão, este trabalho se atém às idéias do historiador Vainfas (1997), que discorda de um certo *ranço* teórico, ou melhor, de uma posição inflexível do historiador Ciro Flamarion Cardoso, em relação aos *novos paradigmas* da história. Na compreensão daquele historiador, “combinar abordagens distintas talvez seja o ideal, resguardadas as diferenças e até a oposição de paradigmas.” (VAINFAS, 1997, p. 161).

Não obstante, acredita-se que é preciso percorrer os *caminhos e descaminhos* da história, enfrentando com serenidade as diferenças de opiniões e opções teóricas, tomando ciência de que não existe, em essência, um paradigma da história melhor ou pior que outro. Na verdade, existem idéias e concepções distintas, cabendo a cada pesquisador escolher o que melhor venha a contribuir para edificação de seu trabalho.

A partir da metade do ano de 2008 iniciou-se a leitura dos documentos oficiais do Clube Libanês, principalmente as atas dos livros nº 2 a 5, fazendo-se as marcações e transcrições diretas, correlacionando-as com Livro-Caixa, Livro de Presença em Reuniões, Livro de endereços dos sócios e catalogação das composições das diretorias do Clube, desde a sua fundação (cf. Anexo C). Essa etapa da pesquisa acha-se descrita no terceiro capítulo desta dissertação.

Ressalte-se que não foi fácil, nem simples, a tarefa de acesso e manuseio do acervo, não obstante ele permaneça sob a guarda do Clube Libanês. O Livro de Atas nº 1 está desaparecido e, em razão de uma solicitação, está sendo procurado nos guardados do Clube; os Livros de Atas nº 2, 3, 4 e 5 acham-se em estado de conservação preocupante, pois várias de suas folhas estão desidratadas e podem-se quebrar facilmente. Muitas delas já estão danificadas, o que dificultou, ou até mesmo inviabilizou a coleta de alguns dados. O Arquivo Permanente desse Clube, infelizmente, deixa muito a desejar.

Com relação às entrevistas, os informantes responderam a um questionário-roteiro padrão (cf. Apêndice A), sendo-lhes facultada a liberdade de falar e respeitadas as individualidades. As questões do roteiro das entrevistas versaram sobre os seguintes pontos: participação na administração do Clube Libanês; condições de vida nos países de origem; as razões da imigração; as condições da chegada; o problema da língua falada e a diferença do alfabeto; a moradia; o trabalho; o casamento; os filhos; a mobilidade espacial no estado de Mato Grosso e na cidade de Campo Grande; a participação política na comunidade; e a vivência na cidade de Campo Grande.

Entrevistaram-se, preferencialmente, membros de famílias árabes que fizeram parte das Diretorias do Clube; entrevistou-se, também, um antigo funcionário do Clube Libanês, que lá trabalhou no período pesquisado.

A reconstrução dessa trajetória foi feita por meio dos métodos quantitativo e qualitativo, utilizando-se, para isso, os dados levantados em ampla pesquisa nos documentos do Clube Libanês, Cartório, Junta Comercial e edições de jornais que circularam em Campo Grande no período abrangido pela pesquisa e que faziam alusão ao grupo objeto do estudo. A coleta de dados compreendeu, ainda, entrevistas com representantes da comunidade árabe, cuja técnica utilizada foi a da narrativa oral. O uso desse método permite recuperar, descrever e construir um quadro narrativo, a partir do multifacetado universo das memórias registradas. Essa diversidade de técnicas e métodos de coleta de informações e dados justifica-se pelo fato de possibilitar a apresentação de elementos que, além das evidências documentais, fomentam

o desenvolvimento dessa temática com uma maior diversidade de informações sobre as mais variadas atividades desenvolvidas pelos imigrantes em questão.

Registra-se que a formação da cidade de Campo Grande se deu em um passado recente. Por isso, encontraram-se presentes alguns daqueles que participaram desse momento histórico. Esse fato facilitou o diálogo com diferentes agentes inseridos nesse processo. O grupo de árabes, cujas narrativas buscou-se analisar, são, na maioria, descendentes de sírios e libaneses que, ao imigrarem para Campo Grande, deixaram seu local de origem em busca de um futuro promissor, em outro país e, por diversos meios, criaram mecanismos para implantar, nesse novo espaço, o modo de vida pelo qual poderiam ser aceitos na sociedade local. Trouxeram consigo, além de seus pertences materiais, seus valores socioculturais.

Destaca-se que, muito embora individuais, as narrativas de cada entrevistado deve ser analisada de modo particular, sim, mas interligada à memória mais geral, uma vez que cada indivíduo se integra, a seu modo, às diversas redes nas quais está inserido e nas quais exerce suas atividades. Para Maccari (2001, p. 308):

A memória de cada imigrante irá apresentar-se de acordo com o espaço social ocupado, já que a posição se altera em decorrência da integração que cada indivíduo em particular possui com diversos ambientes sociais.

O depoimento, mesmo individual, adquire significado quando aplicado à comunidade social na qual o narrador está integrado, compartilhando experiências com o grupo com que conviveu na mesma comunidade do passado e que registra contato da mesma memória. O trabalho de recompor as imagens do passado é imposto pelo presente de quem está lembrando, pois, com imagens e conhecimentos de hoje, aquele que rememora evidencia práticas de vida do passado. Dessa forma, é possível afirmar que, ao fazer parte de um grupo, o indivíduo colabora para preservar as lembranças que o grupo seleciona.

Por meio da análise dos documentos e das entrevistas ordenaram-se fragmentos dos relatos orais dos imigrantes, confrontando-os com os documentos e, sob o olhar de personagens que participaram do processo de consolidação desses estrangeiros em Campo Grande/MS, tentando compreender como esse grupo percebe e narra os momentos de inserção social vivenciadas nessa trajetória. É nesses vestígios do passado que se compõe o sentido na história do presente, como possibilidade de retratar a realidade passada, acompanhando o reencontro das imagens reconstruídas de outros tempos, de modo a conhecer o lugar do qual nossos entrevistados falam, bem como a importância que atribuem às experiências narradas.

Para Delgado (2006, p. 52), a história oral refere-se especificamente ao tempo presente, portanto, à história contemporânea. Nesse sentido, pode, no máximo, recolher registros, informações e versões sobre o acontecimento em um espaço limitado de tempo, não comportando referências a um passado mais longínquo, a não ser como notícias ou registros de tradições que foram transmitidas de geração a geração.

A pesquisadora moveu-se por um imperativo ético que motiva a contribuir para que essa memória/história não se extinga e para que as identidades e os documentos não se percam no fluir inexorável do tempo contínuo. Ao se dedicar à pesquisa de fazer afluir o passado, através de diferentes versões, e de analisá-las da maneira mais consistente possível, pretende vincular a razão histórica à memória. Buscou-se cumprir uma função social de grande relevância: fazer do saber histórico, simultaneamente, fundamento do conhecimento do passado e projeção do futuro; além disso, empreender o esforço de diminuir o impacto do esquecimento e da perda de identidades, que são marcas importantes do mundo pós-moderno.

Os estudos de Halbwachs (2004) contribuíram definitivamente para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. A intenção foi tomá-lo como referência. Assim, a memória individual - que se nutre da memória coletiva - tem o *mister* de ajudar no sentimento de pertinência a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. É ela que garante o sentimento de identidade do indivíduo baseado numa memória compartilhada não só no campo histórico, mas, principalmente, no campo simbólico.

Não se pode deixar de destacar que a memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Ao decidirem o que deverá ser lembrado e o que deverá ser esquecido, os indivíduos acabam demonstrando o controle de um grupo sobre outro. Memória individual e coletiva, portanto, se alimentam e têm pontos de contato com a memória histórica e, tal como ela, são socialmente negociadas. Guardam informações relevantes para os sujeitos e têm por função primordial garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros. A memória histórica tem, no registro escrito, um meio fundamental de preservação e comunicação. Memória individual, coletiva e histórica se interligam e se contaminam. Memórias individuais e coletivas vivem num permanente embate pela coexistência e, também, pelo *status* de se constituírem como memória histórica. Como destacou Le Goff (1984), “a memória não busca salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. A memória deve ser libertadora e não uma forma de escravidão, como por vezes se vê.”

Da pesquisa nos arquivos do próprio Clube Libanês extraíram-se indícios que permitem responder aos objetivos propostos. Foi relacionando, por exemplo, o nome

completo dos sócios e respectivas filiações e endereços, do período de 1953 a 1975 (cf. Anexo A) que se tornou possível a identificação do local em que se estabeleceram comercialmente e como os imigrantes pioneiros se agruparam para construir o Clube e, posteriormente, os associados de outras etnias que a eles se uniram (cf. Anexo B). Os depoimentos orais corroboram as fontes documentais, o que foi decisivo para o processo de construção do quadro histórico.

Com relação às fontes oficiais utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, vale retomar a reflexão de Bacellar (apud PINSKY, 2005), para quem:

Arquivos, Museus, Centros de Documentação e Memoriais são instrumentos importantes para que seja implementada uma política de recuperação, preservação e disponibilização dos registros de época, de modo a permitir às gerações futuras uma compreensão mais crítica do passado e da memória sobre os acontecimentos que lhes é legada.

Conforme já se frisou, a memória é histórica. O que nela está registrado é o resultado de lutas de poder - em todos os níveis - ao longo do processo histórico. De acordo com Le Goff (1984):

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.

Nesse contexto, é importante salientar que “assim como a história não é neutra, também não há neutralidade nos registros da memória”. (BACELLAR, apud PINSKY, 2005) discute historiograficamente uma abordagem cujo foco está nas fontes documentais, uma das matérias-primas dos historiadores. O autor descreve algumas fontes e as contribuições que trouxeram para a historiografia e aponta caminhos, sugere possibilidades e deixa subentendido como deve agir o historiador que irá lidar com arquivos e fontes documentais, tal como pretendemos fazer.

A pesquisa em arquivos é uma opção de muitos profissionais na atualidade. Uma boa pesquisa dependerá muito das perguntas a serem feitas às fontes e da análise crítica do pesquisador ao se deparar com os documentos.

Pelo fato de se haver encontrado um número significativo de fotografias referentes não só ao Clube Libanês, mas, também, aos imigrantes de origem árabe, suas famílias, descendentes e questões relacionadas ao seu cotidiano (casamentos, por exemplo), decidiu-se incorporar parte desse material, como fonte de pesquisa, neste trabalho. Para Oliveira (2001),

a pesquisa histórica com base em imagens possivelmente encontre sua fertilidade desenvolvida na relação entre o silêncio afirmativo e a polifonia dos discursos escritos, sonoros, arquitetônicos ou orais, compartilhantes da mesma trama em que se inserem - alguns tão próximos que funcionam quase como comentário, outros tão distantes, escolhidos pelo “faro” do historiador.

As fotografias guardam na sua superfície sensível a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próxima àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença, num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador entra em contato com este presente/passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática a ser estudada.

Nunca se fica passivo diante de uma fotografia, pois ela incita a imaginação, faz pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na imagem. Toda imagem é histórica. O marco de sua produção e o momento da sua execução estão, indefectivelmente, decalcados nas superfícies da foto, do quadro, da escultura, da fachada do edifício. A história embrenha as imagens nas opções realizadas por quem escolhe uma expressão e um conteúdo, compondo através de signos, de natureza não verbal, objetos de civilização, significados de cultura.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho sobre os sírios e libaneses mantém um olhar permanente nos “outros”, nas adaptações e inter-relações provenientes da vinda e convivência de diversos grupos (imigrantes ou nativos) no estado e, em particular, na cidade de Campo Grande, o que os colocava imediatamente em contato com outras etnias que para cá vieram e não com algum tipo idealizado de “sociedade campograndense” que fosse “pura”, ou seja, que não tivesse sofrido influência dos imigrantes.

Historicamente construídas, as referências identitárias são criadas e partilhadas pelos sujeitos das mais diferentes formas. Como seres sociais as pessoas procuram o conforto que tais referências podem proporcionar ao garantir a sensação de proteção, mas sem esquecerem que elas podem significar, em contrapartida, a exclusão. A proteção de se viver entre “iguais”, a necessidade de se reconhecer também no outro. Assim, voltam-se, com frequência, ao ponto de partida - o Outro - em quem elas se constituem e por quem podem ser respeitadas, odiadas

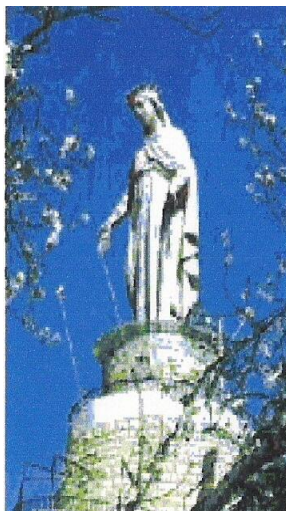
ou desprezadas. Em qualquer das hipóteses é necessário que esse outro exista, pois a marcação da identidade depende de um ponto de referência, seja ele negativo ou não.

Para Hall (1997), é necessário que se atenha e se reflita sobre o que, na concepção do autor, são as negativas acerca da identidade. Esta *não* representa a estabilidade do eu que, porventura, passa despercebida pelas atribuições da história. Também *não* se refere a um hipotético “eu” coletivo ou verdadeiro, capaz de eliminar as diferenças e daí fixar e estabilizar o pertencimento cultural. Enfim, considere-se que as identidades não são unificadas; pelo contrário, apresentam-se cada vez mais fragmentadas, pois que constituídas por discursos, práticas e posições que pode se entrecruzar ou chocar entre si.

Assim, empreendeu-se esta pesquisa, cuja descrição das partes e resultados são apresentados e discutidos nos capítulos que se seguem, desejando que se constitua em mais um documento por meio do qual se conheça um pouco mais a forma como se procedeu a imigração, a chegada e fixação dos sírios e libaneses no estado de Mato Grosso do Sul, mais precisamente na cidade de Campo Grande.

1 MIGRAÇÕES ÁRABES

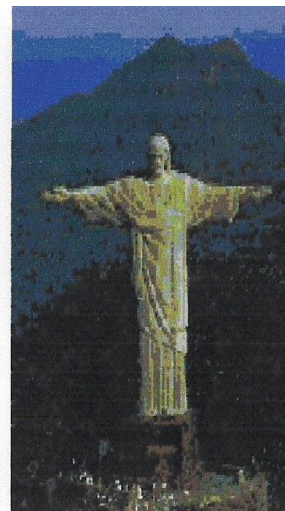
Figura 1 - Ilustração de Nossa Senhora no Líbano e do Cristo Redentor no Rio de Janeiro/Brasil.



Uma vez um brasileiro perguntou, a um libanês, porque existem tantos libaneses no Brasil e, o libanês respondeu espontaneamente:
- Lá em minha pátria, no topo de uma montanha, que aos seus pés dorme o Mediterrâneo, está em pé a Virgem Maria, seus olhos abraçam o mar e com seus braços abertos diz para os libaneses:
- Vão meus filhos fiéis e sonhadores para o outro lado do oceano, o Brasil. Lá estará meu filho único no topo de uma montanha, no Rio de Janeiro, de braços abertos esperando por vocês.
Vão para essa terra abençoada que abriu e ainda abre seus braços para os filhos do Líbano.

Autor desconhecido

Contribuição: EID TOUFIC ANBAR



Fonte: Eid Toufic Anbar

Entender e dar conta do tema deste estudo – Imigrações sírio-libanesas em Campo Grande e o clube Libanês – perpassa a história das migrações árabes desde os antecedentes. Há que se conhecer os motivos da diáspora e toda a dinâmica empreendida até a chegada dos povos árabes a Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Entre 1875 e 1940 os árabes começaram a chegar ao continente americano. Contudo, somente a partir das crises envolvendo o Estado de Israel e o Oriente Médio, com a participação dos Estados Unidos, é que a atenção, na área acadêmica e nos meios de comunicação de massa, se voltou para os imigrantes árabes e para sua terra natal. No Brasil, ocupam o 6º lugar entre os diferentes grupos que para cá vieram.

Os dados sobre a imigração no Brasil são esparsos, pouco sistematizados e mesmo conflitantes. Explicitamente, os números dependem das fontes consultadas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nas comemorações dos 500 anos do Brasil, apresentou dados oficiais sobre a imigração, segundo a nacionalidade², conforme os quadros abaixo.

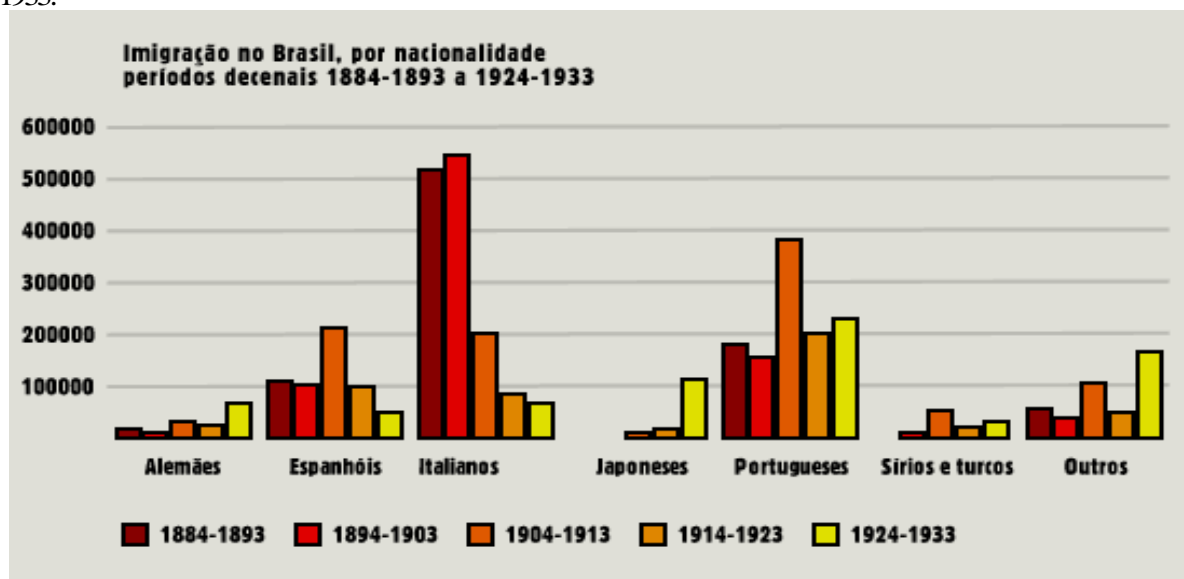
² Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 227

Quadro 1: Dados oficiais da Imigração no Brasil, por nacionalidade, compreendendo os períodos de: 1884-1893 a 1924-1933.

Imigração no Brasil, por nacionalidade - períodos decenais 1884-1893 a 1924-1933					
Nacionalidade	Efetivos decenais				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22778	6698	33859	29339	61723
Espanhóis	113116	102142	224672	94779	52405
Italianos	510533	537784	196521	86320	70177
Japoneses	-	-	11868	20398	110191
Portugueses	170621	155542	384672	201252	233650
Sírios e turcos	96	7124	45803	20400	24.491
Outros	66524	42820	109222	51493	164586
Total	883668	852110	1006617	503981	717223

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226.

Quadro 2: Dados oficiais da Imigração no Brasil, por nacionalidade, nos períodos decenais: 1884-1893 a 1924-1933.



Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 227

O quadro 3, abaixo, fornecido pelo IBGE resume os números da imigração segundo as nacionalidades, no período de 1884 a 1939.

Quadro 3: Dados oficiais sobre a imigração, segundo a nacionalidade, de 1884 a 1939.

NACIONALIDADE	TOTAL
Italianos	1.412.263
Portugueses	1.204.394
Espanhóis	581.718
Outros	504.936
Japoneses	185.799
Sírios e Libaneses ³	98.962

Fonte: IBGE – Livro comemorativo aos 500 anos do Brasil. *Brasil – 500 anos de povoamento* (Rio de Janeiro, IBGE, 2000, p. 228).

Segundo Nunes (2000, p. 17), “muitos dos imigrantes árabes que vieram para a América eram originalmente cristãos e procediam da Síria, uma província do Império Otomano, que incluía o distrito administrativo semi-autônomo do Monte Líbano, a cadeia costeira de montanhas entre as cidades portuárias sírias de Beirute e Trípoli”. Como se pode notar, esses grupos eram denominados sírios (a República Parlamentar Independente do Líbano somente foi proclamada em 1946) e se identificavam em termos de sua região, opção religiosa e vilarejo de origem. Por essa razão, não eram chamados de árabes, um termo cujo uso foi generalizado apenas nos últimos anos. Muitos dos imigrantes que vieram após a Segunda Guerra Mundial são muçulmanos, provenientes da Palestina, Jordânia e Egito, diferentemente dos primeiros imigrantes que eram cristãos ortodoxos ou maronitas, vindos do Líbano e da Síria, por volta de 1880.

Nesse ponto, para Karam (2009), mesmo partilhando de uma herança cultural comum, os árabes cristãos e os árabes muçulmanos não constituem um todo unificado. Crenças religiosas e sectárias e também concepções políticas, profundamente enraizadas, fazem a ruptura desde sua terra natal. Inegável, contudo, é o sentimento de identidade árabe que foi paulatinamente despertado nos países de origem árabe e se estendeu entre os imigrantes residentes no Brasil.

O interesse pela herança árabe foi aguçado por uma série de fatores, dentre eles: a presença de nacionalistas árabes, a indignação diante da política externa norte-americana no Oriente Médio, as objeções à imagem negativa do povo árabe na mídia ocidental e, por fim, o interesse contemporâneo das etnias. Para Said (1990), o Oriente é uma invenção de representações européias, principalmente entre franceses e ingleses, mais ligados nas suas representações de *orientalismo*. Esse termo representa as pesquisas da área cujo objeto esteja

³ Até a primeira Guerra Mundial, o Líbano fazia parte da Síria. Eis porque os libaneses foram incluídos entre os sírios quando chegaram ao Brasil até mais ou menos essa época, da mesma forma que, até 1892, todos os imigrantes do Oriente Próximo foram classificados de turcos, devido ao domínio otomano de que provinham.

relacionado àquele outro local geográfico-cultural, embora seja um termo presunçoso do colonialismo europeu do século XIX.

Para uma melhor compreensão do processo de imigração árabe para o Brasil e, especificamente, para Campo Grande, faz-se necessária uma rápida reconstituição do passado histórico deste povo.

1.1 Antecedentes históricos

De acordo com narrativas de Hourani (2006), Challita (1990) e Lewis (1996), os antecedentes históricos da civilização árabe remontam às civilizações que marcaram a história do Oriente Médio, cujo início se deu por volta de 3.500 a.C., pelos egípcios, fenícios, babilônicos, assírios e sumérios. Essas civilizações deixaram um importante legado no campo das artes, da filosofia, das ciências, da religião e da literatura.

No período de formação do Oriente Médio, os diferentes povos que se fixaram nessa região se miscigenaram em razão dos inúmeros avanços e recuos dos exércitos, dos impérios e das tribos que lutavam incessantemente pela conquista e hegemonia da região.

Criou-se uma nova ordem política, no início do século VII, que abarcava toda a Península Arábica, todas as terras sassânidas⁴ e as províncias egípcias e sírias do Império Bizantino. Apagaram-se velhas fronteiras e surgiram novas. Nesse contexto, o grupo dominante não foi formado pelos povos dos impérios, mas pelos povos árabes da Arábia Saudita, principalmente pelos moradores da cidade de Meca. Esse grupo árabe identificava o seu poder através da revelação dada por Deus a Maomé, que vivia em Meca e tinha o conjunto de suas crenças religiosas reunido sob a forma de um livro santo, o *Alcorão*.

Hourani (2006), Challita (1990) e Lewis (1996) informam que, no século VII, os árabes saíram de seu território e durante o período de um século obtiveram inúmeras conquistas de territórios na Ásia Central, na Península Ibérica e na África do Norte, alavancados pelo fervor da religião – o islamismo (do árabe, resignação à vontade de Deus). Essa religião, revelada pelo profeta Maomé, sustentada pelos ensinamentos do *Alcorão*, proporcionou aos seus fiéis um texto que se tornou uma das bases para a lei divina que

⁴ A dinastia sassânida foi uma linhagem real que governou a Pérsia entre 224 e 651 d.C. A dinastia extinguiu-se quando o último Xá sassânida, Yezdegerd III, perdeu uma luta de catorze anos contra o Califado, o primeiro dos impérios islâmicos. O território do Império Sassânida, governado desde a capital Ctesifonte, incluía partes dos atuais Irã, do Iraque, do Armênia, do Afeganistão, do leste da Turquia, do leste da Síria, do subcontinente indiano, da Caucásia, da Ásia Central e da Arábia. Os sassânidas davam a seu império o nome de Irã.
<www.pt.wikipedia.org/wiki/Império_Sassânida>

governa, até hoje, toda atividade na vida de seus seguidores. Nesse aspecto, no islamismo, bem como no judaísmo (e no cristianismo antes da reforma), a religião, a política e a sociedade estavam inseparavelmente associadas. A unidade religiosa criada inicialmente entre os árabes, pelo islamismo, teve vida curta. Trinta anos após a morte de Maomé, problemas de sucessão levaram a uma inquietação e a uma ruptura. Os muçulmanos a princípio se dividiram em duas novas seitas: semitas e xiitas, e outras seitas heterodoxas que se desenvolveram posteriormente.

Para Hourani (2006), as relações entre a maioria muçulmana dominante e as minorias religiosas que viviam nas terras conquistadas eram baseadas na crença de que Maomé era o último dos profetas mensageiros de Deus, numa longa linhagem que incluía tanto Moisés quanto Jesus. Como seguidores desses profetas honrados, ainda que menores numericamente, os cristãos e os judeus gozavam de uma ampla margem de tolerância dentro da jurisdição política dos muçulmanos, embora suas comunidades fossem mais pesadamente taxadas, como um preço a pagar pela proteção recebida do exército muçulmano.

Conforme ressalta Lewis (1983), uma das grandes civilizações criadas pelo islamismo ocorreu na Espanha durante a Idade Média e teve uma ascensão intelectual, sem comparação, na Europa até o Renascimento. O patrimônio arquitetônico hoje encontrado na Espanha documenta de forma inegável a riqueza e a força dessa civilização.

Nesse contexto, o declínio do Império Árabe, que se processou aproximadamente em 900 anos, é explicado pelas disputas entre as dinastias independentes que surgiram em várias regiões do Império: Espanha, norte da África e Oriente Próximo. Em razão dessas disputas e da desunião política interna, o império tornou-se alvo fácil para ataques externos. No fim do século XIV, os mongóis investiram contra o Império Árabe de forma avassaladora, aniquilando cidades prósperas. Já no século XV, os cristãos espanhóis conseguiram expulsar os árabes do seu território. Conforme Lewis (1996), a partir do século XV, os turcos otomanos ocuparam o que restava do debilitado Império Árabe, tornando-se seus dominadores e constituindo o tão conhecido Império Otomano, que só viveu seu declínio com o final da Primeira Guerra Mundial.

Apesar de professarem a mesma religião - o islamismo - os otomanos eram bastante diferentes dos árabes, com relação à raça, temperamento, língua e história. Inegável, contudo, é que eles aumentaram seu poder político e reduziram os árabes à mera condição de povo colonizado. Os cargos de maior importância nesse império eram exercidos por turcos, e os árabes passaram a ser discriminados em seu próprio território, principalmente os árabes

cristãos. Cabe destacar que essa discriminação tem sido apontada como a principal causa das primeiras emigrações para a América.

Nacionalistas árabes, com o início da Primeira Guerra Mundial, procuraram, junto às grandes potências europeias, apoio para as suas aspirações de independência política. Ao contrário disso, tal apoio, prometido pelos governos britânico e francês, foi frustrante, uma vez que a França e a Grã-Bretanha tinham outros planos para o Oriente Médio. Sob um acordo secreto chamado “Acordo de Sykes-Picot”, essas duas potências dividiram entre si parte do território árabe. Essa divisão foi formalizada na Conferência de San Remo, na Itália, no ano de 1920 e reservou à França o mandato sobre a Síria e o Líbano, ao mesmo tempo em que deu à Grã-Bretanha o mandato sobre a Palestina e o Iraque.

O referido acordo, aprovado pela Liga das Nações, tinha como justificativa “preparar os árabes para o seu governo autônomo”. Os dois mandatos, objeto dos acordos, foram acolhidos com frustração pelos nacionalistas árabes e impostos pela violência. O sentimento de repúdio a esse domínio europeu também é considerado responsável por novas levas de emigrantes para a América.

Nantet (1965), explica detalhadamente como se processou o movimento nacional árabe que, nas duas primeiras décadas do século XX, mobilizou-se contra a dominação turco-otomana, necessitando concentrar todos os esforços na luta contra o colonialismo europeu. Segundo o autor, tal luta pela independência foi longa e penosa, consumindo inúmeras vidas e aniquilando muitos bens materiais. A vitória dos árabes começou a apresentar resultados satisfatórios quando os britânicos perderam o mandato, no ano de 1932, sobre o Iraque e em 1948, sobre a Palestina.

O mandato francês também expirou na Síria e no Líbano em 1943 e em 1946, respectivamente. Para Hajjar (1985), os Estados árabes, no período de 1963 a 1978, mesmo sob a dominação de potências ocidentais, declararam sua independência. O referido movimento finalmente obteve sucesso em extirpar o sistema colonial europeu e em libertar terras árabes, com exceção do caso da Palestina, uma vez que o fim do mandato britânico na Palestina, em 1948, foi acompanhado, concomitantemente, da constituição do Estado de Israel. Para os árabes, o Estado de Israel se apresentava como uma descontinuidade, tanto física como cultural, no espaço geográfico árabe. Em razão da criação desse Estado, cerca de 1,5 milhões de árabes palestinos foram deslocados de suas terras e reduzidos à condição de refugiados.

Depois de quatro guerras entre israelenses e árabes (1948, 1956, 1967 e 1973) foi assinado um tratado de paz entre Israel e Palestina, porém, o conflito árabe-israelense permanece até os dias atuais. A tensão no Oriente Médio aumentou até atingir a arena internacional, apresentando, atualmente, uma ameaça constante de confronto nuclear entre as superpotências.

Esse resumo do processo histórico revela que, apesar de os árabes terem em comum uma experiência longa de um passado colonial, há, contudo, diferenças culturais, religiosas e linguísticas interferentes na identidade dessas experiências e que podem ter influenciado a adaptação e o comportamento desses grupos em seus processos de emigração. As gerações mais recentes de emigrantes árabes para o Brasil, por exemplo, tiveram a experiência de lutar contra o colonialismo europeu (britânico e francês) e não contra o Império Turco; mantêm, dessa forma, visões diferentes sobre sua identidade e sobre seu opressor. É inegável, entretanto, que muitos desses emigrantes apresentam atitudes diversificadas em relação ao conflito árabe-israelense, pelo fato de terem sido, ou não, atingidos diretamente por esse conflito.

Cabe registrar, portanto, que várias das diferenças e contradições existentes no mundo árabe estão refletidas nas comunidades árabes que se integraram no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Para melhor entender as diferenças de atitudes dos imigrantes árabes que se dirigiram para Mato Grosso, nas primeiras levadas, deve-se levar em consideração não somente a política árabe no mundo, mas, também, a complexa relação entre lealdade à terra e lealdade ao grupo étnico árabe, intimamente relacionadas com a época de saída da terra natal. A origem do emigrante e as causas da emigração, bem como o local escolhido por ele, são variáveis complexas que fazem parte da explicação de um mesmo processo histórico.

Não deveria ser uma decisão fácil abandonar uma jovem esposa, filhos ainda no colo, pais idosos, irmãos e irmãs na escola e amigos de infância para ir em busca do desconhecido, especialmente no caso dos árabes, camponeses fiéis à terra e às tradições. Cabe destacar que somente a soma de vários fatores de ordem econômica, religiosa, social e política é que justifica a saída das populações árabes, na sua grande maioria constituída de sírios e libaneses, à procura de novos países, em particular os do continente americano.

1.2 Motivações da diáspora

O historiador Lewis (1983) faz referência à formação do povo árabe, observando que, antes dos árabes, o território libanês fora povoado por tribos semitas desde 3000 a. C., depois por egípcios, assírios, persas, gregos, romanos e bizantinos. A invasão árabe provocou um amplo movimento migratório e a divisão da população em facções religiosas, cujos adeptos não tardaram em repartir-se em comunidades distintas. Ainda sobre a origem desse povo, o auto, referindo-se ao período seguinte à conquista dos árabes, assegura que essa conquista acabou por provocar um retrocesso no país.

Os cristãos, por exemplo, foram obrigados a refugiar-se nas montanhas. Foi durante essa época, quando se instalaram no alto do Monte Líbano, que receberam a denominação de libaneses. Em 1914, a repressão turca sobre os árabes chegou aos extremos. Ocorreram centenas de enforcamentos. Aliados dos alemães, os turcos impunham até a convocação dos dominados para servir no seu exército. Foi quando a migração árabe ganhou maiores proporções, principalmente para a América Latina, provocando despovoamento em seu país, o que abalou toda a vida social e econômica.

Para Hajjar (1985), parece inegável que o movimento migratório respondia às pressões religiosas, políticas, socioeconômicas e demográficas já mencionadas, exercidas sobre as populações árabes dominadas pelo Império Otomano. Nesse contexto, uma série de circunstâncias mantinha o movimento migratório sírio e libanês em ascensão. De igual forma, para Safa (1960, p. 178), as iniciativas dos investidores; o recrutamento dos conselheiros e corretores às Companhias de Navegação; o apelo direto dos imigrados a seus parentes e amigos que ficaram na pátria-mãe; a correspondência dos imigrados e as remessas de generosas quantias aos parentes; o grande número dos imigrados que comprovavam o sucesso na América, eram justificativas suficientes para cada vez mais aumentar o processo migratório.

Conseguir o necessário para emigrarem, na situação em que se encontravam, era algo muito complicado para os camponeses da Grande Síria, considerando que os agricultores sírios e libaneses não possuíam liquidez de capital ou bens de que pudessem dispor. Muitas vezes, seu único bem disponível era o pedaço de terra na qual viviam com toda a família. Tinham que achar um investidor para comprar sua terra ou conseguir um adiantamento, empréstimo ou hipoteca dos poucos bens da família.

Não raras vezes, o pretense emigrante conseguia um dinheiro adiantado, o suficiente para a viagem, com base num simples contrato, escrito ou verbal, com o compromisso do pagamento da dívida e dos juros após “fazer dinheiro na América”. Em resumo, a honra da família se comprometia com o referido empréstimo e esse comprometimento valia mais do que qualquer papel assinado.

Um dos entrevistados, Ale Neiman, e outros informantes da pesquisa em pauta, descendentes de sírios, enfatizaram bastante a questão da honra e da moral. Relativamente a essas virtudes, Ali comentou: “Com relação à moral, a “palavra” basta... A honra do homem é a palavra. O que o homem fala basta, se ele te prometeu isto, ele cumpre. A moral tem alguns símbolos, por exemplo, o bigode. Um dos maiores insultos a um árabe é ofender o seu bigode ou ofender a sua terra natal.”

Por sua vez, Truzzi (1997, p. 26) destaca:

de fato, na tradição síria, o núcleo duro de valores, a própria essência de se ser sírio enfeixa-se nos padrões de comportamento que protegem e perpetuam a honra e a unidade da família. O sentimento de honra, cuja fonte, num passado distante, foi o pertencimento a tribos, tem hoje como fonte primária a família ampliada, capitaneada pelo patriarca, o responsável pela renda e pela riqueza da família. A este cabe zelar e decidir sobre a propriedade rural, as finanças, outros bens, obrigações, casamentos etc., numa relação em que todos os membros da família lhe prestam contas.

A própria Companhia Francesa de Transportes Marítimos enviava corretores para fazerem propaganda falaciosa a respeito do estrangeiro e prometendo tarifas reduzidas junto às companhias de navegação que eles representavam. Inegável, contudo, era o apelo direto feito pelos primeiros emigrados a seus parentes que ficaram na pátria-mãe. Apesar de a idéia inicial ser a de que o imigrante retornaria à pátria depois de ter juntado uma quantia no estrangeiro, as coisas não aconteciam bem assim. Maravilhado com a liberdade encontrada na América, após ter vivido sob o domínio turco durante toda a vida, o imigrante árabe acabava chamando para junto de si seus parentes e amigos, em vez de voltar à pátria. Para tanto, pagava-lhes a passagem ou ia buscá-los onde se encontravam.

Truzzi (1997) salienta que, no caso dos sírios e libaneses, cujas identidades encontram-se tão centradas na família e na aldeia de origem, o fenômeno das redes sociais assumem uma enorme importância. Na percepção dos atores sociais que se envolveram nos processos migratórios, é muito mais provável que estes tenham tomado uma decisão, não em decorrência de um balanço abstrato entre fatores de expulsão ou de atração, mas, simplesmente, porque um parente ou um conterrâneo os chamou, os convenceu de que havia

ali uma oportunidade a ser aproveitada. Assim sendo, é preferível um enfoque de redes a uma teoria que supõe os imigrantes envolvidos em uma análise de custo-benefício em relação a destinos mais ou menos favoráveis (BRETTELL, 2000, p. 107).

Ressalte-se, nesse sentido, que, das entrevistas recolhidas por Greiber et al. (1998), ou entre as que Truzzi (1997) recolheu, a maioria delas menciona circunstâncias semelhantes: a existência de um parente ou conhecido que havia imigrado anteriormente. Tios chamando sobrinhos ou irmão chamando irmão, por exemplo, constitui uma dentre muitas outras possibilidades, amiúde confirmadas por inúmeros estudos dedicados a compreender a migração sírio-libanesa em várias regiões do Brasil (KHATLAB, 2005).

Deve-se assinalar que as cartas mandadas pelos primeiros emigrados aos parentes que permaneceram na pátria-mãe constituíram um chamamento direto à emigração. Essas cartas eram lidas e relidas, apalpadas, analisadas e comentadas por parentes e amigos que vegetavam na pobreza. Principalmente para a leitura dos relatos, eram feitas reuniões em que a imaginação dos ouvintes se enchia de entusiasmo e em que, na maioria das vezes, novas partidas eram decididas.

Outro aspecto que chama a atenção, relatado por Truzzi (1979), refere-se às remessas de dinheiro que os emigrados enviavam a seus parentes na pátria-mãe, o que se constituía, para eles, em uma preciosa ajuda para quitarem dívidas e financiarem outras viagens em direção à América. Esse dinheiro era a prova tocante e irrefutável da riqueza do estrangeiro.

Além de representar uma fuga das dificuldades de caráter estrutural, a emigração passou a representar, para as famílias da Síria e do Líbano, uma forma de manter seu prestígio, seu poder e sua honra financiados pelos lucros advindos do exterior. As famílias foram cada vez mais compelidas a enviar um ou mais de seus membros à América, se desejassem manter sua posição de destaque em suas aldeias ou cidades. A oportunidade de conseguir dinheiro numa proporção inimaginável para os padrões locais exerceu um profundo impacto no equilíbrio de determinadas regiões, atuando como estímulo para aquela avalanche migratória.

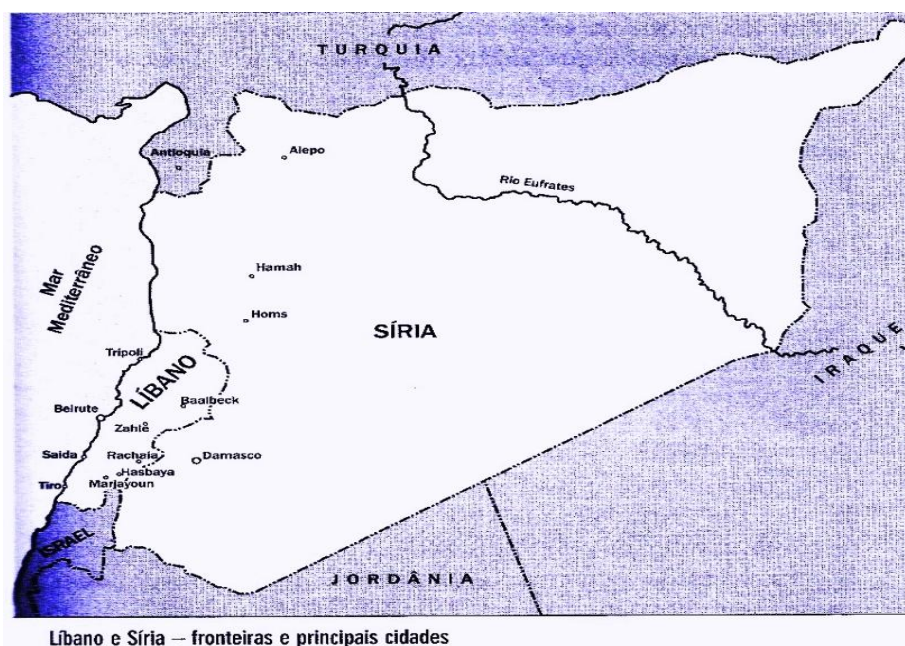
No caso dos emigrantes árabes pioneiros, notadamente os sírios e libaneses, a emigração nunca poderá ser entendida como uma empreitada de aventureiros solitários. A mudança para a América era uma decisão tomada no âmbito da família, coordenada pelo seu chefe, como forma de melhorar as condições de vida dos membros do núcleo familiar e garantir seu prestígio e importância social.

As questões de ordem econômica e demográfica foram determinantes para esse processo migratório, uma vez que permaneceu praticamente a mesma, durante os últimos séculos, a quantidade de propriedades rurais à disposição da população aldeã nos países de origem árabe. Dessa forma, as primeiras famílias que fundaram determinadas aldeias assumiram o controle sobre a terra e usavam-no apenas até o ponto determinado pelas suas necessidades, que eram mínimas, o que gerava uma economia de subsistência. Por isso, durante um longo tempo, houve um equilíbrio entre a população e a disponibilidade da terra.

Deve-se assinalar que em decorrência de alteração da estrutura familiar – como casamentos precoces, famílias numerosas –, o número de habitantes das aldeias foi aumentando e, concomitantemente, a terra foi sendo dividida e subdividida sem que houvesse uma preocupação com as consequências desse processo.

Por volta do ano de 1890 já se identificava, em várias aldeias da Síria e do Líbano, o descompasso entre o número crescente de pessoas e a capacidade da terra em produzir o sustento necessário para todos. Por consequência, o solo das aldeias começou a dar mostras de exaustão e os métodos antiquados da agricultura não possibilitavam a restauração desse solo nos níveis desejados. Os instrumentos agrícolas usados, extremamente rudimentares e de pouca efetividade como o ancinho, o arado, a picareta, a pá e o forcado, não atendiam à demanda de gerar uma produção suficiente para alimentar toda a população. A pequena produção colhida era controlada pelos agentes do governo otomano, que monopolizavam o comércio de grãos.

Mapa 1: Líbano e Síria – fronteiras e principais cidades



Fonte: Roberto Khatlab, *Brasil-Líbano. Amizade que desafia a distância*. Bauru; SP: EDUSC, 1999, p.23.

A falta de uma rede de transportes que integrasse os territórios da Grande Síria⁵ e os problemas naturais representados pelos desertos, pelas terras montanhosas e pela carência de água contribuíram, segundo Hitti (1924, p. 46), “para um isolamento natural de diversas aldeias que se tornaram comunidades auto-suficientes, produzindo apenas o necessário à sobrevivência.”⁶

Para Nunes (2000, p. 23), a “inexistência de uma política agrícola de desenvolvimento nacional gerava desarmonia entre a produção e o consumo, ocasionando, frequentemente, o excesso de determinados gêneros básicos em uma região. e total carência em outra”. Além disso, a falta de crédito impedia o acesso à importação de instrumentos agrícolas modernos para uma maior produtividade. Assim, trabalhos como o de nivelamento, irrigação e saneamento do solo eram realizados com esforço individual, resultando no aumento nos custos da produção.

Desse modo, é imperioso levar em consideração os elevados impostos cobrados pelo Estado Otomano aos seus súditos. A tributação era realizada por uma teia hierárquica de corrupção que partia dos oficiais otomanos, passava pelos paxás, pelos emires e pelos *sheiks*, para recair sobre os camponeses. Nesse contexto, nos momentos de dificuldades financeiras, o Império Otomano chegava a dobrar ou até mesmo a triplicar o imposto cobrado aos súditos árabes.

Como se nota, ao imposto propriamente dito somavam-se, usualmente, as requisições, as corvéias⁷ e a prestação de outros serviços que os senhores exigiam dos camponeses. Outro aspecto a se destacar, era o problema enfrentado pelo agricultor sírio com relação à usura. Ou seja, como a agiotagem era considerada ilegal no Império Otomano e a justiça vulnerável, observava-se grande risco e insegurança nas transações financeiras, o que tornava os empréstimos clandestinos e raros, e, obviamente, executados sob condições extremamente custosas, quando não avassaladoras. Dessa forma, as taxas de juros atingiam a cifra de 40% ao mês, em tempos normais. Por essa razão, o agricultor sírio, amedrontado, não encontrava os créditos necessários para comprar sementes, instrumentos de aragem e animais, a menos que vendesse ao credor sua futura colheita a preços irrisórios (HITTI, 1924, p. 11).

⁵ Até o final da Primeira Guerra Mundial, a região do império otomano, considerada como a Grande Síria, incluía o Líbano em suas fronteiras.

⁶ Trechos retirados da bibliografia em língua estrangeira aparecem na dissertação, traduzida para o português a fim de facilitar sua leitura. Os títulos das obras, porém, foram mantidos na língua original.

⁷ **Corvéia** significava, na Idade Média, a obrigação do servo de trabalhar gratuitamente alguns dias da semana, nas terras do senhor feudal. Esse trabalho obrigatório podia ser realizado na agricultura, na criação de animais ou na construção de casas.

Afora o excesso de tributação imposta à sociedade nativa, era, inegavelmente, revoltante a forma com que se davam tais cobranças, extremamente brutal e arbitrária, ou seja, o camponês sírio se debatia numa constante ansiedade, sem saber ao certo o que deveria pagar, em que época fazê-lo e a quantos senhores ele devia. Por consequência, o banditismo, a violência nas cobranças dos impostos e o excessivo valor dos tributos aceleraram o despovoamento de certas áreas da Síria, frequentemente levando à ruína aldeias antes tão prósperas. A fuga dos camponeses em direção às grandes cidades se tornou, conseqüentemente, um problema social, determinando um processo acelerado de urbanização a exemplo do que aconteceu com a cidade de Beirute, que havia iniciado o século XIX com menos de cinco mil habitantes e chegou a seu final com mais de 120 mil (HITTI, 1924, p. 47);.

Na metade do século XIX, a indústria da Grande Síria era composta, em geral, de pequenas empresas, artesanatos com ferramentas e capital muito modestos. Cada uma de suas ramificações se instalava em um bairro específico ou *souk*, identificando-se por suas atividades características: joalheria, fábrica de sabão, trabalho em couro, marcenaria, costura, moagem, sapataria, curtumes, produção de vinho, extração de óleo, tecelagem, sericultura etc., cuja venda dos produtos ocorria nos próprios locais de produção. A tecelagem era o ofício mais importante; o vinho, o óleo e a seda constituíam os principais produtos.

Apesar de a sericultura ser considerada a indústria mais importante na Síria, fatos políticos levaram esse setor à falência. Com a abertura do Canal de Suez, em 1869, a entrada do Oriente Médio no Extremo Oriente ficou favorecida, aumentando a concorrência das sedas japonesas e chinesas nos mercados da Europa, principalmente os de Lyon e de Marseille, centros tradicionais de venda de sedas da Síria. A abertura de Suez ainda desviou o comércio europeu para o Extremo Oriente, que antes se fazia pelo Líbano, pela Síria e pelos portos do Golfo Pérsico, e passou a ser feita por outra rota, ou seja, por portos egípcios e por cidades do litoral do Mar Vermelho e do Sul da Arábia.

Nesse ponto, a Primeira Guerra Mundial forçou o aumento da produção do carvão para utilização nas redes ferroviárias, produzido, em larga escala, madeira de amoreira, abundante no Líbano. Nesse contexto, houve uma redução drástica da cultura da amoreira, afetando a alimentação e o cultivo do bicho-da-seda (SAFA, 1960, p. 165).

A total falta de investimentos na estrutura viária da Grande Síria resultava no mau estado de conservação das suas estradas, frequentemente intransitáveis. Os próprios sírios tinham interesse em torná-las inutilizáveis para manter distante a cavalaria otomana. As grandes estradas comerciais com melhores condições de tráfego, como as de Jerusalém,

Bagdá, Damas e Aleppo, estavam infestadas de ladrões que praticavam toda sorte de banditismo.

Os transportes, mesmo onerosos, eram extremamente deficientes, feitos no lombo de camelos, mulas ou de burros. Não se arriscava o uso de carroças ou charretes, por medo de serem requisitadas pelas autoridades otomanas. Dessa forma, salienta-se que os pedágios ou direitos de passagem tornavam-se excessivos e caros, devido aos riscos em caminhos sem proteção, situação que não favorecia os grandes deslocamentos ou o desenvolvimento das transações comerciais (SAFA, 1960, p. 166-167).

O crescimento populacional da maioria das aldeias da Grande Síria, no final do século XIX, havia atingido a sua capacidade máxima em relação à possibilidade de utilização das terras aráveis e ao baixo nível tecnológico de produção. Acrescente-se a isso a tradição em manter unida a extensa família composta por três gerações vivendo sob o mesmo teto, o que dificultava o sustento para todos em uma estrutura agrária caracterizada por pequenas propriedades.

Especificamente no Líbano, a alta taxa de natalidade foi somada a uma alta taxa de imigração. Esse país tornou-se o único asilo para povos que imigravam, fazendo com que centenas de refugiados cristãos e exilados políticos se dirigissem para lá, aumentando ainda mais a população nativa e dificultando a sobrevivência de todos. Suas rochas escarpadas faziam do país uma fortaleza natural.

Fatores como o recuo da agricultura e a estagnação do comércio e da indústria, acrescido do alto índice de natalidade, propiciaram as condições e motivaram a emigração dos camponeses sírios e libaneses. Segundo Nunes (2000, p. 26):

A historiografia sobre as grandes emigrações ocorridas entre os povos árabes atribui ora ao fator 'expulsivo' (as condições econômicas, políticas, religiosas e sociais dos países árabes), ora ao 'atrativo' (a perspectiva de enriquecimento na América), as causas da emigração dos que não conseguiam trabalho no país.

Em verdade, o fenômeno da migração em larga escala deve, obrigatoriamente, ser estudado dentro de um quadro mais amplo - o do crescimento mundial do capitalismo. As causas dos fenômenos migratórios de origem síria e libanesa não fogem ao padrão comum de outros países da Europa, do ponto de vista demográfico e econômico, ambos marcados por duas transformações essenciais: o rápido crescimento urbano e a expansão das redes de transportes.

França, Inglaterra e Alemanha necessitavam ampliar seus mercados interferindo no comércio da Grande Síria. Não há dúvida de que esse fato possibilitou a entrada de bens manufaturados nos mercados rurais, passando à escassez de produção dos artesãos independentes, levando-os, muitas vezes, à falência. O rápido crescimento dos grandes centros urbanos criou um novo mercado de grandes proporções para uma produção agrícola comercial de maior escala, que acabou por inviabilizar a antiga produção para subsistência (TRUZZI, 1993, p. 2-3).

A evolução dos transportes marítimos e terrestres possibilitou que uma ampla oferta de bens manufaturados europeus inundasse os mercados do Oriente Médio. A indústria têxtil síria sofreu forte retrocesso, haja vista a alta tributação doméstica e a falta de tarifas protecionistas que suavizassem a dura competição de bens industrializados importados. Por essa razão o artesanato das cidades e das aldeias começou a declinar. O crescimento vertiginoso das grandes cidades fez com que a produção agrícola de subsistência assumisse um modelo comercial.

Dessa forma, a emigração tornou-se uma forma de desafogar as tensões sociais, permitindo que o excesso de mão-de-obra fosse absorvido pelos países que tiveram um incremento industrial rápido e intenso no final do século XVIII e início do XIX.

Como se destacou anteriormente, a vida econômica dos países árabes, até o final do século XIX, era baseada numa agricultura rudimentar de subsistência, misto de propriedade privada e coletiva, marcada pela cooperação nas várias atividades agrícolas, fato que restringia o deslocamento dos grupos árabes. Poucas pessoas faziam viagens às grandes cidades, uma vez que tais deslocamentos eram controlados pelo Império Turco-Otomano. Suas necessidades básicas eram simples e preenchidas pelos recursos oferecidos na própria aldeia. Nessas condições, a economia agrícola demorou a se integrar no desenvolvimento capitalista. Os aldeões, ou seja, aqueles que não eram obrigados a entregar em forma de tributo ao Império Otomano consumiam a maior parte dos produtos do seu trabalho. Desse modo, era frágil a ligação das aldeias com uma economia de mercado.

Foram necessários muitos anos para que o surgimento de uma classe burguesa alcançasse o controle econômico da Síria e do Líbano e possibilitasse o salto da fase de acumulação para uma fase industrial, obrigando os adeptos de uma economia de caráter essencialmente agrícola a ceder às leis de mercado cada vez mais internacionais. Como resultado, a escassez de terras obrigou o excedente populacional a emigrar.

Os países árabes que anunciavam uma proposta de industrialização pseudonacional defrontavam-se com a força da concorrência do imperialismo europeu. É o caso do Egito, país precursor de uma proposta de industrialização da economia.

O governante Muhammad Ali teve a pretensão de transformar o Egito num país industrial. Devido a isso, em 1814, expropriou as terras dos aldeões, transferindo-as para o próprio governo, com o intuito de produzir safras de algodão que alimentariam a indústria têxtil. Apesar disso, fatores de ordem interna e externa prejudicaram tal intenção. O alto custo das máquinas e acessórios importados, a escassez de engenheiros e pessoal qualificado, a apatia e o descontentamento de operários arrancados dos campos para trabalhar em galpões apertados e imundos, o desperdício de matéria-prima, as avarias nos equipamentos, as sabotagens e a obstrução deliberada do funcionamento das fábricas pelos interesses ingleses prejudicaram o intento de converter o Egito num país industrial. A falência final do projeto de industrialização do Egito culminou com a assinatura do tratado comercial anglo-otomano de 1838, através do qual mercadores britânicos tinham o direito de entrar em qualquer parte dos domínios turcos e comprar livremente dos nativos os produtos da terra e da indústria do país (KIRK, 1967, p. 130-135).

Complementando o cenário, no plano internacional, a perspectiva de independência dos países árabes com a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial frustrou-se. As regiões que compunham o chamado Crescente Fértil tornaram-se palco de disputa das nações imperialistas ávidas pela sua potencialidade energética: o petróleo. O Acordo Sykes-Picot, de 1915, assegurou à França o mandato sobre a Síria e o Líbano, e à Grã-Bretanha o mandato sobre a Palestina e o Iraque, sob a pretensa justificativa de que tais mandatos tinham a função de preparar os árabes para o seu governo autônomo. A indignação dos nacionalistas árabes contra a violação do direito de se autogovernarem gerou vários esforços violentos para expulsar os imperialistas europeus, recorrendo-se, em alguns países, à rebelião armada. Porém, outros, desiludidos com a situação do seu país, acharam que a única saída seria a emigração para a América.

A expansão do capitalismo no Oriente Médio alterou, na região, o sentido de poder econômico. No início do século XX, o dinheiro passou a adquirir mais significado para as populações da Grande Síria, assumindo um novo valor social como forma de adquirir prestígio e como meio de satisfazer às novas necessidades advindas do maior contato com os países ocidentais. As pessoas se conscientizaram desse fato e começaram a buscar formas alternativas de obter o controle sobre o dinheiro. Histórias acerca do maravilhoso continente

Americano, onde o ouro poderia ser conseguido sem grandes dificuldades, alcançaram as aldeias e mexeram com o imaginário árabe. Na expressão de Tannous (1942, p. 266): “os primeiros que partiram para a América enviaram ouro para casa e voltaram trazendo ainda maior quantidade. Uma bola de neve começou a girar atingindo praticamente todas as famílias.”

Não foram só os problemas de ordem econômica e demográfica que influenciaram as imigrações de sírios e libaneses; questões de ordem religiosa também foram decisivas para o fenômeno, uma vez que, para manter o controle da região, a administração turca, ao longo do século XIX, havia fomentado discórdias profundas entre os drusos e os cristãos no atual território do Líbano e entre os muçulmanos e cristãos no restante do território conhecido como Síria, fato que dificultou a liberdade de culto na Grande Síria.

O grande número de obras que descrevem os conflitos religiosos no Líbano e na Síria, dentre elas as de Nogueira (2007), de Kamel (2007) e de Naff (1985), sustenta a tese de que as perseguições religiosas ocorridas nos respectivos territórios não constituem causa que explique a emigração daqueles povos. Para Naff (1985, p. 7), por exemplo, trata-se de um mito forjado por políticos árabes na América, após o fim da Primeira Guerra. Os interessados em propagar tal tese foram os maronitas, ardentes defensores do Líbano sob o regime de protetorado francês. A mesma autora observa que, nas entrevistas por ela realizadas com informantes cristãos, o tema “perseguição religiosa” não foi sequer mencionado como causa de emigração.

Porém, outros autores argumentam de forma diferente. O fato de os primeiros emigrantes terem sido, na maioria, cristãos, seria uma prova de que a perseguição contra eles foi um fato de grande importância. Em uma das entrevistas concedidas para a pesquisa que gerou este trabalho dissertativo, Jéssica Buanain, neta de libaneses, relatou que seus avós, que vieram da região de Zahle, contavam que suas famílias eram perseguidas por serem cristãos e que isso contribuiu para que viessem para o Brasil.

Segundo Ahdab-Yehia (1983, p. 152-153), estima-se que entre 1863 e 1915 a população do Líbano tenha diminuído em um quarto, em razão da emigração. Antes de 1878, a maioria dos migrantes libaneses viajava para o Egito desejosa de escapar às pressões de superpopulação e à situação econômica precária. Entretanto, por volta de 1899, um grande número deles se dirigia aos Estados Unidos, Brasil, Austrália e Canadá, atraídos não só por oportunidades econômicas, mas, também, em busca de liberdade religiosa e política.

A situação da Síria não era diferente da do Líbano, uma vez que as lutas entre muçulmanos e cristãos foram intensas. Referentemente a essa situação, Safady (1966, p. 161-162) salienta que “os cristãos não tinham nem o direito de andar nas calçadas”. Greiber et al. (1998) registram várias entrevistas com imigrantes que relatam ter enfrentado situação semelhante.

Naff (1985), conquanto não considere o fator religioso a causa motivadora da emigração de sírios e libaneses, apresenta uma análise política do acirramento das rivalidades religiosas na Síria e no Líbano, registradas na segunda metade do século XIX. Para ela, a tradição de acomodação entre muçulmanos e cristãos, que conviviam sem grandes hostilidades, foi severamente interrompida por interesses políticos. As potências européias competiam pela influência no combalido Império Otomano, explorando a lealdade e os interesses de várias seitas cristãs. Na Síria, os franceses apoiavam os orientais e a Inglaterra vacilava entre os cristãos e os drusos semi-islâmicos, conforme seu interesse ditava. A França encorajava o sonho maronita do domínio político no Líbano e hostilizava os muçulmanos, os drusos e os cristãos ortodoxos, os quais tendiam a apoiar os muçulmanos na política. No Egito, o apoio inglês aos coptas⁸ antagonizava a maioria muçulmana. A interferência européia gerou hostilidade entre muçulmanos e cristãos e exacerbou o sectarismo entre os grupos cristãos rivais.

Dessa forma, embora aparentemente a intolerância religiosa tenha sido uma das causas motivadoras das grandes emigrações dos sírios e libaneses, os interesses políticos europeus no Extremo Oriente, em última análise, foram reconhecidamente os fomentadores das discórdias.

Não se pode deixar de destacar as questões de ordem social e política que motivaram as migrações, uma vez que a estrutura social na Grande Síria era formada, no século XIX, por duas grandes classes sociais antagônicas: os senhores e os camponeses. Essas duas classes estavam em constantes conflitos: uma marcada pela opulência e a outra pela miséria, de maneira que o abismo que as separava era muito profundo.

Excluídos da propriedade do solo, envergonhados pelas múltiplas tarefas arbitrárias senhoriais e frequentemente humilhados pela prática de “beija-mão”, os camponeses aspiravam à liberdade e à igualdade. Nesse contexto, o quadro conservador não convinha mais a uma sociedade que estava em contato com o comércio europeu e com as suas idéias revolucionárias. O ensino ministrado pelas missões americanas e francesas estimulava os

⁸ **Coptas** é a denominação dada à língua falada no Antigo Egito e também à seita de cristãos egípcios pertencentes à Igreja Cristã Ortodoxa, com sede em Bizâncio. Os coptas sustentavam que Cristo tinha uma única natureza.

intelectuais sírios e libaneses a procurarem a liberdade, inicialmente em direção ao Egito, em seguida rumo à Europa Mediterrânea e, por fim, rumo à América.

Segundo Hajjar (1985), diversas lutas sociais marcaram a tentativa de romper a ordem feudal no Líbano, em que a maioria dos senhores de terra eram drusos e os camponeses, cristãos. Reunidos em torno de idéias inovadoras ventiladas pelos líderes políticos e intelectuais os camponeses voltaram toda a sua ira contra seus senhores, fato que acentuou a exploração econômica e a rivalidade religiosa, multiplicando como consequência as perdas dos cristãos. Essa situação chegou ao clímax com os grandes massacres de cristãos pelos drusos, ocorridos no início de 1860.

A falência do Império Otomano diante das aspirações econômicas das potências européias no Oriente Médio acabou exigindo, dos governantes turcos, medidas cada vez mais impopulares para com seus súditos árabes, o que reforçou o clima geral de descontentamento. Em 1909, por exemplo, na tentativa de fortalecer o combalido exército otomano, o serviço militar obrigatório foi estendido aos cristãos, até então dele dispensados.⁹ Essa medida de caráter extremamente impopular determinou o crescimento do processo de emigração. Os soldados que haviam sido recrutados pelo exército otomano nunca voltavam para casa; as famílias ignoravam o paradeiro de seus filhos e não podiam reaver seus corpos, quando falecidos em combate, para um enterro religioso.

Para Safady (1966), a pressão do serviço militar obrigatório e o despotismo dos dominantes turcos foram os motivos principais das emigrações. Entre a possibilidade de ser convocado para a guerra para defender os interesses do opressor e a de emigrar para outras terras, a segunda opção parecia ser a mais conveniente para os árabes.

As histórias de sucesso dos emigrados na América, somadas às condições econômicas e políticas insatisfatórias, levaram as famílias da Grande Síria a mandar seus filhos para a América, como alternativa de amenizar a penúria familiar.

Cabe, ainda, destacar que os missionários católicos e protestantes que lá viviam, de alguma forma, acionaram a fuga do controle cultural de jovens insatisfeitos com a estrutura social vigente. Em verdade, toda cultura para perpetuar sua organização específica estabelece e exerce certo grau de controle social sobre o comportamento dos membros do grupo, o que não foi diferente para essa etnia. Apesar da aparente harmonia, é natural que alguns indivíduos se insurgissem contra as regras postas. Como se nota, quando a América foi

⁹ O alistamento geral nas forças otomanas foi introduzido pela primeira vez em 1855. Nessa época, os cristãos eram eximidos do serviço e, assim como os judeus, pagavam um imposto por esse privilégio. Após a tomada do poder pelos Jovens Turcos, em 1909, tal concessão foi revogada.

“descoberta”, uma saída vislumbrou-se diante dos relatos dos missionários que atuavam na Grande Síria e muitos indivíduos aceitaram essa chance como uma dádiva dos céus.

1.3 O movimento emigratório de sírios e libaneses

O movimento emigratório limitou-se, a princípio, a alguns povoados do Líbano e da Síria; porém, por volta de 1890, a maioria das aldeias desses países estava envolvida nessa aventura. Os árabes usavam duas rotas para a emigração. A primeira e mais antiga levava ao Egito, Sudão e às colônias francesas e britânicas na África Oriental e Central. A outra, levava às Américas e daí à Austrália, Nova Zelândia e às ilhas do Pacífico.

Das entrevistas coletadas por Greiber et al. (1998) conclui-se que os primeiros emigrantes sírios e libaneses que vieram para o Brasil geralmente partiam dos portos de Trípoli e de Beirute, em navios franceses, gregos e italianos, os quais navegavam com excesso de passageiros em péssimas condições de higiene e com alimentação precária.

A rota utilizada por esses navios, normalmente, incluía conexão nos portos de Haifa, Said, Alexandria, Estreito de Messina, Gênova, Marselha, Las Palmas, Estreito de Gibraltar, Dakar e Brasil, aportando no Rio de Janeiro e em Santos. (KNOWLTON, 1961, p. 26).

Nas cidades portuárias do Mediterrâneo os emigrantes encerravam uma etapa da viagem e ficavam à espera de navios que os levassem adiante, navegando pelo Atlântico até o destino escolhido. Alguns esperavam semanas, até meses, entre uma etapa e outra. Durante esse tempo os emigrantes, sem grandes recursos, empregavam-se em hotéis, restaurantes e lojas até que reunissem o capital necessário para as despesas da segunda etapa da viagem. Esses atrasos nas conexões entre os navios do Mediterrâneo e os do Atlântico geravam, nos portos do ocidente europeu, um mercado lucrativo.

Greiber et al. (1998) relatam acerca do resultado do número crescente de emigrantes árabes com destino à América, com paradas em portos do Mediterrâneo, uma grande rede de serviços que foi se expandindo. Empresários sírios montaram serviços nas cidades portuárias. Considerando que os emigrantes árabes tinham pouco conhecimento de outras línguas, eles acabavam se tornando dependentes desses serviços portuários.

Cabe ressaltar, ainda, que problemas nos serviços de imigração foram responsáveis por muitas separações de famílias durante décadas e, às vezes, para sempre. Centenas de histórias circulam sobre emigrantes que foram desviados da rota inicial para destinos estranhos, vítimas da má-fé, ignorância ou indiferença dos agentes de viagens. Segundo

Nunes (2000), alguns que deviam ser enviados para a Argentina acabavam aportando no Brasil. Na visão do emigrante, as distâncias entre os países da América não estavam muito definidas.

A maioria dos emigrantes viajava de terceira classe e, nessas condições, era comum a superpopulação que se “espremia” num espaço reduzido, com alimentação deficiente, muito diferente daquela a que estavam acostumados. Sabe-se, por relatos de entrevistados, das dificuldades enfrentadas durante a viagem.

Chaul (1988, p. 29) relata o seguinte:

Vinham de terceira, tudo de terceira. Traziam a comida em eles: *hallaué*, traziam *chanlich* (queijo árabe), traziam...*zahede* (merenda). A viagem levava um mês naquele tempo, ou 40 dias no máximo. Nove libras daquele tempo eram 108 cruzeiros. Era o preço de uma passagem de terceira classe de Homs para o Brasil.

Uma vez fora do Porto de Santos (SP) ou da Ilha das Flores (RJ), os imigrantes que não eram recebidos por familiares corriam o risco de ser abordados por caloteiros, ladrões, agentes ou fazendeiros que estavam à cata de trabalhadores rurais, e até por mensageiros de pensões. Era costume, entretanto, que os familiares estivessem à espera para levar os recém-chegados ao seu destino, uma vez que a hospitalidade sempre foi uma característica marcante dessa etnia, reforçando os vínculos da família ampliada e da rede de solidariedade conceituada por Truzzi (1993; 1997), em suas obras.

1.4 O Brasil como destino

É difícil determinar com precisão a data de chegada dos primeiros árabes ao Brasil. No início do processo de emigração desse povo, não havia registros oficiais nos portos de embarque de Beirute, nem nos portos de desembarque do Rio de Janeiro e de Santos. Com base na história oral dos imigrantes pioneiros, Safady (1966, p. 162) registra o ano de 1887 como a época de chegada da primeira caravana de libaneses - a maioria proveniente de Zahle - à cidade do Rio de Janeiro. Foi nessa caravana que chegou a primeira mulher libanesa que emigrou para o Brasil, Manni Buainain Nimer, que veio acompanhando seu esposo, Dib Haikal Nimer.

Cabe registrar, aqui, que uma das histórias de famílias, conseguida durante esta pesquisa, é a da família Buainain, residente em Campo Grande, que também veio da aldeia de

Zahle. A convite de alguns irmãos que já residiam em Curitiba, veio Assef Dib Buanain, em 1910, com 30 anos e sua esposa Chafica Fatouche Buainain, com 18 anos. De Curitiba migraram para Corumbá onde abriram uma loja de roupas e tecidos finos, confirmando o *modus operandi* de como se processou a grande maioria das migrações árabes para o Brasil. O casal teve doze filhos e, em Campo Grande, montaram, ao longo dos anos, a rede de farmácias São Bento, que é a maior do estado.

Entre 1887 e 1890 foram registrados 250 imigrantes de origem árabe, no Brasil, segundo o jornal *Esphinge*, de Chúcri Khniri, editado em dezembro de 1936. A lista, contendo a relação desses imigrantes, foi organizada pelo libanês Dib Haikal Nimer, incluindo dados sobre as localidades de origem dos imigrantes, o que possibilita constatar que Zahle, Becharre, Zuk, Miziara e Jebail, todas situadas ao norte do Líbano, foram as localidades de onde mais imigrantes saíam.

Deve-se assinalar que todas essas regiões estavam submetidas a uma extrema violência por parte da administração otomana. Zahle e Becharre eram dominadas pelos muçulmanos *xiitas* e vivam em constante tensão e luta. Também faltavam oportunidades de trabalho no norte e sua população sofria uma exploração fiscal mais acentuada pela proximidade da administração otomana.

A principal fonte de informação sobre o movimento imigratório é o Departamento Nacional de Imigração, que, na revista *Imigração e Colonização*, apresenta estatísticas e relatórios sobre o movimento imigratório anual no Brasil. As estatísticas fornecidas por esse Departamento, porém, nem sempre são completas e as datas, em alguns casos, não correspondem com as das biografias escritas pelos próprios imigrantes pioneiros.

Inserem-se, aqui, algumas fotografias cuja visualização enriquece os dados históricos anteriormente referidos, além de valorizar este trabalho que traz, também, uma nuance memorialista. As fotografias foram, gentilmente, disponibilizadas por Loris Buanaim, filha do casal tido como pioneiro da imigração árabe no Brasil e informante desta pesquisa.

Fotografia 1 - Casamento de Assef Buanain e Chafica Fatuche Buanain, no Líbano, em 1911.



Fonte: acervo particular de Loris Buanain.

Fotografia 2 - Família Buanain.



Fonte: Acervo particular de Loris Buanain.

Fotografia 3 - Matriz da Farmácia São Bento, localizada em Campo Grande, entre as Ruas 14 de julho e Cândido Mariano.



Fonte: Acervo particular de Loris Buanain.

Segundo Knowlton (1961, p. 37), inicialmente a imigração aconteceu de forma lenta e irregular. Com base nos dados do Departamento Nacional de Imigração, de 1871 a 1891

somente 156 sírios e libaneses entraram no Brasil. Esse número, porém, está muito abaixo do publicado por Dib Haikal Nimer: 250 imigrantes entre os anos de 1887 a 1890.

Todos os imigrantes vindos do Oriente Próximo foram classificados como turcos até 1892, quando os sírios passaram a ser inscritos separadamente. Como o Líbano, até a Primeira Guerra Mundial, era considerado parte da Síria, todos os libaneses foram incluídos entre os sírios e só passaram a ser listados como nacionalidade independente a partir de 1926 (SAFADY, 1966, p. 164).

Dessa forma, os dados e os censos sobre os imigrantes árabes no Brasil, em geral coletados pelo Serviço de Imigração, apresentam sérias limitações. Uma delas é decorrente da dificuldade de classificar os imigrantes por país de origem, por religião ou por identidade nacional. Emigrados de um império multinacional como o otomano, e com um país de origem que não correspondia à identidade nacional, os sírios, os libaneses e outros não eram distinguidos dos turcos. Como se nota, eram contados sob a classificação “turcos da Ásia”, juntamente com gregos e armênios.

Algumas informações registradas nesses arquivos foram deturpadas por dificuldades de compreensão geradas pela língua; outras eram deliberadamente adulteradas pelos imigrantes. Profissão, idade, estado civil eram declarados de forma a favorecer o imigrante, dependendo das circunstâncias. Muitos árabes, enganados pelas companhias de navegação, eram deixados na Austrália, no México ou no Caribe, entrando, posteriormente, no Brasil, classificados como imigrantes dessas regiões. Havia uma outra situação: como os árabes costumavam viajar a passeio para suas terras de origem, por vezes, as duas ou três viagens realizadas por um mesmo imigrante para casar, administrar negócios ou rever a família, eram contadas como novos casos de imigração, a cada vez que eles retornavam ao país.

Com relação à incerteza geral que figura nos dados oficiais, percebe-se que houve uma supremacia das nacionalidades síria e libanesa sobre as demais. Em 1910 ocorreu um aumento do índice de emigração para o Brasil em razão da saída de jovens sírios e libaneses que tentavam escapar do serviço militar obrigatório. Com o início da Primeira Guerra Mundial, o número de imigrantes no Brasil aumentou consideravelmente.

A emigração dos árabes para o Brasil apresentou períodos de fluxos e de refluxos, dependendo das circunstâncias políticas e econômicas ocorridas em seus países de origem ou no cenário mundial. O período de maior fluxo aconteceu entre 1911 e 1913, marcado por uma grande repressão dos turcos contra os libaneses. Com relação a migrações vindas de outras áreas do mundo árabe como Marrocos, Egito, Iraque e Jordânia, estas foram reduzidas e não

se generalizaram em correntes migratórias, diferentemente do que ocorreu com os libaneses e sírios.

Outro aspecto a destacar é que, de acordo com registros de Nunes (2000, p. 46), cerca de 95% dos sírios e libaneses que imigraram para o Brasil antes da Segunda Guerra Mundial eram cristãos, só uma minoria era muçulmana (druzos). Geralmente, os imigrantes cristãos eram originários do Monte Líbano, sobretudo homens solteiros entre 10 e 40 anos. Nas levas posteriores, considerando as condições favoráveis do Brasil, famílias inteiras passaram a também deixar suas terras e se deslocarem para cá.

De um modo geral, os árabes que vieram para o Brasil no fim do século XIX e começo do XX caracterizavam-se por camponeses oprimidos que houveram vivido sob severa depressão econômica ou opressão religiosa, o que os teria forçado a migrar. Tudo indica, porém, que tais representações podem estar longe de ser verdadeira. De acordo com a observação de Nunes (2000), como explicar a não-hesitação dos que anteviam as potencialidades econômicas brasileiras em deixar fazendas e vinhedos, até o retorno, sob os cuidados dos familiares? Muitos dos que conseguiram sucesso até desistiram de seus pedaços de terra, doando-os a parentes que ficaram na pátria ou a igrejas e mosteiros.

Para Greiber et al. (1998) e Truzzi (1997), na verdade, os emigrantes sírios e libaneses pertenciam a classes subalternas em sua pátria, mas não se incluíam entre os mais pobres estrangeiros que chegaram ao Brasil. Não é possível determinar com segurança a quantidade do dinheiro que traziam, já que esse dado não foi compilado pelo Serviço de Imigração. Segundo o testemunho de vários informantes, a provisão para as viagens e para cobrir eventuais incidentes era fornecida por familiares que funcionavam como suporte, uma retaguarda de apoio financeiro.

As entrevistas com imigrantes árabes, realizadas ao longo desta pesquisa, revelaram que muitos deles voltavam à sua terra, temporariamente, com o objetivo de visitar pais e mães velhos e doentes ou de escolher noivas para casar. Foi o caso de Abdalla Georges Sleiman, que declarou haver se casado com uma moça libanesa que conhecera no Líbano. Era uma vizinha da casa e lhe foi recomendada por suas irmãs e seus cunhados. Foi lá conhecê-la, passou duas semanas e se casou.

Ale Neiman, outro entrevistado, disse que seu pai, nascido no Brasil, foi até a Síria a pedido de seu avô paterno, para encontrar uma esposa. Lá chegando conheceu uma jovem, sua prima, com quem se casou. Retornou, com um mês de casado e sozinho para o Brasil; sua esposa veio um mês, ainda, depois.

Apenas um número reduzido retornou definitivamente à nação de origem; uns, por não se adaptarem às mudanças culturais, outros, por não conseguirem êxito nos negócios; outros, ainda, regressaram por responsabilidade assumida com familiares na pátria-mãe. Por volta de 1920, a tendência para a emigração temporária havia enfraquecido e a maioria dos imigrantes chegava para ficar definitivamente no Brasil.

No final do século XIX, já era possível identificar imigrantes árabes em várias regiões do Brasil. Em 1897, por exemplo, na capital de São Paulo foi criada a Sociedade Maronita de Beneficência e, no mesmo ano, a Sociedade Beneficente Síria, na cidade de Franca. Em 1895 já se encontrava instalada, na cidade de Campinas, uma gráfica com tipos árabes. Ali se editou o primeiro jornal de língua árabe no Brasil, denominado *Al-Faihá*, tendo como proprietário Salim Balich, originário de Zahle, Líbano (SAFADY, 1972, p. 81).

Como mencionado, durante a Primeira Guerra Mundial houve um decréscimo da imigração desses grupos para o Brasil, seguido de um período de grande fluxo, entre 1920 e 1930. Nesse período, a imigração flutuou anualmente entre um e cinco mil, atingindo, em 1926, o maior número com 7.308 segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰.

Logo após, com o advento da depressão econômica e a subsequente adoção do sistema de cotas, pelas autoridades brasileiras, houve uma redução substancial da imigração. Entre 1930 e 1940, a média de árabes que entraram no Brasil ficou entre cem e quinhentos. Com a Segunda Guerra Mundial esse número reduziu drasticamente e, desde então, em comparação com os anos anteriores, poucos imigrantes têm entrado no país.

O ano de 1930 foi o que marcou, no Brasil, o início de uma política de restrições imigratórias. Segundo Hugon (1973, p. 33), dois momentos dessa política devem ser destacados:

De 1930 a 1945, houve um período de estrita limitação das entradas de imigrantes e, a partir de 1945, um período de limitações mais flexíveis. O primeiro período tem início com o decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, elaborado pelo governo provisório; ele limita a imigração aos estrangeiros já domiciliados no Brasil, àqueles cuja entrada é solicitada pelo Ministério do Trabalho e sob certas condições aos trabalhadores especializados.

¹⁰ BRASIL – 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

De igual forma, esse decreto estabelecia, ainda, a exigência de que cada empresa mantivesse no seu quadro de empregados, no mínimo, dois terços de assalariados brasileiros natos. Na Constituição de 1934, a política restritiva de entrada de imigrantes no Brasil incluiu exigências relativas à capacidade física e à filiação ideológica do imigrante. Esta pode ser a razão da manutenção do limite de 2% do mínimo global dos imigrantes, de cada nacionalidade, residentes no Brasil, no decorrer dos últimos 50 anos.

Ainda no ano de 1934, foi feita nova restrição à entrada de imigrantes no Brasil, com base em dois decretos: o primeiro do dia 9 e o segundo, do dia 16 de maio, nos quais se impunha, como condição preferencial, o trabalho na agricultura. Revorêdo (1934) defende a vinda de imigrantes exclusivamente para o trabalho no campo. Diversamente, sabe-se que esses decretos não foram cumpridos ao rigor da lei, porque nem todos os que entraram no Brasil, naquela fase, eram agricultores, o que se comprova, de modo específico, com os sírios e libaneses que, embora fossem em grande parte comerciantes, para efeito de entrada junto ao órgão de imigração, diziam-se agricultores.

A Constituição de 1937 deu continuidade a essa política de restrições e estabeleceu, para as várias nacionalidades de imigrantes, o limite de 2% fixado anteriormente. Para reforço da política imigratória anteriormente imposta, em 2 de abril de 1941, publicou-se um decreto-lei com outras restrições.

A partir de 1945 teve início uma segunda fase na política imigratória brasileira, quando as restrições foram abolidas “a fim de poder responder às necessidades da evolução econômica e aproveitar o reinício dos movimentos migratórios internacionais” (HUGON, 1973, p. 53).

Os novos fluxos de migração causados pela Segunda Guerra Mundial abarcaram um contingente significativo de europeus que viam, na emigração, a única saída para seus problemas. A política brasileira manifestava-se ambígua nessa questão: ao mesmo tempo em que anunciava que o interesse do Estado era o de proteger a mão-de-obra nacional, recorria à mão-de-obra estrangeira, no instante em que ela era primordial ao desenvolvimento da economia brasileira.

Desse modo, em 19 de dezembro de 1945, foi promulgado o Decreto-Lei nº 7.967 que invalidava as disposições anteriores do Decreto-Lei de 1941 e ditava as novas regras da política de imigração. Seguindo a mesma linha, a Constituição de 1946 deu prioridade às disposições essenciais de 1945, que consagravam o regime de cotas para as diversas nacionalidades, fixando os 2% do somatório total da mesma nacionalidade. Resguardando

interesses nacionais, as cotas estabelecidas pelo governo tinham o objetivo de evitar a concorrência da mão-de-obra estrangeira com a população nativa. Mais que isso, temia-se a entrada de imigrantes de reputação duvidosa e de opiniões políticas consideradas subversivas e, também, de grupos étnicos de difícil assimilação, que poderiam constituir-se em “quistos” dentro da sociedade que os recebia. Por fim, havia uma preocupação relativamente à entrada de imigrantes que pudessem trazer enfermidades.

Todas essas condições restritivas atingiam mais intensamente os imigrantes identificados como pertencentes a uma raça amarela. Para Ianni (1966, p. 11), os debates políticos sobre a imigração tinham a intenção de “branquear o Brasil que estava muito mulato e muito negro”. O país necessitava, naquele momento histórico, de imigrantes que dispusessem de capacidade técnica e de capital. Desse modo, os grupos étnicos formados por italianos e alemães tinham maior aceitação. Como os sírios e libaneses não se engajavam em trabalhos agrícolas ou domésticos, nem na categoria de operários urbanos, eles ficavam à margem do perfil idealizado pela política imigratória brasileira. Por outro lado, os sírios e libaneses colaboravam no processo de ocupação do território nacional e funcionavam como elementos dinamizadores do mercado local e regional, integrando regiões até então isoladas do mercado consumidor.

São Paulo constituiu-se em um importante centro de atração para os sírios e libaneses, desde o começo da imigração. A colônia árabe desse estado é a maior e a mais próspera do Brasil. Knowlton (1961) apresenta os registros comparativos da imigração anual dos sírios e libaneses, relativamente ao Brasil e São Paulo. Verifica-se, nesses registros, que mais de 50% do total de imigrantes estabeleceram-se em São Paulo: no período de 1908 a 1933 essa porcentagem foi de 43% a 70%; no período de 1934 a 1939, foi de 70%. Ainda segundo esse mesmo autor, das nacionalidades que entraram no Brasil, sírios e libaneses ocuparam, entre 1884 e 1943, o sétimo lugar, com 106.088 imigrantes, ou seja, 2,59% da imigração total registrada.

Após a Segunda Guerra Mundial o governo francês e o inglês, legitimados pela Liga das Nações, ocuparam grande parte do território árabe. Tal fato gerou uma nova onda de emigrações da população árabe, com características um pouco diversas da anterior. Antes de 1945, praticamente todos os imigrantes árabes tinham vindo da Síria e do Líbano. Nos anos pós-guerra, no entanto, as origens raciais dos imigrantes tornaram-se mais diversificadas. Para o Brasil, os sírios continuaram a vir em número significativo, seguidos dos libaneses e, em menor grau, dos palestinos, jordanianos e egípcios, entre outros.

1.5 Imigração árabe em Mato Grosso

Como já se afirmou anteriormente, os emigrantes classificados como da primeira leva, (1880-1945), encaravam sua viagem para o estrangeiro como algo temporário e se fixaram, principalmente, nas cidades litorâneas. Os da segunda leva em diante, (1946-1984) procuraram cidades interioranas e ainda em formação. A maior parte deles, sobretudo no período inicial, era solteira. No período de 1908 a 1939, os documentos de entrada de imigrantes pelo Porto de Santos registraram os sírios e libaneses como o grupo que apresentou as maiores porcentagens de solteiros acompanhados de qualquer membro da família, e de avulsos (imigrantes sem família) do sexo masculino, comparadamente a outras etnias.

No estado de Mato Grosso, o fenômeno se repetiu, ou seja, os primeiros sírios e libaneses que vieram para o estado, ainda na última década do século XIX, eram, em sua maioria, jovens e solteiros, normalmente atendendo ao convite de um parente aqui instalado. Tal afirmação pode ser comprovada por dados disponíveis, no Brasil, como os do IBGE, que, por ocasião das comemorações dos 500 anos, apresentou dados oficiais sobre essa imigração, segundo a nacionalidade, de 1884 a 1939; além disso, há as provas evidenciadas entre os árabes que se dirigiram para os Estados Unidos, Canadá e Argentina e, finalmente, pelas próprias informações obtidas por meio das histórias de vida de imigrantes residentes no atual Estado de Mato Grosso do Sul.

A colônia libanesa que se estabeleceu em Mato Grosso, no início do século vinte, foi mais expressiva em Campo Grande e nos municípios de Corumbá e Dourados. Esses imigrantes deixaram o Líbano, pressionados pela Primeira Guerra Mundial, que acirrou a dominação turco-otomana no seu país. Os libaneses não buscavam as propriedades agrícolas, como ocorreu com os imigrantes europeus, mas dedicaram-se ao comércio e às pequenas indústrias. Segundo Truzzi (2005), tornaram-se, na verdade, os mascates que, por muitos anos, abasteceram de mercadorias a população nas cidades e os fazendeiros.

De um modo geral todos eles chegaram ao estado sem recursos e tiveram de enfrentar a atividade de vendedores ambulantes, negociando suas mercadorias de porta em porta. Com o tempo, essa atividade comercial, além de assegurar a sobrevivência desses imigrantes, permitiu que se estabelecessem no comércio local por conta própria. Fixaram-se em suas lojas de miudezas, o tradicional e diversificado bazar, no qual havia uma miscelânea de artigos que iam do alfinete à sela de couro para cavalo. Esse tipo de estabelecimento representou um marco nos comércios locais, organizados até então, basicamente, nos moldes de secos e

molhados e produtos agrícolas. Muitos armazéns de propriedade de sírios e libaneses serviram como central abastecedora tanto para o comércio local varejista quanto para o comércio atacadista do restante de Mato Grosso. Outra inovação fundamental foi a implantação do sistema de crédito. Foram os sírios e libaneses que trouxeram para o Brasil a forma de se comprar “fiado”, em suas lojas.

Inicialmente, enfrentaram alguns problemas, notadamente no campo da discriminação, devido ao passaporte usado para entrar no Brasil, uma vez que esse documento dos imigrantes era emitido, inicialmente, como se todos fossem oriundos da Turquia, ou seja, “turco-otomanos”, o que não correspondia à realidade.

De acordo com as fichas de filiação ao Clube Libanês, constatou-se que a maioria dos imigrantes que chegaram ao antigo estado de Mato Grosso, aproximadamente 80%, veio da região de Zahle, estabelecendo-se, primeiramente, na cidade portuária de Corumbá. Posteriormente, em decorrência, principalmente, da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, inaugurada em 1914, esses imigrantes se fixaram, maciçamente, em Campo Grande. Ressalte-se, entretanto, que há registro de libaneses nessa cidade desde 1906.

A preferência pelos municípios de Corumbá, Dourados e Campo Grande relacionava-se com a possibilidade de desenvolvimento comercial dessas cidades. Os sírios e libaneses se instalavam em locais onde surgiriam vilas e cidades em decorrência de uma estratégia geopolítica do Governo Federal, que objetivava povoar a região centro-oeste do país. Instalaram-se no comércio quando as vilas começaram a contar com um mercado consumidor que permitia a proliferação do pequeno comércio, como armazéns de secos e molhados, vendas de tecidos, armarinhos e bares.

Uma parte desses imigrantes deixou Corumbá e rumou para o sul através dos rios Paraguai, Salobra, Miranda e Aquidauana. Alguns deles se fixaram em Porto Murtinho, outros em Nioaque, outros, ainda, em Aquidauana e, também, em Campo Grande e Cuiabá. Muitos deles, posteriormente, vieram se fixar em Campo Grande e em outras cidades do então Estado de Mato Grosso.

Outro aspecto da preferência dos libaneses e sírios por esses municípios estava ligado ao vínculo familiar. Esses imigrantes libaneses, antes de tudo, estavam dispostos a agrupar-se junto a familiares, em busca de apoio para superar as dificuldades iniciais de adaptação e de melhor ajuste às condições de vida e de trabalho. O parentesco sempre representou um forte vínculo entre eles.

Sobre os pioneiros, jovens e solteiros em sua maioria, consta que não tinham dinheiro e que se tornaram mascates, pois essa ocupação não requeria capital e a mercadoria poderia ser obtida com crédito de parentes e conhecidos, já fixados no local. Além disso, seu escoamento era rápido e lucrativo. Juntando em pouco tempo capital suficiente para trabalhar por conta própria, iam abrindo no interior lojas e armazéns em pontos estratégicos. Em Campo Grande, por exemplo, pelo Livro de Endereços dos Sócios Proprietários do Clube Libanês (cf. Anexo A), pode-se comprovar que a grande maioria se fixou entre as ruas 14 de julho e Calógeras, no centro da cidade.

Não foi possível contabilizar, por meio do registro dos 300 primeiros sócios do Clube Libanês de Campo Grande, o número de mulheres árabes que entraram no estado nas primeiras décadas do século XX, considerando que todos os títulos estavam no nome dos homens. Pelas informações obtidas nas entrevistas, conclui-se que a presença delas foi reduzida, nessa época. Isso se explica pela intenção temporária das primeiras emigrações e pelas restrições culturais impostas às mulheres árabes na própria estrutura familiar. À medida que os homens se tornaram mais estáveis social e economicamente, as mulheres e filhos começaram a vir para se juntarem a seus maridos, ou para se casarem com seus pretendentes.

As mulheres árabes não vieram como pessoas independentes, mas como parte de um projeto familiar patrocinado por parentes já residentes no estado, o que é próprio da cultura árabe, que reforça a situação de dependência da mulher e seu papel de mãe. O entrevistado Ale Jamil Neiman disse que sua mãe sempre esteve muito presente no lar, na educação dos filhos, ensinando-lhes, inclusive a falar e a escrever em árabe. Por esse depoimento é possível presumir-se que a presença das mulheres proporcionava, não somente um ambiente domiciliar seguro e estável, como, também, uma contribuição econômica complementar à do pai ou do marido, uma vez que elas ajudavam no comércio da família.

As causas da imigração árabe para o estado de Mato Grosso são, certamente, complexas. Como vários outros grupos, os árabes tinham esperança de liberdade e de prosperidade na nova terra.

Cabe reforçar que a primeira leva de imigrantes árabes ocupou, preferencialmente, as cidades litorâneas e os estados de maior desenvolvimento tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais. Os imigrantes que vieram para Mato Grosso são classificados como os “da segunda leva”, ou seja, aqueles que vieram por volta de 1890 até 1945.

Nos documentos do Jornalista Assaf Trad, que foi Cônsul Honorário do Líbano em Mato Grosso e, também, muito atuante nas administrações do Clube Libanês de Campo Grande, encontram-se anotações referentes a mais de duzentos nomes dos primeiros imigrantes árabes, principalmente libaneses, que chegaram por Corumbá e instalaram-se ali. Aportaram no Porto fluvial de Ladário/Corumbá no final do século XIX e início do XX, viajando através dos portos de Santos, Montevideú, Buenos Aires e Assuncion Del Paraguay.

Comparando a relação dos nomes do Anexo A com aqueles que se associaram ao Clube Libanês pode-se concluir que:

1. de 1953 até 1963, aproximadamente 50% das famílias pioneiras, elencadas no referido Anexo, associaram-se ao Clube Libanês, demonstrando que grande parte desses imigrantes se deslocaram de Corumbá para outras cidades, como as já mencionadas, e que maciçamente se instalaram em Campo Grande, uma cidade que estava em franco desenvolvimento;
2. como se pode verificar, pelos sobrenomes, vários membros da mesma família, provavelmente irmãos e primos, vieram com o objetivo de “fazer a América”, ou seja, “amealhar” dinheiro e, possivelmente, voltar para sua terra natal;
3. foram citados somente os nomes dos homens por não haver o registro de acompanhantes desses imigrantes, o que não torna possível afirmar se vieram acompanhados de mães, irmãs, esposas ou filhas.

Oliveira Neto (2005) afirma que Corumbá representava, por causa dos rios da Bacia do Prata, o mais importante elo entre todo o imenso rincão oeste não povoado do Brasil e os centros mais desenvolvidos do continente, que eram Buenos Aires, Montevideú e Rio de Janeiro. Essas importantes cidades, de igual forma, faziam ligação direta, via navegação transatlântica, com as principais cidades da Europa. Nesse contexto, podia-se verificar uma intensa rota de circulação de mercadorias, dinheiro, pessoas, informações e, conseqüentemente, culturas. Desse modo, no início do século XX, a cidade de Corumbá agrupou força de trabalho, informações e significativo volume de capital, o que a transformou em referência comercial, bancária e industrial para toda a região. Cabe destacar que Corumbá exercia, desde 1853, a função de porto, quando o Governo Imperial permitiu o livre acesso até ela para embarcações estrangeiras. Esse aspecto foi reforçado em 1856, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, entre o Brasil e o Paraguai, mas foi interrompido durante toda a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870.

Ainda segundo Oliveira Neto (2005), no auge da importância econômica de Corumbá dois elementos podem ser destacados como representativos daquele momento: as casas

comerciais e o aparato militar, que, paradoxalmente, tornaram-se, também, a expressão da decadência da cidade, uma vez que muitos comerciantes sírios e libaneses, e militares transferidos com a Circunscrição da 9ª Região Militar vieram para Campo Grande.

Em entrevista concedida durante esta pesquisa, Lourice Buanain comenta que sua família mudou-se para Corumbá em 1917; lá seu pai, Assef, tinha a melhor loja de tecidos e roupas da cidade - a “Casa das Novidades”, na Rua Frei Mariano. A entrevistada narra que em 1932 mudaram para Campo Grande onde seu pai montou a primeira farmácia da conhecida rede São Bento.

Oliveira (2001), ao fazer um estudo sobre a atuação dos sírios e libaneses na política em Campo Grande, escreve sobre a chegada desses imigrantes, inicialmente a Corumbá, discorrendo, também, sobre os motivos que levaram esses árabes a se deslocarem para a atual capital sulmatogrossense. O autor sustenta que a inauguração da estrada de ferro em Campo Grande elevou a cidade à categoria de mais importante entreposto comercial da região. Por consequência, aqueles imigrantes, que eram, na maioria, comerciantes residentes em Corumbá se sentiram estimulados a mudar para o local que apresentava maiores vantagens no desenvolvimento de suas atividades.

Conforme registrado por Oliveira (2001), não existem pesquisas históricas ou demográficas sobre a região que hoje compreende o estado de Mato Grosso do Sul, fato que inviabiliza que se reflita sobre questões cruciais da pesquisa, como os acontecimentos relevantes para os deslocamentos internos, o número de imigrantes divididos por nacionalidade, faixa etária e sexo.

Os estudos de Oliveira Neto (2005), Borges (2005) e Queiroz (2004), por exemplo, indicam que a inauguração da estrada de ferro Noroeste do Brasil, em 6 de setembro de 1914, atraiu imigrantes sírios e libaneses, sobretudo para Campo Grande, vindos diretamente de São Paulo. Em pesquisa no Cartório Santos Pereira, pôde-se comprovar o nascimento de uma descendente árabe, em 1906, e o primeiro casamento de libaneses em 1912, o que demonstra que mesmo antes da inauguração da estrada de ferro esses imigrantes já habitavam a cidade.

Para Borges (2005, p. 344),

No pensamento de Joaquim A. da Costa Marques, a implantação da estrada de ferro no sul mato-grossense trouxe a essa área do Estado *uma transformação econômica muito grande*, tendo impulsionado o povoamento e possibilitado a valorização das terras, o que, por sua vez, favoreceu o *desenvolvimento, que de dia-a-dia se torna cada vez maior*. E, no imaginário de Magnólia (Maria Muller), a transformação ocorrida no sul de Mato Grosso deve ser creditada à chegada da ferrovia.

Queiroz (2004, p. 358) corrobora esse pensamento: “Já em 1918, o presidente de Mato Grosso, D. Aquino Corrêa, afirmava que Corumbá se encontrava ‘não pouco prejudicada ultimamente’ com o ‘derivativo comercial’ representado pela Noroeste.” Corrêa (1980, p.119-121), por seu turno, comenta que a ferrovia contribuiu para a “desativação” de Corumbá como “entreposto comercial abastecedor” de Mato Grosso, com o conseqüente deslocamento do “eixo econômico” do Estado para Campo Grande – cidade que passa a ser, a partir da década de 1920, o “ponto central das comunicações e dos transportes do sul de Mato Grosso”.

Funcionando como pólo comercial e de serviços de uma vasta região, Campo Grande desenvolvia-se e firmava sua liderança no sul do Estado. A transferência, em 1921, do Comando da Circunscrição Militar, inicialmente sediado em Corumbá, bem como a transferência e construção dos quartéis e outros estabelecimentos militares foram iniciativas que contribuíram para o desenvolvimento e liderança da cidade. Outro passo para o desenvolvimento foi a vinda de imigrantes estrangeiros – japoneses, árabes e armênios – principalmente, a partir da inauguração da estrada de ferro Noroeste do Brasil.

Em seguida, discorre-se, no segundo capítulo deste trabalho, sobre a inserção dos imigrantes, a nacionalidade e a sociedade num processo histórico de construção da cidadania dos árabes em Campo Grande. Reflete-se, também, sobre a formação das diferentes identidades e suas hibridações. No caso das migrações, existe uma preocupação com a vivência, as questões sociais, de etnia e nacionalidade. A partir dessa preocupação, enfocam-se rivalidades e solidariedades numa tentativa de se visualizar a forma como as identidades étnicas e de classe se entrelaçam e se reconfiguram; reconfigurações identitárias que se deram a partir das experiências dos indivíduos na constituição de um mercado de trabalho, de suas relações sociais e políticas.

2 IMIGRANTES SÍRIOS E LIBANESES: IDENTIDADES E INTERCÂMBIOS CULTURAIS

Fotografia 4 - Mascate, de Marc Ferrez – 1899.



“Os libaneses campo-grandenses somos muitos em um só corpo e estamos irmanados na fé e no sofrimento. Fé pelo que virá, e o que virá será bom para o Líbano e para Campo Grande”.

(Extraído do Livro “Campo Grande – 100 anos de Construção. Fábio Trad, p. 300)

Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.

Atendendo ao caráter linear desta pesquisa, após uma abordagem acerca da imigração árabe no Brasil e em Campo Grande/MS, é chegado o momento de se discutirem aspectos relativos à fixação, adaptação, inserção dos imigrantes originários desse povos no contexto social sulmatogrossense.

Neste capítulo analisa-se o mundo do trabalho como espaço fecundo para a realização de trocas culturais, o papel das mulheres sírio-libanesas no processo migratório, as uniões entre os imigrantes e a sociedade campograndense, bem como a fixação deles na cidade, primeiramente através do comércio e, posteriormente, como profissionais liberais e políticos. Analisar os mecanismos de adaptação e de resistência desses imigrantes é, também, objetivo deste capítulo. Enfocam-se, principalmente, as relações de trabalho: Como foram recebidos? Em que trabalhavam? Como foi a relação com os comerciantes locais? Não obstante, tenta-se observar as estratégias de inserção social, buscando discutir o mito do mascate empreendedor.

De modo geral todos os imigrantes sírios e libaneses chegaram a Mato Grosso sem recursos e tiveram de enfrentar a atividade de vendedor ambulante, negociando suas mercadorias de porta em porta. Com o tempo, essa atividade comercial além de assegurar a sobrevivência desses imigrantes, permitiu que se estabelecessem no comércio local por conta própria. Inicialmente, enfrentaram alguns problemas, notadamente no campo da discriminação, pelo fato de que o passaporte para entrada no Brasil era emitido, inicialmente, como se todos fossem oriundos da Turquia, ou seja, “turco-otomanos”, o que não correspondia à realidade.

Mas afinal, o que é ser um imigrante? Esse conceito é discutido por Sayad (1998, p. 53) que considera o imigrante como um trabalhador que vende sua força de trabalho ou ainda como alguém que precisa de uma pátria para refugiar-se, como fizeram muitos. Segundo o autor, ser imigrante é uma situação provisória.

A definição oferecida por Sayad (1998, p. 54) é esta: “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. O ideal dos imigrantes pioneiros sírios e libaneses era exatamente conseguir capital suficiente para auxiliar suas famílias e terem condições financeiras para se estabelecerem em suas terras natais. Ao contrário disso, o que ocorreu é que, pelas condições melhores oferecidas na América do Sul, principalmente no Brasil, acabaram por se fixar aqui, sendo obrigados a se adaptar e negociar suas identidades. Houve trocas culturais intensas entre brasileiros e sírios e libaneses. Canclini (1998, p. 47) denomina esse fenômeno de *hibridações*, que implica em uma mistura de diferentes referências culturais:

O resultado desse hibridismo é uma transformação da tradição a partir da geração de novas abordagens e novas concepções culturais. A mudança de paradigmas se realiza através de um processo de rupturas e mutações negociadas na esfera do poder, que permeia os relacionamentos sociais. Os ritos que promovem a sustentação e a sacralização de um comportamento cultural passam a ser questionados e re-significados. O mundo multicultural revela as diferenças que existem entre as concepções dos povos, e permite que o diálogo entre essas diferentes formas de construção cultural se realize. Toda essa relação de alteridades que geram diferenças é dinâmica e aberta, e as identificações são geradas, não como resultados culturais fixos e fechados ao novo, mas como elos de pertencimento a uma tradição construída, que permite às sociedades, dialogarem e mesclarem suas significações, e estabelecerem seus posicionamentos e interesses.

Os imigrantes sírios e libaneses tornaram-se híbridos com identidades múltiplas, imprevisíveis e fragmentadas. Enfrentaram inicialmente inúmeras dificuldades na nova terra através de um processo mais coletivo do que individual. Para Truzzi (1994, 226), “trata-se de

um processo contínuo de transformação mais coletiva, envolvendo a utilização de redes articuladas e categorias sociais antigas que constituirão a matéria-prima para novas redes e novas identidades”.

Nesse aspecto, a historiografia americana sobre a imigração corrigiu a perspectiva de que a assimilação de imigrantes tenha sido um processo rápido e fácil. Trabalhos recentes comprovam que os imigrantes resistiram de formas variadas ao processo de assimilação. Esse processo, mesmo na atualidade, não se configurou.

Ressaltam-se, nesses estudos, os processos mais coletivos de enfrentamento das dificuldades na nova terra. No caso dos sírios e libaneses evidencia-se que tiveram suas novas identidades reafirmadas na esfera familiar e reelaboradas, em primeiro lugar, pelo trabalho.

Truzzi (1997, p. 227), que faz um estudo sobre a imigração árabe em São Paulo, concluiu que “redes de emprego, indicações, subcontratações e negócios preferenciais entre conterrâneos e parentes acabaram por constituir verdadeiros feudos étnico-ocupacionais”. Até se estabelecerem como autônomos usufruíram da “teia de oportunidades anteriores”, propiciada pela cooperação familiar nos negócios, pelas relações de parentesco e conterraneidade oferecidas pela colônia e mobilizadas em favor de sucessos individuais. Essa forma de atuar favoreceu a entrada maciça das gerações futuras no mercado de profissões liberais e ainda, para o ingresso na política.

2.1 O trabalho de mascate: início de vida de imigrantes sírios e libaneses em Campo Grande.

No Brasil, o maior *boom* da imigração aconteceu de forma diferenciada em relação àqueles que vinham da Síria e do Líbano e os provenientes da emigração europeia para a América. O emigrante europeu, quando chegava ao Novo Mundo, encontrava condições de trabalho um pouco melhores, porque vinha com destino certo, ou seja, vinha para trabalhar nas fazendas de café ou nas colônias do Sul. Para Nunes (2002, p. 77), “fatores econômicos representam um papel de fundamental importância para o ajuste de imigrantes em determinadas regiões. Eles interagem para definir as oportunidades de emprego, estilo de vida, a mobilidade social e têm peso decisivo no processo de assimilação e interação social”.

Tradicionalmente, os imigrantes árabes recém-chegados ao Brasil tinham grandes expectativas em relação aos ganhos financeiros. As promessas de riqueza, de uma maneira ou de outra, funcionavam como um chamariz. O Brasil, no final do século XIX e início do XX,

representava para esses imigrantes a promessa de uma terra virgem e promissora, à espera de aventureiros para explorar suas riquezas aparentemente infindáveis. Chegavam, geralmente, apenas com um endereço - a Rua 25 de Março, em São Paulo, porque ali estava a maior concentração deles. Não sabiam para onde um dos seus patrícios poderia mandá-lo.

A dificuldade com a língua era o grande problema. Mesmo depois de muitos anos no Brasil, ainda tinham dificuldades com a pronúncia. Para Oliveira (2002, p.12),

A primeira barreira enfrentada pelo imigrante é a da língua. O comportamento em relação à nova língua consegue definir os obstáculos, maiores ou menores, a serem enfrentados. O bilingüismo ou a competição entre a língua de origem e a nova definem a construção da identidade do imigrante como um novo brasileiro ou como um estrangeiro que vive e trabalha na nova terra.

O esforço por manter a língua materna, as dificuldades de comunicação com a nova sociedade, os conflitos linguísticos entre os mais velhos e a nova geração, entre pais e filhos, marcam, também, o fenômeno da imigração. O desejo de ser bilíngue se apresenta como meio de o imigrante se tornar brasileiro e ascender socialmente.

O grau de contato com os que ficaram por meio das cartas; a manutenção de laços originais em relação a casamento pela prática de se mandar buscar as noivas, e a criação/reforço de laços através de associações e clubes marcam os grupos imigrantes. Todos esses traços estão presentes, em maior ou menor grau, nos imigrantes que aqui chegaram, assim como estão presentes, por exemplo, com brasileiros que desde a década de 1980, se encontram nos Estados Unidos da América.

Em sua Dissertação, Dornelas (2008) relata sobre as dificuldades iniciais dos imigrantes em relação à língua portuguesa e sobre a adaptação deles ao novo local escolhido para viver.

Um dos entrevistados nesta pesquisa, Nicolas Youssef Nakhle, presta o seguinte depoimento:

Quando eu comecei a viajar, o meu tio foi lá me dar uma força pra ver se eu ia me acostumar. Na verdade, levei seis meses até começar a entender o português. Quando chegava na casa do freguês, muitas vezes não sabia o que falar com ele, misturava o francês com o árabe e com o português. Era interessante! Tinha alguns que me compravam porque achavam graça me vendo falar. Aprendi o português no trabalho. Levei para começar a falar mais ou menos um ano.

A mascateação foi o modo que os imigrantes sírios e libaneses encontraram para se integrarem à população brasileira. Ao vender seus produtos de porta em porta, eles acabavam por interagir com o povo e conheciam as características culturais do Brasil.

No início da formação de Campo Grande o comércio era constituído de pequenos e precários *bolichos*, algumas lojas e muitos mascates, que passavam oferecendo seus produtos de tempos em tempos. Eram bugigangas e quinquilharias diversas, espécie de bazares montados em carretas de bois ou cargueiros atulhados de sacos ou malas de couro.

Grande quantidade de imigrantes sírios e libaneses não conhecia o dinheiro brasileiro. Exemplo disso foi o que aconteceu com um dos entrevistados, que, numa ocasião em que fora comprar algumas bananas o vendedor dera-lhe um cacho delas, pois a quantia de dinheiro que entregara correspondia a essa quantidade.

Esse mesmo entrevistado discorreu sobre diversas dificuldades que teve que vencer. Ao chegar, e nos primeiros tempos, não entendia uma só palavra em português; seus costumes eram muito diferentes. Contou que, em sua terra, suas mãos só tinham calos de carregar fuzil nos campos de batalha. Agora, os calos que possuía nas mãos haviam sido provocados pelo carregamento, a pé, de malas cujo peso lhe causava dor nos ombros.

Muitos disseram ter tido a sorte de encontrar um patrício mascate, que já estava no Brasil há algum tempo e os ajudara.

Juntos, esses imigrantes chegavam às vilas, sítios e fazendas. Esse companheirismo ajudava-os a se adaptarem e enfrentarem as dificuldades. Mesmo não sendo a atividade principal exercida em seus países de origem, o comércio foi a profissão que sempre os identificou como “turcos mascates”.

É interessante – e pertinente – constatar-se que “todo grupo que quer diferenciar-se e afirmar sua identidade faz uso tácito ou hermético de códigos de identificação fundamentais para a coesão interna e para proteger-se frente a estranhos”, conforme considera Canclini (1998, p. 49).

Nesse sentido, em seus apontamentos, Nunes (2002) descreve como se processava essa junção de etnias em torno da colônia árabe. Para os patrícios, estarem juntos, encontrarem-se era um prazer e um desfrute, um momento em que trocavam informações sobre os melhores lugares para mascatear. “[...] Esse companheirismo étnico, resultante deste arranjo social e econômico, tendia a suavizar os problemas de adaptação que os imigrantes árabes enfrentavam na nova pátria.” (p. 86).

Os libaneses não prezam apenas o companheirismo entre pares; a união da família e a ligação entre os componentes dela é, nos dizeres de Trad (1999), mais do que um “costume arraigado”:

Indelével característica dos libaneses é a superlativa importância conferida à união da família como referencial para o desenvolvimento do indivíduo. A razão é simples: vivendo em unidades grupais no Líbano, as famílias são muito ligadas entre si e o auxílio mútuo é um costume arraigado, um imperativo ético. (TRAD, 1999, p. 299)

O memorialista Paulo Coelho Machado, ao discorrer sobre como a cidade de Campo Grande foi constituída, registra que o primeiro imigrante árabe foi Amim Scaff, e teria vindo em 1894. Cita também que a vinda maciça de árabes ocorreu no início do século XX. Os nomes dos árabes pioneiros relacionados pelo memorialista são os mesmos que em 1951 fundaram o Clube Libanês.

A historiografia já constatou que grande parte dos imigrantes sírios e libaneses que se estabeleceram aqui em Campo Grande acabou por se dedicar à atividade de mascateação. Porém, é preciso ressaltar que eles não foram os únicos e nem os primeiros. Antes deles, pessoas de outros grupos étnicos já a utilizavam como forma de trabalho. Destaque-se o caso de portugueses, italianos e judeus. Com a abertura do processo imigratório, principalmente a partir do final do século XIX, outros estrangeiros também praticavam esse ofício: russos, ingleses, espanhóis, dentre outros. Contudo, o que chama a atenção em relação aos sírios e libaneses é que a mascateação demarcou sua identidade; esses imigrantes ficaram gravados na memória coletiva como “turcos mascates”.

Apesar de os integrantes do grupo imigrante em questão terem sido, em sua maioria, pequenos agricultores em sua terra de origem, no Brasil, eles se dedicaram, sobretudo, à venda ambulante e ao comércio. Essa escolha se justifica pelo fato de, ao aportarem no Brasil a realidade do meio rural ser marcada por uma estrutura fundiária, na qual predominavam os latifúndios, o que tornava a atividade agrícola difícil e bastante onerosa.

Em razão disso, a opção pela mascateação mostrava-se vantajosa, na medida em que, dentre outras razões, possibilitava, aos imigrantes árabes, liberdade para ir à sua terra natal e retornar ao Brasil, uma vez que a venda ambulante era encarada como provisória, exercida somente até a acumulação de algum capital para investir em algo mais.

Deve-se assinalar, ainda, que ser mascate não exigia grande capital inicial, já que muitos adquiriam as mercadorias no crédito, por meio de um fornecedor conterrâneo.

A mascateação não demandava grande domínio do novo idioma; os mascates árabes aprendiam enquanto vendiam e o ganho/lucro dependia mais do esforço pessoal e da capacidade de bom vendedor/negociante. O que se observa é que a presença dos pioneiros nessa atividade também contribuiu para que aqueles que chegaram posteriormente fizessem a mesma opção.

Nesse sentido, a hibridização corresponde, entre outros aspectos, à adaptação, que é uma reação comum num encontro de culturas, visto que uma cultura passa a incorporar as partes de outra, tanto sob o ponto de vista tradicional como moderno. Para Burke (1992, p. 302) “[...] a adaptação corresponde à descontextualização e recontextualização. Um processo que diz respeito à retirada de um item de seu local original, e modificando-o, de forma a que se encaixe em seu novo ambiente.”

Apesar de a mascateação ser uma profissão eminentemente urbana, os sírios e libaneses não ficaram presos só nesse ambiente; muitos deles buscaram o meio rural como local para exercerem suas atividades. No final do século XIX e início do XX, a maioria da população brasileira vivia nas áreas rurais. Os trabalhadores da zona rural preferiam adquirir dos ambulantes em vez de comprar produtos, em grande parte, da venda do fazendeiro, porque saía mais caro. Devido a isso, os mascates conseguiram transformar as fazendas em seu meio de ação e de boas vendas.

Um exemplo conhecido na cidade de Campo Grande é a do “lendário” Naim Dibo. Vindo da Síria foi um dos homens mais ricos e influentes do final do século XX, no estado de Mato Grosso. Sua neta, Margareth Dibo, conta que ele chegou à Cidade Morena – cognome de Campo Grande - em 1928, com quatorze anos.

A primeira atividade desse imigrante sírio foi vender amendoim e frutas; aprendeu algumas palavras e saía durante todo o dia gritando pelas ruas – *amendoim torrado, banana, laranja*. No final do dia, concluído o trabalho, assumia a função de *lanterninha* no Cine Trianon. Para economizar, dormia no próprio cinema. Poupano, conseguiu comprar uma carroça; percebeu que um só cavalo era pouco para executar o trabalho. Comprou outro animal, que revezava com o primeiro na metade do dia e, dessa forma, não ficava refém do tempo.

Ocupado com o transporte de mercadorias da Estação da Noroeste para as casas de comércio durante o expediente normal, aproveitava a noite para fazer mudanças, a partir das 18 horas. Com o objetivo de ampliar seus ganhos, fez, ainda, um contrato com a prefeitura para recolher os cadáveres frequentemente encontrados nas ruas de Campo Grande.

Em 1931, Naim Dibo comprou uma caminhonete usada, que carregava de mercadorias conseguidas sob consignação na loja de secos e molhados de seu patrício Calarge, cujo destino eram as fazendas. Nesse tempo, as viagens eram verdadeiras aventuras, tendo em vista as precariedades existentes.

Relativamente ao sentimento desse árabe, a neta Margareth faz a seguinte referência: “Vovô gostava de dizer que se sentia surdo, cego e mudo”. Eis a síntese do sofrimento do imigrante, tecnicamente despreparado para enfrentar o desafio da sobrevivência em outro país. Importou-se para aqui, do livro de Paulo Coelho Machado, três imagens desse imigrante em Campo Grande:

Figura 2 - Imagens das várias fases da vida de Naim Dibo.



Fonte: Machado (2008)

Esse depoimento passado durante a pesquisa pela neta de Naim, tão semelhante ao de tantos outros imigrantes árabes, é corroborado pela afirmação de Truzzi (2005, p. 85):

as dificuldades decorrentes da vida em conjunto, tais como perda de privacidade e superpopulação, eram geralmente minimizadas pelas vantagens econômico-sociais resultantes. Esse companheirismo étnico, resultante desde arranjo social e econômico, tendia a suavizar os problemas de adaptação que os imigrantes árabes enfrentavam na nova pátria.

Para Queiroz (1998, p. 29), um estudioso sobre o sofrimento da ausência,

Todos os exílios configuram uma ideologia – religiosa, mítica, política, econômica ou social. E no caso de tribos, povos e comunidades inteiras, o exílio – voluntário ou compulsório –, se resolve num ato fundador. A tristeza e ao sofrimento sucedem a determinação, a coragem, a fortaleza de ânimo.

Ao desespero da perda de quanto se deixa para trás se sobrepõe a esperança do recomeço.

Mesmo estando em melhores condições que em seu país de origem, a saudade é um sentimento descrito pelos imigrantes árabes, na fala e na escrita. Falam de saudade de um tempo já vivido e do afeto familiar; de como, ao retornarem ao país de origem para visitar os parentes, não encontravam mais aquele cenário como o deixaram, já não era mais como outrora. Uma espécie de melancolia toma conta do espírito e da alma dos indivíduos que vivenciaram esse processo. Perdidos no seu próprio território, esses homens e mulheres vasculham os caminhos já percorridos, na intenção de encontrarem seus vestígios e, certamente, reencontrarem-se em um tempo e um espaço já modificados e, portanto, sem as mesmas referências materiais. Para isso, contam, tão somente, com a maior das faculdades humanas, que é a memória.

É uma busca de sentido e de explicação em termos de raízes culturais. Um desejo de pertencimento em relação às suas origens, que, paradoxalmente, “[...] quando as temos, podemos permitir-nos esquecê-las. Mas quando as perdemos, vamos em busca delas”.

Essas postulações rompem com a visão naturalista de cultura, por valorizar não somente o aspecto físico, mas, fundamentalmente, o modo de vida, as tradições e as sociabilidades específicas.

Os imigrantes árabes, à medida que se fixavam no Brasil, não se identificavam mais com a terra natal; sentiam-se estrangeiros em seu próprio país. Ou seja, já estavam se identificando mais com o Brasil. Eram, ao mesmo tempo, sírios e brasileiros, libaneses e brasileiros. Para Hall (2003), eram homens traduzidos.

Sírios e libaneses, num sentimento de união curtido na luta pela sobrevivência numa terra distante, na qual atracavam *para fazer a vida*, depois de mais de 60 dias de viagem de navio, tinham um objetivo em mente: juntar dinheiro e ajudar os parentes deixados na Grande Síria – território que compreende, hoje, a Síria e o Líbano – sofrida vítima dos reflexos provocados pelo processo de desagregação do Império Otomano, cuja queda definitiva se deu somente após a Primeira Guerra Mundial. Ao chegarem aqui, esses imigrantes optaram pelo próprio negócio para não terem, como já referido, que trabalhar nas fazendas. Sem terem dinheiro para investir, pegavam mercadorias em consignação e saíam Brasil afora. Patrício ajudava patrício, irmão trazia irmão, formando, desse modo, uma rede de solidariedade de comércio informal, que oferecia prazos e formas de pagamentos variados, o que foi

fundamental para o rápido desenvolvimento da colônia. "Maleáveis e flexíveis, eles reinventaram o comércio", explica Truzzi (1997).

Outro exemplo de imigrante libanês determinado é o de Abrão Júlio Rahe, que chegou em Campo Grande em 1908, vindo de Uberaba como ajudante de cozinheiro numa comitiva de boiadeiro. Falava mal a língua portuguesa, mas precisava de trabalho. Fez várias viagens com a comitiva e logo captou a confiança de seu patrão, que lhe deu a incumbência de transportar o dinheiro e efetuar as despesas da viagem e pagamento dos peões. Comprava os mantimentos em Campo Grande, distribuía o pessoal nas fazendas, adquiria as sementes para o plantio das roças na campanha - quando não as trazia de Uberaba - e alugava ou obtinha o comodato de terras para plantar o arroz e o feijão para a volta. Seu patrão gostava tanto de seu trabalho que cada vez mais lhe atribuía novas tarefas e responsabilidades, inclusive entregando-lhe as mercadorias que muitas vezes trazia para vender aqui, aproveitando o transporte da comitiva. Até a volumosa quantia para pagamento das boiadas lhe passou a ser confiada.

Nesse contexto, Oswaldo Truzzi (1997, p. 85) afirma que “[...] a relação entre o fornecedor e o mascate era de confiança e se sustentava em um sentimento associativo e comunitário”.

Rahe estabeleceu-se definitivamente em Campo Grande em 1911, onde abriu, inicialmente, um *bolicho* e, posteriormente, um comércio maior.

Cabe, aqui, destacar o pensamento de Canclini (1998, p. 48), para quem:

O agrupamento de indivíduos, e posteriormente a sua fixação a terra, são condições historicamente consideradas como parte do desenvolvimento da humanidade. É através do estabelecimento de relações com outros, que o sujeito gera necessidades, formula valores e avança em suas sociabilidades, desenvolvendo o potencial de sua capacidade de ser social, ao gerar vínculos afetivos.

A atividade de mascateação não era uma atividade isolada. Normalmente, os mascates nunca estavam completamente sozinhos em suas empreitadas. Sempre havia alguém ajudando os que chegavam, arrumando um emprego, ensinando como vender, mostrando de quem comprar. Os amigos e os parentes eram fundamentais para o aprendizado e para o crescimento pessoal, uma vez que, ao aportarem em um novo país, esses imigrantes enfrentavam toda sorte de dificuldades; os poucos recursos que conseguiam obter eram originários da comunidade a qual pertenciam, ou seja, de seu grupo étnico. Isso é o que se pode chamar de

capital social, entendido, aqui, como uma rede de relacionamentos em que prevalece a confiança e a reciprocidade, na qual amigos e parentes ajudam-se mutuamente.

Sem sombra de dúvida, será desse *capital social* que advém o sucesso dos imigrantes árabes, pois com esses laços firmados eles sempre evitaram riscos possíveis.

Por outro lado, esse *capital social* está ligado, intrinsecamente, ao *capital financeiro*. Segundo Araújo (no prelo), era a partir dessas relações de amizade e confiança dentro de um mesmo grupo étnico que se conseguiam empréstimos em dinheiro e em mercadorias para o início da vida dos recém imigrados.

Chaid Elostá, por exemplo, emigrou para o Brasil e logo chegou a Campo Grande, atraído pela presença de patrícios conhecidos que aqui ganhavam a vida no comércio e se mostravam satisfeitos com a terra adotada. O forasteiro animou-se, gostou do lugar e resolveu permanecer.

Logo obteve emprego com os parentes da família Calarge, com casa comercial na esquina da Afonso Pena com a Rua 14 de julho. Chaid fazia constantes viagens pelos municípios vizinhos, principalmente da fronteira, num pequeno caminhão, como representante da firma em que trabalhava. Vendia de tudo. Secos e molhados, arame, querosene, roupas e outros artigos.

Passível de observação é o fato de a imigração envolver uma série de adaptações e negociações que implicam aspectos inerentes ao modo de vida, costumes e tradições. Um lugar novo está comumente envolto por questões, implícitas e explícitas, de diferenças regionais, sem, entretanto, que se incorra no estigma da superioridade ou da inferioridade; busca-se, tão somente, nessa circunstância, a compreensão em relação à maneira como a cultura é traduzida, percebida ou reconhecida.

São muitos os significados históricos que pairam nesse tipo de mobilidade social. Seja por meio do seu conteúdo simbólico, das suas representações sócio-históricas, seja através de suas sensibilidades, identificações, categorizações ou mesmo classificações.

Nessa conjuntura sócio-cultural, destaca-se o aspecto da sensibilidade, visto que a história cultural busca distanciar-se da rigidez conceitual e privilegiar sentidos, percepções e valores individuais. Por essa razão, os atores sociais têm, cada um a seu modo, um ponto de vista em relação ao que vivenciou nesses ritos de passagens. Por essa razão,

O deslocamento inaugura o primeiro rito de passagem. Ele serve para marcar o desligamento dos pais, da família nuclear, ou mesmo da comunidade de origem, em função da aspiração de se tornarem autônomos. Ainda que no

lugar de destino haja a presença de parentes ou amigos conterrâneos, o corte simbólico da raiz é realizado pela migração. (Cavalcanti, 2002, p. 149).

Em 1893, com dezoito anos de idade, Spipe Calarge veio do Líbano com seus irmãos, Felipe e Elias, para Corumbá, via Montevidéu. No porto, abriram uma pequena loja. Seus irmãos, Cesário e Abes Calarge, comerciantes em Campo Grande desde o início do século XX, enviaram notícias sobre o progresso da vila e os convidaram para emigrarem, também. Foi assim que os três embarcaram em Porto Esperança e, de lá, vieram para Campo Grande, a cavalo, em uma longa viagem. Estabeleceram-se na Rua 26 de agosto e, com a chegada de outro irmão, Francisco, abriram um empório no bairro do Cascudo. A Casa Calarge era representante dos produtos da Texaco para todo o sul do estado.

No ano de 1928, Spipe Calarge instalou a Casa Central, especializada em venda de calçados e tecidos finos. Posteriormente, passou o negócio à administração de seus filhos, Gabriel e João, que mudaram o nome do estabelecimento para Gabura's, em 1960. A loja cresceu muito e se concentrou na venda de artigos masculinos. Em 1987, Gabriel abriu uma loja no Shopping Campo Grande.

Em seu artigo “Quem precisa de identidade?”, Hall (2003) afirma que:

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão.

Nesse aspecto, os imigrantes pioneiros foram bastante unidos e se ajudavam mutuamente, além de empregarem estratégias para conquistar a confiança dos campograndenses, mostrando ser um povo que deveria ser aceito por serem trabalhadores, honrados e de moral ilibada.

Foi esse *capital social* que possibilitou a organização da vida de muitos sírios e libaneses que chegaram a Campo Grande no período analisado. Como se nota em todo o Brasil, também os primeiros imigrantes que chegaram à cidade de Campo Grande, e até mesmo aqueles que seguiram os pioneiros, dedicaram-se à mascateação. Segundo Truzzi (1997), como muitos não possuíam recursos para investir em uma loja comercial, a fim de pudessem, posteriormente montá-la, saíam como vendedores ambulantes até conseguirem acumular pecúlio.

Na maioria das vezes, aqueles imigrantes que, ao chegarem ao Brasil, iam trabalhar com lojas, sem se iniciarem como mascates, conseguiam-no por terem algum parente já estabelecido que lhes oferecia emprego. No caso de Campo Grande, é possível se identificarem várias histórias de famílias inteiras que se fixaram na cidade com o auxílio de parentes e amigos da própria aldeia ou cidade.

Newtala Sadala, um dos fundadores do Clube Libanês, construiu, juntamente com seu irmão Moises, o primeiro prédio da cidade que possuía elevador - o Edifício Olinda. Era dono de uma grande loja de presentes finos, a casa “Bom Gosto”.

Aikel Mansour, outro fundador do Clube, era dono do “Armazém Casa Mansour”, instalado em 1924 e considerado o maior estabelecimento comercial da época, com produtos alimentícios, conservas finas, bebidas estrangeiras, ferragens, louças, cutelaria, vidros e cristais, artigos para presentes, material elétrico, de escritório, gasolina e querosene.

Mansour saiu do Líbano em 1913, desembarcando em Santos. Estabeleceu comércio em Corumbá, e fixou-se definitivamente em Campo Grande. Primeiramente tinha um açougue de suínos, juntamente com um sócio patricio. Abriu, posteriormente, outra loja “Ferragens Mansour”. Seu neto o descreve como um homem “franzino de corpo, a voz cava, olhos fundos, separados, cabeça achatada com grandes entradas”. Diz que seu avô era um homem sério, comedido, presente nas grandes iniciativas de construção da cidade e que se casou depois de maduro.

Esses imigrantes pioneiros usaram de várias estratégias para se adaptar ao modo de vida na cidade de Campo Grande. Conseguiram a confiança e a simpatia dos habitantes locais, infiltrando-se em vários segmentos da sociedade, como forma de aqui se fixarem. Cabe destacar, ainda, que mesmo considerando os motivos que levaram os imigrantes a saírem de seu lugar de origem, nenhum deles conseguiu perder os vínculos com suas raízes.

Para Canclini (1998, p. 2), a hibridação, além de refletir a amplitude de fronteiras, provoca novas formas de significação e representações culturais. Ou seja, os relacionamentos sociais envolvem desde a rejeição, negociação, até a identificação. As hibridações também fazem suscitar várias categorias identitárias, que, segundo o autor, comumente são

[...] organizadas em um conjunto histórico mais ou menos estável (etnias, nações, classes) e se reestruturam em meio à conjunção interétnica, transclassista e transnacional. As maneiras diversas em que os membros de cada etnia, classe e nação se apropriam dos repertórios heterogêneos de bens e mensagens disponíveis nos circuitos internacionais, são capazes de gerar novas formas de segmentação. Estudar processos culturais, portanto, é mais que afirmar identidades auto-suficientes, serve para conhecer formas de

heterogeneidade e entender como são produzidas as hibridações.
(CANCLINI, 1998, p. 2)

O tipo de moradia e as ruas onde esses imigrantes se concentravam, em Campo Grande, também estavam relacionados ao trabalho que exerciam. Eles geralmente se estabeleciam em sobrados, nos quais definiam que o térreo seria ocupado pelo comércio e o segundo piso pela residência. Havia outros que tinham sua casa nos fundos da loja.

Apesar de residirem em quase todos os recantos da cidade, os sírios e libaneses concentraram seus estabelecimentos comerciais nas ruas 14 de julho e Calógeras, justamente por serem atravessadas pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no centro da cidade, local de embarque e desembarque de mercadorias e de pessoas. Essa localização era privilegiada, pois possibilitava, aos compradores, um acesso mais fácil aos produtos.

Além das ruas 14 de julho e Calógeras, esses imigrantes fixaram-se, também, na Rua 26 de Agosto, antiga Rua Velha. A instalação em determinadas ruas com características específicas, como no caso de Campo Grande, foi um fenômeno comum em todo o país. O memorialista Machado (2008) afirma que a quase totalidade dos comerciantes da Rua 14 de julho, no ano de 1933, era formada por árabes.

Deve-se assinalar um outro fator característico das relações de trabalho neste grupo étnico: a ajuda familiar. Era comum verem-se familiares espalhados, trabalhando em ajuda a parentes. Enquanto alguns mascateavam, outros ajudavam na loja. Também se tornou frequente o ato de trazer conterrâneos para auxiliar no comércio próprio. Depois de já estabelecidos, muitos precisavam de mão-de-obra para auxiliá-los. Então, amigos e parentes tinham mais segurança e esperança de virem para as Américas, pois trabalhariam ao lado dos pioneiros que já sabiam como agir, o que fazer, alimentando a corrente imigratória para a região.

Ibrahim Melke, de descendência síria, foi para o Líbano em 1917. No ano de 1934 desembarcou na cidade de Santos. Um cunhado que já havia se estabelecido comercialmente em Campo Grande incentivou-s a também vir para cá. Estabeleceu-se na Rua 14 de julho onde abriu o Empório Paulista. Em 1937, vendeu o estabelecimento e decidiu voltar para o Líbano, mas acabou por explorar, em São Paulo, um salão de bilhar, o “Taco de Ouro”. Dois anos depois, voltou definitivamente para Campo Grande. Na Rua 14 de julho adquiriu, de Antonio Calarge, o “Bilhar do Sobradinho”, que, posteriormente, doou a seus irmãos Jorge, Kalil e Tufic. Montou a “Casa Bandeirantes”, especializada em calçados, no ano de 1942.

Ibrahim veio casado, de Zahle, com Haidée, com quem teve quatro filhas: Mariam, que se casou com Tufi Bittar; Alzira, com José Buanain; Nair, com Fuad Sater - pai do renomado cantor Almir Sater e Rosa, com Paulo Dimas Penteado.

Foi um dos fundadores do Clube Surian e da Igreja Ortodoxa de Campo Grande, juntamente com José Abrão e famílias Razuk, Anache, Nachif e outras. Trouxe toda a família da mulher e montou a Frutaria Califórnia, para o cunhado trabalhar.

Da ligação dessas redes de envio e de recepção, novas redes surgiram e duraram muito além da mera travessia do Atlântico, fixando, quase sempre, destinos para toda uma vida, constituindo bases, tanto para a solidariedade e o auxílio mútuo, quanto para a diferença e o conflito. Para Truzzi (1997, p. 226), “os grupos antes sem afinidades tiveram oportunidade de adquirir novas identidades ao longo de algum tempo de interação com outros grupos no país de destino”.

Rapidamente formaram-se os núcleos centralizadores que visavam a agrupar os imigrantes, facilitando-lhes o convívio e o enfrentamento da nova vida. Do âmbito familiar, no qual a sociedade se manifestava no recebimento individual dos amigos, na hospedagem dos recém-chegados e nos encontros dominicais de parentes e de amigos, os sírios e libaneses estenderam sua sociabilidade à relação externa, formando agremiações da própria colônia, destinadas a reproduzir, através de festividades e encontros informais, as tradições da terra de origem. No caso de Mato Grosso, por exemplo, foi fundada, em Corumbá, a Liga Árabe no Brasil, em 1948. No ano de 1951, em Campo Grande, fundou-se o Clube Libanês¹¹ e, na mesma época, o Clube Surian, cada qual agrupando, predominantemente, libaneses e sírios, respectivamente.

Segundo pesquisa de Dornelas (2008), na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, os imigrantes sírios e libaneses encontraram muita resistência até conseguirem se fixar como comerciantes, uma vez que o comércio local já estava consolidado. No caso de Campo Grande, contrariamente, a chegada dos imigrantes sírios e libaneses pioneiros contribuiu para o crescimento local, uma vez que, nesse tempo, a cidade estava em fase de formação. Dessa forma, mesmo enfrentando dificuldades eles conseguiram se estabelecer na cidade, negociando espaços e oportunidades.

A esperança de melhoria de vida e de integração ao Brasil, nutrida pelos imigrantes e, em alguns casos, não alcançada, foi transferida para os filhos. Ao longo dos anos, a segunda

¹¹ Embora em seu livro *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*, Ângelo Marcos Vieira de Arruda afirme que as obras do Clube Libanês tiveram início em 1959, os documentos oficiais do Clube informam que as obras tiveram início em 24 de janeiro de 1954. (2006, p. 41).

geração dos imigrantes imprimiu mudanças culturais, entre elas, a não dedicação plena ao comércio, sendo comum uma divisão entre os filhos, em que metade deles ajudavam o pai na loja, e os outros se dedicavam à carreira universitária, como Odontologia, Direito, Engenharia, Contabilidade e Medicina. Era uma forma de obter respeito e ascensão econômica, muitas vezes não conseguida pelos pais.

Entre o ser e o *vir-a-ser* da modernidade estão personagens confusas e cambiantes, vagando por dois mundos; o originário e o de destino, sem um claro sentido de pertencimento ou localização. É mais ou menos essa a sensação manifestada pelos entrevistados desta pesquisa, ao se referirem ao fato de haverem se depararam com um universo desconhecido, uma realidade inédita e cheia de surpresas.

2.2 De mascates a profissionais liberais e/ou políticos.

Gattaz (2005, p. 89), que estudou os imigrantes libaneses pela vertente da história oral destaca que, por não se encaixar no ideal propugnado pelos formuladores de políticas migratórias que visavam o branqueamento da população brasileira, os imigrantes sírios e libaneses nunca receberam os benefícios da imigração subsidiada. Por outro lado, em geral, encontraram as portas abertas para a sua entrada no país, pois não representavam os grupos mais “ameaçadores” para as políticas de branqueamento, como negros e leste-asiáticos. Esse fator determinou o caráter independente do imigrante libanês e sua inserção social marcadamente urbana e baseada na atividade terciária – ao contrário dos europeus ou japoneses que vieram para as colônias agrícolas ou para o trabalho em fazendas e que, somente na segunda geração, começaram o movimento em direção às grandes cidades e às atividades industriais e comerciais. Para esse autor, são vários os fatores que levavam à boa aceitação dos libaneses, pelos brasileiros: 1) os traços biológicos, apesar de relativamente distintos e característicos, evidenciavam os libaneses como um povo branco, em oposição aos povos negros ou amarelos que eram rejeitados pela elite; 2) apesar da diferença linguística ser grande, a maior parte dos libaneses tinha conhecimento da língua francesa (e eventualmente inglesa), o que facilitou a aprendizagem do português e a integração à sociedade; 3) culturalmente também é possível perceber alguma proximidade entre libaneses e brasileiros, pois o Líbano, apesar de país asiático com grande bagagem cultural árabe-islâmica, integrou-se, desde cedo, no âmbito cultural europeu, adquirindo características da sociedade cristã do Mediterrâneo. Além disso, a maioria dos primeiros imigrantes era cristã.

Pode-se afirmar, portanto, que a etnia *diferente, mas nem tanto* foi um dos motivos que levaram os imigrantes libaneses a serem mais aceitos do que rejeitados pela sociedade local. Outros fatores que colaboraram para a aceitação desses imigrantes foram a sua extrema dispersão por cidades de todo o país e a opção dos primeiros deles pela atividade de mascate e de pequeno comerciante, o que exigia um contato diário e íntimo com as pessoas das mais diversas categorias sociais. Isso fez com que a população local rapidamente tomasse contato com esses estrangeiros de *fala gutural*, e que se perdesse o preconceito, o que seria mais difícil caso o grupo tivesse se mantido compactado em poucos locais e em atividades de menor contato com a população, como aconteceu especialmente com os judeus, conforme indicam dados apresentados por Oswaldo Truzzi e por Jeff Lesser.

A dispersão espacial, aliada a uma rápida integração à população brasileira, inclusive com alta taxa de casamentos interétnicos, fez com que se desarmassem os espíritos racistas e anti-semitas, que consideravam prejudicial à formação dos *quistos raciais* e combatiam as etnias que tivessem maior dificuldade de integração. Nesse aspecto, cabe destacar, ainda, que dados apresentados por Knowlton (1961), Truzzi (1997) e Diegues Jr. apontam os homens sírio-libaneses como um dos grupos estrangeiros com a maior taxa de casamentos com mulheres brasileiras.

Em Campo Grande não foi diferente; a origem da composição populacional da cidade é um mistura de mineiros, sírios, libaneses, italianos, japoneses, paraguaios, dentre outros. A diversidade de procedências é anunciada pelos nomes de ruas, praças e avenidas, sobrenomes de representantes políticos, dirigentes de clubes de serviços e associações e pelas placas com os nomes dos profissionais liberais.

A esperança de um grande número de árabes pioneiros era aproveitar o máximo das oportunidades econômicas do Brasil, poupar dinheiro suficiente para o pagamento dos débitos contraídos em decorrência das despesas da viagem e, depois, retornar à pátria com dinheiro suficiente para comprar uma boa casa, terra etc. Porém, o próprio sucesso econômico alcançado encarregou-se de transformar a proposta inicial de uma aventura temporária em uma decisão permanente.

Os pioneiros imigrantes sírios e libaneses que chegaram ao estado de Mato Grosso, nas últimas décadas do século XIX, eram jovens possuidores de um reduzido capital, sem formação profissional e sem conhecimento da língua portuguesa. Por isso, ocuparam-se, inicialmente da atividade comercial, trabalhando como mascates. É provável que a decisão entre continuar o negócio do pai ou estudar para uma carreira liberal envolvesse alguma

avaliação a respeito das perspectivas para o futuro da atividade original. Para Truzzi (2005, p. 74), “muitos imigrantes que haviam passado pela mascateação e que conseguiram se estabelecer como lojistas não queriam para seus filhos os sofrimentos de uma atividade que no início lhes fora muito dura”. Ver o filho como doutor soou-lhes como uma compensação às suas próprias vidas sacrificadas.

Por outro lado, negócios muito prósperos, já bem patrimoniados, tinham que, necessariamente, contar com, no mínimo, um herdeiro masculino que não podia se dar ao luxo de estudar ou que, pelo menos, deveria fazer cursos que o instrumentalizasse especificamente para tocar os negócios do pai. O drama era minorado, ou muitas vezes nem se estabelecia, em função do elevado número de filhos que os imigrantes costumavam ter.

A trajetória de vida da família Zahran e, particularmente, de Ueze Elias Zahran, de acordo com os escritos de Paes (2006), é ilustrativa. Ueze estudou até o segundo grau e tem hoje uma das maiores fortunas do país, sendo homenageado, no ano de 2007, com o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ele é um dos seis de filhos de casal libaneses que vieram para Bela Vista e depois se fixaram em Campo Grande. Seu pai era proprietário do Bar Central, no centro da cidade, cuja maior fonte de renda era uma pequena torrefação de café; posteriormente, arrendou uma padaria.

Ueze tornou-se caixeiro-viajante de um conterrâneo. Por volta de 1950 seu pai conseguiu comprar uma firma de torrefação de café, que exportava para a Argentina.

Em 1955, Ueze encontrou condições favoráveis para levar adiante seus planos arrojados e começou a comercializar gás de cozinha em Campo Grande, dando origem à COPAGAZ, uma empresa consolidada no mercado nacional. O sucesso desse empreendimento o levou a inserir-se, em 1964, no ramo da radiodifusão e, no ano de 1965, inaugurou a TV Morena de Campo Grande. Com esse conjunto de atividades, imprimiu uma visão empresarial urbana numa economia caracterizada pelo predomínio da produção rural, de forma que o lucro do comerciante atingisse não só o setor produtivo, mas também o de consumo.

Nesse sentido, para Truzzi (1997, p. 60), “a estupenda ascensão econômica experimentada por muitos imigrantes sírios e libaneses pioneiros, muitos deles chegados como mascates, remonta ao tempo em que esses imigrantes eram capazes de ‘fazer brotar dinheiro das mãos’, como ainda hoje se diz frequentemente na colônia”. Em Campo Grande, não é demais lembrar que o próprio crescimento da cidade oferecia oportunidades de ganho muito relevantes.

Transporta-se, para aqui, uma imagem da família Zahran - Dona Laila e senhor Jorge. Ao fundo, da esquerda para a direita, Eduardo, Ueze, Nagib, Jorge, Jeannett e João entre o casal.

Fotografia 5 - Família Zahran.



Fonte: Acervo Grupo Zahran.

A reconstrução das trajetórias familiares daqueles que se formaram como “doutores” abriga um conjunto variado de casos interessantes e ilustrativos. Passar de mascates a doutores de uma geração para outra, propiciou um mecanismo fundamental de mobilidade socioeconômica para as gerações futuras nascidas no Brasil.

Na lógica da manutenção preferencial de relações entre patrícios, não foram poucos os profissionais liberais de peso que praticamente dispuseram da colônia como clientela cativa. Nessa entrada vigorosa de descendentes de libaneses no mercado de profissões liberais, seja conquistando posições preexistentes, seja criando novos espaços legítimos de inserção valorizados socialmente, a colônia, antes conhecida somente por suas habilidades comerciais, passou a abrigar também um número crescente de “doutores”, oriundos da medicina e de outros campos. A extrema relevância dessa passagem reside, precisamente, no fato de que os filhos de sírios e libaneses que abraçaram as profissões liberais “limparam o sangue” da etnia, justamente porque passaram a exercer profissões de valor intrínseco mais universal, de saber mais legítimo do que o do comércio.

O comércio pode trazer muito dinheiro, mas o título de doutor traz um reconhecimento da sociedade como um todo dificilmente atribuível ao primeiro. Sem esse passo prévio, a colônia jamais poderia, a partir de fins da década de 1940, colher parte dos dividendos desse investimento educacional no campo da política. Nas primeiras décadas da imigração, os membros da colônia não pensavam em postular cargos políticos, mas com a

ascensão através dos diplomas, buscavam, na trajetória política, dar continuidade ao processo de ascensão social. Para tanto, o voto da colônia era bastante importante. Sobre esse alicerce inicial, sobre essa base primeira de arregimentação eleitoral, é que foi construída a maior parte das carreiras políticas bem-sucedidas, com o tempo ampliada em sua sustentação, à medida que os mandatos se sucediam.

A partir dos anos sessenta, a entrada na política de descendentes de libaneses se generalizou. Uma das chaves dessa sobre-representação da colônia, desproporcional à expressão de seu contingente numérico, reside na combinação peculiar de dois fatores. O primeiro deles é relativo ao padrão geográfico de dispersão da colônia no território brasileiro, originalmente oriundos da atividade de mascates ou, em última análise, da crença de que qualquer lugarejo constituía um mercado em potencial para o mascate se fixar como comerciante. Em segundo lugar, o profundo grau de enraizamento social alcançado por alguns descendentes que se tornaram não só políticos como controlaram clubes de futebol, jogo do bicho e escolas de samba.

Em 1987, uma publicação destinada a apresentar e a servir de referência para a comunidade libanesa do Brasil, com indisfarçável orgulho, podia se gabar da expressão numérica do assim chamado grupo parlamentar Brasil-Líbano: 33 deputados federais, sete senadores e dois governadores de estado (KRODR, 1987). Em 2000, nada menos que 8% dos parlamentares do Congresso Nacional tinham ascendência árabe.

Outro aspecto a destacar, é que esse enraizamento social, frequentemente alcançado por indivíduos sírios e libaneses, responsável em ampla medida pela entrada de contingentes significativos na política, somente foi possível dada às características do “meio receptor”: uma sociedade heterogênea e relativamente aberta, em processo de expansão econômica e mudança, formada por diferentes estratos sociais pouco consolidados e que colocava lado a lado brasileiros de várias gerações, imigrantes de variadas origens, filhos de imigrantes, descendentes da população negra e mestiça etc. Um foco comparativo com a trajetória de descendentes de libaneses em outros países de destino, como os Estados Unidos ou a Argentina, por exemplo, torna mais nítidas todas as facilidades de integração que a sociedade brasileira, de modo geral, por suas características, ofereceu. (TRUZZI, 1997a).

No dia 22 de novembro de 1977, o “Jornal da Manhã” fez um Suplemento Comemorativo ao transcurso da Data Magna do Líbano, com fotos, poemas, artigos, saudações de representantes civis, militares, religiosos, políticos e principalmente comerciantes que em nome de suas empresas saudavam o Líbano.

Destaca-se, do referido Suplemento, uma mensagem do Legislativo da cidade que, na época, era formado por 15 vereadores, dos quais, sete tinham descendência árabe, o que demonstra tanto a ascensão política deles como sua assimilação por parte dos campograndenses.

Registra-se, ainda, a representação de três membros da colônia japonesa e um membro da colônia paraguaia. Do texto, é possível extrair-se a forte ligação que nutrem pelo Líbano, considerando-a ainda “sua Pátria”, bem como firmando a imagem de um povo pacífico, culto e religioso, em quem se podia confiar. O Suplemento trazia a seguinte homenagem:

O LEGISLATIVO CAMPOGRANDENSE, ATRAVÉS DOS SEUS PARES, ASSOCIA-SE AOS SENTIMENTOS PATRIÓTICOS DA COLETIVIDADE LIBANESA RADICADA NESTA CIDADE DE CAMPO GRANDE, POR MAIS UMA EFEMÉRIDA DA INDEPENDÊNCIA DE SUA PÁTRIA, O LÍBANO. OS LIBANESES FORAM, NA REALIDADE, OS APÓSTOLOS DA PAZ, DO PROGRESSO E DA CIVILIZAÇÃO, CONQUISTADORES PACÍFICOS E AVENTUREIROS SEM ARMAS E ANTI-GUERRAS. A MISSÃO DO HOMEM LIBANES FOI A DE DIFUNDIR, ATRAVÉS DOS TEMPOS, POR TODO O MUNDO, A SUA CIVILIZAÇÃO, SUA ARTE, SUA CULTURA, COLOCANDO-A AO ALCANCE DE TODOS. “TERRA DOS CONTRASTES E TERRA DOS CONTACTOS”: TERRA TÃO PRÓXIMA DE JERUSALEM, DONDE SE REFLETE A LUZ; TERRA DA ASIA CONQUISTADORA, CALCADA PELAS GRANDES MIGRAÇÕES HUMANAS, TERRA DO OCIDENTE VOLTADA PARA O MEDITERRÂNEO. ONDE OS TESTEMUNHOS DE UM PASSADO HISTÓRICO E LINGÍCUO AINDA MARCAM, A GRANDEZA E A IMORTALIDADE DE SUA HISTÓRIA. PARABÉNS LÍBANO; PAZ EM SEU TERRITÓRIO.

EDUARDO CONTAR FILHO; LEON DENIZART CONTE; VALDIR CARDOSO; RICARDO TRAD; AURÉLIO CANCE JUNIOR; MARIZA SERRANO FERZELI; RAMÃO ACHUCARRO; ARMANDO TIBANA; PLÍNIO BARBOSA MARTINS; FELIX BALANIUC; ALBINO COIMBRA; ODILON NAKAZATO; NELLY ELIAS BACHA; TETSUO ARASHIRO e, IVON MOREIRA DO EGITO.

No mesmo suplemento encontram-se diversas firmas comerciais que se congratulam com o aniversário de independência do Líbano ao mesmo tempo em que exaltam o Brasil, ou seja, pessoas que vivem entrem dois mundos - aquele de suas raízes e a nova Pátria que os acolheu. Essas identidades complementavam-se e não eram contraditórias.

Figura 3 - Suplemento Comemorativo ao transcurso da Data Magna do Líbano.

<p>DESCENDENTES QUE SOMOS DE LIBANESES AQUELES QUE DIGNIFICARAM PELO SEU TRABALHO HONRANDO SUA PÁTRIA, ENOBRECERAM SUA RAÇA, AQUI NESTA TERRA DADIVOSA FINCAM O MARCO IRREVERSÍVEL DE SUA EXISTÊNCIA, DESEJAMOS NESTA OPORTUNIDADE SAUDAR A PÁTRIA DE NOSSOS ANTEPASSADOS, O LIBANO, AO TRANSCURSO DE SUA DATA MAGNA.</p> <p>Vva. Abrahão Julio Rahe e Filhos</p>	<p>Padaria e Confeitaria Pão Gostoso</p> <p>EMILE SADDY, PROPRIETÁRIO, COM EMOÇÃO, CONGRATULA-SE COM A PÁTRIA DISTANTE, AO TRANSCURSO DE SUA DATA DE INDEPENDÊNCIA, PRECES A DEUS PELO RETORNO DA PAZ E DA TRANQUILIDADE AO TORRÃO PÁTRIO.</p> <p>22 - XI - 77.</p>
<p>CLIPER TECIDOS</p> <p>JOÃO ABRÃO SEU PROPRIETÁRIO, COM MUITA ALEGRIA SAUDA EFUSIVAMENTE O LÍBANO, PÁTRIA DO AMOR E FRATERNIDADE, AO TRANSCURSO DE SUA DATA MAGNA.</p> <p>CAMPO GRANDE, 22 DE NOVEMBRO DE 1977.</p>	<p>Casa de Moveis Cruzeiro AVEDIS SARIAN & FILHO LTDA.</p> <p>NOSSA MENSAGEM DE FÉ E DE ESPERANÇA NOS GLORIOSOS DESTINOS DO LÍBANO. PAZ, HARMONIA E PROGRESSO, NESTE DIA HISTÓRICO NA PASSAGEM DE SUA DATA MAGNA.</p> <p>22 - XI - 77.</p>
<p>GABURA'S</p> <p>O MAGAZINE QUE VESTE OS CAVALHEIROS DE BOM GOSTO, ONDE REUNEM OS HOMENS DE NEGÓCIO, COM MUITA ALEGRIA, ASSOCIA-SE AOS LIBANESES DE CAMPO GRANDE E DE TODO O ESTADO DE MATO GROSSO, PELA PASSAGEM DA DATA DA INDEPENDÊNCIA DE SUA PÁTRIA, O LÍBANO - 22/XI/77</p>	<p>Casa São Paulo Vermelha Calçados SOUREN ORONDOJIAN</p> <p>PARTICIPAM NAS COMEMORAÇÕES AO TRANSCURSO DO DIA DO LÍBANO, SAUDANDO OS AMIGOS LIBANESES PELO HISTÓRICO ACONTECIMENTO 22.XI.77.</p>

Fonte: Jornal da Manhã do dia 22 de novembro de 1977, pág. 6.

A história social da colônia sírio-libanesa evidencia a conquista de um setor comercial importante nas principais cidades de Mato Grosso do Sul, principalmente em Corumbá, Dourados, Campo Grande e Três Lagoas, no século XX, o que possibilitou, aos imigrantes pioneiros, proporcionarem a seus filhos boa educação e conseqüentemente a entrada maciça destes no mercado das profissões liberais. Esse foi um mecanismo fundamental de mobilidade sócio-econômica para as gerações seguintes.

A trajetória dos primeiros árabes que chegaram ao país começou com os mascates, que depois abrem suas lojinhas, tornam-se comerciantes, passam a ser atacadistas e conquistam a indústria têxtil. “Isso fez com que a primeira geração de descendentes no Brasil entrasse em grandes universidades”, afirmou Truzzi (1997). “Graças à inserção comercial, os imigrantes conseguiram colocar seus filhos em boas escolas”, acrescentou.

Explicar o sucesso econômico dos imigrantes árabes pioneiros em Mato Grosso apenas por uma conjuntura econômica favorável é minimizar outros aspectos relevantes, inerentes e significativos de sua atuação como comerciante, tais como: a importância do parentesco; a dedicação ao trabalho, autonomia e espírito de risco e, o espírito de inovação e despojamento.

Em Campo Grande, como em São Paulo, os cursos de Medicina e de Direito foram os mais procurados pelos filhos de imigrantes. “O comércio podia trazer muito dinheiro, mas o título de doutor trazia mais reconhecimento”, afirma, ainda, o sociólogo Truzzi (1997). Os alunos de Direito da segunda geração foram os primeiros a ingressar na política a partir de 1945.

A partir da segunda geração a maioria dedicou-se ao meio acadêmico. A trajetória da família Sayegh é significativa para compreensão de como o imigrante pioneiro conduziu seus filhos para os bancos de escola.

Jorge Sayegh chegou a Campo Grande a convite de parentes que já estavam aqui estabelecidos e, primeiramente, abriu uma loja para vender panelas e utensílios domésticos, posteriormente tornou-se um fotógrafo renomado. Seus filhos, Rose, Munir, Renné e Soraia se dedicaram à carreira acadêmica formando-se em Direito, Contabilidade e Odontologia.

Com a família Trad não foi diferente. Assaf Trad chegou a São Paulo em 1920, passando por Nioaque e Aquidauana, onde se estabeleceu comercialmente. Dez anos depois casou-se com Margarida Maksoud, que tinha apenas quatorze anos de idade. Mudaram para Miranda e montaram uma loja de secos e molhados. Em 1950 vieram para Campo Grande onde Assaf montou um escritório de representações comerciais, no qual exercia, também, atividades de jornalista. Tiveram quatro filhos que foram estudar no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esses filhos regressaram, e, hoje, exercem atividades liberais e políticas.

Ricardo Trad tem um grande escritório de advocacia na cidade e seus filhos também advogados com ele trabalham. Nelson Trad exerceu vários mandatos como deputado estadual e federal, e seus filhos são profissionais liberais e políticos: Nelson Trad Filho, é o atual prefeito da cidade; Marquinhos Trad é deputado estadual; Fábio Trad foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, sessão Mato Grosso do Sul até o ano de 2009; Fátima Trad, juntamente com os outros irmãos, tem um escritório de advocacia. Relativamente à influência política de Nelsinho e de Marquinhos, relata-se mais um pouco dessa trajetória mais adiante, neste mesmo capítulo.

Esses exemplos ilustram que, em Campo Grande, também tornou-se comum a dedicação aos estudos a partir da segunda geração dos imigrantes libaneses, assim como o foi para o Brasil como um todo. O sociólogo Truzzi (1997, p. 102-114) afirma que a contribuição dos imigrantes árabes na política brasileira se deve à ascensão econômica que a primeira

geração teve no comércio. Para ele, as carreiras políticas foram resultantes da mobilidade socioeconômica que esse povo teve, no Brasil.

Antes conhecida somente por suas habilidades comerciais, a colônia passou a abrigar, também, um número crescente de *doutores*, oriundos, principalmente, da engenharia, medicina e direito. A extrema relevância dessa passagem reside precisamente no fato de que os filhos da colônia que abraçaram as profissões liberais “limparão o sangue” da etnia, justamente porque passaram a exercer profissões de valor intrínseco mais universal, de saber mais legítimo do que o comércio. O comércio pode trazer muito dinheiro, mas o título de doutor traz um reconhecimento da sociedade, como um todo, dificilmente atribuível ao primeiro. É esse o ponto mais importante acerca das profissões liberais, e será por esse motivo que se justificarão os esforços, investimentos na conquista de posições e na constituição de um novo mercado de trabalho, que por sua vez contribuirão para a redefinição do próprio campo das profissões liberais, antes territórios interditados a frações de imigrantes e somente reservados a estirpes da elite campo-grandense. Sem esse passo decisivo, a colônia jamais poderia, a partir do final da década de 1940, colher parte dos dividendos desse investimento educacional no campo das profissões liberais e na política.

Após 1970, muitas cidades do interior de São Paulo já contavam com vereadores e prefeitos com sobrenomes árabes. O campo político dos árabes em outros estados brasileiros também foi se ampliando: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Ceará, estados nos quais se verifica uma grande concentração de árabes.

Agar (2007), da Universidade do Chile, afirmou que no ano 2000 um terço das fábricas têxteis na cidade de Santiago era de propriedade de descendentes de árabes. O Chile recebeu cerca de 10 mil imigrantes árabes até 1940 e a maioria era formada por sírios, libaneses e palestinos.

Para os brasileiros, eles eram os "turcos", denominação que detestavam, pois lembrava a dominação turca registrada nos documentos de imigração. No entanto, a figura incorporada à nossa cultura foi eternizada pelo turco Nacib, do romance *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado.

Assim se delineou a trajetória típica desses imigrantes. Primeiro o trabalho de mascate, depois a lojinha, as lojas de varejo, as de atacado e finalmente as indústrias têxteis e de confecção. Ainda hoje se pode ver no centro de São Paulo, na rua 25 de Março e adjacências, os primeiros estabelecimentos da colônia: em cima, a residência da família; embaixo, a loja.

Com a melhoria das condições de vida, os sírio-libaneses conquistaram os casarões da Avenida Paulista. E, à revelia dos narizes torcidos dos endinheirados de então, entraram definitivamente para a alta sociedade.

Em Campo Grande, um número significativo de descendentes de sírios e libaneses trocaram o comércio dos imigrantes pioneiros por escritórios, consultórios, hospitais e, até mesmo, pelas tribunas legislativas. Enquanto algumas famílias mantiveram a tradição do comércio, outras produziram profissionais liberais formados nas melhores escolas. As carreiras de medicina, advocacia e engenharia eram boa alternativa de ascensão socioeconômica e deram ensejo à participação política. Um esforço social que resultou em figuras como o ex-ministro da Saúde, Adib Jatene, Michel Temer e Romeu Tuma, em São Paulo. No Mato Grosso do Sul, pode-se referenciar, dentre muitos, as famílias Tebet, Trad e Kadri.

Em seu livro *De mascates a doutores*, Truzzi (1991) faz, também, um paralelo entre a experiência dos que aportaram nas costas brasileiras e os que foram para os Estados Unidos. Ele conclui que se deva ao fato de, para cá, eles terem vindo em número maior, comparados a outras etnias, talvez porque nos Estados Unidos houvesse maior hostilidade aos estrangeiros e os judeus tivessem chegado antes ao balcão. O fato é que aqui se deram melhor: "Considerando-se um grupo estranho ao País, eles tiveram um final feliz", diz Truzzi (1997). Um sucesso que a multiplicação das casas de esfiha e a popularização da dança do ventre não deixam desmentir.

O mesmo autor refere-se, ainda, ao fato de que na tradição síria, ou seja, o núcleo duro de valores, ser é a própria essência de se ser sírio. Enfeixam-se nos padrões de comportamento que protegem e perpetuam a honra e a unidade da família. O sentimento de honra, cuja fonte, num passado distante, foi o pertencimento a tribos, tem hoje como fonte primária a família ampliada, liderada pelo patriarca - o responsável pela renda e pela riqueza da família. A ele cabe zelar e decidir sobre a propriedade rural, as finanças, outros bens, obrigações, casamentos etc., numa relação em que todos os membros da família lhe prestam contas.

Truzzi (1997) salienta que, no caso dos sírios e libaneses, cujas identidades encontram-se tão centradas na família e na aldeia de origem, o fenômeno das redes sociais assumem uma enorme importância. Na percepção dos atores sociais que se envolveram nos processos migratórios, é muito mais provável que estes tenham tomado uma decisão, não em decorrência de um balanço abstrato entre fatores de expulsão ou de atração, mas,

simplesmente, porque um parente ou um conterrâneo os chamou, os convenceu de que havia ali uma oportunidade a ser aproveitada. Assim sendo, é preferível um enfoque de redes a uma teoria que supõe os imigrantes envolvidos em uma análise de custo-benefício em relação a destinos mais ou menos favoráveis (BRETTELL, 2000, p. 107). É notável, assim, que, das entrevistas recolhidas por Greiber et al. (1998), ou entre as que Truzzi (1997) recolheu, a maioria delas mencione circunstâncias semelhantes: a existência de um parente ou conhecido que havia imigrado anteriormente. Tios chamando sobrinhos ou irmão chamando irmão, por exemplo, constitui uma dentre muitas outras possibilidades, amiúde confirmadas por inúmeros estudos dedicados a compreender a migração sírio-libanesa em várias regiões do Brasil. (KHATLAB, 2005).

Nadim, Nagib, Tufik, Salomão, Chafic, Salim, Ibrahim, Fuad, Abrahão, Jamil. Na vida de quase todo brasileiro *da gema* há um brasileiro com um nome assim – *turco*, como se diz até hoje, mais por hábito do que por preconceito. Há o dono da venda, o dono da fábrica, o político, o médico, o pai do amigo, o vizinho.

Estima-se que os descendentes de libaneses e sírios somem 7 milhões de pessoas. São 4% da população brasileira, mas estão em todo canto. A Embaixada do Líbano no Brasil garante que há pelo menos um representante da colônia em cada um dos mais de 5.000 municípios do país. Marcam presença em todas as esferas da vida nacional e em determinados nichos ganham um destaque especial. Na política e na medicina, a proliferação de sobrenomes árabes é tão intensa que chega a ser intrigante.

Alguns exemplos: no Congresso Nacional, instância máxima da política, muitos eram ou são de origem libanesa ou síria, entre eles Michel Temer, Pedro Simon, Paulo Ganem Souto, Artur da Távola, Ramez Tebet e Romeu Tuma, que têm sangue árabe correndo nas veias. Na cidade de São Paulo o sobrenome árabe sempre se fez presente: Paulo Maluf (libanês), Romeu Tuma (sírio) e Geraldo Alckmin (ascendência distante). Em Mato Grosso do Sul, a contagem dos políticos de origem libanesa e síria é ainda mais impressionante. Eles são 37% dos deputados federais, 21% dos deputados estaduais e quase 30% dos vereadores da capital, Campo Grande.

"Nossa representação na política chega a ser um exagero", dramatiza o senador Pedro Simon, gaúcho, filho de libaneses, que emigraram por volta de 1920. "É de longe a maior colônia no Congresso." Os números das grandes ondas de emigração que chegaram ao Brasil endossam a impressão. Libaneses e sírios, cerca de 130.000 ao longo de um século, entre 1872 e 1972, ocupam o sétimo lugar na classificação geral, muito longe dos italianos,

portugueses e espanhóis, os campeões, e mesmo de japoneses, alemães e russos (veja quadro). Basta conferir qualquer lista de políticos para verificar que os nomes nipônicos ou teutônicos não pululam na mesma proporção que os árabes. Uma das explicações dessa representação política desproporcional ao contingente numérico está na própria história da trajetória dos imigrantes.

Truzzi (1997), que analisa a questão no livro *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*, detecta a importância de dois fatores confluentes. Primeiro, a extensa distribuição geográfica da colônia, fruto da atividade de mascate que nove em cada dez imigrantes abraçaram. Para os vendedores ambulantes, que saíam das cidades grandes com a malinha de produtos debaixo do braço, cada lugarejo representava um mercado em potencial. Se a concorrência era brava, eles se embrenhavam mais adiante. E mais ainda, sempre mais.

Um dos resultados disso: um neto de libaneses na ponta norte do país, Tasso Jereissati, no Ceará; um senador pelo estado mais ao sul, Pedro Simon. A essa distribuição ramificada como um cedro do Líbano juntou-se a incrível mobilidade social da colônia, o segundo fator apontado por Truzzi (1997).

Os libaneses e sírios que começaram a desembarcar no Brasil nas últimas décadas do século XIX, vindos de regiões sob o domínio do Império Turco-Otomano (daí os passaportes turcos que provocaram a confusão), traziam na bagagem a obrigação de se empenhar na ética, na moral e no trabalho dos imigrantes. A ela, logo acrescentavam a constatação de que, para alavancar a ascensão social em meio a uma *elite de doutores*, precisavam somar o estudo ao capital. Assim que juntavam dinheiro, passavam a investir na educação dos filhos.

A família do deputado Michel Temer é um exemplo clássico. Vindos do Líbano, na década de 1920, seus pais instalaram-se numa chácara em Tietê, interior de São Paulo. Na frente, a indefectível lojinha. Apenas o irmão mais velho de Temer não estudou, para ajudar o pai. Os outros quatro formaram-se em direito pela Faculdade do Largo São Francisco.

O roteiro do senador Ramez Tebet foi praticamente idêntico, à exceção do cenário: criado em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, cursou direito no Rio de Janeiro, custeado pela lojinha paterna. "Tudo o que meu pai ganhou, gastou na educação dos filhos", dizia o senador.

O estado de Mato Grosso é um exemplo de que os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes sempre foram muito bem aceitos tanto na política, nos âmbitos federal, estadual ou municipal. Para exemplificar traçaremos a trajetória das famílias Tebet e Trad na política.

Ramez Tebet nasceu em Três Lagoas no ano de 1936, era advogado e dedicou sua vida à política. Seus pais eram de origem libanesa, foi prefeito de Três Lagoas, governador de

Mato Grosso do Sul, e senador. Casou-se com Fairte Nassar Tebet e teve quatro filhos, sendo que Simone é advogada e atual prefeita de Três Lagoas; Eduarda, médica e os gêmeos Rodrigo, professor, e Ramez, também advogado. Em sua vida pública, deixou a Assembléia Legislativa do Estado para ocupar a vaga de vice-governador de Wilson Barbosa Martins na chapa que seria eleita para governar o Estado na primeira eleição direta para os governos estaduais desde a implantação da ditadura militar. Entre 1987 e 1989 atuou como Superintendente de Desenvolvimento do Centro-Oeste e como Ministro da Integração e presidente do Senado Federal.

Destacou-se no Senado brasileiro na presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou o Poder Judiciário e no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. À frente desses cargos, investigou o episódio da quebra do sigilo do painel eletrônico do Senado em 2001 e o esquema de desvio de verbas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Assim, levou à inédita cassação, o senador Luís Estevão, em 2000 e à renúncia de outros três: Antônio Carlos Magalhães (PFL – BA), Jader Barbalho (PMDB-PA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Em 2002, foi reeleito com a maior votação já obtida por um político de Mato Grosso do Sul - mais de setecentos e trinta mil votos. Nessa legislatura, esteve envolvido com temas importantes da agenda política nacional, como a Reforma Tributária. Foi, também, o relator da nova Lei de Falências. Faleceu em 2006.

Sua filha Simone Tebet se tornou a portadora do legado político do pai. Eleita deputada estadual de Mato Grosso do Sul em 2002, em 2004 deixou a Assembléia para disputar a prefeitura três-lagoense, que nos anos de 1970 foi administrada pelo pai e, venceu a eleição. É advogada, professora e política brasileira, tendo sido a primeira mulher eleita para a prefeitura de Três Lagoas, no estado do Mato Grosso do Sul. É vista como uma candidata em potencial a concorrer por uma vaga no senado federal ou a vice-governadora do Mato Grosso do Sul em 2010.

Cabe destacar, ainda, a trajetória da família Trad, no Estado, que se fixou em Mato Grosso em 1920, quando Assaf Trad veio para cá e se casou com uma imigrante libanesa com quem teve quatro filhos. Um deles é Nelson Trad, que nasceu em 1930, na cidade de Aquidauana. Formou-se em advocacia, foi professor e atualmente é deputado federal eleito pelo estado do Mato Grosso do Sul. Tem dois filhos que seguiram a carreira política. Nelson Trad Filho, prefeito reeleito de Campo Grande e Marquinhos Trad, ex-vereador e atualmente deputado estadual de Mato Grosso do Sul.

Nelson Trad Filho, também conhecido como Nelsinho Trad, nasceu em 1961, formou-se em medicina. Começou sua carreira política como diretor adjunto do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul, no governo de Pedro Pedrossian. Foi eleito vereador por Campo Grande em 1992 e reeleito sucessivamente em 1996 e em 2000. No biênio 2001/2002 presidiu a Câmara Municipal. Em 2002, elegeu-se Deputado estadual mais votado, com 36.283 votos. Em 2003, se transferiu para o PMDB, onde se candidatou a prefeito da capital em 2004, vencendo a disputa em primeiro turno com 213 mil votos e teve como vice-prefeita Marisa Serrano. Em 2008 foi reeleito Prefeito com 288.821 votos ou 71,41% dos votos válidos.

Marcos Marcello Trad, conhecido como Marquinhos Trad, é uma das revelações da nova geração de políticos de Mato Grosso do Sul. Nasceu em 1964, e formou-se em Direito, tendo sido conselheiro estadual da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MS. A paixão pela vida pública surgiu, segundo ele, ainda muito cedo. No entanto, foi apenas em 2004 que Marquinhos Trad candidatou-se ao cargo de vereador pela capital. Foi eleito com 11.045 votos, o que demonstra que esses descendentes de imigrantes sírios e libaneses estão inseridos na comunidade local. Em 2006, mais uma vez candidatou-se e foi eleito Deputado Estadual. Com 35.777 votos, tornou-se o quinto mais votado do Mato Grosso do Sul e o mais votado da capital naquele ano. Assim como na Câmara Municipal, Marquinhos Trad assumiu a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembléia Legislativa, considerada a mais importante da casa, pois, analisa a constitucionalidade dos projetos de lei apresentados.

Outro descendente de origem libanesa é o deputado estadual Youssif Domingos, advogado que, juntamente com seu pai e outras lideranças, ajudou a fundar, em Campo Grande, o PDT (Partido Democrático Trabalhista), no início dos anos 1980. Em 1988, disputou, pela primeira vez, a eleição para vereador, tendo sido diplomado como segundo suplente. Em 1992, disputou a prefeitura da Capital como vice-prefeito de Loester Nunes. Juntos, Youssif e Loester receberam mais de 20 mil votos, consolidando o PDT em Campo Grande. De janeiro de 1993 a fevereiro de 1996 foi secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários e presidente da EMHA (Empresa Municipal de Habitação). Youssif foi eleito vereador em 1996 e em 2000, foi reeleito vereador. Foi reeleito vereador em 2004 e eleito deputado estadual em 2006.

Como forma de homenagear os libaneses e seus descendentes, o Deputado Youssif Domingos é autor da Lei nº 3.428, de 2007, que institui o dia 22 de novembro como o Dia da

Comunidade Libanesa do Estado, data em que a Assembléia Legislativa, em Sessão especial faz o reconhecimento institucional de personalidades que se destacaram no contexto sócio-político, econômico e cultural do Estado.

Fotografia 6 - Deputados Estaduais Youssif Domingos e Marquinhos Trad.



Fonte: Acervo da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

No levantamento de dados para seu trabalho sobre imigração e política, Truzzi ressalta o grande número de profissionais liberais filhos de imigrantes árabes, formados nas mais importantes faculdades de direito, engenharia e medicina, que depois se tornaram políticos, e a presença maciça de descendentes que entraram para o cenário da política federal e estadual a partir de carreiras iniciadas em cidades do interior. Fora dos grandes centros (com exceção de São Paulo, de forte presença árabe, onde o primeiro brasileiro da colônia foi eleito em 1930 para um cargo político: subprefeito do distrito do Ipiranga), era mais fácil furar a barreira das elites tradicionais.

Ao colocarem suas *quinquilharias* na maleta e saírem de bicicleta, no lombo do burro ou de barco pelos grotões do Brasil, os imigrantes ajudaram a povoar o país e fincaram raízes nos cantos mais remotos. O presidente americano Theodore Roosevelt conta, em suas memórias da viagem que fez pelo interior do Brasil em 1914, em companhia do Marechal Rondon, que encontrou um jornal da colônia, escrito em árabe, num lugar onde não se avistava ninguém a dias de caminhada.

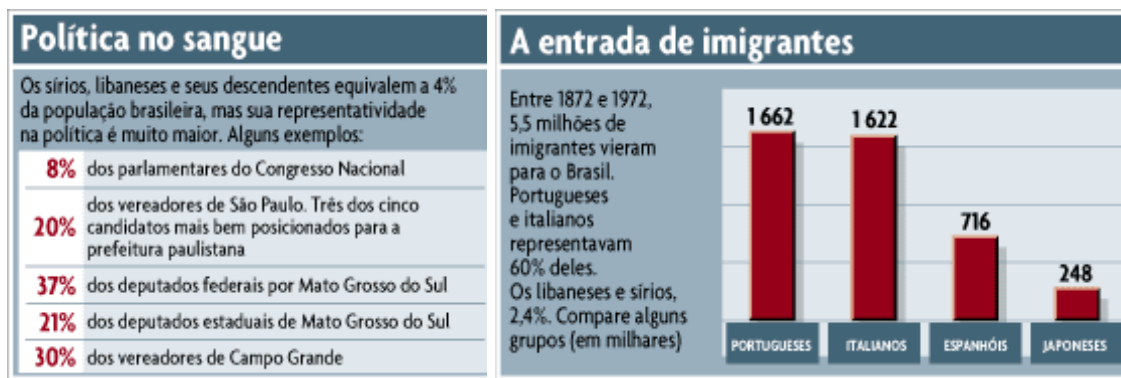
A história da dispersão árabe pelo país coincide com etapas da História do Brasil. Houve a expansão da borracha, e lá foram eles oferecer seus produtos aos seringueiros, aos barões da borracha. Posteriormente, houve a expansão do café, e lá foram os mascates para as porteiras das fazendas do interior de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Com o *comércio no sangue*, os imigrantes iam atrás de fregueses, de oportunidades ou mercado, como se diria hoje. Operaram uma revolução no comércio popular, com novidades como vendas a crédito, redução da margem de lucro compensada pela quantidade, alta rotatividade de estoque e promoção de liquidações.

A rede de solidariedade entre eles perdurou, também, para facilitar a entrada em massa da segunda geração no mercado das profissões liberais e, em certo grau, para o ingresso na política. "Na atividade política, muitos cidadãos de origem síria ou libanesa encontraram um canal de mobilidade social", escreveu o americano Knowlton (1961), autor de um estudo sobre a imigração árabe no Brasil.

Os primeiros a galgarem cargos políticos buscavam, de certa forma, dar continuidade à trajetórias familiares de ascensão social. Embora nem todos os imigrantes tenham ficado ricos, a maioria no mínimo abriu um pequeno negócio. De maneira geral, os que aportaram primeiro foram os que amealharam maior capital. As grandes fortunas das décadas de 1940 e 1950 eram, justamente, das famílias que trilharam pioneiramente o trajeto mascate-comerciante-industrial. A influência árabe na sociedade campograndense é imediatamente perceptível nos traços fisionômicos de tantos de nossos amigos, nos médicos que nos atendem, nos empresários e comerciante, nos políticos, nos professores e intelectuais.

De acordo com Truzzi (1997, p. 32 – 49), o campo político dos árabes em outros estados brasileiros também foi se ampliando. Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Ceará foram alguns dos estados estudados pelo autor, que pôde verificar acerca da concentração de árabes. "Nenhuma é igual a São Paulo, mas em cada uma das capitais desses estados há uma concentração razoável de sírios e libaneses", afirma o sociólogo.

Figura 4 - Dados sobre a presença de libaneses na política relacionados com a entrada deles no país.



Fonte: Revista Veja. Edição 1669, de 4 de outubro de 2000.

O ingresso na carreira política representou, para muitos, o ápice desse vigoroso processo de ascensão social, sendo objeto de estudo de pesquisadores como Oswaldo Truzzi (1997) e Marco Aurélio de Oliveira (2001), que estudaram essa forma de firmar suas identidades nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Sul. A participação dos descendentes na vida política mato-grossense pode ser vista como o fio condutor complementar da ascensão social da colônia. A estabilidade financeira, o ingresso no mercado de trabalho como profissionais liberais, os casamentos interétnicos, entre outros fatores, concorreram para o investimento na arena política. A escalada teve início com a disputa de cargos eletivos em nível local (vereadores e prefeitos) e depois no plano estadual e federal.

Para Greiber et al. (1998) e Truzzi (1997), os migrantes sírios e libaneses pertenciam as classes subalternas em sua pátria; não se incluíam entre os mais pobres estrangeiros que chegaram ao Brasil. Não é possível determinar com segurança a quantidade do dinheiro que traziam, já que esse dado não foi compilado pelo Serviço de Imigração. Segundo o testemunho de vários informantes, a provisão para as viagens e para cobrir eventuais incidentes era fornecida por familiares que funcionavam como suporte, uma retaguarda de apoio financeiro.

As entrevistas com imigrantes árabes revelaram que muitos deles voltavam à sua terra, temporariamente, com o objetivo de visitar pais e mães velhos e doentes ou de escolher noivas para casar. Foi o caso de Abdalla Georges Sleiman, que declarou que havia se casado com uma moça libanesa que conheceu no Líbano. Era uma vizinha da casa e lhe foi recomendada por suas irmãs e seus cunhados. Foi lá conhecê-la, passou duas semanas e se casou.

Relativamente aos pais do entrevistado, Ale Neiman disse que seu pai, que nasceu no Brasil, foi até a Síria, a pedido de seu avô paterno, para encontrar uma esposa. Lá chegando,

conheceu uma jovem, sua prima, com quem se casou. Retornou sozinho para o Brasil um mês após o casamento e sua esposa veio um mês depois.

Apenas um número reduzido retornou definitivamente à nação de origem, por não se adaptar às mudanças culturais, ou por não ter conseguido sucesso nos negócios. Outros regressaram por responsabilidade assumida com familiares na pátria-mãe. Por volta de 1920, a tendência para a emigração temporária tinha enfraquecido e a maioria dos imigrantes chegava para ficar definitivamente no Brasil.

No prefácio do livro de Sayad (1980), Pierre Bourdieu afirma que os imigrantes são “pessoas deslocadas”, privadas de um lugar apropriado no espaço social e de lugar marcado nas classificações sociais.

Para Sócrates, o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo” de que Platão também fala da fronteira entre o ser e o não-ser social.

2.3 O papel da mulher árabe no processo imigratório.

Observa-se que, com o passar do tempo, a integração com a cultura sírio-libanesa levou a um convívio que gerou novas trocas e relações, num desafio constante. Diante disso se destaca o importante papel desempenhado pela mulher síria-libanesa, ao preservar os costumes familiares oriundos de seu povo e ajudar a difundir-los na sociedade brasileira, cultura que marcou presença por toda parte e segmentos. Desde a literatura, arquitetura, medicina, engenharia, hotelaria, ramo alimentício, seja no governo ou na iniciativa privada, a presença dos filhos de imigrantes com suas tradições e cultura, faz parte da sociedade brasileira.

Durante o período que sucede a imigração, as diversas relações sociais que se compõem são fortalecidas, porque ações que habitualmente são partilhadas pelo grupo familiar, daí o significado da importância da ajuda mútua entre os conterrâneos e do caráter coletivo para o enfrentamento de dificuldades na nova terra.

Segundo Basaglia (2002, p. 78), no âmbito dos casamentos arrumados, as pressões foram se enfraquecendo dentro do grupo, conforme as gerações nasciam no Brasil. Porém, convém observar que, mesmo antes de emigrarem, tanto sírios quanto libaneses já conviviam com casamentos arranjados entre as famílias. O casamento era entendido como uma obrigação

social. As alianças matrimoniais existiam para reforçar interesses e círculos de relações, porque o inverso também vigorava, ou seja, ao se abrirem para novas alianças, as famílias corriam o risco de se degradarem.

As mulheres árabes não vieram como pessoas independentes, mas como parte de um projeto familiar, patrocinado por parentes já residentes no Brasil, o que é próprio da cultura árabe, que reforça a situação de dependência da mulher e seu papel de mãe. O entrevistado Ale Jamil Neiman disse que sua mãe sempre esteve muito presente no lar, na educação dos filhos, ensinando-lhes, inclusive a falar e a escrever em árabe. Por esse depoimento é possível presumir-se que a presença das mulheres proporcionava, não somente um ambiente domiciliar seguro e estável, como, também, uma contribuição econômica complementar à do pai ou do marido, uma vez que elas ajudavam no comércio da família.

As imigrações, de um modo geral, têm sido tratadas como um processo exclusivamente masculino, na medida em que esse fenômeno se constituiu a princípio como uma imigração de trabalho. Sayad (2000, p. 24), afirma que “a imigração de trabalho, que não tem outra razão de ser que o trabalho, é uma imigração de adultos, de homens em sua maioria”.

Na medida em que as imigrações de trabalho tornaram-se imigrações de família é que as mulheres aparecem como parte atuante desse processo. Sayad (1998, p. 20), com relação a isso, afirma que “não existe imigração, mesmo autodenominada de trabalho e exclusivamente de trabalho... que não se transforme em imigração familiar...”

Esposas, irmãs e filhas, foi desempenhando esses papéis que as mulheres árabes ligaram-se ao processo imigratório, pela transformação de uma imigração provisória para uma imigração definitiva e pela necessidade da formação familiar no país de destino. Acompanhando seus maridos ou tornando-se esposa, ou, ainda, atendendo às necessidades de irmãos ou pais, as mulheres árabes inseriram-se ao processo imigratório libanês ao Brasil via necessidade masculina.

Fotografia 7 - Casamento de Loris Buanaim.



Fonte: Acervo pessoal de Loris.

De uma forma ainda mais contumaz, e, ao mesmo tempo, reveladora dessa participação feminina, destaca-se, aqui, o relato de algumas imigrantes e suas atuações nas questões relativas ao trabalho e de sua influência direta sobre o universo supostamente masculino.

Veja-se o exemplo de Chafia Fatuchi Abussafi (SELEM, 1999, p. 40). Foi pioneira na administração dos negócios da família e construtora de casas, em Campo Grande. “Sofia” foi como seu nome foi traduzido em português, nasceu em Zahlé, no Líbano e veio com seu marido Dib Jorge Abussafi para a América do Sul. Passaram pela Argentina, Paraguai e de navio chegaram a Porto Esperança e finalmente em Corumbá, Mato Grosso. Lá montaram um pequeno negócio.

Sentiram muita dificuldade com a língua e por conta da surdez do marido Chafia tomou a frente dos negócios. Permaneceram em Corumbá por oito anos e sobreviviam confeccionando malas de madeira. Por não se adaptarem ao clima quente de Corumbá resolveram procurar outro lugar para morar. Venderam tudo o que tinham e resolveram se mudar para São Paulo.

Conheceram Campo Grande e resolveram aqui se fixar, por volta de 1920. Compraram uma pequena casa e abriram um comércio. Com as economias começaram a construir casas

com mão-de-obra própria, auxiliados pelos filhos pequenos. Tiveram nove filhos e com a morte do marido, em 1962, passou a administrar os negócios. Atuava em ações sociais e filantrópicas da cidade.

Para Hourani (2006, p. 148), “as mulheres da família – mães e irmãs, esposas e filhas – ficavam sob a proteção dos homens. À medida que a mulher envelhecia, adquiria maior autoridade, como mãe de filhos homens ou esposa, não só sobre as mulheres mais jovens da família, mas também sobre os homens”.

Outro exemplo é o de Julia Maksoud, que nasceu em Zahlé, no Líbano, em 1896, onde se graduou como professora, já no final da Primeira Guerra Mundial. Esse acontecimento, para aquela época, era algo incomum. Casou-se com José Mafus Maksoud, em 1921, e foram morar em Aquidauana.

De lá, mudaram-se para Campo Grande, em 1935, e Julia começou a atuar em trabalhos sociais, pedagógicos, filantrópicos e religiosos. Lecionava francês em escolas da cidade, sendo a primeira intérprete e tradutora juramentada de francês e árabe em Campo Grande. Teve seis filhos e morreu aos 93 anos de idade.

Fotografia 8 - Júlia Maksoud e seu esposo José Mafus Maksoud



Fonte: Acervo da família.

Margarida Maksoud Trad, também veio de Zahlé, em 1915. Quando tinha cinco anos, sua família, devido à guerra, veio para o Brasil, vindo de São Paulo para Corumbá e se

fixando em Aquidauana. Foi estudar no Rio de Janeiro e com treze anos casou-se com o comerciante libanês Assaf Trad, com quem teve quatro filhos: Nelson, Marcello, Ricardo e Norma. Mudaram-se para Campo Grande em 1951. Por atuar na aproximação de libaneses e brasileiros, ela e o marido, no ano de 1969, foram distinguidos pelo governo libanês como Cônsules Honorários do Líbano em Mato Grosso. Em 1972, naturalizou-se brasileira. Em 1979, faleceu seu marido. Em seu depoimento, na entrevista concedida para esta pesquisa, Nelson Trad, filho de Margarida, asseverou: “mamãe nasceu libanesa e morreu brasileira, porém sempre foi universal”. Essa libanesa faleceu num vôo para Brasília, em 1995, para onde estava indo assistir à posse do filho posse como Deputado Federal.

Esses relatos trazem à luz a riqueza do papel da mulher na imigração, do qual podem-se destacar os seguintes aspectos:

1) o casamento leva a mulher ao trabalho, não só no espaço doméstico, mas na manutenção material da família como um projeto familiar conjunto;

2) a partir da atividade do marido, mascateação, a esposa insere-se também no mundo do trabalho, quase por acaso e tomando “gosto pelo negócio”;

3) o reconhecimento da atuação feminina no campo do trabalho, pelo marido, pelos conterrâneos, e por si própria, legitimam sua participação nessa atividade;

4) o apoio da esposa à atividade do marido permite a primeira ascensão econômica, da condição de mascate para a de proprietário de loja, marcando a atuação da mulher além do espaço doméstico;

5) a divisão de tarefas no mundo do trabalho, em razão do marido sair para mascatear, enquanto a mulher cuidava da loja, permitindo, dessa forma, a expansão dos negócios.

6) a capacidade de se arriscar no negócio e alcançar êxito, revelando não só essa participação no trabalho como ainda a capacidade de tomada de decisões;

7) a segurança da manutenção de um mesmo negócio sempre que o marido arriscava em uma nova empreitada.

8) e, finalmente, se na terra de origem o trabalho entre os membros da família numerosa determinou a organização dessa atividade, na terra da imigração a família numerosa vai cedendo espaço para a hegemonia da família conjugal, sendo a mulher influenciadora direta dessa mudança e marcando novas posições.

Ao contrário do que possa parecer, à primeira vista, essas mulheres imigrantes deixaram a posição secundária de acompanhantes para exercer um papel fundamental no processo migratório em toda sua complexidade. As mulheres libanesas na imigração ao Brasil

estiveram ligadas a fatores fundamentais do ponto de vista da formação familiar, da preservação das tradições culturais, como língua, religião e costumes ao longo das gerações, mediando conflitos, mantendo os projetos familiares, defrontando-se com as dificuldades da manutenção de uma estrutura cultural diferente do país de imigração, além de se associarem às questões referentes ao estudo e ao trabalho.

Para Osman (2006), que estuda a migração libanesa em São Paulo, a temática do trabalho, espaço e domínio marcadamente masculino sempre estiveram presentes nos relatos das mulheres entrevistadas. Elas salientavam que, a elas, restava o espaço doméstico e de criação dos filhos e aos homens o trabalho para prover o lar. Sempre foi exaltada a figura masculina, como marido, pai, chefe de família zeloso em suas responsabilidades.

A contribuição da mulher imigrante transcendeu o espaço da casa e das únicas funções de se dedicar a marido e filhos. Mesmo atuando de forma secundária, auxiliando seus pais, irmãos e maridos, elas tiveram participação ativa e direta na garantia do sustento familiar, trabalhando concretamente com eles ou exercendo atividades que complementassem o orçamento doméstico, sem que a sua função principal de donas-de-casa fosse relegada.

A presença de maridos, pais ou irmãos tornava secundária, porém essencial, a inserção econômica dessas mulheres, ressaltada essa posição nos próprios relatos. Mas a falta dessas figuras masculinas, em alguns casos, levou à necessidade de se assumir o compromisso do sustento da família e a ocupar a posição de provedores principais, e não mais auxiliares de forma camuflada.

A questão relativa ao trabalho da mulher fora do lar aparece de forma não tão evidente, sendo possível, mesmo assim, desvendar-se a atuação dela no processo imigratório, transcendendo o papel histórico e socialmente destinado a ela. Além do espaço doméstico, ocupam o espaço do trabalho, opinam, decidem, influenciam, traçam projetos, reelaboram trajetórias, reorganizam o papel da família, de uma forma sutil e eficiente, sem que afrontem o espaço masculino.

Dessa forma, compreender a atuação da mulher no processo imigratório entre o Líbano e o Brasil certamente contribuirá para a superação de preconceitos no tocante aos estereótipos de submissão e pouca, ou nenhuma, participação na organização familiar desse grupo e permitirá ainda mostrar uma outra face dessa complexa relação, cuja presença feminina tem ido além do espaço doméstico com uma atuação bastante contundente na preservação dos valores tradicionais e na adequação aos novos valores adquiridos durante o processo migratório. A questão da participação no trabalho é uma das possibilidades de

abordagem que visa superar a visão estereotipada em relação ao grupo das mulheres árabes na imigração, cuja análise foi à proposta deste tópico.

2.4 O jogo das identidades

Bhabha (1998), ao expor sua vertente sobre nacionalismo, empenha-se em evidenciar que, à certeza histórica e à natureza confiável deste termo, opõe-se *residente*, que expressa uma forma de vida mais híbrida, que se movimenta pelas diferenças das identificações culturais. Construção cultural da nacionalidade, interpelação discursiva, estratégia narrativa e comunidades imaginadas, são expressões que, para ele, perfazem a rota que tem por destino final a criação de uma imagem única, modelar e homogênea da nação. Sua opção é apreender o tempo duplo da representação nacional, preferindo, à sacralização do passado, as tensões do presente; abandonando a segurança da interpretação pedagógica do povo, que insiste na autoridade da narração, para fincar suas bases no terreno movediço do entre-lugar que caracteriza o performativo, que desestabiliza o significado do povo como uma estrutura homogênea.

Silva (2004) é incisivo ao afirmar que: “*A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes*”. Há uma disputa pela identidade, envolvendo recursos simbólicos e materiais da sociedade e levada a cabo por grupos sociais assimetricamente situados nas relações de poderes. Não há como distanciar identidade/diferença das relações de poderes, já que são essas que têm a prerrogativa de definir a identidade e marcar a diferença. Historicamente construídas, as referências identitárias são criadas e partilhadas pelos sujeitos das mais diferentes formas. Como indivíduos procuramos o conforto que tais referências podem proporcionar ao garantir a sensação de proteção, mas sem esquecer que elas podem significar, em contrapartida, a exclusão. A proteção de se viver entre “iguais”, a necessidade de se reconhecer também no *outro*. E assim voltamos sempre ao ponto de partida: o *Outro*, em quem ele se constitui e o quanto pode ser respeitado, odiado ou desprezado. Em qualquer das hipóteses, é necessário que ele exista, pois a marcação da identidade depende de um ponto de referência, seja ele negativo ou não.

Continuando na trilha de Hall (2003), é necessário que se atenha e se reflita sobre as negativas de suas concepções acerca da identidade. Esta *não* representa a estabilidade do eu que, porventura, passa despercebida pelas atribulações da história. Também *não* se refere a um hipotético eu coletivo ou verdadeiro, capaz de eliminar as diferenças e daí fixar e

estabilizar o pertencimento cultural. Finalmente, as identidades não são unificadas; pelo contrário, apresentam-se cada vez mais fragmentadas, pois que constituídas por discursos, práticas e posições que pode se entrecruzar ou chocar entre si.

Inegável, contudo, é que quando essa primeira geração de líderes da colônia é representada perante o restante da sociedade, esse passado de mascate, essa valorização da ascensão sócio-econômica pelo trabalho é o seu principal cartão de visitas, a credencial a ser apresentada pelos integrantes da colônia, quando reivindicam um lugar ao sol entre as elites campograndenses, destacando, em seus discursos, o papel civilizador dos sírios e libaneses em Campo Grande, querendo demonstrar que foram eles que construíram o progresso da cidade e do estado.

Nesse contexto, afirmaram a preocupação em demonstrar que eram brasileiros e integrados à nacionalidade e que trouxeram como valores: a honra, o trabalho, o sacrifício e o planejamento. Para esses imigrantes, fazia parte da honra do homem defender o que era seu e responder às exigências que lhe faziam os membros da família, ou de uma tribo ou grupo maior do qual faziam parte; a honra pertencia ao indivíduo por sua participação num todo maior. Por conseqüência, queriam deixar patente sua superioridade em relação a outros imigrantes, que vieram subsidiados pelo governo brasileiro.

Nas primeiras décadas do século XX, em que estão os principais elementos constitutivos da imagem mais comum, mais popular a respeito dos sírios e libaneses: o aspecto e o idioma característicos, a identificação com o comércio ambulante e o modo peculiar de regatear para fazer negócios. Portanto, até certo ponto é compreensível que, ao se dedicarem em massa a uma atividade indelevelmente relacionada ao comércio de bens de consumo popular, os sírios e libaneses tivessem, por esse motivo, recebido uma “marca”, uma apreciação que fixou uma imagem perante a sociedade. A essa imagem se sobrepôs um designativo: *turcos*, tantas vezes registrado neste trabalho.

A imagem familiar do comerciante se sobrepôs, mas algumas suspeitas existiam e eles eram vistos como os *turcos* que pouco se misturavam socialmente, falavam uma língua incompreensível e tendiam a casar entre si, muitas vezes importando a futura esposa da terra de origem. Somente na década de trinta do século passado é que diminuiu o costume de mandar os jovens para a terra natal, a fim de se casarem com parentes ou conhecidos.

Para a colônia, eles sempre seriam vistos como “mascates”, o alvo dessa identidade tão marcante, difícil de ser anulada, então a solução foi transformá-la em atributo positivo, em diferença legítima. Celebrizado em prosa e verso pelos intelectuais da colônia, a figura do

mascate constituiu a única base possível de identidade coletiva de uma colônia fragmentada entre diferentes religiões e regiões de origem. Mais que isso, qualidades tais como o trabalho duro, a frugalidade e a perseverança para um futuro melhor foram insistentemente reafirmadas e exibidas como exemplos de conduta.

Quando se refere a um grupo de imigrantes que se insere em uma determinada sociedade, há, no fundo, um reconhecimento de que a identidade desse grupo é forjada tanto por esse conjunto de tradições, história e valores, quanto pela apreciação que a sociedade inclusiva faz do grupo. Em outras palavras, o grupo, além de carregar consigo determinados atributos culturais, também forja sua identidade em reação às demandas e avaliações – positivas ou negativas – que a sociedade mais abrangente exerce sobre o grupo.

O modo como se desenvolveram as identidades compartilhadas pela colônia ou atribuídas a ela constitui sem dúvida um dos temas mais fecundos na história de libaneses e sírios e de seus descendentes no Brasil.

Com relação às hibridações, para Canclini (1998, p. 47) elas vão muito além do que se possa perceber. Elas são estabelecidas por “[...] um processo em que estruturas e práticas sociais diferentes, que existiam de forma separada, se combinem de tal forma, que passam a gerar novas estruturas, representações, objetos e práticas”. Portanto, é paradoxalmente o ambiente das diferenças, que favorece e promove as condições para que as hibridações sejam construídas.

O sujeito híbrido tem características fragmentadas, imprevisíveis e múltiplas. Ele, no geral, processa idéias que correspondem à formação de identidade, uma vez que o pertencimento a uma comunidade faz parte de uma das mais importantes construções sociais da humanidade.

O agrupamento de indivíduos, e posteriormente a sua fixação à terra, são condições historicamente consideradas como parte do desenvolvimento da humanidade. É através do estabelecimento de relações com outros, que o sujeito gera necessidades, formula valores e avança em suas sociabilidades, desenvolvendo o potencial de sua capacidade de ser social, ao gerar vínculos afetivos. (CANCLINI, 1998, P. 61).

Para Canclini, a hibridação além de refletir a amplitude de fronteiras, provoca novas formas de significação e representações culturais. Ou seja, os relacionamentos sociais envolvem desde a rejeição ou negociação, até a identificação. Alguns autores mais radicais, como por exemplo, Bhabha (apud Burke, 2003, p.108), chegam a prever

“[...] a perda do sentido de se pertencer a algum lugar, na verdade, a própria perda de um lugar, substituído pela proliferação de não-lugares, como aeroportos. Confrontados com o cenário da hibridização, podem responder que a mistura de todas as culturas em um caldeirão global, é um estágio em sua subsequente homogeneização”.

O hibridismo também faz suscitar várias categorias identitárias, que comumente são,

[...] organizadas em um conjunto histórico mais ou menos estável (etnias, nações, classes) e se reestruturam em meio à conjunção interétnica, transclassista e transnacional. As maneiras diversas em que os membros de cada etnia, classe e nação se apropriam dos repertórios heterogêneos de bens e mensagens disponíveis nos circuitos transnacionais, são capazes de gerar novas formas de segmentação. Estudar processos culturais, portanto, é mais que afirmar identidades auto-suficientes, serve para conhecer formas de heterogeneidade e entender como são produzidas as hibridações. (CANCLINI, 1998, p 2).

Mesmo considerando os motivos que levaram os imigrantes a saírem de seu lugar de origem, é importante destacar que nenhum dos entrevistados conseguiu perder os vínculos com suas raízes.

Hibridações também se referem ao caráter da identidade social de um indivíduo, à medida que

[...] se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. (BURKE, 1992, p. 177).

Os processos de hibridização analisados pela teoria cultural contemporânea nascem de relações conflituosas entre diferentes grupos, e que estão ligados

Aos movimentos demográficos que permitem o contato entre diferentes identidades: as diásporas, os deslocamentos nômades, as viagens, os cruzamentos de fronteira [...] Mas é no movimento literal, concreto, de grupos em movimento, por obrigação ou por opção, ocasionalmente ou constantemente, que a teoria cultural contemporânea vai buscar inspiração para teorizar sobre os processos que tendem a desestabilizar e a subverter a tendência da identidade à fixação. (SILVA, 2000, p. 100).

O espírito de aventura e o instinto comercial desses imigrantes emergem como elementos adequados à exaltação de seus sacrifícios e proezas. O mito vira carne e osso na figura do mascate, invocado como autêntico bandeirante do comércio, integrador e difusor das

novidades da capital pelos sertões do Brasil afora. As apologias ao redor de sua figura enveredaram pelo terreno de um trabalho árduo, de um esforço contínuo e incessante na luta pela sobrevivência sempre embaladas num tom de valorização de um passado de sacrifícios. Foi dessa forma que a identidade da colônia sírio-libanesa foi, aos poucos, sendo negociada com a sociedade inclusiva, valorizada e reinventada simbolicamente ao redor da figura do mascate.

Ao comporem um grupo de comerciantes com elementos culturais distintos da comunidade campograndense os imigrantes sírio e libaneses rearticularam elementos culturais para inserirem-se na sociedade. Portanto, não são mais totalmente sírios e libaneses, nem campograndenses, incorporaram modos de ser do *outro*, sem abrir mão de suas práticas, ou seja, criaram uma nova identidade, tornando-se híbridos. Foram pessoas dispostas a negociar suas identidades, incorporaram elementos do outro, sem ser o outro, e ao mesmo tempo mantiveram os seus próprios, ou seja, ocorreu uma dinamicidade do processo histórico, onde esses árabes conservaram traços anteriores e buscaram novos. Para Hall (1997, p. 89), pessoas “pertencentes a estas *culturas híbridas* estão irrevogavelmente *traduzidas* devem aprender, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas.”

Os imigrantes não foram, necessariamente, *assimilados*, mas construíram relações sociais originais como estratégias de sobrevivência na nova terra. Como resultado, temos etnias e nacionalidades diferentes negociando seus códigos e comportamentos culturais e suas dinâmicas de trabalho.

Expurgada ou reduzida em seus elementos negativos e vangloriado os positivos, pode-se, assim, afirmar que a identidade da colônia sírio-libanesa foi aos poucos sendo adaptada ao novo ambiente, reinventada simbolicamente ao redor da figura do mascate. O produto final, uma espécie de tradição “enfeitada”, brotou, não apenas como fruto da interação da colônia com o restante da sociedade, mas, também, como processo repleto de fraturas, impugnações e disputas internas, travadas entre líderes no próprio interior da colônia. Em parte, essa será a história a ser contada no próximo capítulo, quando se apresenta um estudo analítico-histórico do Clube Libanês de Campo Grande desde a sua criação.

3 O CLUBE LIBANÊS

“Nas noites do Carnaval, o nosso Club primou pela freqüência selecionada, tendo reunido grande parte da fina-flôr da sociedade Campograndense nos salões do nosso Club”.

(Livro de Atas nº 2, p. 45/verso)

Alguém que acompanhe, com interesse, o desenvolvimento do tema desta pesquisa já deverá esperar que, a esta altura, discorra-se sobre como se deu o início e formação de clubes árabes no Brasil, e, com maior pertinência ainda, sobre o início e atuação, em Campo Grande, do Clube Libanês. Chega-se, então, à abordagem central – o objeto da pesquisa.

3.1 A fundação de clubes árabes no Brasil

Segundo Truzzi (1997) e Nunes (2000), a convicção, na década de 1920, de que a imigração era uma experiência duradoura provocou um aumento do número de clubes e sociedades de auxílio mútuo, fundados desde o início do fluxo migratório. Para Hajjar (1985), os clubes e sociedades desempenhavam importante papel na socialização dos filhos dos imigrantes, ressaltando os valores culturais e os costumes da terra de origem inculcados pelas famílias. Naquele momento, também, a imprensa étnica ganhou terreno, muito embora, em sua maioria, os jornais e revistas da colônia não tenham tido vida longa.

Basaglia (2002, p. 137) registra o seguinte:

as abstrações anteriores de sentir-se imigrante vão aos poucos se organizando com a realidade exterior como um mosaico e são traduzidas pela necessidade de ‘fazer suas lojas, manufaturas, igrejas, bibliotecas, escolas, clubes, hospitais, asilos e cemitério’, mesmo que pensassem em voltar para o Líbano viviam aqui e uns iam morrer aqui.

A ausência de perspectiva da volta ao país de origem e a intensificação das chegadas de imigrantes sírios e libaneses contribuíram para que os imigrantes libaneses se organizassem por meio de associações diversas, que iam surgindo como formas de amparo diante do desafio de enfrentar situações novas ou mesmo incompreensíveis, ligadas a uma realidade da qual pouco conhecimento havia. O fato de existirem, hoje, clubes organizados significa que a cultura libanesa se impunha como diferença e procurou manter suas tradições nesse círculo privado.

Os grupos sociais estão naturalmente ligados a um lugar. E o fato de as pessoas de um grupo estarem próximas em um espaço é que cria a possibilidade entre seus membros de manterem os vínculos sociais. Truzzi (1997) informa que, paralelamente aos clubes, as atividades filantrópicas também representaram um sinal de prestígio e riqueza bastante concorrido entre os imigrantes árabes, aqui no Brasil. Tudo indica que o padrão de construção e afirmação da respeitabilidade das famílias, necessariamente, teve que incluir financiamentos a obras de benemerência. Hospitais, orfanatos, asilos, ligas de senhoras promotoras de campanhas e mesmo os clubes, todos eles foram alvos da *abnegação* e da *generosidade* dos mais ricos.

Rapidamente formaram-se os núcleos centralizadores que visavam agrupar os imigrantes, facilitando-lhes o convívio e o enfrentamento da nova vida. Do âmbito familiar, no qual a sociedade se manifestava no recebimento individual dos amigos, na hospedagem dos recém-chegados e nos encontros dominicais de parentes e de amigos, os sírios e libaneses estenderam sua sociabilidade à relação externa, formando agremiações da própria colônia, destinadas a reproduzir, através de festividades e encontros informais, as tradições da terra de origem.

No caso de Mato Grosso, por exemplo, foi fundada, em Corumbá, a Liga Árabe no Brasil, em 1948. No ano de 1951, em Campo Grande, fundou-se o Clube Libanês¹² e, na mesma época, o Clube Surian, cada qual agrupando, predominantemente, libaneses e sírios, respectivamente.

É pertinente destacar que em vários documentos pesquisados encontraram-se referências a tentativas de que existisse apenas um Clube que agregasse as duas etnias, sírios e libaneses, como por exemplo, nas cidades de Campo Grande, Porto Alegre e São Paulo. Kemel (2000) informa-nos que a primeira dessas agremiações na região sul do Brasil foi a Sociedade Síria, fundada em agosto de 1922. Como, à época, os dois grupos mantinham, ainda, os laços iniciais de união, com mínimas discrepâncias, a Sociedade Síria tentou abrangê-los na mesma instituição. Logo, porém, as divergências se acentuaram levando à criação da União dos Jovens Libaneses, em 1924. É, também, seguramente, dessa época, a “Juventude Maronita”, que reunia, com finalidades sociais, jovens imigrantes libaneses adeptos do rito maronita.

¹² Embora em seu livro “Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória”, o autor Ângelo Marcos Vieira de Arruda (2006, p. 41) afirme que as obras do Clube Libanês tiveram início em 1959, os documentos oficiais do Clube informam que as obras tiveram início em vinte e quatro de janeiro de 1954.

Segundo a mesma autora, na cidade de Porto Alegre, em 1925, criou-se o Clube Sírio-Libanês e, no ano de 1933, como resultado de um desentendimento entre a diretoria e alguns sócios, foi criado o Clube da Juventude Sírio-Libanesa. A colônia ficou, então, com dois clubes distintos até 1934, quando, a 9 de agosto, fundou-se a “Sociedade Sírio-Libanesa”. Depois desse período, mais desentendimentos provocaram nova cisão e, em 1º de setembro de 1936, foi fundada a *Sociedade Libanesa* que se constituiu do resultado dessa dissidência e da aglutinação com a “Juventude Maronita”. Essa sociedade é a mesma que perdura ainda hoje, em nova fase, com a construção de uma grande sede própria. Entretanto, em 1949, a comunidade síria e libanesa de Porto Alegre viu renascer mais um clube: a *Sociedade Síria*, tendo funcionado como entidade social por algum tempo. Hoje, essa entidade, embora não exista mais como instituição de fato, já que seu prédio está alugado, subsiste por meio de encontros eventuais promovidos por seus associados.

Em São Paulo foram criados vários clubes associativos. Hajjar (1985, p. 109) atribui ao sentimento de culpa e ao luto decorrentes da experiência migratória, a profusão de instituições fundadas pelos sírios e libaneses. A autora relaciona o fenômeno à década de 1920, quando os imigrantes se desiludiram de voltar aos seus países de origem, deixando de encarar a imigração como uma condição provisória: “Com o intuito de preencher o vazio do afastamento da terra de origem, cada agrupamento foi fundando a sua entidade como forma de aglomerar-se, reunir-se e organizar-se, tentando recuperar na terra de imigração um pouco do que perdeu com o abandono da terra natal”. Referindo-se, por exemplo, aos clubes, Hajjar (1985, p. 138), afirma que: “O sentimento de ligação com a cidade (foi) tão grande que levou o imigrante a recriar na terra de imigração um lugar de encontro dos membros daquela comunidade. Assim, fundaram-se os clubes: Aleppo, Antioquina, Marjioun, Rachaia, Gaze, Sultan, Yacoub, Zahle, Hasbaa e outros”, devido ao espírito localista muito acentuado entre os árabes; eles não só têm orgulho de serem sírios, como têm orgulho de ser de uma determinada cidade – a deles. Do mesmo modo, o libanês: sente orgulho de haver nascido no Líbano, e o sente, também, da cidade de onde provém.

A devoção à família constituía parte fundamental da bagagem dos imigrantes árabes. Na nova pátria – assim como na terra natal - a família continuou sendo o laço essencial na identidade e na organização social dos árabes. Na fase de adaptação ao novo país, ela se encarregou de manter vivas as origens e as lembranças da pátria, bem como de estabelecer a ligação entre os velhos e os novos árabes.

Dessa forma, o Clube Libanês de Campo Grande surgiu entre os libaneses que vieram para a cidade, no início do século XX, como forma de fortalecer a união do grupo desses imigrantes, aqui, e, também, como estratégia para se projetarem na vida social da cidade, uma vez que a grande maioria trabalhava no ramo do comércio e esse meio de aproximação favoreceria a fixação deles na cidade.

O Clube auxiliava-os a se tornarem mais conhecidos, era um facilitador em seus contatos, comércio, amizades e integração à nova nacionalidade. No convívio que estabeleciam com pessoas de outras nacionalidades e com os brasileiros natos, mostravam amabilidade, demonstrando que a convivência com povos diferentes podia ser pacífica e amistosa. Essa é uma das representações identitárias mais marcantes dessa etnia, ou seja, o esforço que fazem para fortalecer seus laços de amizade e sociabilidade, criando vínculos e fortalecendo alianças por meio da festa, da comida e da música. Para Canclini (1998),

ter uma *identidade* seria, antes de mais nada, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma *entidade* em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico ou intercambiável. Nesses territórios a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos.

Outro aspecto a destacar, de acordo com os registros documentais, era a presença constante de autoridades civis, religiosas e militares nas festividades do Clube, o que aproximava os imigrantes árabes das autoridades influentes de Mato Grosso e do Brasil, contribuindo para a integração à nova nacionalidade.

Na análise a respeito das associações fundadas nas primeiras décadas do século passado, notou-se que enquanto os cristãos, especialmente libaneses, procuravam estabelecer-se em clubes regionais, os muçulmanos procuraram criar entidades mais abrangentes. Observou-se, também, que, quando existentes, as associações de caráter nacional ou transnacional (não-religiosas) filiavam-se aos programas político- nacionalistas sírios ou transárabes.

Essa constatação, comparada com os estudos realizados por Gattaz (2005), leva a conclusões de que existem posicionamentos distintos dos setores da colônia sírio-libanesa quanto às associações:

Primeiro: para os grupos cristãos libaneses e sírios, especialmente nos anos de 1920 a 1950, período em que os clubes tiveram seu apogeu, a preocupação maior foi com a preservação das tradições que, embora árabes, eram filtradas pela cidade de origem. Isso

levou à criação de inúmeros clubes, dos quais uma grande parte desapareceu devido ao pouco interesse que ofereciam aos descendentes dos imigrantes, que se identificavam mais como brasileiros. Para os cristãos provenientes do Monte Líbano, especialmente, houve a preocupação com a criação de instituições que defendessem a “cultura libanesa”, em oposição à cultura árabe. As linhas demarcatórias da identidade desse grupo tornaram-se as práticas religiosas e as origens locais, fazendo com que, no interior do grande grupo cristão libanês coexistissem, em geral, pacificamente, diversos grupos definidos pela cidade e pela religião de origem.

Segundo: para os sírios e parte dos libaneses (especialmente os cristãos ortodoxos e muçulmanos, do sul do Líbano), a tônica era a defesa do nacionalismo sírio ou transárabe que se refletia na criação de associações patrióticas sírias ou árabes em quase todas as cidades onde a colônia estava presente e das quais poucas subsistem. Um exemplo disso é o Clube Libanês de Campo Grande, que perdeu todo o seu *glamour* e importância, não sendo prestigiado por grande parte dos seus sócios, nem pelos descendentes dos imigrantes árabes, que não o frequentam desde a década de 1980. Esse clube, hoje, tem grande necessidade de reparos e reformas; o andar térreo é alugado aos fins de semana para realização de bailes da terceira idade e o primeiro andar, para uma academia de ginástica.

3.2 Criação, construção e realizações do Clube Libanês de Campo Grande

Nesta parte do trabalho descrevem-se e transcrevem-se dados relevantes encontrados nos instrumentos escritos da pesquisa. Trazem-se, em alguns casos, detalhes e minúcias históricas consideradas pertinentes pelo fato de se tratar de uma pesquisa documental e, ao mesmo tempo, histórica.

O Clube Libanês de Campo Grande foi fundado em 20 de maio de 1951, para agregar famílias libanesas e, posteriormente, sírias, brasileiras e de outras nacionalidades. O Clube não ficou fechado estritamente para esses imigrantes, porque era de interesse de seus fundadores se fixarem na cidade e serem aceitos como ordeiros, honestos e trabalhadores. O convívio, nesse clube, entre essas pessoas e nacionalidades, sempre foi marcado pelas tradições dos árabes, pelas lembranças da pátria distante, pelos costumes e festejos que lhes são próprios. Buscaram, dessa forma, reviver a colônia na nova terra, desafiar a distância; criaram o clube visando à integração social.

Com a criação do Clube Libanês os imigrantes árabes demonstraram sua contribuição decisiva para a composição da alta sociedade campograndense na qual se inseriram de forma marcante. Esse misto de preservação das tradições e integração ao novo ambiente foi bastante apontado nos instrumentos desta pesquisa: no discurso dos representantes da colônia, nos documentos do Clube Libanês, na fala dos entrevistados que contaram experiências de seus avós, pais, parentes, além das próprias experiências com a imigração para a terra que os acolheu, influenciou e foi influenciada por eles.

De acordo com registros nos livros analisados, as primeiras reuniões do Clube Libanês em Campo Grande aconteceram a partir de 1950, na residência do Sr. Salim Maluf, situada na Rua Quatorze de Julho, número 95, no centro da cidade. Nessas reuniões, discutia-se e deliberava-se, principalmente, sobre formas de angariar fundos para a construção do Clube, quer por doações, quer por empréstimos e até mesmo pela venda de flâmulas. (Livro de Atas nº 2. Ata nº 65 da Assembléia Geral Ordinária de 24 de janeiro de 1956, p.1).

Em março de 1956, os sócios faziam suas reuniões em uma sede provisória, no Edifício Olinda, na Rua Rui Barbosa, primeiro andar, sala três, também na região central da cidade.

Pode-se verificar, por meio dos registros nos documentos do Clube, como foi de vital importância, para a colônia libanesa, a fundação do Clube, não só como um local que visava à manutenção de sua identidade, mas para servir de elo entre eles e a população de Campo Grande. Outro aspecto a destacar é que o Consulado Geral do Líbano, com frequência, trocava correspondências com o Líbano e os imigrantes no Brasil. Assim, o Clube se tornou um canal de troca de informações a respeito de libaneses vindos para o Brasil e para aqueles que não tinham informações ou encontravam-se desaparecidos. (Livro de Atas nº 2. Ata nº 67 da Assembléia Geral Ordinária de 18 de abril de 1956, folha 5).

Para Fonseca (2009, p. 161), “as sedes não eram apenas o lugar do exercício principal da atividade associativa, o espaço de reunião dos membros ou de fornecimento de serviços aos associados”; deveriam ser, também, uma das faces visíveis da associação na sociedade e, por isso, tanto a sua localização física quanto a sua arquitetura precisariam funcionar como um monumento à própria associação e seus ideais. Havia a expectativa de que as sedes atraíssem mais membros; portanto, era importante que os edifícios demonstrassem a viabilidade econômica da associação. Essa era uma das maneiras mais evidentes de se dizer que o esforço em se manter como sócio, pagando as taxas e mensalidades, valia à pena, e que as contribuições feitas ao longo de muitos anos se revelariam, de fato, úteis, quando uma

necessidade se impusesse. Isso explica a razão de uma insistente informação de que a sede era própria. A capa do estatuto, comumente, registrava essa informação, além de trazer, também, uma foto do prédio. Quando a sede não constituía, por si só, motivo de orgulho, havia a informação de se tratar de sede provisória.

Além da localização era importante que, arquitetonicamente, as sedes tornassem pública a pujança da associação e os seus valores, permitindo a visualização social da agremiação. Essa afirmação procede no caso de sedes próprias, em que o edifício era construído ou reformado especialmente para uma dada agremiação.

Fonseca (2009) observa que, no caso de associações vinculadas a portugueses, por exemplo, os prédios proclamavam o orgulho da lusitanidade e os valores mais caros aos imigrantes, tais como a caridade, o trabalho árduo e a honestidade que caracterizariam seus nacionais, além de insistirem em proclamar a origem portuguesa da nação brasileira. Os prédios, normalmente sobrados, possuíam decoração nas fachadas, trabalhos em cantaria e serralheria, o que significava uso de mão-de-obra especializada, e implicava em altos custos.

Em Campo Grande, encabeçaram o movimento de criação do clube associativo os senhores: Salim Maluf (na residência de quem o grupo se reunia), Newtalla Sadalla, Salim S. Saad, Haref Chedid, dentre outros.

Conforme consta nos documentos oficiais, quando da fundação do Clube Libanês, inicialmente, os pioneiros libaneses envidaram esforços para comprar um terreno e, posteriormente, construir a sede social do Clube, o que aconteceu somente em 24 de janeiro de 1954.

Gattaz (2005, p. 111) afirma que, depois da família, os clubes eram o segundo espaço mais importante de integração da colônia: “A fundação dos clubes libaneses, nas primeiras décadas do século passado, deu-se em função da necessidade de locais de sociabilização devido a pouca presença da família no cotidiano do imigrante libanês, uma vez que, na época, a maioria dos imigrantes eram homens solteiros”. Além disso - segundo o mesmo autor -, no ambiente do clube permaneciam hábitos sociais que, até na família, corriam o risco de se perderem; era no clube que se dava a verdadeira sociabilidade entre os membros da colônia, envolvendo hábitos culturais, uso da língua árabe, culinária, tradições culturais, posicionamentos políticos e sectários, estratégias de união patrimonial através de casamentos e alianças, competição individual e grupal, dentre outras atividades.

Os libaneses, principalmente aqueles que pertenciam às primeiras diretorias, nas atas que redigiam, registravam uma verdadeira apologia aos imigrantes, descrevendo, com

minúcias de detalhes, o que ocorria em termos de arrecadação de receita, despesas efetuadas, acontecimentos sociais, correspondências recebidas e enviadas, além das calorosas discussões sobre temas como festas e eleições da diretoria.

3.2.1 Destaques no Livro de Atas nº 2

O Livro de Atas nº 2¹³ contém as atas de nº 65 a 142, inicia-se em 24 de janeiro de 1956 e se encerra em 27 de setembro de 1963. Nesse período de sete anos e oito meses, foram realizadas 78 reuniões - em média, uma reunião mensal - o que demonstra a dedicação e o empenho que os associados tinham para com o Clube. Com relação ao livro de atas nº 1, infere-se que as 64 primeiras atas estariam ali registradas; possivelmente, a frequência das reuniões seria semelhante à que se vê registrada no 2º livro.

O Clube foi criado em 1951, entretanto, somente em 1954 conseguiram o dinheiro necessário para a compra do terreno, o que foi possível por meio da venda de títulos do Clube e de empréstimos feitos pelos próprios libaneses, que, posteriormente, convertiam os valores emprestados em novos títulos. Concluída a primeira etapa, ou seja, a compra do terreno, os associados mantiveram a estratégia para angariar fundos e ter dinheiro em caixa para iniciar as obras da construção da sede social do Clube.

Durante o ano de 1956 as reuniões ainda eram realizadas na residência do Sr. Salim Maluf, presidente do Clube. Entretanto, em março daquele ano alugou-se um espaço próprio para realização das sessões: Edifício Olinda, na Rua 14 de julho, 1º andar, sala três, em razão do “infausto passamento que enlutou o nosso Clube e a Colônia Libaneza, em consequência do falecimento do querido e saudozo Presidente do Clube Libanês, nosso dedicado consócio – Salim Maluf, ocorrido no dia 21 de fevereiro último, nesta cidade e em sua própria residência.” (L. 2, p. 2)

Em reunião do dia 5 de março de 1956, como previsto nos Estatutos, assumiu a presidência o vice-presidente em exercício, o Sr. Newtala Sadala, que fora “[...] saudado com uma prolongada salva de palmas.” (L. 2, p.2). Na mesma reunião, fez-se um minuto de silêncio e leu-se uma carta que enviaram à viúva, Sra. Ângela Maluf, cujo transcrição se encontra em ata:

“... a Diretoria esteve completa presente nos funerais do extinto Salim Maluf, além de muitos outros sócios, tendo o Clube depositado na sepultura, uma coroa de flores – artificiais, onde também o nosso consócio Sr. Assaf Trad,

¹³ O Livro de Atas nº 1 não foi encontrado.

2º secretário, de improviso, falou em nome do Clube, fazendo a biografia e necrologia do extinto e dando o nosso último adeus e paz à sua boníssima alma.” (L.2, p. 2, verso).

A morte de um membro da colônia sempre foi motivo de muita tristeza para todos, uma vez que um elemento mais experiente representava, para os outros, um **porto seguro**. Os idosos eram considerados baluartes, conselheiros respeitados por todos, pelo fato de os libaneses sempre valorizarem a família e as verdadeiras amizades, além de terem, nas pessoas idosas, os protetores de todo o grupo. Na reunião foi aprovada, por unanimidade, uma visita de solidariedade à viúva, pelos quinze membros da diretoria presentes.

Em dezembro de 1957 as reuniões de diretoria mudaram para a sede própria, dessa feita, na Rua Dom Aquino, centro da cidade, sem número, ainda.

O Clube e a colônia serviam como rede de sociabilidade e de solidariedade por meio da qual era possível localizar libaneses desaparecidos, angariar fundos para vítimas - tanto do Líbano, Síria, como no Brasil -, auxiliar a prefeitura municipal no Natal dos pobres, participar dos eventos sociais e receber e passar informações. Na ata de nº 67, por exemplo, referente à reunião realizada em 18 de abril de 1956 (L. 2, p. 3 verso e 4), há registros sobre uma troca de informações e solicitações, por meio de ofícios, entre o Cônsul do Líbano, de São Paulo e o Clube Libanês de Campo Grande. Tratava-se de um pedido do Cônsul sobre o paradeiro do Sr. Antoure Mausurah. A Diretoria do Clube encaminhou e recebeu essa informação ao Sr. Salim Kassar, na época presidente da Liga Árabe-Brasileira, com sede em Corumbá, repassando-a ao referido Cônsul.

Assunto passível de destaque, ainda, é que nessa mesma reunião foi constituída uma comissão, juntamente com a Diretoria do Clube Surian¹⁴, associação “co-irmã”, representada pelos Senhores João Jorge Chacha, José Abrão, Abib Pocik e Assem José, cuja responsabilidade seria angariar donativos para vítimas de terremoto no Líbano. Na reunião seguinte, realizada em 16 de maio de 1956, consta a informação sobre a doação de um cheque no valor de Cr\$ 17.500,00 vindo dos sócios do Clube Surian, destinado aos flagelados do terremoto. Os imigrantes libaneses arrecadaram, entre seus afiliados, Cr\$ 93.850,00. Todo o montante arrecadado foi encaminhado ao Cônsul do Líbano em São Paulo, para que fizesse o devido repasse aos órgãos governamentais.

¹⁴ Clube Surian é outro Clube na cidade de Campo Grande, constituído inicialmente somente por imigrantes Sírios.

A rede de solidariedade que sempre permeou as relações entre os libaneses e sírios também foi observada pelos patrícios residentes em Campo Grande. Apesar de não terem um Clube único, como acontece em diversas cidades brasileiras, sírios e libaneses sempre mantiveram um bom relacionamento. Todavia, a tentativa de unificação dos dois clubes não foi aceita pela grande maioria da diretoria do Clube Libanês.

Nesse contexto, Lamarão (2004) elucida que, mais numerosos que os sírios nos fluxos migratórios para o Brasil, os libaneses tiveram historicamente contatos mais intensos com o Ocidente do que os seus vizinhos, consubstancializados não apenas pela presença de missões religiosas americanas e francesas, mas, também, pela fundação de colégios e universidades. Apresentando um elevado percentual de cristãos - contrariamente à Síria, esmagadoramente muçulmana - o Líbano era, também, mais urbanizado e ostentava um índice de alfabetização bem mais elevado. Atribui-se, ainda, aos libaneses e a seus descendentes, um êxito maior em seus empreendimentos econômicos, o que lhes garantiria uma mobilidade social ascendente mais pronunciada. Esse conjunto de fatores foi explorado recorrentemente no Brasil pela colônia libanesa, que, colocando-se em posição de superioridade, procurava distinguir-se abertamente dos sírios.

Após a leitura do conjunto das atas do clube pôde-se perceber que, com o objetivo de passar a imagem de uma etnia de reputação ilibada, que deveria ser aceita pela comunidade local, a preservação da moral e dos bons costumes sempre foi tratada com muito rigor e prioridade. Os imigrantes libaneses podiam até passar por conflitos internos, mas faziam questão de demonstrar uma forte união entre eles. Embora haja indícios de rupturas e brigas internas que levaram a situações de tensão, a “moral dos árabes” é estudada por Truzzi (1997) e por outros autores como Allen (2007) e Hourani (2006). Truzzi (1997, p. 26), por exemplo, afirma:

De fato, na tradição síria, o núcleo duro de valores, a própria essência de se ser sírio enfeixa-se nos padrões de comportamento que protegem e perpetuam a honra e a unidade da família. O sentimento de honra, cuja fonte, num passado distante, foi o pertencimento a tribos, tem hoje como fonte primária a família ampliada, capitaneada pelo patriarca, o responsável pela renda e pela riqueza da família. A este cabe zelar e decidir sobre a propriedade rural, as finanças, outros bens, obrigações, casamentos, etc., numa relação em que todos os membros da família lhe prestam contas.

Havia, inclusive, na constituição das diretorias, uma Comissão de Sindicância que era responsável de investigar a vida pregressa daqueles que tinham a intenção de se associar ao Clube ou participar de suas festividades; muitos nomes foram vetados e alguns sócios

chegaram a ser punidos com suspensão ou, até, expulsão, de acordo com o julgamento da referida comissão sindicante.

As diversas diretorias que passaram pelo Clube Libanês não mediram esforços para conseguir angariar fundos para a construção de sua sede própria. Na ata de nº 69, da reunião realizada em 8 de agosto de 1956, dentre outros assuntos encontrou-se registro do envio de um ofício endereçado ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, solicitando verba de auxílio à construção do Clube. É bastante frequente, nos registros de reuniões do Clube, referências à solicitação de auxílio financeiro aos órgãos governamentais e a políticos, principalmente se estes fossem de origem libanesa; constatou-se que muitas vezes essas solicitações foram aceitas.

Outra referência está contida na ata de nº 76, realizada em 3 de agosto de 1957, sobre um ofício ao governador do Estado de Mato Grosso, solicitando Cr\$ 150.000,00 para ajudar na construção da sede do clube. Nesse mesmo período registra-se um agradecimento, por meio de ofício, ao Deputado Estadual Antonio Mendes Canale, pela liberação de Cr\$ 100.000,00. No final daquele ano, nova solicitação é encaminhada ao mesmo deputado: que intercedesse junto ao governador do Estado para liberação de mais Cr\$ 50.000,00, como auxílio às obras do Clube. Cabe ressaltar, ainda, uma solicitação endereçada ao, então, Prefeito Municipal de Campo Grande: a doação de Cr\$ 100.000,00, que teria a mesma destinação.

Outros favorecimentos encontram-se nos registros: “O Sr. Presidente comunicou que o Sr. Deputado Waldir dos Santos Pereira autor do projeto que tornaria a nossa entidade como de utilidade pública estadual, deu-lhe conhecimento da aprovação do projeto, cuja publicação no Diário Oficial foi feita em 13 de janeiro” (L. 2, p. 74, verso), ou, ainda:

[...] o Sr. Presidente levou ao conhecimento da Diretoria, que o nosso associado Dr. Roger Assef Buanain, digno secretário da Agricultura do Estado, conseguiu com seu prestígio junto ao Governador do Estado, a isenção de imposto de transmissão da casa adquirida do Sr. Belarmino da Silva, pagando a tesouraria do Clube apenas a taxa de eletrificação e planejamento de Cr\$ 12.400,00. (L. 2, p. 74, verso)

Nos registros históricos do Clube Libanês encontram-se algumas referências de doações de recursos públicos para as obras da instituição, a exemplo do que se lê no Livro 2, no verso da página 34, quando o deputado federal Wilson Fadul, de origem libanesa, informa ter destinado, no orçamento do ano de 1959, uma verba pessoal pelo Ministério da Justiça, uma subvenção extraordinária para o clube no valor de Cr\$ 50.000,00. Outro registro foi

encontrado em ata desse mesmo ano: o Vereador Diomedes Rosa Pires, por meio de um ofício, informou a concessão de um auxílio de 50 mil cruzeiros para o clube.

Os libaneses e seus descendentes, quando na investidura de cargos públicos, sempre ajudaram o Clube Libanês. O deputado Wilson Fadul, em agosto de 1960, fez mais uma doação em espécie. Do ofício de agradecimento, em ata, transcreve-se o seguinte:

ter consignado de sua verba pessoal, Cr\$ 50.000,00 ao nosso clube, oportunidade que para deixar firmada a identidade do Clube Libanês, solicitou ao referido Deputado que retificasse a denominação, mencionada por ele, para “Clube Libanês”, em vez do Clube Monté Líbano, como constou na comunicação. (L. 2, p. 84).

Relativamente às mulheres, um aspecto que chama a atenção é que, embora raramente fizessem parte efetiva da diretoria do clube, em algumas atas podem-se perceber agradecimentos *velados* às senhoras e senhoritas que auxiliavam o clube nos eventos sociais. Por exemplo, na década de 1950, para ajudar na arrecadação de verbas para a construção do clube, vendiam-se flâmulas e realizavam-se bingos, atividades que contaram com a atuação de Norma Trad, Georgina Chaia Jacob e Lourice Buanain. Essas *senhoritas* mostraram-se empenhadas em descobrir formas criativas para angariar recursos e auxiliar as diretorias em suas atividades. Diga-se, de passagem, que uma representação identitária das mulheres árabes é a tenacidade delas, descrita em diversos livros que tratam da saga dos libaneses.

A reunião de dezembro de 1957 (L. 2, p. 21) foi realizada na sede própria, oportunidade em que foi feita uma nova eleição. Nesse registro, pôde-se verificar que já existia uma chapa de oposição que recebeu cinco votos. Inicialmente, as eleições para diretoria eram feitas anualmente; após algumas mudanças estatutárias o mandato passou a ser bianual. Especificamente nesse ano, foi possível observar, nos registros, que vários membros não foram reconduzidos.

No início de 1958 foi dada posse “àqueles que regerão os destinos do Club Libanez de Campo Grande, no período de um ano, [...] foi servido champanhe e bolachinha a todos, em comemoração à posse que se verificou”. (L. 2, p. 23). No mês de março daquele ano a diretoria aprovou as reformas do Estatuto, cujas alterações destacam-se algumas:

- 1) O valor do voto do Sócio Proprietário passou a ser, para cada título, o correspondente a cinco votos. Com essa deliberação os imigrantes e seus descendentes fundadores do Clube e membros da diretoria, além de votarem a composição das futuras diretorias, tinham o peso de seu voto quintuplicado e, com isso, as decisões passavam pelo

aval deles, fazendo prevalecer suas vontades. Cabe, ainda, destacar, que os cem primeiros sócios do clube eram todos libaneses; a partir daí, pela verificação dos sobrenomes, foi possível constatar a presença de brasileiros, japoneses, paraguaios, italianos e sírios, como sócios do clube.

Para Fonseca (2009, p. 180), “Ao ingressar numa associação, além da jóia e mensalidade, os novos membros tinham de adquirir um diploma”. Por esse documento, era reconhecida a qualidade de sócio, o que permitia ao indivíduo gozar dos privilégios de membro de uma dada associação.

O diploma era um documento-monumento¹⁵ que, assim como distinguia o agraciado, devia enaltecer a própria sociedade que o outorgava. Por suas dimensões e apuro técnico, era documento para exibição, e, provavelmente, por muitas pessoas, era emoldurado e pendurado nas paredes das casas, compondo a decoração e enaltecendo o morador. Sua composição era plena de símbolos, que não só deveriam distinguir especificamente a sociedade a que o sócio pertencia como associá-la a determinados valores, funcionando, assim, como propaganda e convite para ingresso de novos associados. Da mesma forma como as sedes, cuja localização e arquitetura proclamavam, no espaço público da cidade, os valores da associação, o diploma fazia o mesmo no espaço privado das residências.

Observe-se, abaixo, um modelo desse *documento-monumento*, que traz bem visível a estampa da árvore do cedro milenar do Líbano:

¹⁵ O conceito de documento-monumento é magistralmente apresentado por Jacques Le Goff. Cf . LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: ROMANO, Rugiero (org.). *Memória-História*. Lisboa: Casa da Moeda, 1984, p. 95-106. (Enciclopédia Einaud, v. 1).

Figura 5 - Certificado de Sócio Proprietário de Assef Buainim.



Fonte: Acervo Particular do Clube Libanês de Campo Grande.

2) O título de Sócio Benemérito foi criado. Nesse contexto e época, a conjuntura nacional era favorável e, pelo fato de a cidade de Campo Grande ser habitada, principalmente, por servidores militares, civis e fazendeiros, o novo título tinha por objetivo agraciar àqueles que de alguma forma auxiliavam o clube por meio de doações, propagandas ou apoio.

3) O título de Sócio Aspirante também foi criado, destinado a estudantes que, embora isentos do pagamento da jóia, fariam um pagamento adiantado de trezentos cruzeiros por trimestre.

4) Criou-se, também, o título de Sócios Atletas para aqueles que representassem o Clube em competições; esses sócios pagariam uma jóia menor, no valor de cinquenta cruzeiros e uma mensalidade de trinta cruzeiros. Em outras cidades brasileiras os clubes sírio-libaneses sempre deram uma importância muito grande aos seus atletas. No Livro comemorativo dos 70 anos do Clube Monte Líbano de São Paulo, encontra-se uma relação das *Conquistas Esportivas* de seus times de Vôlei, Basquete, Futebol, Tênis, e Judô, no período de 1952 a 2004 (p. 130, 131). Por exemplos como esse, pode-se suspeitar que um dos grandes motivos que levou o Clube Libanês de Campo Grande a não se perpetuar e a não manter seu *status* terá sido a falta de uma sede esportiva. Esse espaço teve sua obra iniciada, mas, por questões financeiras, não foi concluída, e o local foi vendido.

5) Outra alteração aceita foi que “em caso de falecimento de membro da família do sócio, por solicitação deste, seria concedida uma licença especial de doze meses, além da isenção do pagamento de mensalidades”. A morte de um membro da família, principalmente o *homem da casa* era vista com grande pesar e constituía um motivo para reunião dos patrícios, a fim de se verificar a necessidade de auxílio àqueles que ficaram. Em razão disso, por ser, o Clube, de auxílio mútuo, tudo o que pudessem fazer para se fortalecerem e se ajudarem era realizado.

6) Nas festas noturnas seria “terminantemente proibida a entrada de menores”. Mais uma vez vemos que as questões morais eram uma das maiores preocupações para aqueles libaneses. Não queriam que o Clube ficasse conhecido como um local que não preservava a moral e os bons costumes; pretendiam, dessa forma, alcançar o respeito da sociedade local. Para Mark (2007, p. 58-59), “Os ataques ou críticas externas naturalmente unem o grupo: ‘Eu contra meu primo; meu primo e eu contra o estranho’. Analogamente, é de se esperar que ataques a outros grupos atraíam uma vigorosa reação coletiva, e muitas vezes isso funciona como dissuasão”. A honra é um valor problemático para os árabes. Diz um provérbio árabe que “A honra é o que as pessoas ouvem falar de você: sua honra é sua reputação”. A honra no mundo desse povo não é apenas uma expressão da grande estima coletiva que o indivíduo porta dentro de si - embora isso seja importante -, mas é, também, uma expressão da busca individual de reconhecimento no contexto imediato do lar, da família e do clã. Para os

libaneses, a suscetibilidade ao insulto é muito marcante. A crítica e a ameaça provocam reações que podem ser inesperadamente intensas e radicais.

7) Os filhos dos sócios poderiam frequentar o Clube sem a companhia de seus pais. A figura masculina sempre foi muito valorizada, tanto para sírios como para libaneses, sendo que as mulheres eram vistas como “co-adjuvantes”, embora fossem responsáveis, muitas vezes, pelos cuidados com a casa, pela criação dos filhos e pelo auxílio no comércio de seus maridos.

8) Foi criada a função do suplente, para os membros da Comissão de Sindicância, uma vez que esta sempre foi uma comissão muito solicitada e respeitada pelas diversas diretorias. Presume-se que, havendo suplentes, além dos três membros efetivos, haveria mais três membros para fazer a investigação da vida pregressa daqueles que desejavam se filiar ao Clube, proceder às sindicâncias e averiguações delegadas a essa comissão.

9) A partir da reforma do Estatuto, haveria dois vice-presidentes. Pelo que se observou e acompanhou, na documentação pesquisada, essa decisão foi tomada pelo fato de os membros da Diretoria serem, geralmente, na época, os imigrantes pioneiros mais velhos. Nessa nova situação, quando acontecesse a morte de um presidente - o que de fato, como já visto, aconteceu por várias vezes, a substituição seria automática, sem a necessidade de se eleger um novo titular.

10) O mandato passou a ser de dois anos. No início do clube muito pouco se alterou na formação das diretorias; então, essa seria uma forma de agilizar questões administrativas e burocráticas.

11) Os membros da Diretoria que faltassem a quatro reuniões, sem justificativa, perderiam o mandato. Realmente, conseguiu-se observar, ao se fazer a análise dos documentos oficiais do Clube, que, inicialmente, havia um interesse muito grande dos membros da diretoria, suas reuniões eram sempre numerosas e prestigiadas; com o passar dos anos, no entanto, as reuniões passaram a se realizar com a presença de poucos membros e com uma periodicidade cada vez mais espaçada. Atualmente, a diretoria do Clube, quando muito, reúne-se uma vez por ano e é composta por três membros: um presidente, um tesoureiro e um secretário.

12) Com a reforma do Estatuto, em março de 1958, passou a ser permitido o voto por procuração. Já que sempre eram os mesmos que encabeçavam as atividades, esta cláusula permitia um “acordo” com os patrícios, que davam amplos poderes à diretoria para agir em nome deles.

13) Para compor a diretoria do Clube, somente poderiam figurar os sócios proprietários e os remidos. Esse era um meio de se manter o poder nas mãos dos imigrantes pioneiros e seus descendentes, uma vez que tais títulos pertenciam, em sua grande maioria, a esses tipos de sócios.

Na ata nº 83, da reunião realizada em doze de maio de 1958, consta que os membros da diretoria faziam empréstimos pessoais nos Bancos para a construção do clube e endossariam os títulos bancários. Era tão grande o empenho em concluir a construção da sede do clube, que os imigrantes não mediam esforços para realização de seus projetos.

Uma decisão que foi aprovada nesse mesmo ano é a de que o título de sócio proprietário dos que morressem seria automaticamente repassado ao filho mais velho, seu sucessor natural, que assumiria a obrigação de prover financeira e emocionalmente todos os outros membros da família.

No ano de 1959, mesmo sem *superávit* em caixa, reconhecendo inúmeros problemas na construção do Clube, decidiu-se por reformá-lo e adquirir o terreno ao lado do Clube para ampliá-lo. Com argumentos que sensibilizaram os diretores, foi aprovada a reforma do recém inaugurado clube. Veja-se este registro:

Os cofres estão vazios, pois recebemos da Diretoria anterior a importância de Cr\$ 2.285,50 e mais os depósitos em Bancos na importância de Cr\$ 2.372,10, tendo dívidas a pagar à Caixa Econômica Federal mais de 400 mil cruzeiros e ao Banco da Lavoura de Minas Gerais a importância de Cr\$ 48.000,00. (L. 2, p. 51, verso).

A diretoria, mesmo assim, resolveu renovar e, em caso de necessidade, realizar novos empréstimos, considerando a seguinte fala do presidente, que sensibilizou os outros membros da:

Estamos certos de que após concluídos os trabalhos, inauguradas as novas instalações, a nossa renda permitirá atender com folga os compromissos assumidos. O nosso programa também de incentivar a entrada de novos sócios, realização de bingo monstro, bingos dançantes e baile social e outras rendas para fazer face ao dispêndio da conclusão da obra. Assim, pois, estou certo, antes mesmo de por o assunto em votação, do acolhimento que o mesmo terá e da colaboração que o Clube Libanês hoje receberá dos seus Associados, daqueles que permitiram que chegasse onde já se encontra e que o farão alcançar o respeito e a admiração de toda colônia libanesa, não só em Campo Grande, como de todo o país. Terminando sua exposição o Sr. Presidente recebeu aplausos dos presentes, [...] sendo aprovado por unanimidade. (L. 2, p. 52).

Preocupados com a situação financeira do Clube e sentindo a necessidade de aumentar o número de sócios - integralmente de libaneses, conforme se pode comprovar pela lista de nomes dos sócios contida no Anexo 2 - os diretores decidiram convidar os sírios para fazer parte do clube:

O Sr. Presidente concedeu a palavra novamente ao Sr. Michel Nasser que apresentou uma sugestão para que seja convidada a sociedade Surian a fazer parte do nosso Clube, trazendo para a nossa sociedade toda a Colônia Árabe, desta cidade, efusivamente aplaudido teve o Sr. Michel Nasser, total demonstração de solidariedade de todos os sócios, pela feliz lembrança nessa união. Achando presente o Sr. Jamil Nachif, membro da Diretoria da Sociedade Surian, disse um convite oficializado aquela Sociedade seria estudado com atenção. (L. 2, p. 53)

Na reunião de 19 de junho de 1959 foi discutida a proposta de unificação dos Clubes Libanês e Surian, tal como se vê a seguir:

Como foi de conhecimento de todos, a Diretoria do Clube Libanês desincumbindo-se de um compromisso assumido, reuniu-se em conjunto com a Diretoria do "Surian" na sede social de nosso Clube, trocando idéias sobre a unificação das duas entidades, havendo uma proposição da parte dos Diretores de nossa Co-irmã para a modificação do nome do Clube Libanês, dando-lhe outra denominação no caso da concretização da unificação. Tanto o nosso Presidente como o 1º Vice, Aikel e Michel e demais diretores do Libanês, sugeriram que o assunto em tela carece de estudos e para isso deverá ser ouvido todo o quadro social de nossa entidade. A reunião foi cordialíssima dentro de um ambiente de fraternidade e compreensão. (L. 2, p. 60)

Na reunião que ocorreu em setembro de 1959, encontra-se o seguinte registro:

[...] ficou deliberado por unanimidade levar ao conhecimento do Sr. Jamil Nachif, Presidente da 'Sociedade Surian', a impossibilidade da proposta, referente à mudança do nome do Clube Libanês, atendendo assim não só ao pensamento da maioria da Diretoria do Libanês, como também da maioria dos associados, cujo motivo impediu a continuação dos entendimentos, para a unificação das duas sociedades "Libanês e o Surian", razão pela qual a Diretoria deliberou incumbir os Srs. Aikel Mansur e Michel Nasser, Presidente e Vice Presidente respectivamente para levarem ao conhecimento do Sr. Jamil Nachif à resolução aprovada. Por motivo de força maior, o Sr. Michel Nasser, não pode acompanhar o Sr. Aikel nessa missão, indo só o nosso Presidente à residência do sr. Jamil Nachif com quem palestrou cordialmente dando-lhe conhecimento do ocorrido, deixando bem claro que a resolução tomada não afetaria nunca a cordialidade existente entre as duas entidades co-irmãs, aproveitando a oportunidade o nosso Presidente colocou à disposição do "Surian" a nossa sede social, no que o Sr. Jamil Nachif lamentando a não concretização da idéia, agradeceu a visita do nosso

Presidente e o oferecimento de nossa sede. O Sr. Michel que não assistiu a reunião do dia nove de setembro e estando presente a esta reunião disse que se ele estivesse presente naquela reunião na qual foi tomada a decisão em referência, teria votado contra. (L. 2, p. 67).

Se aos olhos externos - da sociedade - fazia sentido apreciar os sírios e libaneses como um grupo uniforme, um exame interno mais cuidadoso seria capaz de revelá-lo estratificado, composto de frações, em geral providas de recursos e habilidades desiguais, e de orientações divergentes.

Uma complexa hierarquia de *status* e poder foi aos poucos se desenvolvendo na colônia, não apenas como resultado de filiações religiosas, origens geográficas e acontecimentos políticos na terra de origem, mas, em especial, de performances econômicas diferenciadas entre as famílias na nova sociedade.

Em seu livro sobre os sírios e libaneses em São Paulo, Truzzi (1997, p. 92) dedica um capítulo inteiro à discussão dessas diferenças que sempre permearam as relações entre sírios e libaneses. “Suas figuras mais proeminentes passarão a competir na busca de prestígio interno à colônia por meio dessas associações, criando-se com fartura e, de certa forma, instrumentalizando-as.”

Não raramente, encontram-se depoimentos que reafirmam esse posicionamento:

A colônia árabe não é unida, não é unida porque é difícil você dizer ‘colônia árabe’. Os povos falam a língua árabe, porém nela existem rupturas profundas devido aos problemas religiosos. Há uma falsa idéia de que existe uma colônia sírio-libanesa una, mas é marcante o individualismo dessas colônias. (Knowlton, 1961).

Esse autor concluiu que os sírios e libaneses dedicam o máximo de sua devoção à sua aldeia ou cidade, e têm pouca consciência de unidades políticas maiores.

Veja-se o que disse o entrevistado Ali Jamil Neiman em entrevista:

[...] com relação à convivência entre sírios e libaneses, na sua família isto sempre foi tranquilo. Mas o problema eram as diferenças religiosas entre sírios e libaneses, uma vez que geralmente o libanês é cristão e o sírio é islâmico. Há uma diferença religiosa, mas que ambos se respeitavam. Respeitavam-se, mas não confiavam.

3.2.2 As comemorações: carnaval, festas juninas e festas de celebração da independência do Líbano

Como já referenciado, havia um grande entrosamento das diretorias com a sociedade local, conforme se pode constatar pelo registro de inúmeros convites de participação nos eventos sociais da cidade. No ano de 1956, por exemplo, há um registro de convite feito, por meio de ofício, aos diretores do Clube, para a comemoração do aniversário de independência da República do Líbano, realizada no Grande Hotel Gaspar, iniciativa do Lions Clube de Campo Grande.

A data que comemora a Independência do Líbano, ocorrida em 22 de novembro de 1943, até hoje é lembrada com muitas festividades, motivo de orgulho para toda a colônia libanesa. Para Queiroz (1998, p. 36), “a música, o boleio da frase, o vocabulário, a entonação da voz, o sotaque, a mímica e a dicção seriam símbolos dolorosos do país perdido. E que a nostalgia recuperava em tons de singular intensidade lírica. Sentimental, portanto.”

Com relação à comemoração de datas pátrias, Fonseca (2008, p. 159) escreve:

[...] a assunção desse tipo de atividade funciona para manifestar civismo e, portanto, afirmar o pertencimento a um grupo maior, o de uma dada nação. No caso das sociedades ligadas a uma nacionalidade, é comum que garantam comemorar não só as datas nacionais do país de origem, como também as brasileiras, demonstrando assim o enraizamento na sociedade de acolhimento.

No ano de 2008, por exemplo, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul fez uma homenagem a descendentes de libaneses que se têm destacado pelos relevantes trabalhos desenvolvidos na Capital.

No ano de 1958 não foi diferente, e em outros anos, como ainda se poderá ver neste trabalho. Nessas ocasiões a Colônia Libanesa se reunia com importantes representantes militares, políticos, civis e religiosos fazendo com que a data fosse lembrada com grandes festas, sempre enaltecendo a bravura de seu povo.

Nessas ocasiões, o hibridismo acontecia, uma vez que também ele, se refere ao caráter da identidade social de um indivíduo, à medida que

[...] se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. (BURKE, 1992, p. 177)

Um evento que, em 1958 passou a acontecer no Clube Libanês de Campo Grande, semanalmente, aos sábados, foi um *Bingo-Dançante*.

No ano de 1959, houve uma verdadeira conclamação para que os libaneses participassem das festividades em comemoração à Independência do Líbano, com o objetivo de “dar aos demais uma demonstração cívica, uma perfeita coesão e solidariedade entre nós especialmente numa oportunidade como esta quando pretendemos realizar e levar a efeito uma grande festa em homenagem á data magna da República Libanesa, nossa querida Pátria”. (L. 2, p. 70).

Observem-se, abaixo, imagens históricas dessas comemorações, na forma como aconteciam.

Fotografia 9 - Festividade de comemoração à independência do Líbano



Fonte: Foto do acervo particular de Nelson Trad. Autoridades da cidade de Campo Grande, dentre elas: Levi Dias, David Balaniuc, Antonio Mendes Canale, Dom Antonio Barbosa e o Cônsul Assaf Trad.

Fotografia 10 - Uma das sessões cívicas em homenagem ao Líbano na data de sua independência.



Fonte: Foto do acervo particular de Nelson Trad. Marisa Gamma é a porta-bandeira.

O pensamento inicial dos imigrantes libaneses e de nacionalidades européia era o de “fazer a América” - inclusive este é o título de um livro organizado pelo historiador Fausto (1999). Os imigrantes pensavam, em sua maioria, em “amealhar” uma quantia substancial de dinheiro e voltar para sua terra natal. Em seus discursos, principalmente nos dos imigrantes da primeira geração, o sentimento era de que pertenciam ao Líbano. As gerações seguintes já tinham conseguido negociar suas identidades e, por encontrarem condições favoráveis no Brasil, sentiram-se adaptadas e integradas à sociedade local; um exemplo disso é o significativo número de descendentes árabes que passaram a ocupar cargos eletivos e públicos.

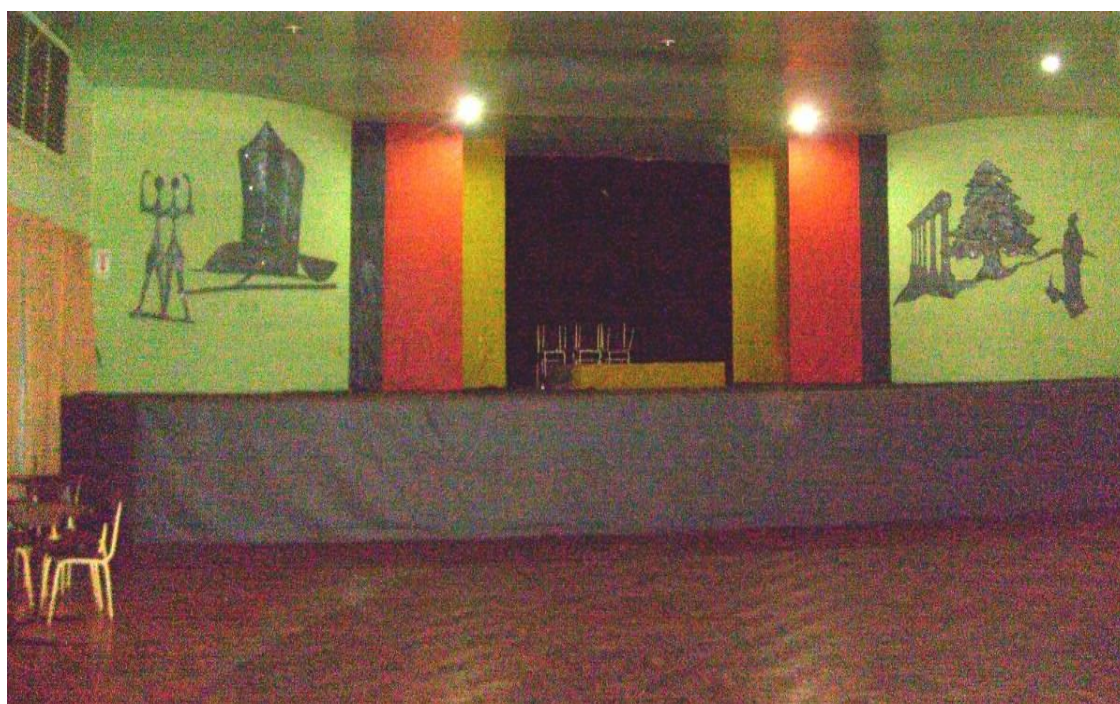
Particularmente na cidade de Campo Grande, é de se destacar o bom entrosamento que havia entre os libaneses e os representantes do poder local - fossem eles políticos, militares ou religiosos. Faziam questão de mostrar que o grupo era unido e dotado de valores morais e éticos, e que seriam imprescindíveis para o progresso da cidade. Apesar de fixados no Brasil, o sentimento de pertencimento ao seu país de origem era marcante em suas falas, como em trechos constantes nas atas nas quais se referem ao Líbano como “nossa querida Pátria”, o que demonstra o hibridismo cultural.

A questão das hibridações, conceituada por Hall (2003), mostra-se evidenciada, pelos imigrantes em Campo Grande, em várias ocasiões, como, por exemplo, quando da aquisição

de duas bandeiras - uma do Brasil e outra do Líbano, para serem colocadas no palco do Clube (L. 2, p. 71).

Outro exemplo de consciência *híbrida* pôde ser evidenciado, nos registros analisados, em uma ocasião em que esses associados encomendaram, ao artista plástico Furlan, a confecção de dois monumentos para o referido palco: um que retratasse Brasília, outro com uma árvore do cedro libanês, símbolo nacional do Líbano. Trata-se de uma árvore milenar que antigamente cobria o país e que até os dias de hoje identifica o Líbano e seu povo; sua madeira era utilizada, na antiguidade, para o culto dos deuses e cerimônias funerárias e serviu, ainda, para a construção do templo de Salomão e dos sarcófagos e barcos solares dos egípcios.

Fotografia 11 - panorâmica do palco do Clube Libanês. Observe-se os símbolos que representam o Líbano e o Brasil



Fonte: acervo da autora da pesquisa.

Foi habitual, na história do Clube Libanês, a realização de festividades grandiosas para comemorar a Independência do Líbano, os carnavais e os desfiles de aniversário da cidade, nos quais prestavam homenagens ao Brasil e ao Líbano.

Outra característica que sempre foi motivo de orgulho para esse povo imigrante, refere-se à *grandeza*, à *fartura*, ao *esplendoroso* com relação às suas construções, realizações, eventos ou até mesmo com relação à alimentação.

Um aspecto curioso, passível de destaque refere-se ao linguajar. Muitos imigrantes que vieram primeiro aprendiam termos básicos para sua sobrevivência, como os necessários aos mascates, por exemplo; contudo, apesar da dificuldade em aprenderem a nova língua, eles usavam, em suas narrativas, termos rebuscados, típicos de quem recebera uma formação educacional consistente.

Extraíram-se, de algumas atas, trechos que demonstram esses discursos rebuscados e cheios de simbologia:

O Sr. Presidente comunicou que, depois de uma ‘luta infernal’ com o Sr. Belarmino conseguiu receber deste, a quantia de dez mil cruzeiros pelos dias que excederam da entrega da casa ao nosso Clube. (L. 2, p. 71)

Ficou deliberado que a venda das mesas para os 4 bailes carnavalescos iniciariam em 10 de fevereiro corrente e toda a diretoria colaboraria na campanha pró vendas das mesas em número elevado afim de que a importância arrecadada venha atender a ‘fabulosa despesa’ oriunda da festa do ‘Momo’. (L.2 , p. 76)

Nas noites do Carnaval, o nosso Club primou pela freqüência selecionada, tendo reunido grande parte da fina-flor da sociedade Campograndense nos salões do nosso Club. (L. 2, p. 45 e verso)

Com a palavra o Presidente do Clube: ‘A esta altura, o nosso companheiro Aikel, reassume a Presidência do Club sob aplausos da Diretoria reunida, agradecendo em palavras afetivas ao companheiro Michel e demais componentes da Diretoria, manifestando sua satisfação ao retornar ao nosso convívio e tudo encontrar certo como um relógio Patek Philips.’ (L. 2, p. 47, verso)

Todos os presentes a esta reunião, inclusive o Sr. Presidente, comprometeram-se a darem coletivamente e cada um por si toda a sua colaboração afim de que o carnaval deste ano, no Clube Libanês, seja coroado de êxito retumbante e sucesso absoluto. (L. 2, p. 76, verso)

Apesar de ter sido aprovada a proposição pela diretoria, os companheiros mencionados não aceitaram em definitivo receber nenhuma importância, cuja atitude de elegância, mereceu a aprovação de um voto de congratulações e agradecimentos aos referidos companheiros, que em verdade, são o sustentáculo inabalável do nosso Clube. (L. 2, p. 108)

Nesta reunião decidiram ainda não fazer o Baile de ‘Reveillon’, porém, os festejos de ‘Momo’ seria realizado, costumeiramente com todas as pompas d’outros anos. (L.2, p. 114 verso)

A nova diretoria empossada em 1959, diferentemente do que se observou em relação às anteriores, foi renovada quase que totalmente e, ao assumir, de imediato o seu novo presidente ‘pediu o assíduo comparecimento dos associados diretores às reuniões do Clube, como solicitou a colaboração de todos para uma campanha vigorosa para angariarmos novos sócios e

aumentar o nosso quadro social que até aqui apresenta, tão desfalcado”. (L. 2, p. 40, verso)

A construção e as reformas realizadas ao longo de toda a existência do Clube Libanês sempre foram motivo de muito trabalho e sacrifício da parte das diretorias que, segundo foi observado na pesquisa, não mediam esforços para concretizá-las. Um exemplo disso é a conclamação de um dos diretores, Michel Nasser: “... este usa da palavra para alertar os sócios do club da necessidade de terminar as obras do club, aspiração máxima que sempre batalharam e vem batalhando pela conclusão da construção da sede” (L. 2, p. 41)

Um importante evento aconteceu no mês de fevereiro de 1959: o primeiro baile de carnaval do clube. Em relatório minucioso, apresentado pelo vice-presidente ao presidente do Clube, que estivera ausente, pode-se ler a seguinte frase: “Critério no tocante aos gastos feitos, sucesso, frequência seletíssima, ordem, cordialidade [...]”, palavras que denotam o modo como esses imigrantes queriam que suas identidades ficassem registradas no inconsciente coletivo da população de Campo Grande. E mais:

Não foi pequena também a despesa despendida com a ornamentação do Clube, despesas essas, cuja prestação de contas discriminadamente, foi feita pelo nosso dinâmico diretor social, o companheiro Nagib Assef Buainain, ao Tesoureiro. Pode o sr. Presidente estar certo, que não só eu como os demais componentes da Diretoria, nos esforçamos para obtermos o melhor resultado, usando, porém de economia e critério no tocante aos gastos feitos, especialmente atendendo a atual situação financeira que atravessa a nossa agremiação. Posso, porém Sr. Presidente, afirmar-lhe que o sucesso foi real e indiscutível. O nosso Clube brilhou pela extraordinária animação e pela frequência seletíssima e, sobretudo pela ordem absoluta que reinou durante os festejos carnavalescos, tudo dentro do mais vivo entusiasmo e cordialidade. Já nos assaltos carnavalescos, especialmente nas noites do Carnaval, o nosso Club primou pela frequência selecionada, tendo reunido grande parte da fina flor da sociedade Campograndense nos salões do nosso Club. O nosso inteligente Diretor Social Nagib Buainain, distribuiu convites especiais, obtendo por isso um amplo resultado, trazendo para o nosso Club simpatias gerais. Recebemos oficialmente a visita do Exmo. Sr. General Floriano Peixoto Keller, Comandante da 9ª R.M. o qual, tanto apreciou e gostou da nossa festa, tornou-se habitué do nosso Club durante as 4 noites dos festejos de “Momo”. Fomos também visitados pelo Dr. Wilson Barbosa Martins, Prefeito Municipal, acompanhado de sua Exma. Esposa, ambas as autoridades foram homenageadas pela nossa Diretoria. Manteve o nosso Club cordiais relações com os nossos congêneres, fomos visitados e retribuimos as visitas, ao Radio Clube e Círculo Militar. (L. 2, p. 45 e verso).

O clube usou, como estratégia de *marketing* do evento, fazer convites especiais a autoridades locais, o que lhe conferiria prestígio na sociedade e facilitaria o alcance de objetivos maiores como o de ser aceito pela sociedade e de ser visto como local de reunião de

pessoas ordeiras e respeitadas. Pelos registros, pode-se ver que esses objetivos foram alcançados, tal como se confere no seguinte trecho:

Quero deixar aqui Sr. Presidente, um registro especial de agradecimentos, a todos os companheiros de Diretoria, que comigo lutaram e trabalharam, possibilitando-nos colher os louros da vitória. Peço igualmente, seja registrado esse meu agradecimento, todo especial, aos incansáveis e denodados companheiros de Diretoria, os quais sem medirem sacrifícios, empenharam-se decididamente, corajosamente, dando ao Clube Libanês uma vitória social que todos nos queríamos e almejávamos. [...] Houve na verdade Sr. Presidente, uma grande dificuldade de início, para atrairmos simpatias para os nossos salões de festas, e a custa de energias e atitudes decididas, através das quais demonstramos que as festas do Libanês deste ano, têm um curso diferente, quando com feliz iniciativa, conseguimos trazer, como acima disse, a fina flor da Sociedade Campograndense. Naturalmente deve haver um número reduzido de descontentes. Si com essa nossa atitude que visou apenas o reerguimento moral do Club, ferimos, sem nenhuma intenção de hostilidade; a esses Sr. Presidente as nossas escusas, pois, só agimos neste caso desejando salvaguardar o bom nome de nossa Sociedade. (L.2, p. 46).

Não se encontrou, nos registros, consignaçoão alguma que explicasse o porquê da preocupação com a moral do Clube; apenas se faz mençoão, em vários momentos, desse tipo de preocupação por parte da diretoria:

Iniciou-se uma grande luta, em que a atual diretoria, empenhando-se em reerguer a moral do Club, fez tudo que era humanamente possível, quer trabalhando em uma campanha rápida de aquisição de novos sócios, quer relacionando a freqüência nas suas festas. (L. 2, p. 43, verso)

Não se localizou, nos documentos pesquisados, uma explicitação relativa à questão do *reerguimento* da moral do Club. Aparentemente, seria um tipo de “seleção” que era feita no âmbito das diversas diretorias para que não só a moral e os bons costumes fossem preservados, como, também, em relação às pessoas que frequentavam o Clube Libanês. Para Allen (2007), um valor polêmico para essa etnia é a questão da honra. No contexto, a fixação desses imigrantes, como uma etnia, deveria merecer a aprovação da sociedade receptora; assim, a moral e bons costumes eram por eles ainda mais valorizados.

No ano de 1959, havia no Brasil uma legislação que regulava a entrada de imigrantes, pois temia-se a imigração de pessoas cuja reputação fosse duvidosa e cujas opiniões políticas fossem consideradas subversivas; além disso, vigiava-se a chegada de grupos étnicos de difícil assimilação, que poderiam constituir **quistos** dentro da sociedade que os recebia. Talvez seja essa a justificativa para tanto zelo e preocupação com a preservação da moral e

dos bons costumes dentro do Clube. Eles zelavam para não ter sua reputação manchada ou para não ter que retornar a sua pátria-mãe, uma vez que a população nos países árabes viviam em condições precárias.

Para Allen (2007, p. 58), a etnia árabe é sensível ao respeito e sublima o impulso individual em reação à falta deste na linguagem mais digna do coletivo.

A aparência e as características físicas dos frequentadores do clube eram importantes para eles, tanto é que havia regras postas no modo como os associados deveriam se trajar para ir ao clube. Outra observação que se faz diz respeito ao acato, por parte dos imigrantes, às determinações das autoridades locais. Há um registro de um apelo, pelo Bispo da cidade, para que o clube não realizasse baile de carnaval no **sábado de aleluia**, o que foi acatado pela diretoria. Veja-se parte do registro:

Deliberou-se que em vez de realização de um baile no dia 22 do corrente, fosse levado a efeito um bingo dançante, opinião aprovada ficando deliberado a indicação de elementos da diretoria para o controle das entradas e a não permissão do ingresso na sede, de pessoas que não estivessem usando trajes completos. Entenda-se com isto, terno para os homens e vestido longo para as mulheres. Nesta ocasião, foram os presentes informados que não seria realizado o baile no sábado chamado Sábado de Aleluia, atendendo ao apelo de S. Eminência Bispo Diocesano. (Livro 2, pág. 65).

Existe uma outra característica bastante marcante nos hábitos do povo libanês, em geral: a valorização do jogo, principalmente o de baralho. No Clube Libanês, por muitos anos, essa forma de lazer foi bastante apreciada pelos sócios, mesmo que não oficialmente. Observe-se o relato referente a uma cogitação de abertura de uma “loteria” dentro do Clube, como forma de angariar recursos:

O compaheiro El-Daher ventilou o funcionamento de uma “víspora” na sede social do Clube, que proporcionará uma renda considerável à nossa Sociedade, tendo o nosso companheiro Major Saab, comunicado que, o Sr. Chefe de Polícia do Estado na sua passagem por esta cidade, havia ordenado o fechamento de todos os jogos aqui existentes, ficando este assunto em suspenso para ulterior deliberação. (L. 2, p. 48)

Em entrevista realizada com o Sr. Fleury, funcionário do Clube Libanês, recebeu-se a informação de que eram frequentemente realizadas sessões de jogos no Clube. Vez por outra, a questão dos jogos retornava à baila nas deliberações da diretoria: “Ficou discutido o funcionamento do Jogo de Víspora, sendo encarregado o nosso sócio e Diretor, Felix Orro

para obter a permissão necessária das autoridades competentes e conseguida a licença, o Sr. Felix seria o arrendatário, cabendo ao Club, a percentagem de 25% do líquido arrecadado.” (L. 2, p. 49, verso).

Curiosamente, o Clube tornou-se organizador dos concursos de Miss na cidade. Por ser uma cidade interiorana, Campo Grande não tinha muitos eventos sociais; esses concursos, então, mobilizavam a sociedade. O Clube se destacava por realizar o concurso em seu espaço físico, além de selecionar uma candidata para representá-lo. Fornecia as roupas para o desfile, bem como presenteava a miss com uma jóia. No ano de 1959, a miss Brasil, Vera Ribeiro, esteve em Campo Grande; na ocasião, o Clube prestou-lhe honraria e a recebeu, conforme se confere no seguinte trecho:

O Sr. Presidente Aikel Mansour, comunicou recebimento de um convite do Dr. Prefeito Municipal, para indicar moças para integrarem a Comissão de recepção da Miss Brasil, sendo escolhidas as Senhoritas, Louris Buanain, Maria de Lourdes Jallad, Jeanette Zahran, Célia Rahe, e Zuleika Scaff. Em nome do clube, foi ofertado um boquet de flores naturais á Misse Brasil, entregue pela Senhorita Jeanette Zahran. O Sr. General Comandante da 9ª R.M. convidou o nosso Clube na pessoa do Sr. Presidente Aikel Mansour, para participar do jantar que foi oferecido à Misse Brasil na casa do Comando. O Sr. Prefeito Municipal igualmente convidou o nosso Clube para o Churrasco em homenagem à visitante, na pessoa do nosso Diretor Social Nagib Assef Buanain. (L. 2, p. 64)

Com relação aos bailes de carnaval do ano de 1960, dentre outras coisas foi deliberado que:

[...] os casos que por ventura existirem, como; discussões entre os freqüentadores da festa, expulsões, e outros casos sejam menores ou maiores, seriam resolvidos depois do Carnaval pela diretoria, não se admitindo nenhuma solução favorável ou desfavorável, no decorrer da festa”. E ainda, “Todos os presentes a esta reunião, inclusive o Sr. Presidente, comprometeram-se a darem coletivamente e cada um por si toda a sua colaboração afim de que o carnaval deste ano, no Clube Libanês, seja coroado de êxito retumbante e sucesso absoluto. (L. 2, p. 76, verso).

Como o Brasil, nesse período, vivia uma fase de euforia com o Governo de Juscelino Kubitschek, sob o influxo da proposta de fazer o Brasil progredir “50 anos em 5” e a construção de Brasília, os imigrantes, não só em Campo Grande, mas em várias cidades criavam seus clubes sócio-recreativos e se entrosavam cada vez mais com a população das cidades onde estavam inseridos.

O Clube Libanês, como já se destacou anteriormente, sempre manteve um excelente relacionamento com os diversos segmentos da sociedade local, trocando correspondências com as mais diversas autoridades civis, religiosas e militares, o que demonstra o objetivo alcançado de entrosamento com a sociedade que os recebera. Nesse afã, faziam-se representar em eventos diversos, como nos festejos dos 50 anos da Imigração Japonesa em Campo Grande; além disso, o Clube cedeu espaço para que a Justiça Eleitoral fizesse funcionar as seções eleitorais 38ª a 50ª. Percebe-se que essa rede de contatos abria, aos associados libaneses, várias outras portas, uma vez que dependiam da população para galgar sucesso em suas atividades comerciais, em fase de negociações - suas identidades, sua fixação na cidade e no comércio local.

Fato interessante a ser relatado foi que, no Carnaval do ano de 1960, um dos frequentadores do Clube, brasileiro, tentou dar um beijo na filha de um dos sócios proprietários. O acontecido gerou muitos desdobramentos, chegando ao ponto de o 1º vice-presidente solicitar demissão de seu cargo. Por conta do ocorrido, foram feitas várias reuniões da diretoria na tentativa de se mediar a situação. Os membros da diretoria entendiam que a atitude do sócio brasileiro era uma afronta à dignidade e aos bons costumes que tanto os imigrantes associados queriam preservar, a fim de se manter a boa imagem do clube. Confira-se o relato, conforme dos documentos pesquisados:

[...] o Sr. Presidente relatou minuciosamente o incidente havido na noite de Domingo de Carnaval, quando no fim do baile o Sr. Luis Alvicio, tentara beijar a filha do nosso Sócio Proprietário, Sr. Milton Milan, tomando a defesa da moça sua mãe que presenciava a agressão, *espofetiando* por três vezes o Sr. Alvicio dentro do Salão do Clube, fato este foi levado ao conhecimento da Diretoria, tomando esta as medidas que o caso exigia. Procurou a Diretoria os pais da moça para inteirar da desagradável ocorrência, cuja reunião foi realizada em casa do Sr. Michel Nasser sendo este o portador da incumbência que seria levada ao conhecimento do Sr. Alvicio, proibindo-o de frequentar os bailes seguintes. Posteriormente, isto é na segunda feira do Carnaval, o Sr. Alvicio em companhia do Dr. Chafic Buainain, procurou o Sr. Presidente em sua residência e quis tentar uma solução favorável para que ele se reingressasse no salão do baile, no que o Sr. Presidente muito delicadamente fez ciente ao Sr. Alvicio da inconveniência de sua solicitação explicando-lhe a tensão reinante entre os sócios e suas famílias, aconselhando ao mesmo tempo que o Sr. Alvicio deve desistir de seu intento e não retornar aos bailes. Na noite de terça feira do carnaval, quando no auge de animação, o Sr. Michel Nasser, 1º Vice-Presidente incumbiu os nossos companheiros João Abrão e Nelson Seba para falar com o nosso Presidente a fim de deixar Sr. Luiz Alvicio entrar no Clube mascarado e como tal ninguém o reconheceria. Como é natural o Sr. Presidente não concordou com a proposição por achar que o reingresso do Sr. Alvicio no salão do baile é um desrespeito às famílias presentes e uma

quebra de dignidade da diretoria que na véspera tinha resolvido o não reingresso do Sr. Alvicio. A esta altura o Sr. Presidente reuniu a Diretoria ali presente, convocando ainda o Sr. Michel Nasser, afim de deliberarem sobre o assunto. Naquela reunião improvisada ficou deliberado a manutenção da medida proibitiva exceto o voto favorável do Sr. Michel, este porém não satisfeito com a decisão de seus companheiros, gritou: “Vocês não podiam ter agido desta maneira, pois, deste momento em diante não contem mais comigo para coisa alguma”. O Sr. Alvicio não reingressou na sede social do Clube, medida justa adotada pela Diretoria, a qual assegurou ao nosso “Libanês” a manutenção de sua dignidade através da unânime decisão da diretoria. O nosso 1º Vice Presidente, o honrado e operoso companheiro, manteve toda aquela noite no Clube prestigiando com a sua presença e exma. Família os festejos de “Momo” que sem nenhum favor alcançaram retombante êxito e foram o ponto alto da festividade carnavalesca do corrente ano. (L. 2, p. 79).

Passado o carnaval, o Sr. Michel Nasser encaminhou um ofício à diretoria do Clube solicitando a sua retirada desse grupo. Pode-se perceber a instauração de um conflito, resultante tanto do pedido, quanto da situação. Contudo, o registro a seguir desvenda, aparentemente, que, embora ainda se mantivesse o respeito pelos mais velhos, a geração que se seguiu já estava mais adaptada aos valores e costumes dos brasileiros.

[...] Noto porem que, a minha opinião e as minhas sugestões, são na maioria das vezes, aceitas com constrangimentos e relutâncias pelos meus companheiros, e assim, não querendo tomar-me um obstáculo as idéias, possivelmente mais avançadas dos meus companheiros, prefiro afastar-me o que faço pelo presente pedido. (L. 2, p. 79 verso)

Os registros apontam que após uma exaustiva discussão sobre o pedido e, mesmo ponderando que o Clube Libanês devia uma soma de ajuda e cooperação ao Sr. Michel Nasser, decidiram aceitar seu pedido de demissão do cargo.

Observa-se que é a partir do exame das relações familiares e sociais que se pode aclarar sensivelmente a gama de relações em que vive o indivíduo de cada grupo. Uma característica marcante no grupo aqui tratado é a preponderância da amizade entre os homens, fator determinante das relações externas que vai influir nas relações familiares. Segundo Kemel (2000, p.70),

Os homens prezam a amizade de seus pares com um cuidado extremo e são capazes de dar seus próprios bens para mantê-la ou para prová-la. Os laços de sangue estendem-se, nesse caso, ao reduto de proveniência espacial, isto é, se um elemento é proveniente de uma mesma região, ele é recebido e tratado como um irmão. Os amigos partilham a intimidade da família a palavra dada a um amigo coloca em jogo a honra de cumpri-la. A demonstração de afeto para com um amigo é representada de várias

maneiras, mas uma das mais características é o beijo no rosto, no ato do cumprimento. A amizade é um fator tão considerado que, se acaso os amigos brigam, as famílias também passam a ser inimigas. Devido à emotividade quase passional, reconhecida pelos imigrantes e descendentes de ambos os grupos, há uma facilidade muito grande de os indivíduos sentirem-se ofendidos uns com os outros. Esse comportamento provoca, portanto, muitos rompimentos entre amigos e entre famílias, estendendo-se aos grupos como um todo.

Os fatos discutidos e deliberados na reunião de 4 de março de 1960, que vêm registrados a seguir, podem ser um exemplo do que a autora da citação anterior escreveu. Ouvir o conselho dos mais velhos, respeitá-los e acatar suas ordens, eram qualidades prezadas pelos libaneses, que, como já referido, valorizavam a unidade identitária e o respeito às tradições.

O Sr. Presidente comunicou a Diretoria os seguintes fatos; procurava ele, o Diretor Social do Clube, Sr. Nagib Buanain em seu estabelecimento comercial, no dia 13 de fevereiro, para trocar com ele idéias sobre as festas que se aproximavam, e para elaboração do programa a ser executado durante o carnaval, de conformidade com que ficou resolvido na Seção de 3 de fevereiro, com relação aos anúncios nos cinemas, publicidade pela imprensa, confecções de cartazes, etc. O Diretor Social em presença dos Srs. Alfredo Saad e João Abrão, sem nenhum motivo, alterando a voz dirigindo ao Presidente para dizer-lhe que não tinha tempo para ajudar ninguém e que já estava “cheio do Libanês”. A esta altura o Sr. Presidente dirigindo ao Diretor Social, delicadamente, dizendo que não havia necessidade para falar daquele modo, no que respondeu o Sr. Buanain com as seguintes palavras: “Este é o meu modo de falar si assim quiser ouvir está bem, si não, a porta está aberta, indicando a porta com seu dedo”. Antes de retirar o Presidente da casa do Sr. Nagib Buanain, lhe disse: “o Sr. deve respeitar-me porque sou mais velho”. Este fato foi levado ao conhecimento do Sr. Michel Nasser, Vice-Presidente e demais diretores, solicitando o nosso Presidente não seja tomada nenhuma providência a respeito porque ele não desejava tomar atitude que pode trazer discórdia entre os que dirigem a nossa Sociedade. (L.2, p. 80)

Logo em seguida, o Sr. Nagib Buanain solicitou, oficialmente, seu desligamento como diretor social do Clube, o que foi aceito pelos seus pares. Na análise dos discursos registrados e documentados encontraram-se, por diversas vezes, decisões que foram encerradas sem que se pudesse entender o que teria desencadeado o fato ocorrido. São *silêncios* que conduzem à inferência de que esses imigrantes tinham suas desavenças, suas diferenças e, mesmo passando para os outros a idéia de união, de harmonia, suas relações pareciam ser, às vezes, conflitantes e cheias de rupturas.

O Clube Libanês passou por momentos de grande dificuldade na fase de conclusão das reformas do local, inaugurado havia pouco tempo. Tanto é que algumas reuniões, por vezes,

ocorriam na residência de seu presidente, Sr. Aikel Mansour, onde se discutia a elaboração de estratégias de levantamento de verbas para a construção, dentre elas a panfletagem, em locais públicos, divulgando os eventos para atrair mais frequentadores. Na reunião do dia 6 de maio de 1960,

O Sr. Presidente fez uma exposição detalhada sobre a marcha dos trabalhos da reforma da sede do clube, dizendo que os trabalhos vão prosseguindo lentamente motivados pela falta de numerários, e ainda pelo próximo vencimento do título devido ao Banco do Estado de São Paulo no valor de um milhão de cruzeiros, e necessitando reformá-lo mediante uma amortização de duzentos mil cruzeiros. Encareceu o nosso Presidente na sua ampla e correta exposição da necessidade de arranjarmos mais sócios proprietários, fazendo uma demonstração verbal sobre as despesas que estão sendo feitas com a reforma, e cujas documentações se acham em mãos de nosso companheiro Sr. Natálio Abrão, tesoureiro do Clube. (L.2 p. 84)

Os diretores, com um espírito de *abnegação e generosidade*, avalisavam os títulos nos bancos em seus próprios nomes para conseguirem dinheiro para o Clube. Tal ato representava um sinal de prestígio e riqueza. Ao que tudo indica, o padrão de construção e afirmação da respeitabilidade das famílias, necessariamente, teve que incluir financiamentos de obras como essa.

Na reunião de 26 de setembro de 1960, dentre outros assuntos, o presidente do Clube:

[...] fez um relato minucioso sobre a situação financeira do Clube, mostrando muito otimista na marcha da arrecadação, mas, temeroso de ver perto de uma crise devido à grandiosidade da obra de reconstrução que requer muito dinheiro e sacrifícios, entretanto, confia, disse o nosso Presidente, na colaboração de seus companheiros de diretoria que nunca faltaram ao seu apelo nas horas precisas, pois, com eles, *deseja atingir a meta final, entregando a sociedade uma casa grandiosa e uma sede que corresponde à destacada posição de nossa gente.* (L.2 p. 86, verso).

Da mesma forma que os associados entendiam que as dificuldades eram “grandiosas”, enxergavam o Clube, na mesma proporção, “grandioso” e que o povo libanês sediado em Campo Grande estava à altura de tal obra. A diretoria, em novembro de 1960, mais uma vez, enfrentou o luto, dessa vez, pelo 2º Vice-Presidente. A ata que registra esse acontecimento traz o seguinte relato:

Por motivo do falecimento do nosso inesquecível 2º Vice-Presidente Sr. Aziz Moaccar Orro, o Sr. Presidente comunicou que a Diretoria esteve presente aos funerais do extinto, e em nome do Clube foi enviada uma Coroa, usando da palavra à beira da sepultura, em nome do Clube, o nosso

secretário Assaf Trad como homenagem póstuma ao companheiro extinto. Propôs o Sr. Presidente, o registro de um voto de pesar, bem como, o envio de um ofício de condolência à família enlutada. O Sr. Natálio Abrão, propôs que a diretoria ora reunida observasse um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao saudoso morto. Tanto a proposição do Presidente, como a do Tesoureiro, ambas foram aprovadas por unanimidade. (L. 2, p. 87, verso)

Sayad (1998, p. 226) descreve, com muita sensibilidade, um profundo sentimento do imigrante que se curva ao povo que o recebe:

[...] levados quase que no mesmo ato ou no mesmo discurso, ora a queixar-se, ora a alegrar-se com sua emigração, ora a deplorar, ora a elogiar sua condição, os emigrantes conhecem, entretanto, situações e momentos de crise que os fazem sentir de forma mais aguda a experiência dessas contradições. Que podem lembrá-los de sua condição, precária e *provisória*, de estrangeiros e de estrangeiros que ocupam uma posição de dominados.

Esse fato é constatado, por exemplo, em mais um momento registrado nos documentos pesquisados: frente às dificuldades para concluir as obras do Clube, os libaneses criavam estratégias para arrecadação de fundos, como já foi referido anteriormente. Em uma dessas tentativas, um brasileiro expressou impropriamente, para o Sr. Aikel Mansour, seu pensamento em relação aos imigrantes libaneses. Como forma de submissão, o presidente do Clube, segundo ele mesmo narrou, “*tudo owiu e se calou*”. Pelas suas ações perante a sociedade campograndense, os imigrantes representavam a figura de uma etnia próspera e abastada, razão por que se achar que poderiam *banicar* a construção do Clube. Ter prestígio material, talvez os prejudicasse, uma vez que na memória coletiva os libaneses não precisavam de ajuda e donativos para se estabelecerem.

[...] as dificuldades surgem de todo o lado: falta de numerários suficientes para dinamização da obra, e cita um exemplo: quando o empenho da diretoria para vendas de cartelas para o Bingo do dia 12 deste mês, não eram poucas as interpelações de pessoas que eram procuradas para aquisições de cartelas: *Puxa!!! Vocês são gente rica, e a colônia libanesa de Campo Grande, é demais endinheirada, por que motivo vocês não terminam este Clube que pode ser construído por um ou dois? Em silêncio sempre foi a nossa resposta, porque, só nós mesmos que sabemos o que ocorre no nosso meio, e para isso, usamos a arma mais eficiente: é o silêncio.* Todos aprovaram a exposição do Presidente hipotencando-lhe solidariedade. (Grifo nosso). (L.2, p. 88)

Mais uma vez, num esforço de manter boas relações com os políticos e a sociedade em geral, em 1961, quando da posse de Jânio Quadros para o cargo de Presidente da República e

de Fernando Correa da Costa como Governador do Estado de Mato Grosso, a diretoria fez questão de mandar telegrama de felicitações aos novos empossados. (L.2, p. 99).

No carnaval de 1961 aconteceu um incidente cujo registro chamou a atenção durante a verificação dos documentos: um dos sócios proprietários solicitou ingressos para alguns conhecidos; entretanto, essas pessoas foram rejeitadas pela Comissão de Sindicância, fato que resultou na desfiliação do associado. Confira-se o relato:

O Sr. Assis Brasil, ex-sócio proprietário, dias antes da realização das festas do Carnaval, solicitou ao Sr. Presidente seis ingressos para os bailes, fornecendo os nomes das pessoas interessadas, “e como é de Praxe”, o Sr. Presidente mandou syndicar sobre ditas pessoas, não sendo aceitas, três delas por motivos vários. Retornando mais tarde o Sr. Assis Brasil, para receber os ingressos, o Sr. Presidente, amavelmente, explicou ao pretendente dos convites o sucedido, pondo, a sua disposição três convites apenas. O Sr. Assis não ficou satisfeito com a explicação do Presidente e em termos nervosos exigiu o seguinte: ou os ingressos todos, ou a devolução da importância que o mesmo tem com o Clube, dando prazo de 5 horas para resolver o caso: O Sr. Presidente, entrou em contacto com alguns Diretores ouvindo-lhe a opinião sobre o caso, e todos foram unânimes em devolver ao Sr. Assis seu dinheiro e não lhe fornecer nenhum ingresso. Retornando mais tarde, o Sr. Assis à casa do Presidente e ali se encontravam, os Srs. Michel Nasser, João Abrão, Nelson Seba, Alfredo Saad e Assaf Trad, todos, empenharam delicadamente junto ao Sr. Assis para que este reconsiderasse a sua atitude, não sendo possível demover o reclamante de seu intento (L. 2, p. 101, verso e 102).

Ao final desse episódio, o valor total devido pelo título que havia sido pago pelo Sr. Assis foi pago e a questão foi encerrada.

O *Rotary Club* de Campo Grande, por diversas vezes, prestou homenagens pela data comemorativa da Independência do Líbano - 22 de novembro. No ano de 1961, não foi diferente; ofereceram um jantar à diretoria do Clube Libanês, sendo indicado o imigrante - e, também, rotariano, Jorge Rahe - para proferir a palestra daquela noite, o que fez com brilho e inteligência, discorrendo sobre a data da independência do País do Cedro Milenar, seu progresso, sua civilização e a forma democrática de seu Governo, recebendo, ao final de sua palestra, uma expressiva salva de palmas (L. 2, p. 114).

O libanês Jorge Sayegh que inicialmente foi comerciante na Rua 14 de julho e depois se tornou um renomado fotógrafo, principalmente das belezas do Pantanal sul-matogrossense, dedicou todo seu programa denominado “Mil e uma noites”, na Rádio Cultura, em homenagem à data da Independência do Líbano, ocasião em que foram recitados poemas e

poesias patrióticas; ao compatriota Sayegh foi enviado, na data de 25 de novembro, um ofício de agradecimentos e congratulações (L. 2, p. 114).

Pelo fato de os associados e diretoria trazerem tão arraigada a questão da moral e dos bons costumes, constantemente a Comissão de Sindicância era acionada e reuniões da diretoria eram realizadas para decidirem sobre a aceitação de sócios, aplicação de penalidades e até para aluguel do bar do Clube, já que a diretoria entendia que o arrendatário escolhido deveria ser aquele que oferecesse maior porcentagem para o clube e analisada sua idoneidade integral (L.2, p. 116).

Há um registro, por exemplo, da penalidade de suspensão por 90 dias, aplicada ao sócio Ademar Roncatti, por transgressão dos Estatutos (L.2, p. 119). Um outro registro desse teor narra uma situação em que a diretoria resolveu dirigir uma severa advertência ao sócio proprietário, Sr. Nilo Rodrigues de Oliveira, por sua atitude incorreta durante os festejos de Carnaval (L. 2, p. 119, verso). Os detalhes dos fatos não são explicitados nas atas; entram na categoria de coisas *não dizíveis*, nos *silêncios* que, por conveniência das diretorias, não eram consignados nos documentos oficiais do clube.

No mês de março de 1962, realizou-se um balanço dos bailes de carnaval daquele ano. O Presidente do Clube fez referências aos festejos e seu enorme sucesso, elogiando a banda que veio de São Paulo para o evento, a “impecável e simples decoração do salão, a rica iluminação, serviço perfeito do bufê, ainda o calor e entusiasmo, a perfeita ordem que reinaram entre os nossos associados e convidados, marcando época na história social e familiar de Campo Grande”. Destacou, ainda, o esforço dos membros diretoria “os quais pela sua boa vontade, amor à nossa agremiação, tudo fizeram para que os festejos referidos ocorressem ao agrado de todos num ambiente de sossego, paz e alegria.” (L. 2, p. 119, verso).

As primeiras diretorias do Clube demonstravam se empenhar muito para que o Clube fosse um sucesso,

“... o Sr. Presidente em palavras emocionais e afetivas agradeceu a eficiente colaboração de seus pares pelos árduos e estafantes trabalhos pré Carnaval e durante os 4 dias de intenso movimento social que sem dúvida, consolidou para sempre a posição e o bom nome do nosso Clube, estendendo seus agradecimentos aos fiscais que com seu sacrifício e perda de noites seguidas asseguraram aos nossos associados, tranqüilidade e despreocupado divertimento. (L. 2, p. 119, verso)

Como forma de fixar a identidade libanesa, sempre que possível os imigrantes celebravam a festa de Independência do Líbano com a realização de jantares, apresentação de

danças típicas e, até, com apresentação, dentro do Clube, de filmes libaneses, sempre patrocinado pela diretoria (L. 2, p. 120, verso). Era costume os sócios fazerem doações ao Clube, como no caso do Sr. Elias Nimer, que, “por ‘*ato de gentileza e colaboração*’, doou aos cofres do nosso Clube a importância de Cinco Mil Cruzeiros, sendo aplaudido pela Diretoria que mandou por intermédio do Sr. Presidente, consignar-lhe um voto de agradecimento.” (L. 2, p. 122).

Na fase final da reforma do Clube, foram contraídos vários empréstimos, além de solicitadas doações, inclusive a políticos influentes, conforme se pode conferir no registro a seguir.

Foram tomadas providências junto ao Senador Filinto Muller a fim de sondar se seria possível um empréstimo de 5 milhões de cruzeiros na Caixa Econômica Federal para atender ao pagamento do débito do clube e terminar a cortinação do Palco e das entradas. [...] foi proposto e aprovado um voto de caloroso agradecimento ao Sr. Avedis Sarian pela sua valiosa oferta de dois espelhos de cristal que estão ornamentando o salão superior da sede social. [...] A Indústria de bebidas Martini, nos enviou a título de oferta 100 cinzeiros. (L. 2, p. 125)

Os preparativos que antecederam à reinauguração do Clube absorveram todas as atenções, não só dos libaneses, como de importantes autoridades da sociedade local:

Presente á esta reunião o Conselheiro Dr. Itálvio Coelho, que em palavras amáveis, teceu elogiosas referências a atuação da Diretoria, congratulando-se com Campo Grande pela obra prima que em breve será inaugurada. Foi deliberado contratar um conjunto orquestral para atuar no baile da inauguração do Clube. Decidiu-se qual o traje para o Cavalheiro por ocasião da festa, será completo, e toilettes para as senhoras, foi aprovada os convites às autoridades diplomáticas libanesas junto ao Governo Brasileiro. (L. 2, p. 125)

Os libaneses residentes em Campo Grande, integrantes das primeiras diretorias do Clube, nunca mediram esforços para a construção da obra, fazendo empréstimos, doações, endossando e avalizando títulos em Bancos para, primeiramente adquirir o terreno, depois construir o clube e, logo em seguida, reinaugurá-lo com ampliações e reformas. A ata da reunião realizada em 25 de outubro de 1962, após a festa de reinauguração, descreve com detalhes o que aconteceu naquela ocasião e que, segundo sua diretoria, justificou todos os esforços dispendidos. Mais uma vez as importantes lideranças da cidade se fizeram presentes ao ato solene, no qual foi exaltado o valor dos imigrantes pioneiros.

O Sr. Presidente ressaltou a magnífica festa da inauguração da Sede Social do clube, que contou com a honrosa presença das altas autoridades civis, militares, eclesiásticas, consulares, imprensa falada e escrita, falando em nome da Diretoria, o Sr. Presidente Aikel Mansour, que, muito feliz em sua oração, fez uma exposição sucinta sobre o nascimento do Clube em tempos idos, lembrando daqueles que muito ajudaram a nossa sociedade, e a quem naquele momento recaía sua homenagem, tecendo os melhores elogios aos seus companheiros de Diretoria que com ele, o Presidente, lutaram com denodo e sacrifícios para conclusão da majestosa casa onde reúnem os sócios e a sociedade, assistindo eufóricos a sua inauguração festiva.

Nessa ocasião, foi concedida a palavra ao prefeito da cidade que, em forma de exaltação, chamou os imigrantes libaneses de *“Bandeirantes e construtores desta metrópole”*. Nos escritos de vários autores, como em diversos discursos encontrou-se referência aos imigrantes pioneiros como aqueles que desbravaram as matas e florestas, formando as cidades do sertão. O Prefeito ainda os considerou como construtores da cidade, uma vez que há registro da vinda desses imigrantes na época da formação da cidade, e esta era uma ocasião propícia para se estabelecerem uma vez que se dedicavam a uma atividade pouco explorada na época, o comércio. Para Truzzi, (1997, p. 229), “os sírios e libaneses reiteradas vezes investiram em valores simbólicos para transformar a figura pouco valorizada do mascate em uma espécie de *novo bandeirante*, ungido pela ética do trabalho”. O espírito de aventura e o instinto comercial desses imigrantes surgem como construção adequada à exaltação de seus sacrifícios e proezas.

Truzzi (1991 p. 67-68) aponta o mascate como a “única base possível de identidade coletiva do grupo, fragmentado pelas diferentes regiões de origem”. Foi o mascate que traduziu a capacidade de adaptação na nova sociedade, ao ser invocado como “um autêntico bandeirante integrador e difusor das novidades da capital pelos sertões do Brasil afora” e abriu a possibilidade do domínio de um setor econômico em expansão; nesse sentido “encarnou uma espécie de mito fundador da etnia”.

Relativamente à imigração libanesa para o Brasil, o papel dos homens, solteiros ou casados destacou-se nesse processo. A imagem construída do imigrante libanês foi a de desbravador e herói, exaltado pelas atitudes de coragem e destemor, e seu deslocamento comparado a verdadeiras epopéias e sagas. Observe-se o registro que se segue:

Falou o Sr. Prefeito Municipal Dr. Wilson Barbosa Martins, o qual, como sempre e em idênticas reuniões, teceu as mais elogiosas referências aos libaneses e seus descendentes, chamando-os de “Bandeirantes” e construtores desta metrópole. A seguir usou da palavra o Consócio Assaf Trad, que rendeu as mais calorosas homenagens a Diretoria presidida pelo

atual Presidente Mansour que não media sacrifícios, a ponto de abandonar os seus interesses particulares, para dedicar corpo e alma a obra que nesta hora inauguramos. Salientou de modo especial o orador a atuação do primeiro Presidente desta casa o saudoso Salim Maluf, enaltecendo ainda o trabalho do ex-Presidente Newtalla Sadalla, homenagiando a memória de: Manoel Raslen, Aziz Orro, Miguel Seba e outros que muito ajudaram esta e outras Diretorias. Terminados os discursos, foram servidos taças de Champagne e Biscoito.

Oferecer *champagne com biscoito* era muito sofisticado, porque em todas as solenidades importantes era o que se oferecia aos presentes. Com arraigado espírito de colaboração, as mulheres sempre se faziam presentes ajudando na ornamentação do clube, vendendo cartelas de bingos e arrecadando verbas.

Um libanês, dono de uma loja de móveis finos - Móveis Cruzeiro, emprestou o mobiliário para a solenidade descrita na citação anterior, uma forma de tornar seus produtos conhecidos e ajudar o clube. Leia-se a referência, em documento, a esses fatos.

Presentes toda a sociedade, superlotando o salão principal pelos sócios e famílias, deu início ao baile com a famosa orquestra CASE de São Paulo, e Oscar Ferreira, este sozinho valeu por uma orquestra inteira. A Sede social, bem como todas as dependências do Clube, achavam-se lindamente ornamentadas, graças a boa vontade e gosto apurado de Dona Mathilde Mansour que ajudada pela Srta. Norma Trad, Senhora João Abrão e Sra. Alfredo Saad e outras, deram ao Clube um aspecto festivo que a todos agradou. Uma mensão honrosa e um agradecimento sincero ao nosso benemérito Consocio, Avedis Sarian que não deixou faltar o principal: mobiliou a casa inteira, emprestando cadeiras, e móveis estofados que alegraram o ambiente de maneira toda especial. (L. 2, p. 126 a 128).

Na sede recém inaugurada, mais uma vez, foi comemorada a Independência do Líbano. Foi um evento cívico, religioso e festivo que contou com a presença de autoridades e pessoas influentes da cidade:

Foi realizada a 22 de novembro corrente, a festividade comemorativa a data magna do Líbano, cuja sessão solene presidida pelo Presidente do Clube Sr. Aikel Mansur, contou com a honrosa presença dos Srs. Gerais Comandante da 9ª R.M. e da 4ª D.C., bem como do Exmo. Sr. Dr. Wilson Barbosa Martins dd. Prefeito da Cidade, e demais altas autoridades Federais, Estaduais, Municipais, Consulares e a fina flor da sociedade campograndense. Aberta a sessão cívica, ouviram os presentes os hinos nacionais Libanês e Brasileiro executados pela Banda da 4ª D.C. cedida gentilmente pelo Sr. General Comandante. Falou o Sr. Aikel Mansour congratulando-se com os libaneses desta cidade pelo festivo acontecimento enviando suas saudações ao Governo e Povo do Líbano ao ensejo da Passagem da Grandiosa efeméride. Dada a palavra ao orador oficial indicado pela Presidência do Clube Sr. Assaf. Trad proferiu este um magnífico

discurso histórico com dados positivos sobre diversas fases de lutas memoráveis empreendidas pelos libaneses em defesa do solo pátrio, saudando os dois Pavilhões das duas Pátrias Irmãs – Brasil e Líbano, que no momento se entrelaçavam num amplexo fraternal sinal da indissolúvel amizade entre os povos do Brasil e do Líbano.

Com relação às homenagens, nas celebrações e nos discursos, aos dois países – Brasil e Líbano, tratava-se, sem dúvida, de uma estratégia para a mentalização da idéia de os dois países serem, verdadeiramente, irmãos. Sobre esse aspecto, o estudioso Canclini (1998) observa que o hibridismo vai muito além do que se possa perceber. Ele é estabelecido por “[...] um processo em que estruturas e práticas sociais diferentes, que existiam de forma separada, se combinem de tal forma, que passam a gerar novas estruturas, representações, objetos e práticas”. É aparentemente paradoxal que um ambiente de diferenças possa favorecer e promover as condições para a construção do hibridismo; contudo, isso é possível, sim, a exemplo do que está registrado nos documentos do Clube:

Encerrando a sessão, falou o General Hugo Parrasco Alvim, Comandante da 9ª R.M., que feliz em sua brilhante locução, teceu elogiosas referências aos libaneses residentes no Brasil, enaltecendo-lhes a conduta, elogiando-os de maneira cavalheresca. Para mais adiante referir-se aos nossos Poetas, jornalistas e escritores, como Gibran Kalil Gibran, Bechara El Khoury e o Neaime, fazendo no final de seu magistral discurso, uma linda comparação, entre o Cedro Milenar e Brasília, que estampados na alegoria concebida por um renomado artista, pintou na face do Palco do Clube, representam na figura do Cedro as tradições milenares do Libanês e na estampa do edifício do Congresso Nacional Brasileiro, as mais recentes concepções da engenharia Brasileira, terminada a sessão cívica, seguiu um baile de Gala oferecido à sociedade Campograndense, animado pela orquestra famosa de Walter Machado de Rio de Janeiro, indo até as altas horas da madrugada seguinte. Antes da oração do Sr. General Comandante da 9ª R.M., falou de improviso, o Exmo. Sr. Dr. Wilson Barbosa Martins, Prefeito da Cidade, que muito feliz, enalteceu o heroísmo do Povo Libanês, seu sacrifício pela emancipação da Pátria Libanesa, tecendo os melhores elogios a coletividade libanesa desta cidade, oração magnífica que recebeu os aplausos da assistência que superlotava o Salão onde reuniram-se a sociedade e as autoridades locais. (L. 2, p. 130 e 131)

O Presidente do biênio 1963/1964, no discurso na sua recondução ao cargo, afirmou que os objetivos de integração com a sociedade local estavam se confirmando. Os libaneses, por estarem com suas vidas já consolidadas na cidade, faziam questão de demonstrar que as ideias deles como estrangeiros era igual às dos nativos da terra que os acolheu. Note-se essa tônica na seguinte transcrição de um dos documentos:

o quadro social do Clube Libanês, constituído não só pelos libaneses e syrios, mais também, *para gáudio nosso*, formado em sua maioria por brasileiros que comungam conosco, com a Diretoria, os mesmos sentimentos democráticos que regem os destinos desta Grande Pátria. (Grifo nosso). (L. 2, p. 133).

Por serem, os bailes de Carnaval, uma das maiores atrações do Clube, os detalhes para o sucesso desse evento sempre eram tratados nos mínimos detalhes. Para o Carnaval do ano de 1963, por exemplo, a resolução foi a seguinte:

Não pagarão o valor dos convites as senhoras e senhoritas; proibição de lança perfume no Salão do baile e na dependência do clube. Serão convidados a deixar o recinto do Clube todos àqueles, - sócios e convidados – que promoverem roças, além de ser cassada a caderneta social que só será restituída após o Carnaval. (L. 2, p. 137).

Esse tipo de medida pactuava com as políticas de Jânio Quadros, tal como exposto por Pesavento (1991): ‘Na política interna, Jânio notabilizou-se pelo ataque à corrupção, pela prática de governar através de ‘bilhetinhos’ e por atitudes esdrúxulas, como a proibição do biquíni nas praias, das rinhas de gallo ou do lança-perfume no carnaval [...]’.

Na Ata de 11 de março de 1963, ficou registrado o nº 945, como o número de localização do Clube, na Rua Dom Aquino. Nesse caso, a Prefeitura Municipal impôs a taxa de impostos à sede do Clube na importância de Cr\$ 204.612,00, o que levou a que fosse constituída uma comissão para visitar o Sr. Prefeito, pleiteando a isenção ou a redução dessa taxa.

Nessa mesma reunião, o Sr. Nacim Saad propôs a confecção de uma placa de bronze, com gravação dos nomes dos imigrantes que participaram da diretoria que iniciou a construção da Sede Social, bem como dos que participaram na obra e a concluíram. A proposta foi aprovada e o presidente ficou autorizado a realizar a tomada de preço da placa referida. (L. 2, p. 141, verso).

Essa placa, cuja imagem apresenta-se a seguir, está fixada, até hoje, no *hall* de entrada do Clube.

Fotografia 12 - Placa de Bronze com os nomes que compuseram as duas diretorias responsáveis pela construção e posterior reforma do Clube.



Fonte: acervo da autora.

Na edição do Jornal da Manhã de 27/08/1978, encontrou-se um artigo escrito por Assaf Trad, que exalta a colônia síria e libanesa residente na cidade de Campo Grande, com palavras de orgulho, em mais um dia de comemoração do aniversário da cidade:

Esses bandeirantes corajosos vieram com denodo abrir o caminho para nós outros que chegamos depois deles, recebidos como eles o foram de braços abertos e corações magnânimos por essa população maravilhosa matogrossense, onde exercemos livremente os nossos trabalhos integrados que somos nos esforços comuns pela grandeza desta terra. ... Este é um resumo sobre os bandeirantes libaneses que escolhendo esta bendita terra como segunda pátria, berço de seus filhos, radiando-se nesta acolhedora e progressista cidade de Campo Grande, hoje, para a nossa felicidade, é a mais nova capital brasileira.

No mês de junho de 1963 o Clube realizou, pela primeira vez, uma festa junina, que se tornou famosa na cidade. “Esta alcançou pleno êxito em todos seus detalhes, tanto pela

enorme afluência de sócios e convidados, como pela animação que marcou época na história social do nosso Clube e cuja renda líquida alcançou a quantia de Cr\$ 92.700,00!”. (L. 2, p. 142, verso).

A partir do ano de 1963, incluiu-se, na agenda de festividades do Clube, a realização de um baile em homenagem ao aniversário da cidade, “com um *schôo* folclórico” (L. 2, p. 144, verso). A diretoria foi informada, pelo seu presidente, sobre a encomenda de um bolo artístico em homenagem à cidade, tendo a seguinte inscrição: “*A hospitaleira Campo Grande na data de seu aniversário, homenagem do Clube Libanês*”, além da contratação do casal Aanius Baakline e Chadia Nagib, artistas libaneses, para participarem da festa (L. 2, p. 145). Como se pode observar, havia uma preocupação em demonstrar suas identidades híbridas por meio de uma festividade, a confecção de um bolo e a contratação de artistas libaneses para animar o encontro, tudo idealizado pelos libaneses em homenagem à cidade que os acolhia. Eram sírio-libaneses, mato-grossenses e campograndenses, numa demonstração de sua identidade híbrida.

Como já ressaltado, o bom entrosamento com os políticos sempre foi uma forma de “negociar” um relacionamento harmonioso não só entre membros da própria colônia sírio-libanesa, como com os moradores da cidade. A exemplo disso, em julho de 1963 foi aprovado o envio de uma mensagem congratulatória ao Dr. Wilson Fadul pela investidura do “Alto Cargo de Ministro da Saúde da República” (L. 2, p. 145). No mês de setembro do mesmo ano, um telegrama desse Ministro comunicava a consignação, no orçamento de 1964, de uma subvenção de Cr\$ 200.00,00 para o Clube (L. 2, p. 146).

Cabe destacar, ainda, que, por diversos anos, foi solicitado pela Comissão de Festas da Prefeitura Municipal que o Clube apresentasse Carro Alegórico em nome da Colônia Libanesa, na festa do aniversário da cidade, no dia 26 de agosto. Essa solicitação foi prontamente atendida: um carro alegórico com motivos regionais do Líbano, cuja referência está registrada em ata: “ricamente ornamentado e muito aplaudido pela população cujas despesas foram custeadas por colaboração de diversos libaneses”. (L. 2, p. 147)

Na ata do mês de agosto do ano de 1964, lê-se a seguinte informação: “[...] o Carro Alegórico apresentado pelo Clube Libanês marcou o ponto alto das festividades do desfile de rua que mereceram calorosos aplausos dos que assistiram ao desfile e a esse êxito deve-se ao fino e apurado gosto artístico da Dona Matilde Mansour”. (L. 3, p. 13).

Deve-se assinalar que uma festa que marcou os anos sessenta foi o Baile de Debutantes da cidade, no qual as moças com 15 anos eram oficialmente apresentadas à

sociedade. O presidente do Clube comunicou que o baile das Debutantes do dia 14 de setembro de 1963 contaria com a presença do cantor Moacir Franco e da primeira dama do Estado, a Sra. Maria Eliza Correa da Costa, como paraninfa das Debutantes (L. 2, p. 146, verso). Após o baile foram registrados diversos agradecimentos aos colaboradores, de modo especial ao Sr. João de Oliveira, proprietário da “Jóia Rara”, pela valiosa oferta de um anel. Mas um destaque curioso ratifica o senso de valores desse grupo de imigrantes: na mesma ata mencionada acima, encontra-se o registro referente à expulsão, do quadro social, do sócio Dailton Ferreira Fernandes, por motivo de desrespeito ao pudor, na festa das debutantes (L. 2, p. 148), não constando, entretanto, maiores detalhes sobre o fato ocorrido.

Como já destacado anteriormente, as primeiras diretorias registravam com riqueza de detalhes tudo quanto servisse para enaltecer o Líbano e seu povo como, o que se pode verificar, mais uma vez, no registro feito em ata sobre os agradecimentos ao Sr. Emille Saddi, que conseguira com o Cônsul do Líbano dois filmes em forma de documentário sobre aquele país, exibidos nos Salões do Clube, além do registro sobre os agradecimentos feitos ao Sr. Miguel Abuhassan, que presenteou o Clube com uma oferenda trazida do Líbano - um Cedro esculpido em madeira. (L. 2, p. 148).

O Clube passava por uma fase de grande prestígio junto à sociedade local, fato que contribuiu para que a diretoria, na reunião de setembro de 1963, decidisse adquirir o terreno ao lado do Clube, com a finalidade de fazer, ali, uma “praça de esportes” agregada ao prédio já existente (L. 2, p. 148, verso). Para fazer face aos gastos com a compra do terreno resolveram fazer uma grande campanha de novos sócios.

3.2.3 Destaques do Livro de Atas nº 3

Chega-se, nesta parte do capítulo, ao Livro de Atas nº 3, que contém as atas de nº 144 a 227. Esse Livro tem o primeiro registro com data de 29 de outubro de 1963 e foi encerrado em 4 de novembro de 1968. Nesse período de 5 anos foram realizadas 83 reuniões, numa média de 1,3 reuniões mensais. As primeiras atas desse livro tratam, basicamente, de nominar os novos sócios, os contribuintes e as transferências de títulos efetuadas. Uma curiosidade é que, até então, não havia títulos adquiridos em nome de mulheres; quando isso ocorreu, em dezembro de 1963, de maneira *sui generis*, a Comissão de Sindicância foi acionada para se manifestar. “Foram incluídas no quadro social do Clube, após terem sido aprovadas pela Comissão de Sindicância, os seguintes novos sócios contribuintes: Maria Conceição P. Marques e Aida Viegas de Oliveira Paes”. (L. 3, p. 4)

Em destaque, mais uma vez, registros que apontam o bom relacionamento dos libaneses com a sociedade e autoridades da cidade: em janeiro de 1964, há um registro de convite remetido pelo Comando do Destacamento da Base Aérea para inauguração do Aeroporto local (L. 3, p. 6). Em agosto de 1964, houve o convite para o lançamento da pedra fundamental da Igreja Ortodoxa Surian de Campo Grande, para a inauguração da Sede de Esportes do Clube Comercial e para a aula inaugural e conferência proferida pelo Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande (L. 3, p. 12).

Contudo, “nem tudo eram flores” no meio da sociedade libanesa. No mês de fevereiro desse mesmo ano de 1964, registra-se a realização de uma reunião extraordinária convocada pelo vice-presidente do Clube para apresentação votos de solidariedade ao presidente do Clube, Sr. Aikel Mansour, uma vez que, segundo a Ata nº 149, a Rádio Cultura o vinha difamando. Mais uma vez, de forma solidária e emocionada, os libaneses se reuniram para, em conjunto, manifestarem-se a favor do seu Presidente:

[...] reuniram os Diretores que assinam a presente ata presidida pelo seu Vice-Presidente Sr. João Abrão, foi discutido e deliberamos o seguinte: O Sr. Vice-Presidente aberta a reunião, disse que havia convocado a Diretoria do clube a revelia do Sr. Presidente, a fim de que os membros presentes resolvessem o melhor meio para o Clube demonstrar que na sua totalidade estava inteiramente solidária com o seu digno Presidente, Sr. Aikel Mansour, pessoa de grande prestígio, quer no comércio, quer na sociedade. Já exerceu ele a presidência da Associação Comercial durante cerca de 15 anos, foi presidente durante anos da Santa Casa de Misericórdia, foi Vice-Presidente durante muito tempo do Radio Clube local, é sócio fundador do Rotary Clube desta cidade, em cuja agremiação já exerceu o cargo de Tesoureiro, secretário e presidente; é Presidente do nosso Clube desde o ano de 1959; foi durante a sua gestão que se fez a grande remodelação da sede do Clube, aumentando e melhorando consideravelmente as suas instalações. Por iniciativa do nosso Presidente já temos a Escritura do Terreno situado ao lado da sede, onde serão instalados os campos de esportes e uma modelar piscina. Por esses motivos considero injuriosos e injustos os ataques que a Rádio Cultura local vem dirigindo ao nosso prezado Presidente, desde o primeiro dia do corrente ano. Proponho um voto de confiança e irrestrita solidariedade ao nosso prezado Presidente pela sua conduta serena e eficiente no exercício de suas funções de dirigentes do nosso querido Clube. Está em discussão a proposta por mim feita. Com a palavra o Sr. Alfredo Saad, disse que estava de pleno acordo com a exposição feita pelo Vice-Presidente e, desde já, votava favoravelmente pela proposta, fosse feita a extração de diversas cópias para divulgação pela imprensa e que fosse remetida ao Presidente Aikel Mansour, o que foi aprovado. (L. 3, p. 7 e 8)

Em março de 1964 foi indicada uma comissão para tratar de uma nova reforma do Estatuto do Clube, a 3ª. Por não se ter tido acesso ao Livro de Atas nº 1, desaparecido, não foi possível estabelecer-se um trabalho de comparação entre o terceiro e o primeiro Estatuto,

revogado na reunião de 3 de novembro de 1951. O segundo Estatuto, aprovado em 2 de março de 1958, consta do Livro de Atas nº 2, conforme já referido anteriormente trabalho. O terceiro estatuto foi transcrito em ata (L.3, p. 14 a 21), na íntegra, de cujo registro retiraram-se e comentam-se alguns artigos pertinentes ao tema e interesse deste trabalho dissertativo, além de trazerem o registro de pensamentos, usos e costumes da época.

1) As finalidades do Clube Libanês seriam: beneficentes, culturais, recreativas e desportivas.

2) Eram objetivos do Clube: a) Estabelecer a união, estreitar as relações entre todos os associados. b) prestar assistência, na medida do possível, moral e materialmente aos seus associados e necessitados. c) Cultivar o desenvolvimento cultural e social, a cultura física e a prática dos desportos.

3) Em nenhum dos seus atos de vida interna ou externa, poderia o Clube assumir caráter político ou religioso.

4) Acolher-se-iam todos os sócios, sem distinção de nacionalidade ou crença religiosa.

5) Em caso de morte de um sócio proprietário, o título seria transferido para o legítimo herdeiro, após apreciado pela diretoria, sem qualquer ônus.

6) Criou-se o título de Sócio Temporário, que eram aqueles militares e funcionários públicos sujeitos a transferência.

7) Uma das atribuições da diretoria seria administrar de modo a assegurar sua grandeza e prosperidade.

8) Uma das competências do Conselho de Sindicância era julgar “secretamente” as propostas de aceitação ou não dos futuros sócios, devolvendo-os a Diretoria.

9) Os associados estariam sujeitos a quatro tipos de sanções disciplinares, considerando seus atos, julgados pelo Conselho de Sindicância e aprovado pela diretoria: Advertência por escrito, Censura em sessão da Diretoria, Suspensão até 90 dias de todos os direitos sociais, ou eliminação.

10) Foi expressamente proibida, na sede do Clube, qualquer manifestação de caráter político, religioso ou racial.

Em novembro de 1964 foi realizado mais um Baile para celebrar a Independência do Líbano, sobre o qual segue-se a transcrição de registro em Ata:

[...] conforme programa previamente elaborado, realizou-se as 21 hs do dia 22 de novembro o ato solene que marcou início das festividades alusivas a data da Independência do Líbano; na presença das mais altas autoridades Cíveis, Militares e eclesiásticas e número elevado de sócios e convidados

presentes. O Sr. Presidente com rápidas, objetivas e oportunas palavras, transferiu a presidência dos trabalhos ao Sr. General Wallen Stein Teixeira de Mendonça, Comandante da 9ª Região Militar, que, de acordo com o programa, concedeu a palavra ao orador oficial do Clube, Sr. Jorge Rahe, que fez um relato histórico do Líbano o que lhe valeu calorosos aplausos, em seguida falou o Sr. Prefeito Municipal e por último o presidente da mesa Sr. General Wallen Stein T. Mendonça, ambos foram muito felizes ao fazerem uma retrospectiva relatando o feito progressivo dos libaneses e do país do Cedro Milenar, encerrando com a parte cívica, foi servido a todos os presentes champanhe e salgadinhos, em seguida as 22 horas teve início o baile programado. (L. 3, p. 23 e 24)

Não se encontrou mais, nos documentos do Clube, registro algum a respeito do episódio com o seu presidente, o Sr. Aikel Mansour e a Rádio Cultura de Campo Grande, que havia sido objeto da reunião de fevereiro de 1964, anteriormente mencionada. O que se verificou é que o Sr. Aikel deixou a presidência do Clube Libanês, não concorrendo para as eleições do Biênio 1965/1966.

Para o baile de reivellon do ano de 1964 contratou-se o humorista e cantor Jô Soares para animar a festa (L. 3, p. 35). Em diversas outras ocasiões foram trazidos cantores e grupos famosos da época, contratados para “abrilhantar” os eventos festivos: Cassino de Sevilha, Wanderley Cardoso, Os Incríveis, Moacir Franco, Orquestra Marajoara, todos considerados, na década de 1960, grandes “celebridades”.

Mais convites marcam as boas relações dos libaneses com a sociedade local. No mês de junho de 1965 inúmeros convites foram formalizados e divulgados: o IV Congresso da União Libanesa Mundial, realizada no Clube Monte Líbano, em São Paulo, de 14 a 18 de junho, ao qual compareceram 3 diretores; Convite do General Comandante da 9ª Região Militar para assistir à palestra do Tenente Coronel Otávio Costa, cujo tema foi “Mato Grosso e as Forças Armadas”, e “Semana de Rondon”, realizado pela Prefeitura Municipal na sede do próprio Clube.

Truzzi (1997) disserta sobre a hospitalidade e abundância, características que sempre foram símbolos de identificação dos libaneses e ressalta os jogos de víspera.

Esse mesmo tipo de lógica, de não parecer menor frente ao interlocutor, parece alimentar a inveterada paixão de parcelas expressivas da colônia por jogos de azar, praticados hoje, sobretudo nos clubes da colônia, em cujas mesas, segundo inúmeros entrevistados, quantias vultosas trocam de mãos.

Relativamente a esse assunto, na reunião de 15 de dezembro de 1965, dentre outros assuntos,

[...] foi discutido como funcionará a Víspera, tratado o assunto de distribuição de lucro e despesas, da seguinte forma: o Sr. Adib Abdo entra com o capital, material e o pessoal e depois de pagar as eventualidades fica dividida a renda em partes iguais depois de separar os 20% para o caixa. O horário de funcionamento será estabelecido de acordo com o movimento. Foi deliberada a necessidade de formar uma caixinha para atender as despesas eventuais: jornais, etc. Será permitida a freqüência a sócios do Clube, Radio Clube, Círculo Militar e Clube Ipê. Mais gente de bem. De fora deve ou não ignorar outros competidores e outros Cassinos, convém não hostilizar. Assim: Tirar a despesa de renda bruta em benefícios, empregados, etc. O líquido será dividido em partes iguais. Para tratar do Jogo no Clube permissão policial, doação de 10% para a maçonaria, para a construção de sua escola. (L. 3, p. 46).

Podem-se destacar, dessa ata, questões importantes como as restrições às pessoas que poderiam participar desses jogos de azar. “Mais gente de bem”. Pelos sócios dos clubes elencados, que poderiam fazer parte dos jogos, somente pessoas que, no entendimento da diretoria, fizessem parte da elite da sociedade local, além dos militares. Sobre o não querer “hostilizar” outros cassinos, na verdade, subentende-se que os associados não quisessem criar conflitos nem rivalidades, para que pudessem continuar com suas jogatinas sem maiores conflitos.

Na reunião de janeiro de 1967, tomou posse a nova diretoria, sob a presidência do Sr. Fauze Scaff Gattas, elogiado e referenciado, na ocasião, pelo Sr. Aikel Mansour, como um “homem de ação”, que inclusive havia sido agraciado com a Medalha de Honra ao Mérito “Comendador Tamandaré”, por serviços prestados à Marinha. Concedida a palavra, o novo presidente agradeceu a presença de todos.

Apesar de um embasamento real, a imagem da luta pela sobrevivência nas aldeias libanesas, relatada pelos imigrantes dessa etnia, serve, também, ao propósito simbólico de valorização e heroicização dos antepassados, descritos como incansáveis trabalhadores contra a aspereza e exiguidade do terreno, as intempéries, os dominadores otomanos ou franceses. São comuns, assim, nas atas e nas narrativas de imigrantes, especialmente de filhos de imigrantes, menções ao caráter empreendedor e obstinado dos pais, características que são mantidas na formulação da auto-imagem do imigrante libanês no Brasil e repetidas na formulação da própria identidade, tal como se vê no registro a seguir:

[...] dando maior estímulo a Colônia Libanesa, que há mais de cinquenta anos vem colaborando para o desenvolvimento da Cidade, esclarecendo que, quando aqui chegou em 1915, já encontrou diversas famílias Libanesas, ajudando a construção desta Maravilhosa Campo Grande, citando alguns nomes que vieram a memória como sejam as famílias Saad, Sadalla, Maluf,

Calarge, Eduardo Contar, Rahe, Nasser, Naban, Antonio Abdo e outros. Continuando a palavra livre e ninguém mais falou, o Sr. Presidente Fauze Scaff Gattas, pediu aos presentes que fosse prestada homenagem em pé pelo falecimento de um dos mais idosos da Colônia Libanesa, Sr. Antonio Abdo. (L. 3, p. 66)

O Sr. Fauze Gattas, por ter tido problemas com diretores do Clube, não terminou sua gestão. Queria ele dividir entre os membros da diretoria os lucros do clube; a reação de vários deles foi de ofensa por tal atitude, tendo em vista que a grande maioria dos imigrantes pioneiros que faziam parte das diversas diretorias do clube entendiam que o clube era um lugar de doação, de abnegação e não se poderia tirar vantagens dele. Essa atitude da parte da presidência resultou no afastamento definitivo do próprio presidente, Sr. Fauze Gattas.

Em seguida, apresentam-se diversas imagens dos festejos de carnaval do Clube Libanês na gestão de Fauze Scaff Gattas, no ano de 1967, com a presença do Prefeito Municipal Plínio Barbosa Martins e a realização de matinês infantis, cuja fonte é o próprio acervo do Clube.

Figura 6 - Conjunto de fotos do carnaval no Clube Libanês de Campo Grande, em 1967.



Fonte: acervo do Clube

Figura 7 - Fotos do carnaval do Clube Libanês de Campo Grande - 1967



Fonte: acervo do Clube

3.2.4 Destaques do Livro de Atas nº 4

O livro de atas nº 4 é composto pelas atas de nº 228 a 310 e compreende o período de 1968 a 1984, ou seja, 16 anos. Pelos registros, o número de reuniões anuais realizadas foi de, aproximadamente, cinco, um número bem inferior ao dos anos iniciais da existência do clube, que ia de encontro, inclusive, ao previsto em Estatuto - pelo menos, uma reunião mensal.

Os registros sobre as tentativas de os libaneses fixarem sua identidade em Campo Grande continuam, ao longo das páginas dos livros de atas, ratificando o fato de essa intenção dos imigrantes não se restringir às festas comemorativas da “Independência do Líbano”. Um novo registro informa sobre uma articulação, junto a vereadores e ao, então, prefeito municipal, Dr. Plínio Barbosa Martins, que uma das ruas de Campo Grande fosse denominada Rua República do Líbano, o que, em verdade, ocorreu. Não existe, hoje, uma rua apenas, mas um bairro residencial, por sinal em região nobre da cidade, com o nome de “Monte Líbano”.

Em reunião realizada em setembro de 1969, ficou resolvido que seria lançada uma campanha de sócios com o objetivo de atingir os universitários, o que resultaria num crescimento, “[...] além da elevação do nível cultural do Clube”.

Um novo registro evidencia desentendimento entre membros da diretoria, o que sempre gerou certo desconforto entre dirigentes:

O Presidente tomando a palavra solicitou aos presentes para que procurem melhor entrosamento entre os Diretores, evitando dessa maneira, pequenos

atritos que provocam às vezes, o afastamento de alguns elementos. Na seqüência foi discutida e aprovada por unanimidade que se mantivesse a suspensão por 90 (noventa) dias ao Sr. Elias Saliba, sócio contribuinte que em carta a nós endereçada, solicita escusas pelo acontecido, e que se perdoasse esta falha, será remetido posteriormente, um ofício ao mesmo dando os pormenores desta aprovação. (L. 4. p.31, verso e 32).

Passível de destaque, também, é um relato da reunião realizada em 1º de novembro de 1969, na qual esteve presente, a convite da diretoria, o Padre Tomaz, a fim de dar a sua bênção ao quadro de Jesus Cristo, ofertado pelo casal Antonio Maluf – diretor social do Clube. O Padre abençoou as instalações, a secretaria, os salões de festa etc.; na oportunidade, homenageou a diretoria e fez referência às finalidades a que se destinavam Clubes daquela natureza. Pediu a Deus que derramasse suas bênçãos sobre aquela diretoria e, também, sobre o clube de modo geral. (L.4, p. 33).

O Jornal Diário da Serra organizou, no ano de 1969, nas instalações do Clube, um “Salão de Arte” com exposição de vistas e paisagens do Líbano, evento que trouxe projeção aos libaneses aqui radicados. Sobre esse evento há o seguinte registro: “[...] por sinal, diga-se de passagem, foi uma das melhores e mais bem organizadas em Campo Grande”. Outra realização, nesse ano, foi a compilação de “uma espécie de apostila das palestras proferidas por todos aqueles que se dirigiram ao povo desta cidade durante os festejos da ‘Independência do Líbano’” (L.4, p. 35, verso). Não foram encontrados, nos arquivos do Clube, exemplares da referida apostila.

Em 1970, quem ganhou os Concursos de Miss Campo Grande e Miss Mato Grosso foi a representante “escolhida pela diretoria”, a Miss Libanês, Srta. Vilma Borges, que ficou entre as finalistas do Concurso de Miss Brasil daquele ano. Na oportunidade, a candidata recebeu um título de Sócia Proprietária e uma jóia ofertada pelo clube.

Fotografia 13 - Miss Vilma Borges, representante do Clube Libanês. Miss Campo Grande, Miss Mato Grosso e finalista do Concurso a Miss Brasil, 1970.



Fonte: acervo do Clube Libanês.

Outro evento, nesse mesmo ano, cuja realização foi deliberada em reunião do Clube, foi um banquete pela Independência do Líbano, para o qual foi convidado a participar o Governador do Estado, engenheiro Pedro Pedrossian.

Fotografia 14 - Governador do Estado de Mato Grosso, Pedro Pedrossian, com o Cônsul do Líbano, Assaf Trad.



Fonte: Acervo Pessoal de Nelson Trad.

Mais um fato que chama a atenção, na história do Clube Libanês, no biênio 1971-1972 é esta decisão sobre os pormenores do carnaval do ano de 1972: “as senhoritas não terão despesas quanto ao convite e que será no caso então a comissão de sindicância que aprovará

ou não, quanto à expedição dos convites e devendo os mesmos, serem solicitados por sócios e anexando ao convite, uma foto 3 x 4 para a referida identificação na portaria.” (L. 4, p, 47).

Aparentemente, essa seria uma tentativa de se atraírem mais associados para o Clube que ainda saldava dívidas e empréstimos contraídos ao longo das gestões anteriores.

Ao final da verificação dos registros desse biênio encontra-se uma referência à eleição da diretoria seguinte, biênio 1973-1974, que considerou a diretoria anterior como “ponderada e eficiente” cuja maior preocupação fora “procurar o equilíbrio financeiro e social”. (L. 4, fls. 56).

Durante a pesquisa encontrou-se uma pasta bastante deteriorada, contendo diversas fotos de mulheres, não sócias - aproximadamente 80 fotografias 3 X 4, jovens que pretenderam participar do “concorrido” Carnaval do Clube, no ano de 1973, e que, entretanto, “não foram aprovadas”.

Pelas características físicas, pela semelhança de várias delas relativamente à cor, etnia, traços biológicos, classe social e pela identificação de sobrenomes, levanta-se a hipótese de que muitas fossem irmãs ou parentes próximas, cujos nomes e fotos foram submetidos aos membros das comissões de sindicância do Clube que, sem critérios explícitos e registrados, negaram a entrada delas no recinto.

Uma observação curiosa diz respeito à cor; pelas imagens, parece tratar-se de jovens, na maioria de cor parda ou mestiças. Eram descendentes de japoneses, índios e afro-brasileiros. Seus traços em nada se parecem com os das moças libanesas, que, na visão de Ellis Jr. (1934, p. 201) eram “[...] mulheres com cabellos negros e olhos grandes, ilhados na cor morena de uma pelle espessa”. Essas são inferências que se fazem com base na análise de textos e documentos que retratam a cultura e as preferências desses imigrantes que aqui se radicaram, dirigentes e sócios do Clube Libanês em Campo Grande.

Observem-se, a seguir, as imagens:

Figura 8 - Fotos de jovens que se apresentaram para participar do carnaval do Clube – 1973



Fonte: acervo do Clube Libanês - CG.

Figura 9 - Fotos de jovens que se apresentaram para participar do carnaval do Clube - 1973.



Fonte: Acervo do Clube Libanês - CG

Figura 10 - Fotos de jovens que se apresentaram para participar do carnaval do Clube - 1973



Fonte: Acervo do Clube Libanês - CG

Ainda para o Carnaval do ano de 1973, o Dr. Pierri Adri ficou encarregado de solicitar dois investigadores para o trabalho interno e quatro policiais fardados para trabalho externo do Clube. (L. 4, fls. 61). Vários entrevistados falaram de como o Clube Libanês, nessa época, era conhecido pelos seus bailes de carnaval. Tudo que estava ao alcance das diretorias, no sentido de preservar o nome do Clube era feito; chegou-se mesmo a acabar com os Bailes de Estudantes por entender, a diretoria, que esses eventos passaram a trazer um certo desprestígio para o Clube. A diretoria daquele tempo tinha como objetivo “elevar cada vez mais, e a zelar pelo bom nome do Clube”. (L. 4, fls. 65).

Como já referido, os jogos de baralho sempre fizeram parte do lazer dos libaneses, inclusive dentro do Clube. Nesse ano de 1973 resolveu-se fazer um “Campeonato de Canastra” juntamente com o Lions Clube, a fim de se obterem lucros. (L. 4, fls. 65).

Em 1973, Assaf Trad, que durante muitos anos foi membro das diversas diretorias do Clube, fez uma visita ao Clube, na condição de Cônsul do Líbano. Nessa ocasião solicitou que angariassem fundos para confecção de um busto de José Antonio Pereira, fundador da cidade de Campo Grande, o que foi atendido prontamente (L. 4, fls. 65). A solenidade de entrega do monumento foi prestigiada pelas autoridades da cidade e publicada na imprensa. O objetivo desse empreendimento, possivelmente, foi firmar o intercâmbio cultural e identitário entre campograndenses e libaneses. O monumento foi erigido no cruzamento da Avenida Afonso Pena com a Rua Calógeras, área central amplamente habitada, naquela época, por árabes e seus descendentes, que tinham suas atividades comerciais, suas “lojinhas” naquelas imediações.

Fotografia 15 - Inauguração do Monumento a José Antonio Pereira, em Campo Grande, ofertado pela coletividade libanesa.



Fonte: Acervo Particular de Nelson Trad.

Uma decisão do Clube passível de destaque, nesse ano, ainda, foi a indicação dos nomes das senhoritas: Jaciara Almeida Palermo, Irecê Almeida Palermo, Izildinha Mendes, Margareth D'Avila e Neuza Maria Leite da Silva, para assumirem a função de diretoras sociais do Clube, a fim de auxiliarem no melhor desempenho e desenvolvimento das programações dessa intuição (L. 4, fls. 65). Foi a primeira vez que mulheres fizeram parte da diretoria; porém, não foi encontrado registro da presença de nenhuma delas nas reuniões.

No ano de 1975, em seu discurso de posse, o Sr. Elias Ferzelli fez um balanço de todas as realizações da diretoria que terminara seu mandato, citando, inclusive, a quitação de empréstimos no Banco do Brasil e no BRADESCO. No discurso fez menção, ainda, às reformas realizadas, ao valor de saldo em caixa, ao pagamento de indenizações aos funcionários e outras atividades realizadas nessa gestão. Disse que para o biênio seguinte haveria a necessidade de se promover o Clube, valorizando os associados e solicitou o apoio de toda a diretoria. E, ainda:

Fez alusão, também, sobre a necessidade de se construir uma sede campestre, uma vez que o local não comporta uma praça recreativa que hoje em dia é fator preponderante para uma afluência maciça. Colocou, ainda, a evidência de ser forçosa a emissão de novos títulos de sócios proprietários, devido ao reduziíssimo número dessa categoria em proporção a grandiosidade do Clube, o que visaria a extinguir gradativamente a categoria de sócio contribuinte e seria criada uma taxa de manutenção obrigatória, a fim de se fazer frente as despesas de administração. (L. 4, p. 69)

Em novembro de 1975 aconteceu uma reunião para troca dos cargos de 1º Vice-Presidente e 1º Tesoureiro: o Sr. Hedil Amado Felício passou a ocupar a 1ª Tesouraria do Clube, e o Sr. Abdalla Sleiman, por motivos de natureza particular não poderia dedicar muito tempo ao Clube, passou a 1º Vice-Presidente. Nessa oportunidade contratou-se, para Assessor Jurídico do Clube, o advogado e economista Luis Cláudio Brandão de Souza.

Na reunião do mês de novembro de 1979 foi aprovada uma proposta interessante de realização da “missa em ação de graças pelo restabelecimento da paz no Líbano, face à instrução da Embaixada em Brasília de não se realizarem comemorações e festividades em homenagem ao aniversário da Independência do Líbano” (L. 4, fl. 76). Observa-se, por meio dessa proposta, que esses imigrantes jamais se desligaram do país de origem e de seus acontecimentos.

Nessa mesma reunião decidiu-se sobre a realização de uma Assembléia Extraordinária para discussão da aquisição de uma área para construção de uma nova sede social e recreativa.

A seguir, apresentam-se algumas imagens de casamentos realizados no Clube Libanês, com destaque para os nomes dos noivos, cujas famílias foram pioneiras da imigração libanesa na cidade de Campo Grande, bem como marcaram tradição na cidade.

Fotografia 16 - Casamento de Omar Barbosa Cury e Maysa Moreira Coelho, realizado no Clube Libanês em 14/12/1979.



Fonte: acervo particular da noiva.

Fotografia 17 - Imagem de uma festa de casamento no Clube.



Fonte: Acervo particular de entrevistado.

Fotografia 18 - Casamento de Otávio Pereira Caldas e Márcia Moreira Coelho, realizado no Clube Libanês em 24/07/1981.



Fonte: Acervo particular de entrevistado.

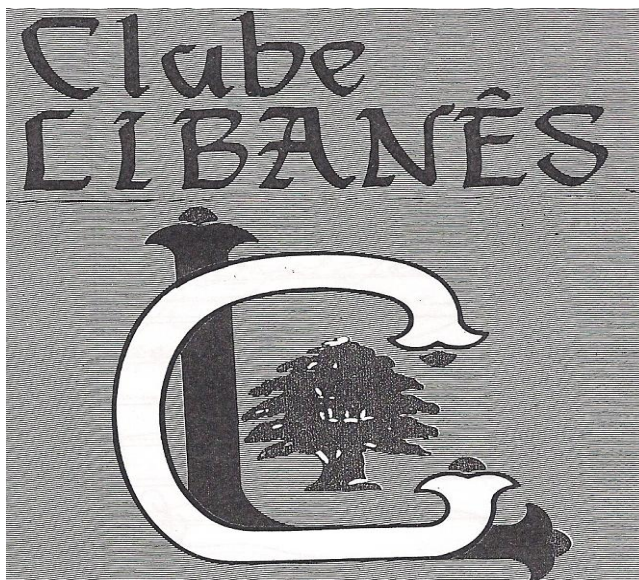
Novo registro de mudança da diretoria aparece em relação ao biênio 1980/1981, para o qual concorreram duas chapas: uma em que, na presidência, figurava o Prof. Nagib Raslan juntamente com nomes de gestões antigas; outra, com o Dr. Elias Ferzelli para presidente e nomes de associados mais contemporâneos. A eleição, que contou com 129 votantes, deu a vitória a Elias Ferzelli, com 87 votos contra 39 votos para o Prof. Nagib Raslan.

Destaque-se que, na diretoria dos anos de 1982 e 1983 figuraram, em grande maioria, nomes de associados cujos sobrenomes não eram libaneses, o que demonstra um entrosamento mais profundo entre libaneses e brasileiros, além de mútua confiança que favorecia esse tipo de realização.

Nessa época, apesar das dívidas existentes com a Previdência, os sócios do Clube decidiram adquirir uma área na saída de São Paulo, visando à construção de um grande empreendimento - a sede campestre do Clube. Em uma das entrevistas concedidas durante a pesquisa, o presidente dessa época, Abdalla Sleimann, informou que a localização muito central do Clube tornara-se inviável e que, além disso, um juiz que se tinha mudado para o prédio ao lado do clube houvera proibido a realização de bailes, o que dificultou, definitivamente, o bom desenvolvimento do clube.

Na reunião do mês de setembro de 1984 foi aprovada a confecção de um Brasão do Clube, “criando-se com isso, uma personalidade social marcante do Clube, passando a ser o símbolo cívico do Clube Libanês de Campo Grande”. Veja-se o detalhe dessa imagem:

Fotografia 19 - Foto do Brasão do Clube, criado no ano de 1984.



Fonte: Acervo do Clube Libanês – CG

3.2.5 Destaques no Livro de Atas nº 5

O Livro de atas de nº 5, o último analisado, corresponde às reuniões realizadas no período de 1984 até os dias de hoje; tem 102 páginas utilizadas, o que corresponde a concluir que, num período de 25 anos, foram realizadas menos de 3 reuniões anuais, uma prática bastante diferente da que caracterizou os primeiros anos da existência do Clube, quando os diretores fundadores se reuniam, pelo menos, uma vez por mês.

Em outubro de 1985 foi eleita a diretoria, em chapa única, para o biênio 1986/1987. Na posse, que se deu em sete de novembro daquele ano, houve uma solenidade de apresentação detalhada do projeto para construção do Clube Campestre, tal como se pode ler neste excerto:

[...] o magnífico clube a ser construído em área de 23 Hectares, no Km. 5 da rodovia 163, considerado um empreendimento arrojado e audacioso, mas consistente e organizado, o Clube Libanês, através de sua Diretoria, hoje empossada, tem a gratíssima satisfação de apresentar à sociedade campograndense um dos mais modernos, aprazíveis e sofisticados Clubes de Campo de todo Centro-Oeste Brasileiro. (L. 5, pg. 21).

Abdalla Sleiman, que foi presidente do Clube Libanês por mais de duas décadas, quando entrevistado durante a pesquisa, informou que os bailes de carnaval e outras festividades deixaram de acontecer na sede social do clube porque dois juízes que haviam se mudado para o prédio construído ao lado do clube proibiram a realização de festas, que provocavam barulho excessivo, aglomeração de pessoas e tumulto na calçada. Esse acontecimento justifica o porquê de o clube haver perdido seu atrativo e a necessidade, transformada em desejo das diretorias, de se investir, na época, num clube de campo onde essas festividades pudessem acontecer sem problemas. Aqui está o a descrição, extremamente *poética*, do local que viria a ser a realização do sonho:

No Km 5 da Rodovia BR 163, Campo Grande – São Paulo, localiza-se a magnífica área de 23 há limitando-se com o Jóquei Club de Campo Grande. Neste local privilegiado, banhado pelas águas do córrego Gameleira, erguer-se-á um dos mais requisitados Clubes de Campo, conforme a esplendida maquete está a indicar. [...] Um projeto grandioso como este deve obrigatoriamente ter “Arquitetos” de nome, com suas obras nesta cidade. Responsáveis e Executores de comprovado gabarito em nossa Capital com empreendimentos consumados de vários edifícios, integralmente concluídos, e um pugilo de homens empenhados em manter a Mística do Cedro Milenar que receberam como tradição de seus pais e o mantém fervente em suas veias. Sras. e Srs. Por tudo isto, pela posse da nova Diretoria, por este maravilhoso presente que é o Clube Libanês Campo e principalmente pela abençoada audácia de acompanhar o ritmo vertiginante de progresso de nossa terra, com este belíssimo Projeto, por isto, no final destas palavras, e que saúdo, na têmpera valente do imigrante Libanês, a graça, o brilho e a simpatia carinhosa e benfazeja da elite Campograndense, nesta noite de gala prestigiosamente representada. Foi convidada a descerrar o véu que encobria a maquette a Prof. Enedina Hugo Rodrigues, a Sra. Marie Rose Sleiman e Sra. Nahia Sayegh. (L. 5, pg. 22)¹⁶

Na reunião de março de 1993, foi apresentado um balanço da finalização das obras da construção da Sede Campestre e a proposta de se alienar uma parte da área para que se pudesse concluir o clube. Por consequência, venderam cerca de dez hectares do Clube Campo.

No final do ano, foi eleita nova diretoria para o Biênio 1993/1995.

É pertinente que se ressalte que o livro de atas nº 5 está sem as páginas 64 a 69, o que representa informar sobre a ausência de 3 atas cujas deliberações, nesses anos, são desconhecidas. Na página 70 desse Livro encontra-se a ata de nº 343, de 4 de janeiro de 1995.

¹⁶ A primeira era esposa do dono do Jornal Correio do Estado; a segunda, esposa do Presidente do Clube Libanês e a terceira, esposa de um dos diretores do Clube.

Uma nova reunião só aconteceu em outubro desse ano, quando nova eleição foi realizada, com nomes de descendentes de libaneses que nunca haviam figurado como membros das diretorias anteriores.

3.3 Rupturas internas

Durante toda a trajetória do Clube Libanês, a questão financeira sempre foi tônica nas pautas de discussões, ora para apreciação de balancetes, ora para viabilizar ações como: saldar empréstimos realizados junto aos bancos ou sócios, priorização da realização de obras, aquisição de materiais, pagamento de impostos e eventuais despesas.

No Livro Caixa, na página 33, consta o registro de um marco já referenciado neste trabalho: a cobrança de mensalidades que passou a ser feita em janeiro de 1956, como forma de angariar mais recursos para a construção da sede social. Dessa feita, até os sócios remidos passaram a pagar as mensalidades, como estratégia para agilizar a quitação de dívidas contraídas durante a construção da sede social do Clube Libanês, decisão que, como já informado, resultou no afastamento de um de seus presidentes.

Os libaneses emprestavam, periodicamente, dinheiro para construção do Clube, convertendo esses valores, posteriormente, em títulos de Sócios Proprietários (Livro Caixa, p. 31 e 46), o que lhes dava, inclusive, um peso maior no momento das votações.

Uma questão que causou, por várias vezes, animosidades foi a prestação de contas; algumas administrações desferiram críticas acirradas, outras fizeram elogios a seus tesoureiros. No início do ano de 1958, “[...] foi constituída comissão para examinar o Balancete do ano de 1957, na parte moral e numérica, para os fins de direito”. (L.2, p. 25).

Identificam-se, em diversos registros, elogios ao Tesoureiro Natálio Abrão: “nosso grande amigo e incansável batalhador” (L. 2, p. 44, verso); e, ainda, “O nosso tesoureiro, fez a apresentação dos balancetes de fevereiro e março, trabalho esmerado e perfeição nos lançamentos de receita e despesa, encaminhando-os o Sr. Presidente a Comissão, digo ao Conselho fiscal para exame e aprovação”. (Livro 2, p. 81, verso).

Entretanto, podem-se identificar, também, descrições como as registradas na ata da reunião de março de 1959:

O nosso tesoureiro, declarou que não merecem fé os balancetes apresentados pelo seu antecessor, e este estado de confusão nas diversas escriturações anteriores, tem-lhe dificultado colocar em dia os serviços da Tesouraria a seu cargo; tendo o Presidente declarado que não tem descuidado do assunto,

estando interessado vivamente, para normalização do trabalho, não só da Tesouraria, más, de todos os assuntos que interessam a nossa sociedade. (L. 2, p. 49, verso).

Fato curioso é que na reunião realizada em 22 de abril de 1959, encontra-se uma nova redação, uma retificação ao trecho da ata, transcrito anteriormente:

Foram lidas e aprovadas as atas anteriores, nº 91 e 92, sendo esta última aprovada com a seguinte retificação: *Em vez de ler não merecem fé os balancetes do ex-tesoureiro, lerá o que segue:* “os balancetes anteriores elaborados pelo referido ex-tesoureiro, em papel inadequados movimentando certa morosidade na confecção dos nossos balancetes e reorganização do Serviço Geral da Secretaria. (Grifo nosso). (Livro 2, p. 54).

Observe-se que as rupturas internas continuaram. Na reunião realizada em 28 de junho de 1968, em Assembléia Geral, foram tomadas certas decisões que não agradaram alguns diretores mais antigos; os resultados dessas decisões conduziram a uma nova Assembléia Geral, em 9 de outubro do mesmo ano, em que o Conselho Fiscal revogou todos os atos da diretoria da reunião anterior e, sem tecer comentários, o 1º Tesoureiro assumiu a presidência do Clube. Na tentativa de se entenderem os *silêncios* desse episódio, pela pesquisa e análises, foi possível verificar que, na reunião de junho, a diretoria havia deliberado algumas questões, possivelmente causadoras dos desentendimentos:

1) Os sócios Proprietários passariam a pagar uma taxa mensal de manutenção, correspondendo a 60% do que pagam os sócios contribuintes, para o que se concederia uma redução para 50% para o pagamento anual, a vista, em forma de adiantamento.

2) Ficou a diretoria autorizada a emitir 50 títulos de Sócios Proprietários.

3) Como antecipação do dinheiro a ser arrecadado, com a venda dos 50 títulos de sócios proprietários, ficou a diretoria autorizada a captar, entre os sócios, por empréstimos voluntários, sem juros, a quantia igual ou inferior a NCr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros novos), quantia correspondente ao total da venda dos referidos títulos; e mais, à medida que fossem cobradas as prestações, os citados empréstimos seriam resgatados mediante sorteio. Oportuno registrar que, nesse mesmo período, a moeda do Brasil mudou de *Cruzeiro* para *Cruzeiros Novos*, o que certamente influenciou no orçamento do Clube.

4) Decidiu-se, ainda, que em todos os balanços em que houvesse *superávit*, seriam distribuído,s entre os sócios proprietários, títulos ou fração de títulos correspondentes a esse *superávit* e, proporcionalmente, ao número de títulos possuídos pelos sócios Proprietários.

5) Alteraram-se, dessa forma, artigos do Estatuto, razão por que foi constituída uma comissão para fazer as devidas alterações e outra para execução dos itens acima elencados (L. 3, p. 97).

Passaram-se três meses sem que houvesse reunião, oficialmente; quando o fizeram, foi para tomada de importantes decisões que, numa reunião presidida pelo Sr. Aikel Mansour. Não existem detalhamentos sobre essas decisões, contudo, há um registro sobre o primeiro ato deliberado pelo Conselho Fiscal que foi o de revogar todos os atos da diretoria anterior, aprovados na reunião do final do mês de junho. Fica subentendido, pela leitura desse registro, que o Clube estaria passando por problemas financeiros, considerando que, dentre outras coisas, o *quorum* presente decidiu lançar 50 títulos de sócios proprietários e solicitar empréstimo, a essa categoria de sócios, no valor de NCr\$ 100,00, os quais seriam devolvidos mediante sorteios mensais. (L. 3, p. 97, verso).

Na Assembléia Geral de outubro de 1968, estavam presentes 32 associados, um número bastante elevado, considerando-se que, costumeiramente, as reuniões só se realizavam com os membros titulares da diretoria. O presidente, Sr. Fauze Scaff Gattas, não esteve presente e, sob a presidência do Conselho Fiscal, decidiu-se:

1º - Revogar as mensalidades para sócios Proprietários.

2º - Manter o lançamento dos 50 Títulos de Sócios Proprietários, “cujo produto da venda dos referidos títulos seria destinado a pagamento de débitos”.

3º - Solicitar empréstimo aos Sócios Proprietários, a importância de Cem cruzeiros novos, os quais seriam devolvidos mediante sorteios mensais.

4º - Constituir Comissão para estudar alterações ao Estatuto.

Não há registro oficial de demissão do presidente Fauze Scaff Gattas; entretanto, os registros revelam que ele não participou mais das reuniões, razão por que a reunião de 8 de novembro de 1968 foi presidida por Alfredo Saad. (L. 3. p. 98).

No início do ano de 1969 uma nova diretoria foi eleita e assumiu o Clube Libanês. Chama a atenção a forma de registro, na relação dos nomes dos novos membros da diretoria, a sigla *Dr.*, antecedente aos nomes da grande maioria deles (cf. Apêndice 3, p. 104). Esse novo detalhe leva à inferência de que, possivelmente, os filhos dos primeiros imigrantes no Brasil, havendo concluído, fora da cidade de Campo Grande, seus cursos de graduação, para cá retornaram na condição de *doutores*.

Mais alguns desentendimentos entre membros da diretoria foram localizados nos registros da reunião de 18 de novembro de 1970. O primeiro, quando levantada a necessidade

de se fazer eleição para a diretoria, gestão 1971/1972, o Conselheiro Nassif El Daher referiu-se à necessidade de se apresentar um balancete da situação financeira do Clube, “a fim de que os possíveis candidatos da próxima diretoria tivessem um conhecimento da situação do Clube. A diretoria e os presentes acharam o pedido sem fundamento sendo, portanto negado, isto porque o Cargo de presidente é um cargo de confiança”. O outro desentendimento se deu em virtude de o Cônsul do Líbano, Sr. Assaf Trad, ter dito que o presidente em exercício - na época, Dr. Fauze Adri - estaria trabalhando praticamente sozinho pelo Clube e de o conselheiro Nassif El Daher haver solicitado informações referentes ao INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) do clube, para cujo caso a diretoria ficou de dar uma solução. (L. 4, p. 40).

Uma nova diretoria foi eleita, por aclamação, para o biênio 1971/1972, que, em reunião, viu

[...] a necessidade de se exercer uma fiscalização mais severa durante os festejos do momo. Idéia que foi robustecida através do diretor Dr. Marcelo Geraldo Trad que afirmou ser imperiosa tal fiscalização, visto ser ponto de honra da atual gestão, não autorizar a frequência no clube, de pessoas cuja imagem era má vista pela sociedade. Todos foram unânimes na aceitação da sugestão. O Dr. Rubens Salim Saad sugeriu que após o carnaval se cobre do Dr. Fauzi Adri a prestação de contas da última gestão. Todos concordaram. (L. 4, p. 44)

No início do ano de 1973 aconteceu a primeira reunião da diretoria do biênio 1973/1974 cuja pauta contemplava

[...] a dívida para com o I.N.P.S, acumulada desde 1961, atingindo a soma de mais ou menos Cr\$ 59.000,00, fora os honorários advocatícios, sendo que se conseguiu que a mesma fosse retirada do Fórum local, a fim de preservar o nome do Clube, dívida essa que se procurará se não cancelá-la pelo total, pelo menos reduzir ao máximo”. (L. 4, fls. 56)

Em junho de 1975 foi convocada uma reunião para tratar da pendência com o INPS, porém, a reunião não foi realizada por falta de *quorum*. Posteriormente, foram delegados poderes ao presidente do Clube, Sr. Elias Ferzelli, “para resolver junto a Procuradoria Geral do INPS, em Cuiabá, os problemas da dívida com aquele órgão, em virtude de terem se esgotados todos os recursos possíveis para seu cancelamento ou pagamento sem os juros e as correções havidas, inclusive requerer o parcelamento em até 36 (trinta e seis) meses”.

As dívidas previdenciárias do Clube continuaram a se arrastar por todos esses anos, razão por que o clube, atualmente, foi posto a leilão para saldar suas dívidas junto ao INSS. Porém, esse fator não impediu que, naquela época (anos 1970/80) continuassem a querer, cada vez mais, construir obras. Tanto é que, em março de 1982, foi convocada, pela diretoria recém empossada, uma Assembléia Geral Extraordinária com o objetivo de elaborar reformas no Estatuto, Implantar Taxa de Manutenção e Emissão de novos títulos.

Em dezembro do mesmo ano uma nova Assembléia Geral Extraordinária foi convocada, com um número reduzido de participantes, na qual o presidente do Clube, Abdalla Sleiman, fez um relato do primeiro ano de sua gestão em que afirmava não estar satisfeito devido à falta de recursos financeiros e à estagnação do clube em permanecer sem alcançar os objetivos. Propôs que se trocassem ideias e fossem apresentadas sugestões para uma tomada de posição e para uma mudança em benefício dos associados e da própria Colônia Árabe. (L. 4, fls. 92).

Alguns associados pediram esclarecimentos, dentre eles o Professor Nagib Raslan e o Dr. Fauzi Adri, por meio do que tiveram conhecimento dos problemas financeiros existentes no Clube e da hipótese de se vender uma parte da propriedade ou de se lançarem novos títulos. Levantou-se, naquele momento, um clima de discussões e de tensão tal, que a reunião precisou ser interrompida, conforme se observa no seguinte registro:

Devido a pronunciamentos desairosos, proferidos pelo Sr. Fauzi Buainain, colocando em dúvida e atacando a honorabilidade desta e de outras Diretorias, originou-se um tumulto quando o Dr. Elias Ferzelli retrucou veementemente aos ataques, originando-se um princípio de tumulto, não havendo mais condições de se dar prosseguimento à Assembléia Geral, sendo a mesma suspensa e cancelada. (L. 4, fls. 92, verso).

No ano de 1982 não há registro de reuniões. Esse fato, no entanto, não dá base para que se pense que não as tenha havido, ao menos, informalmente; contudo, depois dos conflitos ocorridos na reunião de dezembro de 1982, o silêncio imperou.

Há um registro sobre a Assembléia Geral, no mês de junho de 1984, em que o presidente do Clube argumentou sobre a importância das alterações propostas para o Estatuto com o objetivo de adequá-lo aos novos tempos. O novo Estatuto foi transcrito na íntegra, com alterações, principalmente, relativas à inserção e funcionamento da sede campestre que iria ser construída, cujos detalhes do projeto foram referenciados anteriormente, neste mesmo capítulo.

Destacam-se alguns tópicos que figuraram nessa nova redação do Estatuto:

1) Estabelecer a união entre todos os Associados, bem como servir de instrumento de aproximação entre brasileiros e povos de língua árabe radicados no Brasil, principalmente os Libaneses, perpetuando um dos principais objetivos dos seus fundadores, além de se preservarem e difundirem suas tradições.

2) Em nenhum de seus atos de vida interna ou externa, poderá o Clube assumir caráter político, religioso ou racial. Como o objetivo do Clube era conseguir cada vez mais associados, as preocupações do passado em fazer triagens de frequentadores parece ter acabado, nessa época.

3) Alterou-se a formação dos componentes da diretoria, fixou-se a realização de 2 reuniões anuais e fizeram-se outras alterações para atender à nova realidade do Clube e da Sociedade Local.

É cada vez mais observável, pelos registros e documentos, a decaída de algumas práticas e características do Clube Libanês; as reuniões deliberativas, por exemplo, praticamente deixaram de acontecer. No mês de dezembro de 1995, a diretoria do Clube se reuniu, após dois anos de interrupção por falta de *quorum*, muito embora houvesse convocação para reuniões. Nessa reunião de 1995 foram discutidas questões relevantes:

Em primeiro lugar, o assunto tratado foi sobre a retirada do dinheiro da Prefeitura Municipal de Campo Grande, pelo Presidente Anees C. Ferzeli, baseado no Convênio assinado com este órgão, bem como sobre indícios de irregularidades na sua gestão como Presidente – Biênio 93/95. Ficou deliberado que nas próximas reuniões serão efetuados levantamentos para posterior pedido de esclarecimentos”. (L. 5, p. 74)

Chama a atenção o fato de nas atas subsequentes não mais haver alusão a respeito dessa verba que, supostamente, havia sido recebida da Prefeitura Municipal; tampouco encontraram-se manifestações sobre seu ex-presidente.

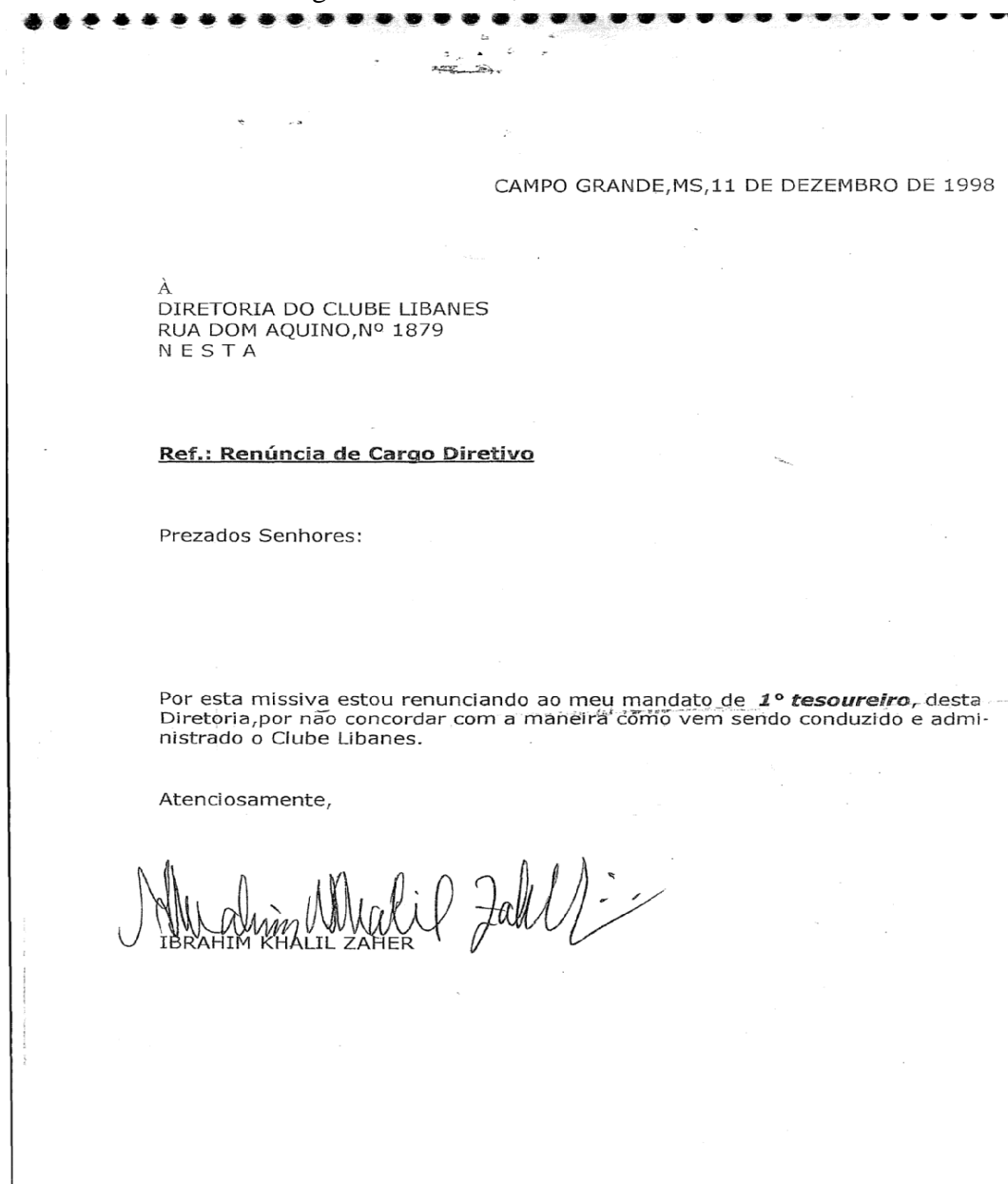
Em dezembro de 1997, foi realizada uma reunião de homenagem ao Sr. Abdalla Georges Sleiman, ocasião em que o presidente do Clube

[...] relatou a enorme contribuição financeira efetuada pelo Homenageado o qual desde 1994 tem aportado recursos no clube que este possui insuficiência de caixa, sendo que tais empréstimos forma imprescindíveis para evitar seu fechamento, motivo pelo qual faz-se esta reunião de agradecimento, bem como reconhecer a dívida existente no valor de R\$ 165.560,99, a qual deverá ser paga até 30.04.99, conforme consta no instrumento particular de confissão de dívida entre nós firmado e que deu origem a Nota Promissória no mesmo valor. (L.5, p. 87)

Como os problemas e surpresas não parassem de acontecer, em dezembro de 1998, o 1º Tesoureiro renunciou ao cargo justificando seu pedido por “não concordar com a maneira como vem sendo conduzido e administrado o Clube Libanês”. Em reunião, a diretoria acatou o pedido, designando, para a substituição, o 2º Tesoureiro, Marco Mansour. O documento de pedido de renúncia pode ser visualizado na próxima página deste trabalho.

Mais uma vez o silêncio imperou e não há registros do que de fato aconteceu. Vários entrevistados libaneses, informantes desta pesquisa, sem citar nomes de ex-presidentes disseram que o clube, durante algumas gestões, foi mal administrado. Porém, não há provas de que foram responsabilizados pela sua má gestão ou desvio de verbas do clube.

Figura 11 - Carta de renúncia ao cargo de 1º Tesoureiro, do Sr. Ibrahim Khalil Zaher



Fonte: Acervo particular do Clube Libanês.

3.4 O clube no século XXI

Lamentavelmente, o século XXI tem marcado a história do Clube Libanês por circunstâncias e ocorrências que contribuem, cada vez mais, para que o Clube deixe de ser o espaço que foi idealizado. Com base na Ata da reunião de junho de 2000 conclui-se que o clube tem, hoje, apenas duas finalidades, totalmente diferentes daquelas idealizadas por seus fundadores: manter uma Academia de Ginástica, de onde recebem o valor do aluguel e a mensalidade de sócios que dela fazem uso e o aluguel do salão para bailes da terceira idade, em alguns dias no período vespertino. Segundo informação do contador do Clube, é com a arrecadação desses valores que se faz o pagamento de funcionários e demais despesas.

Abaixo, registram-se duas imagens de bailes da terceira idade.

Fotografias 20 e 21 - Bailes da Terceira Idade – março de 2009.



Fonte: Acervo da autora.

Em um dos últimos registros pesquisados em Livro de Atas há uma referência sobre a diretoria para o biênio 2000/2002, cuja chapa constou de apenas quatro membros.

A atual diretoria encontrou novas formas de arrecadação e sobrevivência do Clube. Relacionada a essa questão, há uma explicação coerente fornecida por Ernandes (2009, p. 112):

O reforço do multicultural tem sido a proposta atual e a tendência é que seja continuada. Atualmente as identidades únicas não funcionam mais. Numa era em que somos constantemente requisitados por pertencimentos múltiplos, tem que se falar em *identificação*, não em identidade. Identificação sugere trânsito, mudança, movimento, é a conjugação do *estar* e não do *ser*.

A História é repleta de exemplos que provam o quanto as mudanças culturais e sociais têm influência sobre as instituições. Veja-se, nesse sentido, o que ocorreu no Clube Libanês e ficou registrado em Ata da reunião do mês de janeiro de 2001, em que os sócios decidiram manter a suspensão

[...] dos tradicionais bailes de carnaval, que por tantos anos seguidos nos deram tantas alegrias. O Presidente José Luiz Saad pediu para fazer uso da palavra e disse que fora testemunha da execução de tantos bailes no passado, e que gostaria de poder mantê-los, porém, nos últimos anos passados o prejuízo fora de tal monta, que justificava a manutenção da suspensão. Disse também que outros Clubes já estão seguindo o mesmo rumo visto que, após o surgimento dos bailes populares gratuitos, os clubes acabaram por ter que arcar com altos custos sem a presença dos associados como era em outros tempos. (L. 5, p. 90)

Durante suas gestões, José Luiz Saad, com os poucos recursos do Clube conseguiu algumas melhorias, quais sejam: pintura, troca do forro, reparação do piso e dedetização da sede social do Clube.

A sede de campo inacabada do Clube Libanês também teve seu momento de declínio e extinção. Em março de 2002, a diretoria reunida deliberou pela alienação, para a Igreja Pinael, desse patrimônio, uma vez que não haveria condições financeiras de concluí-la e mantê-la. Observe-se a transcrição do registro:

Quanto à alienação da sede de campo, como este bem não estava averbado em cartório em nome e patrimônio do Clube Libanês, sua transferência foi simples, diretamente ao comprador pela quantia de R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais), em sendo quarenta mil (R\$ 40.000,00) de entrada e mais dez parcelas de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) que foram integralmente repassados ao Sr. Abdalla Georges Sleiman, para quitar a dívida citada na reunião extraordinária no ano de 1977. Os valores deverão ser confrontados para saber se existe alguma diferença entre o devido e o pago pelo clube ao Sr. Abdalla, Vice-Presidente do mesmo. (L. 5, p. 92)

Quando da sua reeleição, em 2002, o presidente José Luiz Saad “[...] fez uso da palavra, agradecendo pela confiança depositada em sua chapa eleita e dizendo que a nova diretoria irá se empenhar a todo custo para elevar o nome do Clube e manter aberta esta instituição, que tantas alegrias deram aos presentes e a nossos ancestrais”. (L.5, p. 96, verso).

Apesar dessa nobre intenção e boa disposição, a situação não avançou favoravelmente. Assim, em outubro do mesmo ano aconteceu uma reunião para se discutir sobre o aluguel do salão, espaço que, nos dias atuais, praticamente mantém o Clube e custeia as despesas com causas trabalhistas que envolvem a entidade, conduzidas pelo Dr. Luis Cláudio Brandão. (L. 5, p. 97).

O otimismo, entretanto, daqueles que desejavam assistir ao reerguimento do Clube continuava de pé. Em seu discurso de posse da recondução da diretoria para o biênio 2004/2006, o presidente José Luiz Saad “[...] agradeceu a confiança de todos e disse que os trabalhos de saneamento de contas e de reforma do clube iriam continuar até que uma solução melhor pudesse surgir para reerguer definitivamente o Clube. Disse que os bailes da ‘melhor idade’ devem continuar e quanto ao INSS do Clube, este ano trabalharíamos para quitá-lo”. (L. 5, p. 99).

Este capítulo aproxima-se do final com os dados conseguidos nos últimos registros verificados na pesquisa. Nesse *apagar das luzes* puderam-se localizar informações que chamam a atenção em relação à história do Clube Libanês. Em junho de 2005, realizou-se uma reunião para deliberação referente à necessidade da pintura do Salão Social e à situação do Clube frente às ações trabalhistas que, segundo consta em ata, “injustamente” a instituição vinha sofrendo.

Em entrevista concedida à pesquisadora deste estudo, o funcionário do Clube, Sr. Fleury, informou que as ações existentes contra o clube se deviam ao acidente que ele mesmo sofrera quando lavava o piso do Clube, motivo que o levaria à aposentadoria, não fosse o fato de o Clube Libanês não haver feito o recolhimento, para o INSS, do valor que lhe era de direito.

Para o biênio 2006/2008, houve a reeleição da diretoria anterior, cujo trabalho foi enaltecido, bem como o de seu presidente, José Luiz Saad, que conseguira “[...] manter intacta até aquele momento o patrimônio do Clube, haja vista as ações injustas que vem sofrendo, inclusive de alguns sócios do próprio Clube Libanês”. (L. 5, p. 101)

A pergunta que vem à mente diante do que foi discorrido nesta parte do trabalho pode ser esta: por que o Clube Libanês deixou de ser frequentado? Certamente a preservação da

identidade étnica por meio da frequência ao Clube Libanês não foi uma regra para todos os imigrantes. Houve uma significativa parcela que não somente deixou de se aproximar, como se afastou da colônia e de suas entidades – especialmente jovens que procuravam a ascensão social e econômica através de profissões que exigiam a convivência com brasileiros.

É muito interessante, e até pertinente, uma abordagem feita por Gattaz (2005, p. 162). Para o autor, descendentes da segunda e terceira geração raramente participam das entidades da colônia tanto quanto gostariam seus pais, uma vez que a preocupação em não se caracterizar como representante de um grupo étnico distinto supera a necessidade de manter a identidade étnica dos seus pais – ou suas “raízes”.

No pensamento de Souza (2007, p. 193), “os descendentes possuem um processo histórico e um conjunto de relações no Brasil, portanto tem muito mais identidades do mundo brasileiro, ao contrário dos pais, que são mais híbridos: nem tanto árabes, nem tanto brasileiros, vivendo uma relação hifenizada”

Após a descrição dessa cronologia histórica do Clube Libanês de Campo Grande, com detalhes que apontam momentos de glória e de dificuldades, de conquistas e de perdas, de fama e de declínio, espera-se ter sido possível fazer conhecer esse lado tão peculiar do povo libanês – o empenho pela preservação e manutenção da sociabilidade, do convívio tanto com os patrícios, quanto com o povo que os recebeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da imigração é um dos muitos temas que podem e devem ser permanentemente retomados e aprofundados, assim como as questões dos negros, dos índios, dos trabalhadores sem-terra, das religiões, dentre outros que correspondem a diversos e diversificados segmentos da população brasileira. Observar por esses ângulos significa fugir das generalizações e privilegiar a historicidade regional, favorecendo o reconhecimento das diferenças, da multiplicidade, da pluralidade, condição que permite explicar aspectos peculiares da composição social, política, educacional, econômica e cultural do Brasil. A imagem de um Brasil homogêneo é mascarada e não corresponde à realidade.

A imigração sírio-libanesa, diferentemente de outros grandes grupos, foi espontânea, uma vez que vieram sem atender a convocação do governo brasileiro que chamava europeus para trabalhar na lavoura; ao mesmo tempo caracterizou-se como individual, porque normalmente vinha primeiramente um membro de cada família. A maioria dos que aqui chegaram preferiu estabelecer-se na cidade e ganhar a vida como comerciante autônomo em detrimento das lavouras do interior, como tiveram de fazer outros estrangeiros que já vinham contratados para o trabalho nas fazendas. Segundo um levantamento de 1934, 80% dos árabes vivia em centros urbanos, contra 20% no campo – exatamente o inverso de imigrantes italianos, alemães ou japoneses. O objetivo era "fazer a América": ganhar dinheiro e voltar.

Entretanto, acabavam ficando e trazendo os demais membros da família. A estratégia utilizada era: o patrício chegava, pegava umas mercadorias em consignação com outro conterrâneo já estabelecido, colocava na maleta e saía vendendo de porta em porta ou sobre lonas estendidas nas praças. Aos poucos, abriam suas próprias lojinhas, sendo que o comércio permitiu juntar dinheiro mais rápido e deu liberdade para depois aplicar parte dele em boas escolas para os filhos. Infere-se, portanto, que o comportamento dos pioneiros árabes foi determinado por certos valores e princípios, que incluem a preocupação especial com a família e com os parentes, o compromisso com o trabalho árduo e a preferência pelo trabalho autônomo.

A experiência dos sírios e libaneses evidencia que a decisão de imigrar foi o resultado de decisões tomadas por famílias que, por encontrarem dificuldades para sobreviverem em sua terra de origem, optaram por enviar alguns de seus membros temporariamente para a América. Na maioria dos casos, ela não decorreu de vontades individuais, mas de um fenômeno social que faz com que determinados grupos, articulados em verdadeiras redes,

ajam por vínculos comuns. Posteriormente, tal circunstância seria interpretada pelos portavozes da colônia como sinal de distinção em relação à massa de imigrantes de outras nacionalidades, em geral aqui aportados de forma subsidiada. A maior parte dos aqui chegados decidiu pela imigração, tendo em vista a precária situação econômica e política da terra de origem e pela inferioridade sócio-religiosa dos cristãos (que de fato constituíram a grande maioria dos imigrantes), numa sociedade predominantemente islâmica, em uma região, à época, integrante do vasto império turco-otomano.

Para Campo Grande, cidade objeto deste estudo, existiram redes de envio de imigrantes, como também havia redes de recepção desses, aliando-se, sobretudo segundo origens regionais, vínculos de parentesco e afinidades religiosas. O caso dos sírios e libaneses evidencia que esses imigrantes tiveram suas identidades reafirmadas na esfera familiar e reelaboradas em primeiro lugar pelo trabalho e pelo convívio. Redes de emprego, indicações, subcontratações e negócios preferenciais entre conterrâneos e parentes acabaram por constituir verdadeiros grupos étnico-ocupacionais. Do ponto de vista dos efeitos dessa especialização sobre a estrutura econômica, cumpre chamar a atenção tanto para a contribuição no sentido da implantação de um setor econômico de grande expressão na história da cidade, quanto para a definição e difusão de práticas comerciais, que se converteram, na maioria dos casos, num padrão.

Do mascate ao empresário comercial – por todas essas etapas o imigrante árabe passou; porém, havia um nexo comum, na medida em que elas foram alicerçadas por uma rede continuamente alimentada, tanto por relações de entre-ajuda e de complementaridade nos negócios entre os já estabelecidos, quanto pela importação de parentes e conterrâneos que renovaram e deram corpo à colônia. Essas redes se mostraram operantes, não somente para o primeiro passo nos negócios, mas também para a sua consolidação, para a entrada maciça da segunda geração no mercado de profissões liberais e ainda, num certo grau, para o ingresso bem-sucedido na política.

Diagnosticar a existência e a profunda influência desses processos mais coletivos, no interior dos quais os imigrantes operavam, não significa, por outro lado, embarcar numa versão coesa, muitas vezes apresentada como a história “oficial” de um determinado grupo étnico. O caso dos sírios e libaneses fornece-nos um expressivo exemplo de como os grupos étnicos estiveram distantes de se apresentar coesos. A história cultural e social dos imigrantes em Campo Grande nunca poderá ser escrita à altura de sua importância, se for interpretada como uma experiência indistintamente compartilhada pela totalidade dos imigrantes de

determinada etnia. Seria mais real apreendermos as comunidades de imigrantes como arenas disputadas onde conviveram, lado a lado, pioneiros e recém-chegados, bem-sucedidos, desafortunados e remediados, proprietários e trabalhadores, tradicionalistas e modernizadores, profetas e seguidores.

Passada a fase pioneira, rapidamente a colônia sírio-libanesa se diferenciou. O que é notável no caso dos sírios e libaneses é que estes souberam manter e mobilizar a identidade étnica, sobretudo para alavancar a mobilidade social e econômica de forma eficaz. Neste sentido, revelaram-se bastante pragmáticos, e logo assumiram uma postura agressiva, conquistadora, em relação a posições de maior prestígio na estrutura social. Entenderam rapidamente que a verdadeira integração numa sociedade como a brasileira teria de passar necessariamente pela mobilidade econômica e social.

Em Campo Grande, como em diversas cidades do país fundaram clubes sociais com a finalidade de se integrar e criar espaço próprio para a manutenção de suas tradições, sem deixar de lado a perspectiva da integração com a nova sociedade que os acolheu. Reunir com os patrícios para jogar cartas, conversar, dançar e, lembrar a terra natal, era a função do Clube Libanês de Campo Grande, além de realizarem-se eventos que congregassem autoridades civis, militares, religiosas e políticas. Uma vez que viviam do comércio, precisavam se apresentar para a sociedade e se tornar conhecidos como um grupo ordeiro, que prezava pela moral e pelos bons costumes. Demonstrando, de igual forma, que a convivência com o diferente podia ser pacífica e amistosa. O clube ficou marcado pelos seus carnavais, além da presença de suas tradições, das lembranças da pátria distante, dos costumes e festejos que lhes são próprios.

Os imigrantes pioneiros sírios e libaneses e seus descendentes tornaram-se culturalmente híbridos, assim como, também, suas identidades. Ser sírio e brasileiro ou libanês e brasileiro não se apresentava como contraditório, mas fazia parte da tradição cultural, de estar em várias fronteiras ao mesmo tempo sem pertencer a nenhuma delas. Observa-se que com o passar do tempo, a integração entre as culturas e as nacionalidades sírio-libanesa e brasileira, levou às hibridações culturais, gerando novas trocas e relações, num desafio constante. Diante disso, destaca-se o papel desempenhado pela mulher sírio-libanesa, ao preservar os costumes familiares, trabalhando com seus maridos no comércio ou abrindo novos negócios.

Souberam, assim, com eficiência, potencializar suas trajetórias, tirando largo proveito de seu nicho, de sua trincheira de especialização econômica, ao integrá-los verticalmente.

Obviamente isso não significa afirmar que todos os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes enriqueceu de forma homogênea, e que dentro desse universo inexistam setores desfavorecidos economicamente. Já observamos que, como regra geral, os caminhos da mobilidade estiveram mais abertos para os pioneiros do que para os chegados tardiamente. Estes, se não dispuseram de algum capital, certamente tiveram maiores dificuldades em abrir espaços num tecido econômico já mais implantado.

De uma maneira geral, entretanto, o saldo da mobilidade para a colônia como um todo foi, sem dúvida, amplamente positivo, e isso ocorreu, não apenas em razão dos negócios, mas porque a estratégia de ascensão foi extraordinariamente ampliada pelos investimentos educacionais na segunda geração. Será esse o momento crucial, a prova de fogo, da assim chamada “integração”: o momento em que filhos de “patrícios” disputarão ombro a ombro posições de prestígio antes reservadas às elites locais, tanto no sistema educacional campo-grandense, quanto posteriormente no mercado de profissões liberais.

No campo político, as raízes da sobre-representação de descendentes de sírios e de libaneses em cargos significativos, facilmente observável hoje em dia, estão, com certeza, intimamente relacionadas com os condicionantes de suas trajetórias. Num primeiro momento, a entrada na política é fruto da convivência com outras elites nos bancos das faculdades, em especial de medicina, direito e engenharia. Logo em seguida, a esse fator se sobreporá o sucesso eleitoral crescente de “patrícios” nas cidades, em última análise derivado de uma penetração capilar da etnia no estado, em posições urbanas que privilegiavam o acesso a cargos públicos locais. Ao cabo de um ou dois mandatos, como mostramos no trabalho, esses sucessos eleitorais regionais puderam ser convertidos em representações no Legislativo, tanto municipal, quanto estadual ou federal.

Este trabalho não pretende ser, absolutamente, conclusivo; ele, simplesmente, quer suscitar reflexões sobre a vinda e inserção de imigrantes sírios e libaneses para a cidade de Campo Grande, onde a colônia sempre foi bastante significativa para as atividades comerciais e econômicas e como se processou sua inserção social, onde apesar da distância de sua terra natal não foram necessariamente “assimilados”, mas construíram relações sociais absolutamente originais como estratégias de sobrevivência na nova terra. Assim, novos olhares podem ser dirigidos para analisar a presença dos imigrantes sírios e libaneses em Campo Grande e em Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Mark. *Árabes*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

ARAÚJO, José Renato de Campo et al. *Imigrantes e empreendedores em São Paulo, Brasil: desenvolvimento econômico no “melting pot” brasileiro*. No prelo. 40 p. passim.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira. *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande, MS : Ed UFMS, 2006.

BASAGLIA, Claudete Camargo Pereira. *Nuvem de mascates: raízes que se rompem*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas, SP: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2002, 187 f.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. (Coord). Petrópolis: Vozes, 2003.

BURKE, Peter. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. São Paulo: DIFEL, 1992. p. 302.

BUSSAB, Roberto (Coord.). *CAML 1934 - 70 anos*. São Paulo: D&Z Computação Gráfica e Editora S.A., 2006.

CANCLINI, Nestor-Garcia. *Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1998. p. 47.

CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 149. In: BURITY, Joanildo A (org.). *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CHALLITA, Mansour. *Esse desconhecido Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

DELGADO, Lucilia A. N. *História oral: memória, tempo e identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DORNELAS, Juliana Gomes. *Na América, a esperança: os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado). Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense: (1920 a 1990)*. Dissertação. Dourados, MS: UFGD, 2009.

FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. *1930 - Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 1991.

_____. *et al. Imigração política em São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 1995.

FILHO, Virgílio Correa. *História de Mato Grosso*. Coleção Cultura Brasileira. Série “estudos” 2. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969. 744 p. il. 23 cm.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903 – 1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Niterói: Muiraquitã, 2008.

GATTAZ, André C. *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*. São Paulo: Gandalf, 2005, p. 89.

_____. Lapidando a fala bruta: a textualização em História Oral. In: MEIHY, J.C.S.B. (org.). *(Re)definindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

GHANEM, Sadalla Amim. *Impressões de viagem (Brasil-Líbano)*. Niterói: Graphica Brasil, 1936, p. 83.

GOFF, J. L. A memória; Documento/Monumento/História. In: *Enciclopédia Encauldi*. vol. 1. (Memória – História). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p.11-259.

GOULART, José Alípio. *O mascate no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1967.

GREIBER, Betty L.; MALUF, Lina S.; MATTAR, Vera C. *Memórias da Imigração: libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo, Editorial, 1998.

HAIJAR, Claude Fahd. *Imigração árabe no Brasil: 100 anos de reflexão*. São Paulo: Ícone, 1985.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de L. T. Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

_____. Quem precisa da identidade? In: *Identidade e diferença*, p. 106. 2003.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JARDIM, Denise Fagundes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. (Org.). *Os árabes e suas Américas*. Campo Grande, MS: UFMS, 2008. p. 37

JÚNIOR, Amarílio. *As vantagens da imigração syria no Brasil*. Rio de Janeiro: Estab Artes Gráficas, 1953.

KEMEL, Cecília. *Sírios e libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

KHATLB, R. *Brasil – Líbano: amizade que desafia a distância*. Bauru: EDUSC, 1999.

KNOWLTON, Clark. *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo: Anhambi, 1961.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Identidade étnica e representação política: descendentes de sírios e libaneses no Parlamento brasileiro, 1945-1998. Notas sobre uma pesquisa em andamento. In: _____. *Guerras e Imigrações*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2004. p. 169-188.

LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. *Os árabes na história*. Lisboa: Estampa, 1996.

MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande*. 2 ed. Campo Grande, MS: IHGMS, 2008.

MASSOULIÉ, François. *Os conflitos do Oriente Médio: séc. XX*. São Paulo: Ática, 1994.

MEDEIROS, L. P. & CUNHA, M. L. P. (dir). *Campo Grande – 100 anos de construção*. Campo Grande, MS: Matriz Editora, 1999.

MENESES, Claudia. *A mudança: análise da ideologia de um grupo de migrantes*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

NANTET, Jacques. *Historia Del Líbano*. Tradução de J. R. Vazquez e J. A. Rial. Madrid: Oceânidas, 1965.

NUNES, Heliane Prudente. *A imigração árabe em Goiás*. Goiás: Editora UFG, 2000.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2002.

OLIVEIRA, Marco A. M. *O mais importante era a raça: sírios e libaneses na política em Campo Grande, MS*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

OSMAN, Samira Abel. *Caminhos da imigração árabe em São Paulo: história oral de vida familiar*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1998, p. 357.

PAES, Elizete Neto Tavares. *Ueze Zahran: “Worklover”... um apaixonado pelo trabalho*. São Paulo: Editora Nacional, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005.

QUEIROZ, Maria José. *Os males da ausência ou A literatura do exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 714p. p. 29

SAFADY, Wadih. *Cenas e cenários dos caminhos de minha vida*. Belo Horizonte: Santa Maria, 1966, p. 161-2.

SAID, E. N. *Orientalismo: o oriente como invenção do oriente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALÉM, Jean. *O povo libanês: ensaio de Antropologia*. Tradução de Antônio Boueri. São Paulo: Van Grei, 1969.

SALOMÃO, Jorge. *Álbum da colônia sírio-libanesa no Brasil*. São Paulo: Sociedade Imprensa Brasileira, 1948.

SAYAD, Abdelmalek. O Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante *Travessia*: Revista do Migrante. Publicação do CEM, Ano XIII, nº especial, jan/2000. p. 24.

_____. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP, 1998. p. 20.

SELEM, Teresinha. *100 mulheres pioneiras em 100 anos de Campo Grande: relatos que falam de mulheres que fizeram a história de Campo Grande*. Campo Grande: BPW CG, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 81.

_____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 100

SOUZA, Roney S. de. *Revista História em Reflexão*. vol. 1. n. 1 – Dourados, MS: UFGD, Jan/Jun 2007.

TRAD, Fábio. In: MEDEIROS, L. P. & CUNHA, M. L. P. (dir). *Campo Grande – 100 anos de construção*. Campo Grande, MS: Matriz Editora, 1999.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *De mascastes a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP; Brasília, DF: CNPq, 1991. (Série Imigração, v.2)

_____. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec. 1997.

_____. Rumo a uma compreensão micro-analítica da migração sírio-libanesa ao Brasil. In: *Os árabes e suas Américas*, Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2008, p. 150.

_____. *Sírios e Libaneses*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. (Série Lazuli Imigrantes no Brasil.)

TRUZZI, O. M. S. & LOTFI, C. *Cultura e imigração árabes: influência na sociedade brasileira*. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/funag/2001/3317.pdf>>. Acesso em 02 out. 2007.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro das entrevistas

Dados de identificação

Nome completo:

Idade: anos Profissão:

1. Em que circunstâncias veio para MT ou MS?
2. Onde desembarcou?
3. Como e por que veio para Campo Grande? O por que da imigração?
4. Tinha parentes aqui? Foi ajudado por eles?
5. Em que trabalhava?
6. Onde era a residência? E o trabalho?
7. Frequentou o Clube Libanês?
8. Participava da administração do Clube?
9. Qual sua religião?
10. Adaptou-se facilmente aos costumes do Brasil? (Ex. Alimentação, música, vestuário, festividades, língua, etc.)
11. Casou-se com árabes? Havia interferência familiar para as uniões matrimoniais?
12. Sentia discriminação por conta de sua etnia?
13. Foi incentivado a estudar?
14. E os filhos, trabalharam no comércio ou foram estudar?
15. Voltou ao Líbano/Síria? Como foi?
16. Se sente mais brasileiro ou árabe? Participa da política?
17. Deseja acrescentar algo mais?

Apêndice B – Relação dos 300 primeiros sócios proprietários do clube libanês.

Nº	NOME	DATA	ENDEREÇO
001	SALIM MALUF	05/01/1953	RUA 14 DE JULHO
002	NEWTALLA SADALLA	05/01/1953	RUA 15 DE NOVEMBRO, 538
003	MANOEL RASSELEM	05/01/1953	
004	SALIM BUMERCHED	05/01/1953	
005	CHAFIC NIMER	05/01/1953	
006	ABDALLA SALOMAO	05/01/1953	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 787
007	IRMAOS NEDER	05/01/1953	RUA 13 DE MAIO, 632
008	ANTONIO ABDO	05/01/1953	RUA ANTONIO MARIA COELHO, 1110
009	SAAD E IRMAO	05/01/1953	RUA RUI BARBOSA, 231
010	IRMAOS NASSER	05/01/1953	RUA 14 DE JULHO, 1294
011	ANTONIO ORRO	05/01/1953	
012	FERISC ANTONIO ORRO	05/01/1953	AV. CALOGERAS, 886
013	ALFREDO E FUAD FAAD	05/01/1953	RUA RUI BARBOSA, 231
014	JOSE K. DUAILIBI	05/01/1953	RUA MARACAJU, 732
015	JORGE K. DUAILIBI	05/01/1953	RUA MARACAJU, 732
016	RACHID SALDANHA DERZI	05/01/1953	
017	AIKEL MANSOUR	05/01/1953	RUA 14 DE JULHO, 898
018	JOSE DE QUEIROZ	05/01/1953	
019	ASSAD ABDO SATER	05/01/1953	
020	MIGUEL SEBA	10/01/1953	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 185
021	AZIZ MOACAR ORRO	14/01/1953	RUA DOM AQUINO, 407
022	KARIM HAMBRA	14/01/1953	
023	SALIN DUAILIBI	14/01/1953	
024	REZIK DUAILIBI	13/02/1953	
025	FERISC DAMUS	01/03/1953	
026	ASSEF BUAINAIN	20/05/1953	
027	FELIPE CURY	21/08/1953	RUA 13 DE MAIO, 434
028	NASSIF EL DAHER	02/08/1953	RUA GAL RANDON, 505
029	MOYSÉS SADALLA CIA	15/09/1953	RUA 13 DE MAIO, 346
030	MIGUEL SALOMAO	15/09/1953	
031	MIGUEL A. ABUHASSAM	15/09/1953	RUA MARACAJU, 301
032	AMIME ELIAS SAAD	15/09/1953	RUA 15 DE NOVEMBRO, 329
033	JOÃO REZEK	15/09/1953	RUA ANTONIO MARIA COELHO, 637
034	MICHEL THOME	15/09/1953	
035	WADY MIGUEL CHAIA	20/02/1954	
036	AMERICO NAMOUR	20/02/1954	RUA GAL RONDON, 410
037	NELSON SOUZA CAMPOS	20/02/1954	
038	ELIAS BAHRAM	14/03/1954	
039	ELIAS JOSE SAAD	14/03/1954	RUA 14 DE JULHO, 326
040	NADRA JEHA	14/03/1954	RUA DA CONSTITUIÇÃO, 972
041	ABRAO MALUF	14/03/1954	
042	ABRAO SAYD	14/03/1954	RUA 15 DE NOVEMBRO, 606
043	CHAIM KALIL JORGE	14/03/1954	

044	ELIAS CALARGE	14/03/1954	RUA 14 DE JULHO, 559
045	FELIPE MOACAR ORRO	14/03/1954	RUA DOM AQUINO, 407
046	JOAO ABRÇAO	14/03/1954	RUA GAL RONDON, 1246
047	ABDALLA EL KHOURY	14/03/1954	AV. MATO GROSSO, 1619
048	CHEAD IBRAIMEL OSTA	11/11/1954	RUA 14 DE JULHO, 366
049	WILLIAN MAKSOUND	11/11/1954	RUA BARAO DORIO BRANCO, 1170
050	ABDALLA GABRIEL JABOUR	11/11/1954	RUA 14 DE JULHO, 1449
051	JAMIL E. NEMER	11/11/1954	RUA PEDRO CELESTINO, 1658
052	NATALIO ABRAO	10/11/1954	RUA 13 DE MAIO, 1962
053	PEDRON ASSAR	11/11/1954	RUA DR ARTHUR JORGE, 204
054	FELIPE NIMER	11/11/1954	RUA 14 DE JULHO, 1550
055	NAIM DIBO	11/11/1954	PRAÇA DO MERCADO, 332
056	EDUARDO GARIB		AV MATO GROSSO, 353
057	AIRES MOURA JUNIOR		
058	EMILIO SEBA		
059	ABDALLA M. BUMBAY	07/05/1955	
060	ALEXANDRE K. SAAD	05/06/1955	
061	ABDALLA MAKSOUND	13/06/1955	
062	BICHARA SALAMENE	13/06/1955	RUA 13 DE MAIO, 1851
063	WADHI MAKSOUND	13/06/1955	
064	SALIM SCAFF	13/06/1955	
065	ANTONIO JORGE SALOMAO		RUA 14 DE JULHO, 740
066	MICHEL SADY		RUA GAL RONDON, 1149-C/2
067	AIKEL MILAN		RUA 14 DE JULHO, 1106
068	ANIZ RASLAN		RUA 13 DE MAIO, 693
069	ELIAS ABBOUD IRMAOS		
070	ELIAS CATAN FILHO		RUA 13 DE MAIO, 256
071	NASSIM YOUSSEF	17/05/1956	RUA 14 DE JULHO, 289 - SOBR.
072	HILTON MILAN		RUA 14 DE JULHO, 1106
073	MAURO DA ROSA EL KHOURY	03/07/1956	AV. MATO GROSSO, 1619
074	JAMIL NACHIF	17/07/1956	RUA 14 DE JULHO, 1276
075	SELMA WADIH	17/07/1956	
076	FERIX A. ORRO	13/08/1956	AV. CALOGERAS, 886
077	WILSON MOACAR ORRO	28/08/1956	RUA DOM AQUINO, 407
078	ALFREDO NEDER	28/08/1956	RUA BARAO DORIO BRANCO, 638
079	RICARDO SADALLA	04/09/1956	RUA 15 DE NOVEMBRO, 538
080	JOAO ELIAS CATAN	05/09/1956	RUA RUI BARBOSA, 461
081	SALIM MELKIM SAAD	06/09/1956	RUA 13 DE MAIO, 191
082	RUBENS SALIM SAAD	06/09/1956	RUA 13 DE MAIO, 191
083	ALFREDO SAAD	08/09/1956	RUA RUI BARBOSA, 231
084	AZIZ RASSELEM	14/09/1956	AV. MATO GROSSO, 262
085	CHAFIC DIB NEMER	04/10/1956	
086	MIGUEL ABRAO	14/11/1956	RUA 14 DE JULHO, 921
087	NAGIB RASLAN	16/11/1956	RUA 13 DE MAIO, 693
088	FARJALLA CATAN		RUA 13 DE MAIO, 256

089	MICHEL BACCACHE	18/04/1957	RUA ANTONIO MARIA COELHO, 560
090	ANEES SALIM SAAD	19/06/1957	RUA PEDRO CELESTINO, 790
091	ALBERTO JOSE ABRAO	17/07/1957	RUA MARACAJU, 163
092	DIB JORGE ABUSSAFI		RUA 14 DE JULHO, 1631
093	SALIM MELKIM SAAD		RUA 13 DE MAIO, 191
094	WILSON NASSIM SAAD		RUA 13 DE MAIO, 203
095	FERIX ABDALLA SADALLA		RUA 7 DE SETEMBRO, 348
096	JORGE ADRE	17/10/1957	RUA ANTONIO MARIA COELHO, 348
097	ASSAF TRAD	08/02/1958	RUA GAL RONDON, 652
098	EMILIO AIRY	13/05/1958	
099	NAJATE CHAIR JACOB	08/02/1958	AV. CALOGERAS, 773
100	JOSE SAAB	08/02/1958	RUA DOM AQUINO, 686
101	GLADIS SALIN SAAD	08/02/1958	RUA 13 DE MAIO, 191
102	ITALIVIO COELHO	17/09/1959	RUA 15 DE NOVEMBRO, 599
103	AVEDIS SARIAN	17/09/1959	RUA DOM AQUINO, 540
104	JOSE MONSOUR	17/09/1959	RUA 14 DE JULHO, 764
105	NAGIB ASSEF BAUINAIN	17/09/1959	RUA RUI BARBOSA, 956
106	MARIO BRIZOLA FERREIRA	17/09/1959	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 1422
107	MIGUEL WADI CHAIA	10/10/1959	RUA GAL RONDON, 317 – SOBRADO
108	MICHEL S. DUAILIBI	16/05/1960	
109	ARIZOLI RIBEIRO	16/05/1960	
110	ANTONIO ABDO JUNIOR	16/05/1960	RUA ANTONIO MARIA COELHO, 1110
111	LAUCIDIO COELHO NETO	31/08/1960	RUA 15 DE NOVEMBRO, 430
112	MAGNO MARTINS COELHO	31/08/1960	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 1115
113	LUDIO MARTINS COELHO	31/08/1960	RUA 13 DE MAIO, 375
114	ROQUE FACHINI	31/08/1960	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 222
115	SALEME S. ABOUD	31/08/1960	RUA GAL RONDON, 344
116	PAULO SIUFI	31/08/1960	RUA 13 DE MAIO, 1041
117	ABEL FREIRE DE ARAGAO	31/08/1960	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 719
118	FRANCISCO LEAL JUNIOR	31/08/1960	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 691
119	CARLOS HUGUENEY FILHO	31/08/1960	AV. SANTO ANTONIO, 90
120	ERAY BARCELLOS	31/08/1960	RUA GAL RONDON, 330
121	EVANGELO VAVAS	31/08/1960	AV CALOGERAS, 561
122	HUMBERTO NEDER	31/08/1960	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 590
123	ADIB ABDO	31/08/1960	AV MATO GROSSO, 830
124	EMILE EL SADDI	31/08/1960	RUA PEDRO CELESTINO, 784
125	MANOEL ESTEVAO JUNIOR	30/08/1960	RUA 15 DE NOVEMBRO, 59
126	ORCIRIO THIAGO OLIVEIRA	30/08/1960	
127	HUMBERTO ROSSI	30/09/1960	RUA GAL RONDON, 683
128	ARTHUR D'AVILA FILHO	30/09/1960	AV AFONSO PENA, 1421
129	MILITINO COSTA LIMA	30/09/1960	RUA 14 DE JULHO, 1304
130	HENRIQUE VASQUES	30/09/1960	RUA 14 DE JULHO, 1304

	JUNIOR		
131	MANOEL GONÇALVES FERREIRA	30/09/1960	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 579
132	RUBEN MILTON TEIXEIRA SOUZA	30/09/1960	
133	ASSIS BRASIL CORRÊA	30/09/1960	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 830
134	ANIZIO DE BARROS	30/09/1960	AV. AFONSO PENA, 393
135	AMADEU M. GONÇALVES	30/09/1960	AV. MATO GROSSO, 1549
136	HAREF SALOMAO CHEDID	30/09/1960	RUA GAL RONDON, 1085
137	HAMILTON LESSA COELHO	30/09/1960	RUA 15 DE NOVEMBRO, 599
138	ALEXANDRE K. SAAD	30/09/1960	
139	NELSON BORGES DE BARROS	28/12/1960	RUA VASCONCELOS FERNANDES, 198
140	HEITOR E. LABURU	28/12/1960	RUA 14 DE JULHO, 586
141	ALTAMIRO DE SOUZA BARBOSA	28/12/1960	RUA 15 DE NOVEMBRO, 263
142	FLAVIO BENJAMIN C. ANDRADE	28/12/1960	AV AFONSO PENA, 658
143	JOSE CARLOS NASSIM SAAD	28/12/1960	
144	WADI ADRI	28/12/1960	RUA ANTONIO MARIA COELHO, 305
145	KOCI YAMAKY	28/12/1960	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 559
146	ABDALLA M. DUAILIBI	11/05/1967	
147	ANTONIO BITTENCOURT FILHO	30/12/1960	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 222
148	MARIA ANGELA SALOMAO	10/02/1961	
149	MIGUEL SALOMAO	10/02/1961	
150	GUILHERME Y. O. BAIS	20/02/1961	RUA MARACAJU, 75
151	MONA ROSA EL KOURY	20/02/1961	RUA DOM AQUINO, 568
152	LUIZ GONZAGA MALPICI SILVA	20/02/1961	RUA GAL RONDON, 876
153	JOAO ZACARIAS C. CORRÊA	20/02/1961	RUA DOM AQUINO, 523-2J9
154	ADVENTOR D. ALMEIDA	20/02/1961	
155	AVELINO DOS REIS	20/02/1961	RUA 14 DE JULHO, 710
156	ADIR LOUREIRO MACIEL	20/02/1961	RUA GAL RONDON, 1444
157	ANTONIO M. RIBEIRO NETO	20/02/1961	RUA DOM AQUINO, 1105
158	GREGORIO DEMIRDJIAN	20/02/1961	RUA DOM AQUINO, 428
159	KALIL NATALIO ABRAO	20/03/1961	RUA 13 DE MAIO, 1962
160	NATALIO ABRAO FILHO	20/03/1961	RUA 13 DE MAIO, 1962
161	ANTONIO DE ARRUDA HAMANO	20/03/1961	RUA GAL RONDON, 653
162	ANTONIO GONZALES SANCHES	20/03/1961	
163	JOAO JORGE CHACHA	20/03/1961	RUA DOM AQUINO, 549
164	CHACHUAN POBJI	20/03/1961	RUA 7 DE SETEMBRO, 869
165	NELSON BENEDITO NETO	20/03/1961	RUA DOM AQUINO, 257
166	MICHEL BACCACHE	20/03/1961	RUA ANTONIO MARIA COELHO, 560

167	LEÔNICIO SOUZA BRITO	20/03/1961	RUA DOM AQUINO, 1481
168	ABDALLA G. SLEIMAN	20/03/1961	RUA 14 DE JULHO, 1148
169	YOSHIHARU GUENKA	20/03/1961	RUA 14 DE JULHO, 858
170	LUIZ ANTONIO JACOBINA	20/03/1961	RUA PARANA
171	ALONSO DE SOUZA BARBOSA	22/03/1961	RUA RUI BARBOSA, 1325
172	AGENOR DE SOUZA BARBOSA	22/03/1961	RUA PEDRO CELESTINO, 482
173	SEBASTIAO CASTRO AGUIAR	23/03/1961	RUA GAL RONDON, 684
174	JOAQUIM JOSE DA SILVA	24/03/1961	RUA 14 DE JULHO, 1179
175	EDUARDO M. METTELLO	24/03/1961	RUA 15 DE NOVEMBRO, 548
176	JOSE PINHEIRO SARAIVA	24/03/1961	RUA 13 DE MAIO, 856
177	ELIAS BECHUATE	28/03/1961	AV AFONSO PENA, 1316
178	FAUSTO BECHUATE		AV AFONSO PENA, 1316
179	OSVALDO BUCKER	28/03/1961	AV CALOGERAS, 1020
180	HORÁCIO LEMOS	28/03/1961	RUA ANTONIO MARIA COELHO, 655
181	CAMILLO BONI	28/03/1961	RUA DOM AQUINO, 1061
182	JOAO ALCARAZ	28/03/1961	RUA 13 DE MAIO, 684
183	MAME DE ASSEM JOSE	28/03/1961	RUA GAL RONDON, 359
184	IRACY COELHO NETO	28/03/1961	RUA DOM AQUINO, 209
185	DOMINGOS SILVA NANTES	28/03/1961	RUA DR ARLINDO ANDRADE, 99
186	ROBERTO AGUIAR SILVA	03/04/1961	
187	ELIAS MATEUS CHACHA	10/04/1961	AV BANDEIRANTE, 320
188	LUIZ ALBERTO NAGLIS	10/04/1961	RUA 13 DE MAIO, 625
189	GERALDO C. DA SILVA	08/04/1961	RUA GAL WOLGRAND
190	ROSA SALOMÃO		RUA BARAO DO RIO BRANCO, 209 5º ANDAR
191	JOSE MANSOUR	12/04/1961	RUA 14 DE JULHO, 764
192	ULYSSES A. ALMEIDA SERRA	12/04/1961	RUA 13 DE MAIO, 562
193	ALEXANDRE NACER	13/04/1961	RUA DO MANGUE, 249
194	JORGE NACER	13/04/1961	RUA 13 DE MAIO, 202
195	IRMAOS NEDER	29/04/1961	RUA 13 DE MAIO, 632
196	ARI CORVEIRA	29/04/1961	RUA 13 DE MAIO, 1945
197	JOSE BORGES DE BARROS	03/05/1961	RUA 14 DE JULHO, 1068
198	ROBERTO PEREZ	03/05/1961	RUA GAL RONDON, 896
199	JOSE JORGE CHACHA	04/05/1961	AV ANTONIO MARIA COELHO
200	VIVIEN NASSIN SAAD	04/05/1961	
201	DEBLE CURY NIMER	09/05/1961	
202	ANTONIO JOAO REZEK	09/05/1961	RUA 14 DE JULHO, 1711
203	KALIL ABRAO	09/05/1961	RUA 14 DE JULHO, 1180
204	VALTRUDES DE OLIVEIRA LIMA	10/05/1961	AV AFONSO PENA, 171
205	ORLANDO PEREIRA MALUF	13/05/1961	AV AFONSO PENA, 135
206	ANTONIO ABDO	15/05/1961	AV MATO GROSSO, 820
207	ELIAS SAAD	15/05/1961	RUA 14 DE JULHO, 326

208	JORGE K. DUAILIBI	15/05/1961	RUA MARACAJÚ, 732
209	KEMEL ABUHASSAM	18/05/1961	RUA MARACAJÚ, 301
210	ABDALLA SALOMAO	18/05/1961	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 787
211	WALDEPINO OLIVEIRA LIMA	19/05/1961	RUA RUI BARBOSA, 317-A
212	VALÉRIO CARLOS DA COSTA	31/05/1961	RUA 15 DE NOVEMBRO, 567
213	HERCULES MANDETTA	31/05/1961	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 654
214	HORÁCIO LEMOS	31/05/1961	AV ANTONIO MARIA COELHO, 655
215	ANTONIO ASSIS DE SOUZA	31/05/1961	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 170
216	SÉRGIO GONÇALVES SE EARP	31/05/1961	RUA DOM AQUINO, 1460
217	FUAD SALOMAO SAAD	05/06/1961	RUA RUI BARBOSA, 231
218	DURVAL COELHO BARBOSA	05/06/1961	RUA GAL RONDON, 971
219	AVEDIS SARIAN	06/06/1961	RUA DOM AQUINO, 540 – SOBRADO
220	JOAQUIM M. P. AZEVEDO	06/06/1961	RUA JOSÉ ANTONIO, 1075
221	AURO CORREIA COSTA	07/06/1961	RUA 14 DE JULHO, 779
222	HASSEN YASSIM	07/06/1961	RUA 14 DE JULHO, 829
223	ADOLPHO PEREIRA BARBOSA	08/06/1961	RUA DA CONSTITUIÇÃO, 1794
224	IVAN MORCIRA DO EGITO	10/06/1961	RUA CALOGERAS, 591
225	MIGUEL AMIN ABUHASSAN	10/06/1961	RUA MARACAJÚ, 301
226	JOÃO REZEK	15/06/1961	RUA ANTONIO MARIA COELHO, 637
227	MARIO EDSON BARROS	16/06/1961	RUA GAL RONDON, 547
228	JUSTINO M. L. AQUINO	16/06/1961	RUA MARACAJÚ, 155
229	KALIL JORGE	16/06/1961	RUA 14 DE JULHO, 849
230	HELIO OLIVEIRA SILVA	17/06/1961	RUA RUI BARBOSA, 1470
231	AGNOL DE OLIVEIRA	20/06/1961	RUA DOM AQUINO, 960
232	WADIH ESPER HADAD	21/06/1961	
233	DOMINGOS SILVA NANTES	28/06/1961	
234	OSVALDO SOGNINI	28/06/1961	RUA DR ARTUR JORGE
235	KLAUS H. OSKAR STUHVK	28/06/1961	AV MATO GROSSO, 280
236	NEIDE SALIM SAAD	07/08/1961	RUA 13 DE MAIO, 191
237	ROSA BERBARE SAAD	07/08/1961	RUA 13 DE MAIO, 191
238	ALFREDO WADIH CHAIA	07/08/1961	
239	LOURDES K. SAAD	07/08/1961	
240	SAMIA NASSIM SAAD	07/08/1961	
241	ALMIR MORAIS RIBEIRO	07/08/1961	AV AFONSO PENA, 1049
242	WALFRIDO M. RIBEIRO SABRINHO	07/08/1961	RUA DOM AQUINO, 1105
243	JOSE ANTONIO F. MORAES	07/08/1961	AV AFONSO PENA, 1049
244	ADEIR AVILA ANDRADE	07/08/1961	RUA RUI BARBOSA, 1315
245	JOÃO BATISTA FERNANDES	10/08/1961	AV ANTONIO MARIA COELHO, 590

246	FERNANDO AUGUSTO C. COSTA	10/08/1961	RUA 13 DE MAIO, 876
247	ALBERTO NEDER	10/08/1961	AV. AFONSO PENA, 1115
248	SALIM CURY	10/08/1961	AV CALOGERAS, 255
249	JACINTO VIEIRA PANIAGO	10/08/1961	RUA GAL RONDON, 1577
250	FRANCISCO A. PALHANDO	10/08/1961	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 1199
251	NEWTON SALVADOR GRANDE	10/08/1961	RUA 15 DE NOVEMBRO, 545
252	BRAULIO SECO THOME	10/08/1961	RUA DOM AQUINO, 450
253	JOAO EVANGELISTA PIRES NETO	10/08/1961	RUA DOM AQUINO, 718-C/4
254	WILLIAN CHEBEL DUAILIBI	10/08/1961	RUA GAL RONDON, 1308 C/4
255	ALBERTO JOSE ABRAO	10/08/1961	RUA MARACAJU, 163
256	OSCAR EMILIO KORNDORFFER	10/08/1961	RUA ARLINDO ANDRADE, 237
257	JULIO CEZAR BRANDAO SILVA	10/08/1961	RUA DOM AQUINO, ED. PUSCIAN
258	JOSE SIMABUCURO	10/08/1961	RUA DOM AQUINO, 49
259	MARCILIO O. LIMA	16/08/1961	AV AFONSO PENA, 559
260	OCTAVIO GONÇALVES GOMES	16/08/1961	AV AFONSO PENA, 770
261	ARINALDO ALVES PANIAGO	22/08/1961	RUA ANTONIO MARIA COELHO, 469
262	ABDALLA GEORGE ILEIMAN	22/08/1961	RUA 14 DE JULHO, 1148
263	NELSON ALVES DA SILVA	29/08/1961	RUA DOM AQUINO, 993
264	ALTIVO ALVES DE DEUS	12/09/1961	RUA 15 DE NOVEMBRO, 1040
265	ADELINE FERNANDES PEREIRA	12/09/1961	RUA 13 DE MAIO, 191
266	JOEL DIBO	15/09/1961	RUA 14 DE JULHO, 1476
267	IRMAOS NASSER	15/09/1961	RUA 14 DE JULHO, 1294
268	FRANCISCO BERTONI	20/09/1961	RUA 13 DE MAIO, 404
269	NAGIB RASLAN	20/09/1961	
270	ALMIR NADIM RASLAN	20/09/1961	RUA 13 DE MAIO, 693
271	PEDRO ALVES PACHECO	28/09/1961	
272	FUAD JALLAD	30/09/1961	RUA GAL RONDON, 494
273	ANTONIO SOARES PEREIRA	30/09/1961	RUA YJUCA PIRAMA, 62
274	ADIB ASSEF BUCINAIN	30/09/1961	RUA DR ARTHUR JORGE, 789
275	RORGER BUAINAIN	30/09/1961	RUA RUI BARBOSA, 900
276	FAUZI BUAINAIN	30/09/1961	RUA 14 DE JULHO, 1066 – SOBRADO
277	NORBERTO BAULIO O. SOUZA	27/10/1961	RUA RUI BARBOSA, 333
278	WALFRIDO FERREIRA AZAMBUJA	07/11/1961	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 547
279	MAGNO MARTINS COELHO	07/11/1961	RUA 13 DE MAIO, 375
280	LUDIO MARTINS COELHO	07/11/1961	RUA 13 DE MAIO, 375
281	ARISTOTELES FERREIRA	08/11/1961	RUA 15 DE NOVEMBRO, 939

282	NOBERTO RIBEIRO SOUZA	08/11/1961	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 811
283	ALADY ESCOBAR NUNES	09/11/1961	AV AFONSO PENA, 956
284	FELIPE CANTALICIO BALBRENAY	09/11/1961	RUA DOM AQUINO, 764
285	ALCIMUIRA BALBUENA	09/11/1961	RUA DOM AQUINO, 764
286	JOSE BUAINAIN	16/11/1961	RUA DA CONSTITUIÇÃO, 979
287	AURELIO MATOSINHO COSTA	17/11/1961	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 1177
288	NEWTON DE SOUZA	20/11/1961	RUA DOM AQUINO, 1310
289	MARCO ANTONIO J ABRAO	25/11/1961	RUA GAL RONDON, 1246
290	EDSON ABRAO	25/11/1961	RUA GAL RONDON, 1246
291	JOAO ABRAO JUNIOR	25/11/1961	RUA GAL RONDON, 1246
292	MARIO PEDRO C CALDAS	25/11/1961	RUA GAL RONDON, 1076
293	FERNANDO A A NOGUEIRA	25/11/1961	RUA RUI BARBOSA, 599
294	ALFREDO SAAD	25/11/1961	RUA RUI BARBOSA, 237
295	AGUIAR P DE SOUZA	30/11/1961	AV AFONSO PENA, 1233
296	JOSE PEREIRA S MARTINS	30/11/1961	AV AFONSO PENA, 1399
297	JAIRO MENDES CASTRO	30/11/1961	AV AFONSO PENA, 1095
298	MARIA ARMINDA C. PEREIRA	30/11/1961	
299	ETALIVIO PEREIRA MARTINS	30/11/1961	AV AFONSO PENA, 1101
300	SILAS PAES BARBOSA	01/12/1961	RUA GAL RONDON, 1591

Apêndice 3 – Relação dos imigrantes árabes pioneiros vindos para o estado de Mato Grosso no final do Século XIX e início do Século XX, segundo Assaf Trad.

1. Abdalla Jabur
2. Abdalla Malouf
3. Abrahão Bacca
4. Abrahão Baccache
5. Abrão Julio Rahe
6. Abrão Malouf¹⁷
7. Abrão Sauma
8. Acib Nacer
9. Adib Massad
10. Ahmad Ali Osman
11. Aikel Mansour
12. Alexandre Kalil Saad
13. Alfredo Bussan
14. Ali Mussa Hamie
15. Ali Youssef Saleha
16. Amin Haddad
17. Amin Iskander Nasser
18. Antonio Abdo
19. Antonio Abi Chacra
20. Antonio Buchacra
21. Antonio Daige
22. Antonio Gehá
23. Antonio Jallad
24. Assad Gehá
25. Assad Zamlutti
26. Assaf Filfili
27. Assef Buainain
28. Aziz Bubaid
29. Aziz Dahrouge
30. Aziz Gehá
31. Amim Scaff
32. Baracat Humaid
33. Bichada Dib
34. Canaan Gibaile
35. Cesar Massad
36. Cesar Metran
37. Chafic Lotfi
38. Chaim Baracat
39. Charles Lotfi
40. Chebel Dualibi
41. Chedid Anka
42. Cheker Haddad
43. Chicralla Baracat
44. Chicralla Daher
45. Chicre Calarge
46. Daoud Jarjura
47. Daúd Faiçal
48. Daúd Jarjura
49. Daud Jorge
50. David Rabban
51. Demetrio Jallad
52. Dib Abussafi
53. Dib Haikel Nemer
54. Dib Makoud
55. Dib Metran
56. Eduardo Contar
57. Elias Abrahão

¹⁷ Alcunhado Boca Chata

- | | |
|-------------------------------|-----------------------|
| 58. Elias Arabuled | 91. Hamad Haimur |
| 59. Elias Atalla | 92. Hamad Mussa Hamie |
| 60. Elias Bacha | 93. Ibrahim Abi Neder |
| 61. Elias Baracat | 94. Ibrahim Bacha |
| 62. Elias Calarge | 95. Ibrahim Boabaid |
| 63. Elias Daige | 96. Ibrahim Fattah |
| 64. Elias Garzuzi | 97. Ibrahim Ganem |
| 65. Elias Gazal | 98. Ibrahim Sauma |
| 66. Elias Gereiss | 99. Irmãos Gebara |
| 67. Elias Gibaile | 100. Iskandar Farah |
| 68. Elias Hamana | 101. Iskandar Saad |
| 69. Elias Nasser | 102. Jacob Maksoud |
| 70. Elias Nemer | 103. Joaquim Malouf |
| 71. Elias Sauma | 104. Jorge Abukalil |
| 72. Esper Buainain | 105. Jorge Adri |
| 73. Faiçal Rabban | 106. Jorge Buanain |
| 74. Felipe Dib | 107. Jorge Bubaid |
| 75. Felipe Jorge | 108. Jorge Haddad |
| 76. Felipe Azoury | 109. Jorge Jallad |
| 77. Felipe Cury | 110. Jorge Jaudi |
| 78. Felipe Dualib | 111. Jorge Massaruhá |
| 79. Felipe Orro | 112. Jorge Metran |
| 80. Felipe Saad e seus filhos | 113. Jorge Rumie |
| 81. Felix Gehá | 114. Jorge Saab |
| 82. Felix Naglis | 115. Jorge Salamene |
| 83. Feres Damous | 116. Jorge Salomão |
| 84. Feres Naglis | 117. José Abdul Nour |
| 85. Feres Tamous | 118. José Abrahão |
| 86. Fouad Jallad | 119. José Adez |
| 87. Ganem Ibrahim | 120. José Bubaid |
| 88. Gantuz Kalil | 121. José Chaim |
| 89. Habib Lotfi | 122. José Chedid |
| 90. Hamad Fattah | 123. José Daige |

- | | | | |
|------|----------------------|------|-------------------------|
| 124. | José Dib | 157. | Melhem Saad |
| 125. | José Duailibi | 158. | Michel Baruki |
| 126. | José Elias Bueri | 159. | Michel Nasser |
| 127. | José Geleilate | 160. | Miguel Abi Neder Malouf |
| 128. | José Gerassate | 161. | Miguel Abrahão |
| 129. | José Gibaile | 162. | Miguel Abud |
| 130. | José Haddad (Cuiabá) | 163. | Miguel Assaf |
| 131. | José Jaudi | 164. | Miguel Ayoub |
| 132. | José Kfoury | 165. | Miguel Bubaid |
| 133. | José Lotfi | 166. | Miguel Bussan |
| 134. | José Makfous Maksoud | 167. | Miguel Damous |
| 135. | José Miguel Ouriveis | 168. | Miguel Dib |
| 136. | José Name Budib | 169. | Miguel Gattass Orro |
| 137. | José Nasser | 170. | Miguel Hamana |
| 138. | José Nassif Abdelnur | 171. | Miguel Jabour |
| 139. | José Orro | 172. | Miguel Karrat |
| 140. | José Rachid | 173. | Miguel Lotfi |
| 141. | José Salamene | 174. | Miguel Saab |
| 142. | José Saleibi | 175. | Miguel Salamene |
| 143. | José Scaff | 176. | Miguel Saweia |
| 144. | José Sergani | 177. | Miguel Scaff |
| 145. | José Zattar | 178. | Miguel Seruji |
| 146. | Julião Malouf | 179. | Miguel Zattar |
| 147. | Julião Malouf | 180. | Mohamad Ali El Salla |
| 148. | Karakat Humaid | 181. | Mohamad Fattah |
| 149. | Karim Bacha | 182. | Mohamad Mussa Beghaiche |
| 150. | Khalil Gazal | 183. | Mohamad Omar |
| 151. | Khalil Malouf | 184. | Mohamad Said Bazzi |
| 152. | Klalil Salamene | 185. | Moises Jallad |
| 153. | Maria Daige | 186. | Moyses Dahrouge |
| 154. | Massoud Chaim Asseff | 187. | Moyses Sadalla |
| 155. | Melhem Abud | 188. | Mussa Jallad |
| 156. | Melhem Lotfi | 189. | Nader Malouf |

190.	Nadra Malouf	221.	Salim Nabhan
191.	Nagib Bacarat	222.	Salim Neder
192.	Nagib Baruki	223.	Salim Saad
193.	Nagib Dualibi	224.	Salomão Abrahão
194.	Nagib Maksoud	225.	Salomão Abud
195.	Nagib Metran	226.	Salomão Jabour
196.	Nagib Orro	227.	Salomão Saad
197.	Nassif Damous	228.	Salomão Sauma
198.	Naun Saliba	229.	Saulo Karrat
199.	Nemir Baracat	230.	Sleiman Saad
200.	Newtalla Abrahão	231.	Spip Calarge
201.	Nicola Kamis	232.	Toufic Geraissate
202.	Nicola Massaruhá	233.	Toufic Jallad
203.	Nicolau Fakhoury	234.	Tufic Baruki
204.	Nicolau Malouf	235.	Tufic Massaruhá
205.	Nicolau Rabay	236.	Wadih Adri
206.	Pedro Abukalil	237.	Wadih Barbauil
207.	Pedro Yazbek Saab	238.	Wadih Baruki
208.	Raad Jarjura	239.	Wadih Buainain
209.	Rachid Massad	240.	Wadih Haddad (Cuiabá)
210.	Rachid Neder	241.	Wadih Jallad
211.	Ramão Yazbek Saab	242.	Wadih Kassuf
212.	Said Rabban	243.	Wadih Massad
213.	Salim Abi	244.	Wadih Rumie
214.	Salim Abi Neder	245.	Yacoub Makspus
215.	Salim Baracat	246.	Youssif Anka Youssef Zattar
216.	Salim Buanain	247.	Zacaria Bacha
217.	Salim Duailibi	248.	Zuhair Rabba
218.	Salim Hamana		
219.	Salim José		
220.	Salim Malouf ¹⁸		

27 Considerado como cônsul espiritual dos libaneses de Campo Grande.

Apêndice 4 - Composição das diretorias do Clube Libanês desde a sua fundação.

1. Diretoria eleita para o ano de 1954

Presidente - Salim Maluf
Vice-Presidente - Newtalla Sadalla
1º Secretário - Professor Nagib Raslan
2º Secretário - Major José Saab
1º Tesoureiro - Salim Melke Saad
2º Tesoureiro - Manoel Rasselen
Diretor Cultural - Assaf Trad
Diretor Esportivo - Felix Orro

Conselho Deliberativo e Fiscal

Aikel Mansour - Assef Buainain - Alfredo Saad - Antonio Makaron - José K. Dualibi - José Nasser - Nassif El Daher - Salim Bumerched.

Conselho de Sindicância

Chafic Nimer - Hauf Chedid - Fuad Maluf

2. Diretoria eleita para o ano de 1957

Presidente - Newtalla Sadalla
Vice-Presidente - Miguel Seba
1º Secretário - Major José Saab
2º Secretário - Assaf Trad
1º Tesoureiro - Salim Melke Saad
2º Tesoureiro - Manoel Rasselen
Diretor Social - Fauze Maluf
Diretor Cultural - professor Nagib Raslan
Diretor de Assistência Social - Dr. Wilian Maksoud
Diretor Esportivo - Felix Antonio Orro

Conselho Consultivo e Fiscal

Dr. Roger Buanain, Rachid Neder, Rezek Dualibi, Aikel Mansour, Elias Catan, Natalio Abrão Alfredo Saad, José K. Dualibi, Nassif el Daher, Salim Bumerched.

Conselho de Sindicância

Chafic Nimer, Aziz Orro e Alexandre Saad.

3. Diretoria eleita para o ano de 1958.

Presidente - Newtalla Sadalla
Vice-presidente - Fauze Maluf
1º Secretário - João Abrão.
2º Secretário - Nagib Raslan
1º Tesoureiro - Salim Melke Saad
2º Tesoureiro - Manoel Rasselen

Diretor Social - Jorge Duailibi
Diretor Cultural - Dr. Roger Buanain
Diretor de Assistência Social - Dr. Wilian Maksoud
Diretor Esportivo - Abdalla El Khoury

Conselho Consultivo e Fiscal

Major José Saab, Antonio Abdo, Rachid Neder, Nassif El Daher, Nelson Seba, Aikel Mansour, José K. Dualibi, Elias Catan, Natalio Abrão E Alfredo Saad.

Conselho de Sindicância

Chafic Nimer, Aziz Orro E Alexandre Saad.

4. Diretoria eleita para o biênio 1959/1960.

Presidente - Aikel Mansour
1º Vice-Presidente - Michel Nasser
2º Vice-Presidente - Aziz Moacar Orro
1º Secretário - Assaf Trad.
2º Secretário - Dr. Assafi Dib
1º Tesoureiro - Natálio Abrão
2º Tesoureiro - Alfredo Saad
Diretor Social - Nagib Assef Buanain
Diretor Cultural - Nacif El Daher
Diretor De Assistência Social - Dr. Wilian Maksoud
Diretor Esportivo - Abdalla El Khoury

Conselho consultivo e fiscal

Newtalla Sadalla, Elias Catan, Salim M. Saad, Major José Saab, Carmo Jabour, Jamil Damus, Jorge K. Duailibe, Nadra Jeher, Abdalla Salomão E João Rezek.

Conselho de sindicância

João Abrão, Nelson Seba E Nasim Saad.

Suplentes:

ALEXANDRE K. SAAD, JOSÉ K. DUALIBE E PERES A. ORRO.

5. Diretoria eleita para o biênio 1961/1962:

Presidente - Aikel Mansour
1º Vice-Presidente - João Abrão
2º Vice-Presidente - Jorge K. Duailibi
1º Secretário - Assaf Trad.
2º Secretário - Aref Chedid

1º Tesoureiro - Alfredo Saad
2º Tesoureiro - Abdalla El Khoury
Diretor Social - Nelson Seba
Diretor Cultural - Nagib Rasslen
Diretor De Assistência Social - Dr. Wilian Maksoud
Diretor Esportivo - Natalio Abrão

Conselho consultivo e fiscal

Mario Brizola Ferreira, Michel Nasser, Carmo Jabour, Italivio Coelho, Major José Saab, Abdalla Salomão, Nassif El-Daher, Newtalla Sadalla, Salim M. Saad E, Jorge Nadra Geha.

Conselho de sindicância

Alcindo Gasparini, Avedis Sarian E Nasim Saad.

Suplentes:

Alexandre K. Saad, Dr. Assafi Dib E Elias Catan.

6. Diretoria eleita para o biênio 1963/1964:

Presidente - Aikel Mansour
1º Vice-Presidente - João Abrão
2º Vice-Presidente - Jorge K. Duailibi
1º Secretário - Assaf Trad.
2º Secretário - Aref Chedid
1º Tesoureiro - Alfredo Saad
2º Tesoureiro - Jorge Sayegh
Diretor Social - Elias Ferzeli
Diretor Cultural - Nagib Raslan
Diretor De Assistência Social - Dr. Wilian Maksoud
Diretor Esportivo - Natalio Abrão

Conselho consultivo e fiscal:

Mario Brizola Ferreira, Michel Nasser, Carmo Jabour, Italivio Coelho, Coronel José Saab, Abdalla Salomão, Nassif El-Daher, Newtalla Sadalla, Salim M. Saad E, Jorge Nadra Geha.

Conselho de sindicância:

Alcindo Gasparini, Avedis Sarian E Nassim Saad.

Suplentes:

Alexandre K. Saad, Emil El-Sakki E Elias Catan.

7. Diretoria eleita para o biênio 1965/1966:

Presidente - João Abrão

1º Vice-Presidente - Michel Nasser

2º Vice-Presidente - Jorge Rahe

1º Secretário - Aref Chedid

2º Secretário - Nagib Raslan

1º Tesoureiro - Nelson Benedito Netto

2º Tesoureiro - João Pereira Guimarães Netto.

Diretor Social - Nagib Assef Buainain

Diretor Cultural - Guilherme Yule Bais

Diretor De Assistência Social - Carlos Alberto Jurgielewicz

Diretor Esportivo - Milton Cox

Conselho consultivo e fiscal:

Abdala Salomão, Abdala El-Koury, Aikel Mansour, Alfredo Saad, Avedis Sarian, Jamil Naglis, Jorge Zahran, Newtala Sadala E Rene Neder.

Conselho de sindicância:

Danilo Mandetta, Homero De Castilho E João Spip Calarge

Suplentes:

Jorge Nadra Jeha, José Eluf E Willian Duailibi.

8. Diretoria eleita para o biênio 1966/1967:

Presidente - Fauze Scaff Gattass

1º Vice-Presidente - Eduardo Contar Filho

2º Vice-Presidente - Avedis Balabanian

1º Secretário - Nelson Seba

2º Secretário - Mario Brisola Ferreira

1º Tesoureiro - Alfredo Saad

2º Tesoureiro - Jorge Sayegh

Diretor Social - Elias Ferzeli, José Eluf, Abdalla Duailibi.

Diretor De Assistência Social - Nagib Assef Buainain

Conselho consultivo e fiscal:

Aikel Mansour, Guilherme Yule Bais, Haref Salomão Chedid, Homero Castilho, João Abrão, João Pereira Guimarães Neto, Nagib Raslan, Jorge Elias Zahran, Michel Nasser E Newtalla Sadalla.

Conselho de sindicância:

Abdalla Georges Sleiman, Onésimo De Mello E Wilson Orro.

Suplentes:

Fauze Maluf, Omar Raslan E Abdalla José Jallad.

9. Diretoria eleita para o biênio 1968/1969:

Presidente - Dr. Fauzi Adri

Vice-Presidente - Sr. Elias Ferzeli

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Scaff

1º Secretário - Dr. Fuad Anache

2º Secretário - Dr. Orlando Maluf

1º Tesoureiro - Dr. Assafi Dib

2º Tesoureiro - Sr. Paulo Siufi

Diretor social - Dr. Julio Nimer

Sr. Antonio Maluf

Diretor cultural - Dr. Eduardo Contar Filho

Dr. Abrão Razuk

Diretor esportivo - Dr. Clodoaldo Huguene Sobrinho

Diretor Assistência Social - Dr. Carlos Alberto Jurgielewicz.

Diretor Relações Públicas - Cel. Idálio de Oliveira Alves

Diretor de Propaganda - Sr. Jorge Sayegh

Orador Oficial - Dr. Jorge Siufi.

Conselho consultivo e fiscal:

Aikel Mansour, Newtalla Sadalla, João Abrão, Alfredo Saad, Mario Brisola Ferreira, Michel Nasser, Homero de Castilho, Guilherme Yule O. Baís, Jorge Zahran, Natálio Abrão, Cel. José Saab, Américo Zeola, Haraf Salomão Chedid, Avedis Sarian, Nerone Maiolino, Nagib Raslan, Evangelo Vavas, João Rezek, Alcindo Gasparini, Nassif el Daher, Sadalla El Koury, Abdalla G. Sleiman, Assaf Trad, Nelson Seba, Michel Baccach e Miguel Abuhassan.

10. Diretoria eleita para o biênio 1969/1970:

Presidente - Dr. Fauzi Adri

Vice-Presidente - Sr. Elias Ferzeli

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Scaff

1º Secretário - Dr. Fuad Anache

2º Secretário - Dr. Orlando Maluf

1º Tesoureiro - Dr. Assafi Dib

2º Tesoureiro - Sr. Paulo Siufi

Diretoria social - Dr. Julio Nimer e Sr. Antonio Maluf

Diretoria cultural - Dr. Eduardo Contar Filho e Dr. Abrão Razuk

Diretor esportivo - Dr. Clodoaldo Huguene Sobrinho

Diretor Assistência Social - Dr. Carlos Alberto Jurgielewicz.

Diretor Relações Públicas - Cel. Idálio de Oliveira Alves

Diretor de Propaganda - Sr. Jorge Sayegh

Orador Oficial - Dr. Jorge Siufi.

Conselho consultivo e fiscal:

Aikel Mansour, Newtalla Sadalla, João Abrão, Alfredo Saad, Mario Brisola Ferreira, Michel Nasser, Homero de Castilho, Guilherme Yule O. Baís, Jorge Zahran, Natálio Abrão, Cel. José Saab, Américo Zeola, Haraf Salomão Chedid, Avedis Sarian, Nerone Maiolino, Nagib Raslan, Evangelo Vavas, João Rezek, Alcindo Gasparini, Nassif el Daher, Sadalla El Koury, Abdalla G. Sleiman, Assaf Trad, Nelson Seba, Michel Baccach e Miguel Abuhassan.

11. Diretoria eleita para o biênio 1971/1972:

Presidente - Dr. Alfredo Scaff
Vice-Presidente - Sr. Rubens Salim Saad
Vice-Presidente - Dr. Marcelo Geraldo Trad
Secretário - Dr. Ricardo Trad
1º Tesoureiro - Sr. Ibrahim Kalil Zaher
2º Tesoureiro - Sr. Jamil Bacha
Diretor social - Sr. Antonio Issa Nahas
Dr. Pierre Adri
Diretor cultural - Dr. Ricardo Duailibi
Diretor esportivo - Sr. Elias Ferzeli
Diretor patrimonial - Munir Mauro Contar
Orador Oficial - Dr. Jorge Antonio Siufi.

Conselho consultivo e fiscal:

João Abrão, Alfredo Saad, Dr. Fauzi Adri, Aikel Mansour, Newtalla Sadalla, João Abrão, Alfredo Saad, Mario Brisola Ferreira, Michel Nasser, Homero de Castilho, Guilherme Yule O. Baís, Jorge Zahran, Natálio Abrão, Cel. José Saab, Américo Zeola, Haraf Salomão Chedid, Avedis Sarian, Nerone Maiolino, Nagib Raslan, Evangelo Vavas, João Rezek, Alcindo Gasparini, Nassif el Daher, Sadalla El Koury, Abdalla G. Sleiman, Assaf Trad, Nelson Seba, Michel Baccach e Miguel Abuhassan.

12. Diretoria eleita para o biênio 1973/1974:

Presidente - Dr. Elias Ferzeli
Vice-Presidente - Dr. Fuad Anache
Vice-Presidente - Dr. Alfredo Scaff
1º Secretário - Antonio Issa Nahas
2º Secretário - Dr. Eduardo Rezek
1º Tesoureiro - José Mansour
2º Tesoureiro - Ibrahim Kalil Zaher
Diretoria social - Gazi Dohrouge, Tarek Yassim, Dr. Mario João Domingues e Alberto Abdo.
Diretor cultural - Dr. César Maksoud
Diretor esportivo - Sr. Elias Saliba
Diretor de Assistência Social - Dr. Fauzi Adri
Diretor patrimonial - Abdala Sleiman

Conselho consultivo e fiscal:

Nerone Maiolino, Carmo Jabour, Cel. José Saab, Abdalla El Koury, Jorge Sayegh, Antonio Rezek, Salim Saad, Zmérico Zeola, Anes Salim Saad, Ibraim Tanous, Alfredo Saad, Avedis Sarian, Ali Kalil Zaher, João Abrão, Dr. Pierre Adri, Namil El Daher, Dr. Abrão Razulk,

Jorge Zahran, Chafic Ferzelli, Nagib Raslan, Newtala Sadala, Fauze Maluf, Armem Chinzerian, Kalil Abrão, Paulo Siufi, Dr. Marcelo Trad e Jorge Rahe.

13. Diretoria eleita para o biênio 1975/1977:

Presidente - Dr. Elias Ferzelli

1º Vice-Presidente - Dr. Fuad Anache

2º Vice-Presidente - Dr. Abdalla Georges Sleiman

1º Secretário - Antonio Issa Nahas

2º Secretário - Dr. Julio Nimer

1º Tesoureiro - Ibrahim Kalil Zaher

2º Tesoureiro - José Mansour

Diretor cultural - Dr. César Maksoud

Diretor de propaganda - Jorge Sayegh

Diretor de Assistência Social - Dr. Samuel Chaia

Diretor de Patrimônio - Carlos Alberto Abdo

Diretoria Social - Dr. Antonio K. Sadalla, Dr. Raul Tarek Fagure e Luis Chacha.

Conselho de Sindicância:

Tarek Yassin, Assef Razuk, Dr. Jorge Rezek. Suplentes = Srs. José Eluf, Dr. Pierre Adri e Abdul Karmim Omais.

Conselho consultivo e fiscal:

Jorge Duailibi, Aikel Mansour, Antonio Rezek, Dr. Anees Salim Saad, Antonio Rahe, João Abrão, Dr. Fauzi Adri, Newtalla Sadalla, Avedir Sarian, Issa Ferzelli, Salim Saad, Dr. Jorge Haddad, Abdo Salomão, Nassif El Daher, Américo Zeola, Alfredo Saad, Ricardo Saddi, Adib Anache, Eduardo Contar, Jorge Tannous, Carmo Jabour, José Lahdo, Jorge Zahran, Paulo Siufi, Aref Chedid, Dr. Marcello Trad, Fauze Maluf, João Rezek, Cel. José Saab e Dr. Ricardo Duailibi.

14. Diretoria eleita para o biênio 1978/1979:

Presidente - Elias Ferzelli

1º Vice-Presidente - Ibrahim Kalil Zaher

2º Vice-Presidente - Samir Abud

1º Secretário - Antonio Issa Nahas

2º Secretário - Julio Nimer

1º Tesoureiro - David Haddad Neto

2º Tesoureiro - Jorge Sayegh

Diretor social - Jorge Haddad

Diretor Esportivo - Elias Saliba e Alberto Saad Coppola

Diretor Cultural - Cezar Maksoud

Diretor de Assistência Social - Abdul Karim Omais

Conselho de Sindicância Efetiva

Fuad Anache, Antonio Sadalla e Alfredo Nimer.

Suplentes:

Ricardo Saddi, Aniz Ferzelli e Abdalla Georges Sleiman

Conselho fiscal

Abdalla El Cury, Abdo Salomão, Alfredo Saad, Américo Zeola, Anees Salim Saad, Antonio Maluf, Antonio Rezek, Aref Chedid, Assaf Trad, Carmo Jabour, Chafic Ferzeli, Eduardo Contar, Fauze Maluf, Fauze Adri, Felipe Nimer, Ibraim Tanous, Issa Ferzeli, João Abrão, Jorge Duailibi, Jorge Rahe, José Eluf, José Mansur, Kalil Jorge, Luis Malpici da Silva, Michel Nasser, Miguel Buassan, Nacif El Daher, Nagib Assef Buanain, Newtalla Sadalla e Rubens Salim Saad.

15. Diretoria eleita para o biênio 1980/1981:

Presidente - Elias Ferzelli

1º Vice-Presidente - Ibrahim Kalil Zaher

2º Vice-Presidente - Samir Abbud

1º Secretário - Antonio Issa Nahas

2º Secretário - Julio Nimer

1º Tesoureiro - Mário S. Duailibi

2º Tesoureiro - Jorge Sayegh

Diretor social - Ricardo Saddi, Emilio El Questa, Fayez José Rizk e Alberto Saad Coppola

Diretor Cultural - Cezar Maksoud

Diretor de Assistência Social - Abdo Karim Omais

Diretor Esportivo – Elias Saliba.

Conselho de Sindicância Efetiva

Jorge Haddad, Jorge Rezek, Pierre Adri e Abdalla J. Sleiman.

Suplentes

David Haddad Neto, Jorge Nadra Jeha, Antonio K. Sadala.

Conselho fiscal

Abdalla El Cury, Alfredo Saad, Anees Salim Saad, Raul T. Fajouri, Carmo Jabour, Fauze Maluf, Felipe Nimer, Issa Ferzeli, José Eluf, Kalil Jorge, Miguel Abuhassan, Aref Chedid, Américo Zeola, Chafic Ferzelli, Mamed Hassem, José Eduardo Contar Filho, Fauzi Adri, João Abrão, Michel Nasser, Nagib Raslan, José Mansour, Nassif El Daher, Newtalla Sadalla e Fuad Anache.

16. Diretoria eleita para o biênio 1982/1983:

Presidente - Abdalla Georges Sleiman

1º Vice-Presidente - Mario Duailibi

2º Vice-Presidente - Elias Ferzeli

1º Secretário - Antonio Issa Nahas

2º Secretário - George Hage

1º Tesoureiro - Samir Aboud

2º Tesoureiro - Ibrahim Zaher

Diretor social - Miriam Yones

Diretor Cultural - Paulo Simões Correa Filho

Diretor de Assistência Social - George Sayegh

Diretor Esportivo – Elias Saliba e Pierre Adri.

Conselho de Sindicância Efetiva

Helio Dib, Abdul Karim Omais e David Haddad.

Suplente

Fauze Maluf, Antonio Maluf e Américo Zeola.

Conselho fiscal

Abdalla El Cury, Adib Abdo, Alfredo Saad, Anees Salim Saad, Antonio Rezek, Anuar Salamene, Aref Chedid, Cezar Maksoud, Chafic Ferzelli, Eduardo Contar Filho, Fauze Adri, Fuad Anache, Gabriel Abrão, Humberto Neder, Issa Ferzelli, Ibrahim Tannous, João Abrão, Jorge Jeha, Jorge Rahe, Jorge Siufi, Jorge Tannous, Jorge Zahran, José Mansour, João Roberto Abuhassan, José Rolim, Khalil Jorge, Khalil Zaidan, Luiz G. Malpici, Mamede k. Zaher, Maurice Yones, Nabih Zaidan, Nagib Buainain, Nagib Raslan, Natalio Abrão, Nassif El Daher, Nelson Trad e Rubens S. Saad.

17. Diretoria eleita para o biênio 1984/1985:

Presidente - Abdalla Georges Sleiman

1º Vice-Presidente - Mario Duailibi

2º Vice-Presidente - Ibrahim Khali Zaher

1º Secretário - Antonio Issa Nahas

2º Secretário - George Hage

1º Tesoureiro - Maurice Yunes

2º Tesoureiro - Willian C. Dualibi

Diretor de Patrimônio - Raul Tarek Fajuri

Diretor Social - Victor Ferzelli

Diretor Cultural - Cezar Maksoud

Diretor de Assistência Social - George Sayegh

Diretor Esportivo – Elias Saliba

Conselho de Sindicância

Elias Ferzelli, Abdul Karim Omais e Mamede Khalil Zaher.

Suplentes

David Haddad, Jorge Rezek e Antonio Maluf.

Conselho fiscal

Anees Salim Saad, Antonio Rezek, Anuar Salamene, Aref Chedid, Benjamim Chaia, Chafic Ferzelli, Eduardo Contar Filho, Emile El Saddy, Fauze Adri, Fauze Maluf, Fuad Anache, Gabriel Abrão, Humberto Neder, Issa Ferzelli, João Abrão, Jorge Jeha, Jorge Rahe, Jorge Siufi, Jorge Tannous, Jorge Zahran, José Mansour, João Roberto Abuhassan, Khalil Jorge, Nabih Zaidan, Nagib Buainain, Nagib Raslan, Natalio Abrão, Nassif El Daher, Samuel Chaia, Nelson Trad e Rubens S. Saad.

18. Diretoria eleita para o biênio 1986/1987:

Presidente - Abdalla Georges Sleiman

1º Vice-Presidente - Mario Duailibi

2º Vice-Presidente - Annes Salim Saad

1º Secretário - Cezar Maksoud

2º Secretário - George M. Hage
1º Tesoureiro - Hedil Amado Felício
2º Tesoureiro - Maurice Yunes
Diretor de Patrimônio - Aniz C. Ferzeli
Diretor Social - Assafi Dib Abussafi
Diretor Cultural - Munir Sayegh
Diretor de Assistência Social - George Sayegh
Diretor Esportivo – Elias Saliba

Conselho de Sindicância

Elias Ferzelli, Abdul Karim Omais e Jorge Rezek

Suplentes

Daud Haddad Neto e Mohamed Zaher.

Conselho fiscal

Anees Salim Saad, Antonio J. Rezek, Anuar Salamene, Benjamim Chaia, Chafic Ferzelli, Eduardo Contar Filho, Emil El Saddy, Elias Ferzeli, Fauze Adri, Fauze Maluf, Fuad Anache Gabriel Abrão, Haref. S. Chedid, Humberto Neder, Issa Ferzelli, João Abrão, Jorge Jeha, Jorge Siufi, Jorge Elias Zahran, José M Chamoun, José Mansour, Michel C. Ferzeli, Nagib Buainain, Nagib Raslan, Nelson Trad e Samuel Chaia.

19. Diretoria eleita para o biênio 1988/1989:

Presidente de Honra= Jorge Elias Zahran

Presidente - Abdalla Georges Sleiman

1º Vice-Presidente - Mario Duailibi

2º Vice-Presidente - Mohamed Zaher

1º Secretário - Cezar Mafus Maksoud

2º Secretário - Georges Mansour Hage

1º Tesoureiro - Hedil Amado Felício

2º Tesoureiro - Maurice Yunes

Diretor de Patrimônio - Elias Makaroun Neto

Diretoria Social - Aniz Chafic Ferzeli, Assaf Dib Abussafi, Haroldo Abussafi Figueiró, Jorge Abrão Baccach Neto, Munir Sayegh, Elias Saliba e José Luiz Saad Copola

Diretor Cultural - Munir Sayegh

Diretor Esportivo – Georges El Sayegh

Conselho de Sindicância

Elias Chafic Ferzelli, Ibrahim K. Zaher e Jorge João Rezek.

Suplentes

Abdul Karim Omais e Daud Haddad Neto.

Conselho deliberativo

Anees Salim Saad (Presidente), Antonio João Rezek, Anuar Salamene, Benjamim Chaia, Chafic Ferzelli, Eduardo Contar Filho, Emilio El Saddy, Farid Jamil Georges, Fauze Adri, Fauze Maluf, Fuad Anache, Gabriel Abrão, Haref. S. Chedid, Humberto Neder, Ibrahim M. Tanous, Issa Ferzelli, Nicola Ferzeli, João Abrão, João Roberto Abuhassan, Jorge Nadra Jeha, Jorge Siufi, Jorge Mussa Tuma, José Moussa Chamoun, Mahfuz Kadri, Michel Chafic

Ferzeli, Nagib Buainain, Nagib Raslan, Nelson Trad, Rubens Salim Saad, Samir Nammoura e Samuel Chaia.

20. Diretoria eleita para o biênio 1990/1991:

Presidente de Honra = Jorge Elias Zahran
Presidente = Abdalla Georges Sleiman
1º Vice-Presidente = Anees Salim Saad
2º Vice-Presidente = Anis Ferzelli
1º Secretário = Elias Makaroun Neto
2º Secretário = Joseph G. Sleiman
1º Tesoureiro = Hedil Amado Felício
2º Tesoureiro = Paulo Siufi Jr.
Diretor de Patrimônio = Elias Saliba
Diretor Social = Assaf Dib Abussafi
Diretor Cultural = Cezar Maksoud
Diretor Esportivo – José Luiz Saad
Diretor de Assistência Social – Georges El Sayegh.

Conselho Fiscal

Elias Chafic Ferzelli, Adib Anache, Maurice Younes.

Suplentes

Abdul Karim Omais e Jorge João Rezek.

Conselho deliberativo

Antonio João Rezek, Anuar Salamene, Benjamim Chaia, Chafic Ferzelli, Eduardo Contar Filho, Emilio El Saddy, Farid Jamil Georges, Fauze Adri, Roberto Elias Saad, Fuad Anache, Gabriel Abrão, Haref. S. Chedid, Humberto Neder, Ibrahim M. Tanous, Issa Ferzelli, Nicola Ferzeli, João Abrão, João Roberto Abuhassan, Jorge Nadra Jeha, Jorge Siufi, Jorge Mussa Tuma, José Moussa Chamoun, Mahfuz Kadri, Michel Chafic Ferzeli, Nagib Buainain, Nagib Raslan, Nelson Trad, Rubens Salim Saad, Samir Namoura, Fadel Younes, René Sayegh e Samuel Chaia.

21. Diretoria eleita para o biênio 1992/1993:

Presidente de Honra - Jorge Elias Zahran
Presidente - Abdalla Georges Sleiman
1º Vice-Presidente - Anis Ferzelli
2º Vice-Presidente - Assaf Dib Abussafi
1º Secretário - José Luiz S. Coppolla
2º Secretário - Fauze Rezek
1º Tesoureiro - Hedil Amado Felício
2º Tesoureiro - Georges M. Hage
Diretor de Patrimônio - Alberto S. Coppola
Diretor Social - Edgar José Scaff
Diretor Cultural - Issa Ferzelli
Diretor Esportivo - Elias Saliba
Diretor de Assistência Social – Georges El Sayegh.

Conselho Fiscal

Elias Makaron Neto, Victor Ferzeli e Celso Chaia.

Suplentes

Jorge Abrão Baccach Neto e Michel Tannous.

Conselho deliberativo

Antonio João Rezek, Anuar Salamene, Benjamim Chaia, Chafic Ferzeli, Eduardo Contar Filho, Emilio El Saddy, Fadel Younes, Farid Jamil Georges, Fauze Adri, Fuad Anache, Gabriel Abrão, Haref. S. Chedid, Humberto Neder, Ibrahim M. Tanous, Issa Ferzeli, Nicola Ferzeli, João Abrão, João Roberto Abuhassan, Jorge Nadra Jeha, Jorge Siufi, Jorge Mussa Tuma, José Moussa Chamoun, Mahfuz Kadri, Michel Chafic Ferzeli, Nagib Buainain, Nelson Raslan, Nelson Trad, Roberto Elias Saad, Rubens Salim Saad, Samir Namoura, Fadel Younes e Samuel Chaia.

22. Diretoria eleita para o biênio 1993/1995:

Presidente - Anis Chafic Ferzeli

1º Vice-Presidente - José Luiz Saad Coppola

2º Vice-Presidente - Hedil Amado Felício

1º Secretário - Elias Makaron Neto

2º Secretário - Fauze Rezek

1º Tesoureiro - Joseph Moussa Chamoun

2º Tesoureiro - Alberto Saad Coppola

Diretor de Patrimônio - Assaf Dib Abussafi

Diretor Social - Miriam Dualibi Younes

Diretor Cultural - Issa Nicola Ferzeli

Diretor Esportivo – Elias Youssef Saliba

Diretor de Assistência Social – Georges El Sayegh.

Conselho Fiscal

Jorge Abrão Baccach Neto, Victor Ferzeli, Eduardo F. Cruz, Munir Sayegh e Michel Tannous.

Conselho deliberativo

Elias Chafic Ferzeli, Benjamim Chaia, Antonio João Rezek, Benjamim Chaia, Chafic Nicola Ferzeli, Eduardo Contar Filho, Emilio El Saddy, Fuad Anache, João Abrão, Mario Duailibi, Jamil Naglis, Adib Anache, Georges Saliba, Jorge João Rezek, Haref. S. Chedid, João Abrão, Paulo Siufi Jr., Ibrahim Kalil, Nelson Nachif, Emile El Saddi, René Siufi, Nelson Trad, Roberto Razuk, Ghandi Jamil, Jorge Zahran, Fabio Zahran, Pierre Adri.

23. Diretoria eleita para o biênio 1995/1997:

Presidente - José Luiz Saad

1º Vice-Presidente - Edil Amado Felício

2º Vice-Presidente - Elias Makaroun Neto

1º Secretário - Alberto Saad Coppola

2º Secretário - Fayez José Rizk

1º Tesoureiro - Abdalla Georges Sleiman

2º Tesoureiro - Mario Duailibi
Diretor cultural Mirian Duailibi
Diretor esportivo – Elias Saliba
Diretor de propaganda - Jorge Sayegh
Diretor de Assistência Social - George El Sayegh
Diretor de Patrimônio - Assaf Dib
Diretor Social Victor Ferzeli

Conselho Fiscal

Elias Makaroun Neto, Paulo Siufi Jr.

Suplentes

Munir Sayegh e Michel Tannous.

Conselho deliberativo

Elias Chafic Ferzeli, Benjamim Chaia, Fuad Anache, Antonio João Rezek, Haref. S. Chedid, João Abrão, Mirian Duailibi, Maurício Younes, Jorge Hage, Nelson Trad, Roberto Saad, Jamil Naglis, Roberto Razuk, Ghandi Jamil, Elias G. Dib, Fabio Zahran, Pierre Adri, Adib Ferzeli, Jorge Saliba, Jorge Rezek, Jorge Siufi, Ibrain Zaher, Mohamed Zaher, Cezar Maksoud, Chafic Nicola Ferzelli, Emilio El Saddy, Rene Siufi, Emile El Saddi, Pedro Albino C. Pedra, Elias Saad e, Carlos Nahas,

24. Diretoria eleita para o biênio 1998/2000:

Presidente de Honra - Jorge Elias Zahran
Presidente - José Luiz Saad
1º Vice-Presidente - Abdalla G. Sleiman
2º Vice-Presidente - Hedil Amado Felício
1º Secretário - Alberto Saad Coppola
2º Secretário - Fayez José Rizk
1º Tesoureiro - Ibrahin Khalil Zaher
2º Tesoureiro - Marco Mansour
Diretor cultural - Munir Sayegh
Diretor esportivo – Elias Makaroun Neto
Diretor de Assistência Social - George El Sayegh
Diretor de Patrimônio - Assaf Dib
Diretor Social - Nagib Saad

Conselho Fiscal

Elias Makaroun Neto e Paulo Siufi Jr.

Suplentes

Anees Salim Saad e Michel Tannous.

Conselho deliberativo

Elias Chafic Ferzeli, Benjamim Chaia, Fuad Anache, Antonio João Rezek, Haref. S. Chedid, João Abrão, Mirian Duailibi, Maurício Younes, Jorge Hage, Nelson Trad, Roberto Saad, Jamil Naglis, Roberto Razuk, Ghandi Jamil, Elias G. Dib, Fabio Zahran, Pierre Adri, Adib Ferzeli, Jorge Saliba, Jorge Rezek, Jorge Siufi, Ibrain Zaher, Mohamed Zaher, Cezar

Maksoud, Chafic Nicola Ferzelli, Emilio El Saddy, Rene Siufi, Emile El Saddi, Pedro Albino C. Pedra, Elias Saad e, Carlos Nahas,

25. Diretoria eleita para o biênio 2000/2002:

Presidente - José Luiz Saad
Vice-Presidente - Abdalla G. Sleiman
Secretário - Alberto Saad Coppola
Tesoureiro - Marco Antonio Mansour

26. Diretoria eleita para o biênio 2002/2004:

Presidente de Honra - Jorge Elias Zahran
Presidente - José Luiz Saad
1º Vice-Presidente - Abdalla G. Sleiman
2º Vice-Presidente - Hedil Amado Felício
1º Secretário - Alberto Saad Coppola
2º Secretário - Fayez José Rizk
1º Tesoureiro - Marco Mansour
2º Tesoureiro - Assaf Dib Abussafi
Diretor cultural - Nagib Saad
Diretor esportivo – Elias Makaroun Neto
Diretor de Patrimônio - George El Sayegh
Diretor Social - Munir Sayegh

Conselho Fiscal

Elias Makaroun Neto e Paulo Siufi Jr.

Suplentes

Anees Salim Saad e Michel Tannous.

Conselho deliberativo

Elias Chafic Ferzeli, Benjamim Chaia, Fuad Anache, Jorge Abrão, Jorge Hage, Nelson Trad, Roberto Saad, Jamil Naglis, Ghandi Jamil, Elias G. Dib, Fabio Zahran, Pierre Adri, Rene Siufi, Pedro Albino C. Pedra e, José Luiz Saad.

27. Diretoria eleita para o biênio 2004/2006:

Presidente de Honra - Jorge Elias Zahran
Presidente - José Luiz Saad
1º Vice-Presidente - Abdalla G. Sleiman
2º Vice-Presidente - Hedil Amado Felício
1º Secretário - Alberto Saad Coppola
2º Secretário - Fayez José Rizk
1º Tesoureiro - Marco Mansour
Diretor cultural - Nagib Saad
Diretor esportivo – Elias Makaroun Neto
Diretor de Patrimônio - George El Sayegh
Diretor Social - Munir Sayegh

Conselho Fiscal

Elias Makaroun Neto e Paulo Siufi Jr.

Suplentes

Anees Salim Saad e Michel Tannous.

Conselho deliberativo

Elias Chafic Ferzeli, Benjamim Chaia, Antonio Rizk, Fuad Anache, João Abrão, Jorge Abrão, Jorge Hage, Nelson Trad, Roberto Saad, Jamil Naglis, Ghandi Jamil, Elias G. Dib, Fabio Zahran, Emilio El Saddi, Pierre Adri, Rene Siufi, Pedro Albino C. Pedra

28. Diretoria eleita para o biênio 2006/2008:

Presidente de Honra - Jorge Elias Zahran

Presidente - José Luiz Saad

1º Vice-Presidente - Abdalla Georges Sleiman

2º Vice-Presidente - Hedil Amado Felício

1º Secretário - Alberto Saad Coppola

2º Secretário - Fayez José Rizk

1º Tesoureiro - Marco Antonio Mansour

Diretor cultural - Nagib Saad

Diretor esportivo – Elias Makaroun Neto

Diretor de Patrimônio - George El Sayegh

Diretor Social - Munir Sayegh

Conselho Fiscal

Elias Makaroun Neto e Paulo Siufi Jr.

Suplentes

Anees Salim Saad e Michel Tannous.

Conselho deliberativo

Elias Chafic Ferzeli, Benjamim Chaia, Fuad Anache, Nelson Trad, Roberto Saad, Elias G. Dib, Rene Siufi e, Pedro Pedra.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, de agosto de 2010.

Márcia Regina Cassanho de Oliveira